

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS

2007

A large, stylized white bird logo, possibly a phoenix or a similar mythical creature, is the central focus of the page. The bird is depicted in profile, facing right, with its wings spread upwards and outwards. The logo is composed of thick white lines and shapes, creating a sense of movement and elegance. It is set against a solid orange background.

Montepio

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS

2007



Montepio

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA 2007-2009	6
2. CARTA DO PRESIDENTE	10
3. INDICADORES GLOBAIS	13
4. ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES	15
4.1. Economia Internacional	15
4.2. Economia Portuguesa	16
4.3. Mercados Monetários e Financeiros	17
5. A ESTRUTURA DO GRUPO MONTEPIO	21
6. CRIAÇÃO DE VALOR PARA OS ASSOCIADOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	23
7. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (MG – AM)	25
7.1. Associados e Beneficiários	27
7.1.1. Movimento Associativo	27
7.1.2. Subscrições de Modalidades e Quotizações e Capitais	28
7.1.3. Benefícios Vencidos e Reembolsos	29
7.1.4. Melhorias Atribuídas aos Benefícios em Formação e em Curso das Modalidades Actuariais	29
7.1.5. Rendibilidade das Modalidades de Capitalização	29
7.1.6. Rendas Vitalícias	29
7.2. Rendibilidade Líquida dos Activos	30
7.2.1. Carteira de Imóveis	30
7.2.2. Empréstimos a Associados	31
7.2.3. Carteira de Títulos	31
7.2.4. Carteira de Participações Financeiras	32
7.2.4.1. Participação Financeira Institucional na Caixa Económica Montepio Geral	32
7.2.4.2. Participações Financeiras Diversas	32
7.2.5. Disponibilidades	33
7.3. Actividades Diversas	34
7.4. Fundos Permanentes, Fundos Próprios e Reservas	36
7.5. Resultados	37
7.6. Proposta de Aplicação dos Resultados e de Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral	38
7.6.1. Saldo dos Fundos Disponíveis e Rendimento do Fundo de Reserva Geral adicionados do Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral	39
7.6.1.1. Para o Fundo de Reserva Geral	39
7.6.1.2. Para os Fundos Permanentes das Respectivas Modalidades	40
7.6.1.3. Para os Fundos Próprios das Respectivas Modalidades e Outros Fundos	41
7.7. Proposta de Reposição no Fundo de Reserva Geral dos Valores Utilizados para Completar os Fundos Disponíveis	41
7.8. Proposta de Reposição no Fundo de Reserva Geral e Excedentes Técnicos	41

7.9. Proposta de Atribuição de Melhorias de Benefícios	42
7.10. Proposta de Aplicação de Excedentes Técnicos de Rendas Vitalícias	42
7.11. Proposta de Atribuição de Complemento de Resultados às Modalidades de Capitalização	42
7.12. Proposta de Transferência para o Fundo de Reserva Geral dos Valores Acumulados em Excedentes Técnicos	43
7.13. Proposta de Aplicação da Verba a Transferir da Caixa Económica	43
7.14. Proposta de Aumento da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica	43
7.15. Proposta de Dotação para a Fundação Montepio Geral	43
7.16. Balanço e Demonstração de Resultados	44
7.17. Demonstração dos Fluxos de Caixa	48
7.18. Notas às Demonstrações Financeiras	49
7.19. Relatório dos Auditores	69
8. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL (CEMG) – INDIVIDUAL	71
8.1. Evolução dos Principais Agregados do Balanço	73
8.2. Actividade Comercial	74
8.2.1. Crédito	74
8.2.1.1. Crédito à Habitação	76
8.2.1.2. Crédito Individual	76
8.2.1.3. Crédito Individual – <i>Revolving</i>	77
8.2.1.4. Crédito à Construção	77
8.2.1.5. Crédito Por Tipo de Garantias	78
8.2.1.6. Crédito e Juros Vencidos	78
8.2.2. Recursos Alheios	81
8.2.2.1. Depósitos de Clientes	82
8.2.2.2. Recursos de Desintermediação	82
8.2.3. Actividade Internacional	83
8.2.4. Seguros	83
8.3. Actividades Financeira e de Investimento	84
8.3.1. Activos Financeiros Disponíveis para Venda e Detidos até à Maturidade	85
8.3.2. Funding Complementar	85
8.4. Carteira de Participações Financeiras	87
8.5. Actividade em Imóveis Adquiridos em Reembolso de Crédito Próprio	87
8.6. Canais de Distribuição e Oferta de Produtos e Serviços	88
8.6.1. Canais de Distribuição	88
8.6.2. Oferta de Produtos e Serviços	89
8.7. Gestão de Riscos	92
8.8. Recursos Humanos	94
8.9. Recursos Tecnológicos	95
8.10. Análise Financeira	95
8.10.1. Situação Líquida	95
8.10.2. Conta de Resultados	96
8.10.2.1. Taxas de Juro Médias Activas e Passivas	97
8.10.2.2. Taxa de Intermediação Financeira	98
8.10.2.3. Margem Financeira	98
8.10.2.4. Resultado do Serviço Prestado a Clientes	98
8.10.2.5. Resultado de Operações nos Mercados	99

8.10.2.6. Rendimento de Participações Financeiras	99
8.10.2.7. Resultado da Venda de Imóveis para Negociação	100
8.10.2.8. Gastos Operacionais	100
8.10.2.9. Provisões e Imparidade	102
8.10.3. Rendibilidade (ROE e ROA)	103
8.10.4. Indicadores de Eficiência e Funcionamento	104
8.11. Fundo de Pensões	104
8.12. <i>Rating</i>	105
8.13. Capitalização e Rácios Prudenciais	106
8.14. Proposta de Aplicação de Resultados	107
8.15. Balanço e Demonstração de Resultados	108
8.15.1. Balanço	108
8.15.2. Demonstração de Resultados por Natureza	109
8.16. Demonstração dos Fluxos de Caixa e Mapa de Alterações na Situação Líquida	110
8.17. Anexo às Demonstrações Financeiras	112
8.18. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	191
8.19. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o MG – AM e a CEMG	193
9. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – CONSOLIDADO	195
9.1. Introdução	197
9.2. Síntese da Actividade do Grupo	198
9.3. Resultados, Eficiência e Rendibilidade	199
9.4. Capitalização e Rácios Prudenciais	200
9.5. Balanço e Demonstração de Resultados por Funções	201
9.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa e Mapa de Alterações na Situação Líquida	203
9.7. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	205
9.8. Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	285
9.9. Relatório anual sobre a Fiscalização Efectuada	287
9.10. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas Consolidadas	290
9.11. Declaração em Conformidade do Conselho Fiscal	291
10. RELATÓRIO DO GOVERNO INSTITUCIONAL	293
11. DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE	303
12. RESPONSABILIDADE SOCIAL	305
13. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO GRUPO MONTEPIO GERAL	307
14. RECONHECIMENTO	313
15. DIRECÇÃO	315
ANEXOS	321
I – RELATÓRIO ACTUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS	
II – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS	
III – CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	
IV – CONTAS DAS FUNDAÇÕES	

1. Órgãos Associativos e Institucionais para 2007-2009

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES <i>Professor Universitário</i>
<i>1.º Secretário</i>	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO <i>Advogado</i>
<i>2.º Secretário</i>	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA <i>Economista</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES <i>Jurista</i>
	Associado n.º 127 945-6	MARIA VITÓRIA DA GRAÇA PINTO GUERRA MOURÃO <i>Socióloga</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<i>Presidente</i>	Associado n.º 29 416-0	JOSÉ DA SILVA LOPES <i>Economista</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA <i>Jurista</i>
	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 59 784-1	RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA <i>Economista</i>

CONSELHO FISCAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES <i>Professor Universitário</i>
<i>Efectivos</i>	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO <i>Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 62 268-0	JOÃO MIGUEL LOURENÇO GOMES <i>Economista</i>
	Associado n.º 95 534-4	ISILDA DE AIRES NUNES BRANQUINHO <i>Economista</i>

CONSELHO GERAL

<i>Efectivos</i>	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ <i>Oficial do Exército na situação de reforma</i>
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 973-8	MANUEL LOPES DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA <i>Economista</i>
	Associado n.º 35 170-2	CARLOS MANUEL MELO GOMES AREAL <i>Bancário</i>
	Associado n.º 47 207-6	MARIA LUCIA RAMOS BICA <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES <i>Economista</i>
	Associado n.º 49 598-5	JOSÉ JOAQUIM FRAGOSO <i>Engenheiro</i>
	Associado n.º 30 813-7	LUIS MANUEL PESSOA MONTEIRO BRANDÃO <i>Jurista</i>
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 37 711-3	NORBERTO DA CUNHA JUNQUEIRA FERNANDES FÉLIX PILAR <i>Economista</i>

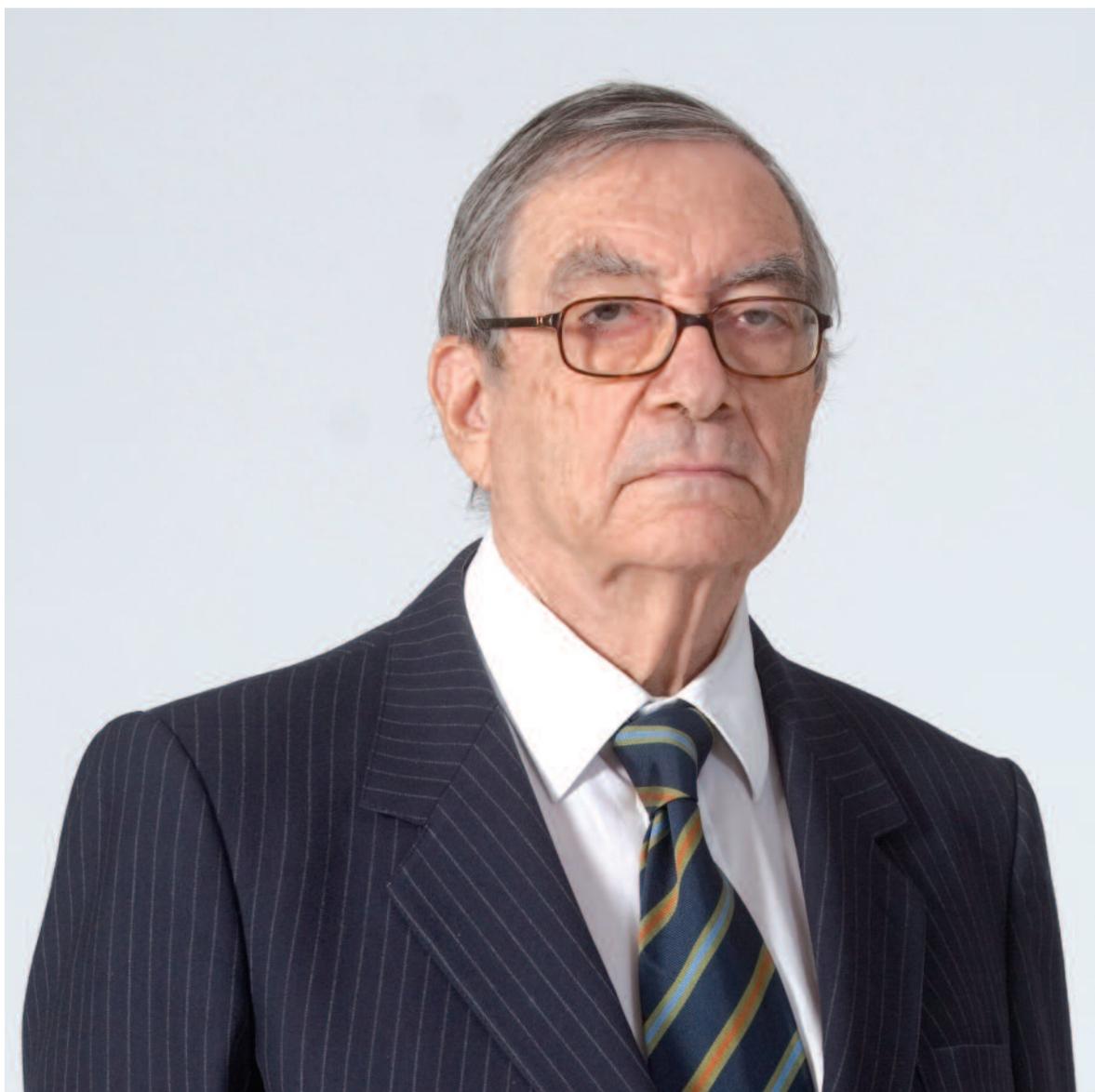




Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha, António Tomás Correia, José da Silva Lopes (Presidente),
José de Almeida Serra, Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

2. Carta do Presidente



No ano de 2007 confirmaram-se os prognósticos menos favoráveis para o sector financeiro, que viveu uma das piores crises dos últimos anos, a partir do terceiro trimestre, com origem nos problemas do mercado hipotecário norte-americano de alto risco (*subprime*), onde se tem verificado um forte aumento das execuções de hipotecas e uma acentuada desvalorização das habitações.

Essa crise traduziu-se na perda de confiança por parte dos investidores, provocando um aumento dos prémios de risco e das taxas de juro nos mercados financeiros e dificuldades na obtenção de financiamento, associadas à acentuada volatilidade e desvalorizações dos índices bolsistas internacionais, resultando em perdas nas carteiras de activos financeiros e gerando um clima de grande instabilidade e incerteza.

Face à crescente interdependência e globalização dos mercados, estes efeitos propagaram-se de forma significativa, com impactos na evolução das instituições financeiras, não só norte-americanas, mas, também, europeias. Já no presente ano, tivemos notícias de dificuldades e elevados prejuízos nalguns dos maiores grupos financeiros multinacionais, bem como, em menor escala e, de forma mais indirecta, em grupos financeiros de natureza local.

Os problemas da economia americana contribuíram para a perda de confiança dos investidores no dólar, a favor do euro, que tem conhecido níveis de valorização sem precedentes. Acrescem a este quadro os contínuos aumentos dos preços do petróleo e de outras matérias-primas, que colocam em risco a estabilidade dos preços e dificuldades à gestão das variáveis monetárias.

Sendo Portugal e o sector financeiro nacional dependentes dos fluxos de capital externo, que asseguram uma parcela muito significativa das necessidades de financiamento, tem-se assistido nos últimos meses, em resultado do encarecimento e menor disponibilidade desse financiamento, a um aumento do custo do crédito e a uma maior selectividade na concessão dos empréstimos, em paralelo com a intensificação da concorrência na captação de depósitos, que se assumem, neste contexto, como um mercado de refúgio.

O ajustamento dos custos do crédito dos bancos nacionais não tem porém acompanhado totalmente o encarecimento do custo dos recursos que eles mobilizam. É possível que essa situação tenha de vir a alterar-se.

A actual crise financeira internacional e as ameaças da recessão nos EUA e até, talvez mais tarde, na Europa, ocorrem num quadro de fraco crescimento económico e de persistência de desequilíbrios estruturais na economia portuguesa, difíceis de corrigir, não obstante as reformas estruturais em curso e o bom desempenho das contas públicas em 2007, que, com o impulso da execução fiscal, possibilitaram um défice dentro da meta estabelecida no PEC, de 3% do PIB.

Apesar de algum crescimento favorável do lado do Investimento e das Exportações, ele foi insuficiente para alavancar, de forma expressiva, a progressão do PIB, que apresentou um dos piores desempenhos da zona euro, com uma taxa de crescimento real de, apenas, 1,9%. O Consumo Público manteve-se estagnado e o Consumo Privado obteve uma fraca evolução, essencialmente por causa do elevado endividamento dos Particulares (124% do rendimento disponível) e das Empresas (105% do PIB). No sector da Construção Civil e Obras Públicas persistiu a situação de recessão, induzida pelos segmentos das Obras Públicas e da Construção Residencial, que registou um decréscimo da actividade de 4%.

Face ao enquadramento descrito, que se apresenta com maior desenvolvimento no ponto 4 deste Relatório, podemos considerar que o desempenho das instituições do Montepio, em 2007, foi globalmente satisfatório, não obstante ter ficado aquém dos objectivos estratégicos inicialmente definidos, que foram, entretanto, revistos e adaptados, tomando por base novos pressupostos, em conformidade com as alterações do contexto referidas.

A adopção de uma estratégia conservadora em termos de gestão financeira, que se traduz na concentração das carteiras em activos de baixo risco, sobretudo em obrigações, associada à vocação da Caixa Económica no negócio bancário de retalho, com a conseqüente concentração do activo no crédito a clientes e a forte relevância dos depósitos no passivo, permitiu que a instituição ultrapassasse este período sem grandes impactos e sobressaltos.

Embora a Caixa Económica esteja dependente do financiamento dos mercados financeiros externos, tem-se vindo a pôr em prática uma estratégia de diversificação dessas fontes de financiamento, a favor da captação de recursos de clientes no mercado interno, em depósitos e títulos, associada à realização de operações de titularização, com impactos favoráveis na gestão da liquidez.

Em simultâneo, temos vindo a dar grande prioridade ao desenvolvimento das ferramentas e processos de gestão dos riscos, por forma a reduzir o incumprimento, diminuir o nível de provisões e melhorar a afectação do capital, em linha com os novos requisitos prudenciais, exigidos pelo acordo de Basileia II, e acautelar um crescimento sustentado e rentável dos negócios.

Também a gestão dos custos tem ocupado o centro das preocupações, estando em implementação diversas medidas de reorganização e reestruturação, com vista à optimização dos recursos, maior eficiência e qualidade do serviço.

Os Resultados atingidos em 2007, tanto na Associação Mutualista, de 41,4 milhões de euros, como na Caixa Económica, de 64,2 milhões de euros, excederam os do ano precedente e permitiram alguma melhoria dos níveis de rentabilidade.

Para prosseguir essa melhoria, permitindo criar mais valor para os Associados, de forma consistente, numa perspectiva de médio e longo prazo, temos Objectivos e Linhas de Orientação Estratégicas definidas para as diversas instituições do Grupo Montepio que vão mais além e prevêem o reforço das capacidades e competências das instituições, em resposta ao intenso e multifacetado quadro competitivo e a novos e mais exigentes requisitos prudenciais, cimentando a vocação e a natureza mutualista do Grupo, numa estratégia assumida de diferenciação.

Com os investimentos em curso, para melhoria das capacidades, e as políticas definidas de crescimento orgânico e de diversificação da carteira de negócios e das fontes de proveitos, espera-se reduzir a exposição da Caixa Económica aos riscos que uma conjuntura mais desfavorável do mercado imobiliário deixa antever e concretizar os objectivos de rentabilidade, produtividade e eficiência definidos.

Preparar as instituições para os desafios que se perspectivam implica, ainda, proceder a uma reforma das suas estruturas governativas, que acautele riscos específicos, incorpore novos requisitos e crie condições para a inovação dos métodos e processos de gestão, com vista à sua modernização. Nesse sentido, este Conselho de Administração propôs, e foi aprovado em Assembleia Geral, em Março de 2007, a criação de uma comissão para proceder à revisão dos Estatutos da Associação Mutualista e da Caixa Económica, a qual tem vindo a desenvolver o seu trabalho desde então.

É meu desejo e, de todo o Conselho de Administração, que, em 2008, se concretize a reforma dos Estatutos da AM e da CEMG, a qual constitui uma das mais importantes medidas estratégicas do actual mandato.

Como nota final, em complemento do ponto 14 deste relatório, expresso, em meu nome pessoal e no dos restantes membros do Conselho de Administração, o nosso especial reconhecimento aos trabalhadores e diversos colaboradores das instituições do Grupo Montepio, pela dedicação, empenhado esforço e profissionalismo com que exerceram as suas funções e contribuíram para os Resultados alcançados.

Lisboa, Março de 2008



3. Indicadores Globais

(milhares de euros)

INDICADORES	2007	2006	2005
1. ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA			
1.1. DIMENSÃO			
Activo Líquido	2 261 993	2 092 248	1 898 873
Variação	8,11%	10,18%	21,53%
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados)	354 191	329 155	302 092
Associados (Unidades)	411 960	376 950	333 638
Pensionistas (Unidades)	6 482	6 292	6 065
Trabalhadores da CEMG afectos à AM (Unidades)	60	62	63
1.2. RENDIBILIDADE			
Cash Flow do Exercício	57 063	40 768	43 025
Resultado do Exercício	41 404	34 925	38 198
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio	1,90%	1,75%	2,21%
1.3. COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES			
Fundos e Reservas / Provisões Matemáticas e Melhorias de Benefícios	1,16	1,17	1,17
2. CAIXA ECONÓMICA			
2.1. DIMENSÃO			
Activo Líquido	16 435 179	15 222 888	13 950 993
Variação	7,96%	9,12%	12,34%
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	878 044	822 175	690 771
Trabalhadores – Quadro de Pessoal em Portugal (Unidades)	2 989	2 940	2 890
Balcões e Outras Formas de Representação (Unidades)	307	303	303
Balcões (Unidades) (a)	300	296	295
Escritórios de Representação (Unidades)	6	6	6
Sucursais Financeiras (Unidades)	1	1	2
Contas de Depósitos à Ordem activas (Unidades)	1 223 344	1 200 443	1 174 187
Meios de Pagamento Electrónicos e de Self Service (Unidades)	10 307	8 385	6 710
Máquinas Automáticas Chave 24 e Multibanco (Unidades)	998	904	847
Terminais de Pagamentos Automáticos (Unidades)	9 309	7 481	5 863
2.2. RENDIBILIDADE			
Cash Flow do Exercício	173 562	149 691	149 183
Resultado do Exercício	64 192	60 154	45 312
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,41%	0,41%	0,34%
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	7,78%	7,75%	6,67%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,55%	2,51%	2,65%
2.3. RISCO DE CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	1,99%	1,98%	2,55%
Rácio de Crédito com incumprimento	2,35%	2,52%	3,35%
Rácio de Crédito com incumprimento líquido de provisões	0,97%	0,91%	0,88%
2.4. PRUDENCIAIS			
Rácio de Solvabilidade	9,44%	9,79%	10,74%
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1)	6,92%	7,09%	6,68%
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / Fundos Próprios)	12,29%	14,48%	13,68%
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos	92,54%	102,60%	113,74%
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos +3 meses	106,47%	116,99%	125,12%
Valor Fundo Pensões / Responsabilidades Passadas	80,78%	73,93%	70,01%
2.5. NOTAÇÕES DE RATING (Curto Prazo : Longo Prazo)			
Fitch Ratings	F2 : A-	F2 : A-	F2 : A-
Moody's	P-1 : A2	P-1 : A3	P-1 : A3
2.6. EFICIÊNCIA			
Gastos de Funcionamento / Activo Líquido Médio	1,45%	1,49%	1,52%
Gastos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (cost to income)	60,73%	62,82%	60,23%
Quadro de Pessoal em Portugal / Balcões (Unidades)	9,96	9,93	9,67
Gastos com Pessoal / Produto Bancário	36,72%	38,26%	36,69%

(a) Inclui o Balcão de Micro-Crédito



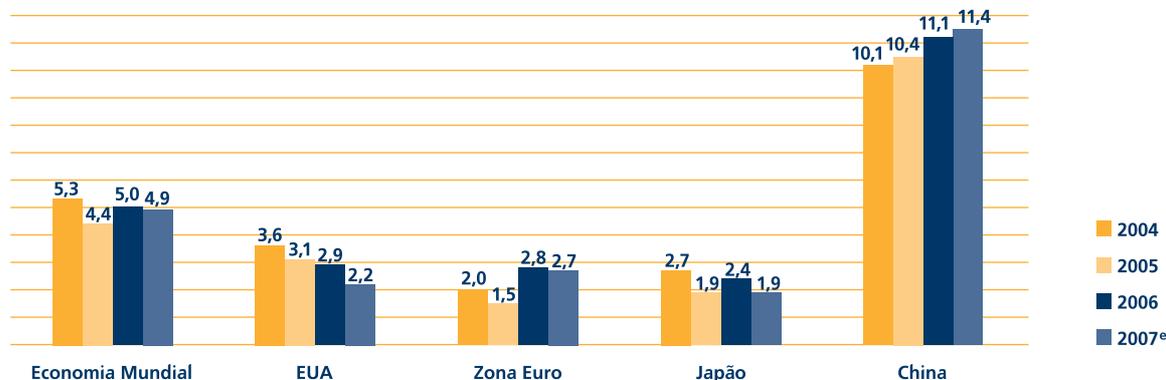
4. Enquadramento das Actividades

4.1. ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2007, o enquadramento económico internacional ficou marcado pelo eclodir da crise do mercado hipotecário de alto risco nos EUA (*subprime*), na segunda metade do ano, à qual se seguiu um período de forte instabilidade nos mercados financeiros e uma desaceleração da actividade económica nos Estados Unidos e, de forma menos acentuada, na Zona Euro.

TAXAS DE CRESCIMENTO REAIS DO PIB

t.c.r. - %



Fontes: FMI, Eurostat

Depois de, na primeira metade de 2007, se ter observado a manutenção de um crescimento robusto da economia internacional, impulsionado pela evolução favorável das economias emergentes, como a China, a Índia e a Rússia, e do comércio mundial, na segunda metade do ano, esta conjuntura alterou-se, instalando-se um clima de forte indefinição quanto à evolução dos mercados financeiros e aos seus impactos na actividade económica.

Nos Estados Unidos, a contracção do mercado habitacional, que se vinha a verificar desde 2006, associada às elevadas taxas de incumprimento no mercado hipotecário *subprime*, começou a originar dificuldades de solvência das instituições financeiras especializadas nesse segmento dos agregados familiares de maior risco e uma diminuição do *rating* dos títulos com hipotecas de habitação como garantia.

Esta evolução traduziu-se numa significativa perda de confiança dos investidores nos mercados de crédito residencial dos EUA, que rapidamente se alastrou aos mercados financeiros em geral e a nível global. A crise de confiança instalada dificultou a realização de operações de financiamento entre as instituições financeiras, originando uma diminuição da liquidez no mercado interbancário e um aumento substancial das taxas de juro de curto prazo.

A quebra do investimento residencial e a crise dos mercados financeiros provocou um aumento da incerteza e uma deterioração das expectativas dos agentes económicos, conduzindo a uma forte desaceleração da actividade nos EUA no último trimestre de 2007, estimando-se que o crescimento do PIB se venha a fixar em 2,2%, em termos médios, para o conjunto do ano, abaixo dos 2,9%, de 2006.

Na Zona Euro, apesar de se ter assistido a uma desaceleração da actividade no 4.º trimestre de 2007, a crise financeira não terá tido um impacto tão significativo, no conjunto do ano, tendo o PIB atingido um nível de crescimento muito semelhante ao verificado em 2006, em torno de 2,7%.

A evolução da actividade foi suportada pelo dinamismo favorável do investimento (excluindo a componente residencial) e do sector exportador, essencialmente destinado aos países emergentes, num contexto de redução da taxa de desemprego.

Apesar da desaceleração da economia norte-americana e, em menor grau, da europeia, a economia mundial deverá registar, no final de 2007, um crescimento de 4,9%, alicerçado na robustez da actividade dos países asiáticos em desenvolvimento, como a China e a Índia, que sofreram um menor impacto directo da crise dos mercados financeiros, dada a sua menor exposição aos activos garantidos por hipotecas do segmento *subprime*.

Em 2007, principalmente no último trimestre, verificou-se um forte aumento das pressões inflacionistas a nível global, provocado pela subida dos preços dos bens alimentares e, particularmente, do petróleo, o qual aumentou, em termos anuais, cerca de 56% (USD/barril *brent*). A evolução ascendente dos preços foi mais significativa nos países emergentes em expansão, dado que, nas principais economias mundiais a inflação manteve-se mais controlada, devido ao abrandamento da actividade, à desaceleração dos preços das matérias-primas não energéticas e à contenção dos custos salariais.

Para 2008, foram revistas em baixa as previsões de crescimento das principais economias internacionais, como reflexo do aumento dos factores de risco, associados à crise nos mercados financeiros e ao aumento das pressões inflacionistas a médio prazo. A actividade nos EUA deverá ser a mais afectada, prevendo-se que o respectivo PIB atinja um crescimento anual de 1,5%, enquanto a economia da Zona Euro deverá crescer 1,8%. Destaca-se a significativa desaceleração prevista para a economia espanhola, que absorve cerca de 30% das exportações portuguesas, devendo o crescimento do PIB fixar-se em 2,7%, face aos 3,8% estimados para 2007.

4.2. ECONOMIA PORTUGUESA

Em 2007, a economia portuguesa manteve um fraco ritmo de crescimento, devendo o PIB atingir um acréscimo real de 1,9%, que, apesar de superior em 0,7 p.p. ao verificado em 2006, é um dos mais baixos da Zona Euro e da União Europeia.

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS – PORTUGAL

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado.

	2004	2005	2006	2007 ^e
PIB	1,5	0,9	1,2	1,9
Consumo Privado	2,5	2,2	1,2	1,2
Consumo Público	2,6	3,2	-0,7	0,0
Formação Bruta de Capital Fixo	0,2	-0,9	-1,8	2,6
Procura Interna	2,5	1,0	0,2	1,2
Exportações	4,0	2,1	9,1	7,0
Importações	6,7	3,5	4,3	4,1
Inflação (IHPC)	2,5	2,1	3,0	2,4
Saldo Orçamental (% PIB)	-3,4	-6,1	-3,9	-3,0
Taxa Desemprego	6,7	7,6	7,7	8,0
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (% PIB)	-6,2	-8,5	-8,6	-8,2

^e – estimativa, excepto IHPC e Tx. Desemprego

Fontes: INE, BP

A actividade económica, que não terá sido significativamente afectada pela crise dos mercados financeiros em 2007, foi impulsionada pela recuperação da Procura Interna, por via da variação positiva, de +2,6%, do Investimento (grosso modo, Formação Bruta de Capital Fixo), essencialmente na sua componente empresarial, uma vez que, de acordo com o Banco de Portugal, o crescimento do investimento público e das famílias em habitação terá sido nulo.

O Consumo Privado terá mantido uma fraca evolução, de +1,2%, associada ao efeito da subida das taxas de juro, com o consequente aumento dos encargos de dívida dos consumidores, num contexto de elevado endividamento das famílias e de aumento do desemprego. A moderação no crescimento das despesas de consumo das famílias terá proporcionado uma ligeira subida da respectiva taxa de poupança, de 7,9%, em 2006, para cerca de 8,1%, em 2007.

A expansão significativa das exportações (+7%), nomeadamente de serviços relacionados com o turismo e os transportes, conjugada com a desaceleração das importações, contribuiu favoravelmente para a variação do PIB e para a redução das necessidades de financiamento externo da economia, traduzida na melhoria do saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital, de -8,6% para -8,2% do PIB, entre 2006 e 2007.

A actividade do sector da Construção Civil e Obras Públicas, registou, em 2007, uma evolução menos negativa do que em anos anteriores, tendo o respectivo Valor Bruto de Produção atingido uma variação de -0,5%. Para tal contribuiu a actividade do segmento de edifícios não residenciais, que obteve um desempenho favorável, com um crescimento de 6,8%, beneficiando da significativa expansão dos espaços comerciais e de turismo, enquanto que os segmentos de obras públicas e habitacional continuaram a verificar decréscimos na actividade, de -1% e -4%, respectivamente.

A diminuição da actividade no segmento da construção de edifícios residenciais traduziu-se, até ao final do 3.º trimestre de 2007, no decréscimo, de -11,9%, do número de novos fogos habitacionais concluídos, e de -8,7%, do número de licenças emitidas para construção de novas habitações, num contexto de ligeira valorização do parque habitacional, de 1,3%. Do lado da procura, observou-se, até ao final do 3.º trimestre, que as novas operações de crédito para aquisição de habitação, segundo dados da Direcção Geral do Tesouro, diminuíram -3,6%, em número, e -2,2%, em valor.

O sector do Comércio registou uma desaceleração da sua actividade, com o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho a crescer, em termos reais, apenas 0,5% (1,2%, em 2006), em linha com a quebra da confiança dos consumidores e com a estagnação do Consumo Privado. Contudo, verificou-se uma evolução favorável do número de veículos automóveis ligeiros de passageiros vendidos, com um aumento de 3,7%, influenciada pela alteração da tributação sobre veículos automóveis, ocorrida em Julho.

Com desempenhos positivos, em 2007, destacam-se o sector do Turismo, que evidenciou um aumento anual, de 11% nas receitas totais de viagens e turismo e de 5,3% no número de dormidas totais na hotelaria, e o sector da Indústria Transformadora, cujo índice de produção industrial aumentou 3,4%, em termos médios anuais, face aos 2,3% verificados em 2006.

A taxa de desemprego manteve-se a um nível elevado, em cerca de 8%, representando um ligeiro acréscimo face a 2006 (7,7%), e que compara com 7,3% da Zona Euro, traduzindo uma fraca progressão do emprego, de apenas 0,2%, aliada ao baixo nível de crescimento da economia portuguesa.

Em 2007, a taxa de inflação média anual em Portugal reduziu-se para 2,4%, face aos 3% de 2006. Esta evolução reflectiu a desaceleração verificada nos preços dos bens energéticos, nos custos unitários do trabalho do sector privado e nos preços de importação de bens de consumo, efeito este associado à crescente relevância, no comércio internacional, de economias com custos de produção muito reduzidos.

Apesar da forte subida do preço do petróleo, ocorrida no último trimestre de 2007, o seu efeito na taxa de inflação não foi tão significativo como em 2006, dada a forte valorização cambial do euro e o menor contributo da componente energética na variação anual do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor).

O défice global da administração pública deverá situar-se em 3% do PIB, em 2007, traduzindo uma redução de 0,9 p.p., em relação a 2006. Este valor, que corresponde ao valor de referência definido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento para os Estados-Membros da União Europeia, teve por base o aumento da eficácia da administração fiscal, que permitiu aumentar a receita fiscal, ao nível do IRC e das contribuições para a Segurança Social, conjugado com a redução da despesa do Estado, através do congelamento das progressões automáticas nas carreiras e da redução do número e do salário médio dos funcionários públicos.

Para 2008, as previsões apontam para uma estabilização do nível de crescimento da economia portuguesa em torno dos 2%, beneficiando da evolução favorável prevista para o investimento, com um acréscimo real de 3,3%, e da manutenção do contributo positivo das exportações líquidas, a par da previsível descida da taxa de desemprego, para 7,6%.

Contudo, estas previsões encontram-se muito condicionadas pela intensidade e prolongamento da crise dos mercados financeiros e pela sua propagação à actividade económica. De facto, a possibilidade de um abrandamento mais acentuado do que o esperado das economias dos Estados Unidos e da Zona Euro, particularmente da Alemanha e da Espanha, a par do aumento das taxas de juro e das dificuldades de acesso ao crédito por parte das empresas e particulares, poderá afectar negativamente a evolução da economia portuguesa, nomeadamente ao nível do sector exportador e do investimento.

4.3. MERCADOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS

Os mercados monetários e financeiros têm vivido um período de turbulência e incerteza desde Agosto de 2007, altura em que se iniciou a crise do mercado hipotecário de alto risco dos EUA (*subprime*) já referida.

As perdas significativas de algumas instituições financeiras mais expostas a activos do segmento *subprime*, conjugadas com a alteração da percepção do risco e aumento da incerteza, por parte dos investidores, provocaram um alargamento significativo dos *spreads* nos mercados de colocação de dívida e uma redução da liquidez nos mercados monetários.

Paralelamente, verificou-se uma subida das taxas de juro de curto prazo, as quais se afastaram, de forma considerável, das taxas de referência dos bancos centrais. A Euribor a 6 meses, que aumentou de 3,85%, em 31 de Dezembro de 2006, para 4,71%, em igual período de 2007, atingiu um diferencial médio face à *refi rate*, de 72 p.b., de Julho a Dezembro, quando, nos meses anteriores a esse período, o diferencial médio não ultrapassava os 40 p.b.

A subida das taxas de juro de mercado de curto prazo traduziu-se no aumento das taxas praticadas nas novas operações bancárias, nomeadamente no crédito à habitação, que passaram de 4,41%, no final de 2006, para 5,20%, em 2007.

TAXAS DE JURO DAS NOVAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS vs. EURIBOR E REFI RATE

(%)

	2004	2005	2006	2007
Refi Rate	2,00	2,25	3,50	4,00
Euribor				
1 Mês	2,13	2,40	3,63	4,29
3 Meses	2,16	2,49	3,73	4,68
6 Meses	2,22	2,64	3,85	4,71
12 Meses	2,36	2,84	4,03	4,75
Taxas de Juro das Novas Operações				
Crédito a Particulares	4,92	4,81	5,74	6,33
Habitação	3,45	3,53	4,41	5,20
Crédito às Empresas	4,39	4,76	5,67	6,28
Depósitos Particulares	1,89	1,99	3,25	4,06
Depósitos Empresas	2,21	2,40	3,84	4,81

Fontes: Reuters; BCE; Banco de Portugal

No 1.º semestre do ano, a política monetária dos bancos centrais das principais economias assentou na contenção das pressões inflacionistas a médio prazo, associadas à manutenção do elevado preço do petróleo e ao crescimento significativo do crédito, em especial na Zona Euro.

Neste sentido, desde o final de 2006 e até final de Junho, verificou-se uma subida da taxa de juro oficial do BCE (*refi rate*) de 50 pontos base (p.b.), para os 4%, tendo a *fed funds* dos EUA permanecido em 5,25%.

Com o surgimento da crise financeira, os bancos centrais tiveram necessidade de repor o normal funcionamento dos mercados e estancar a subida das taxas de juro de curto prazo, tendo procedido a injeções substanciais de liquidez no sistema, destacando-se a colocação de cerca de 250 mil milhões de euros no mercado monetário, por parte do BCE, relativos a operações ocasionais de regularização de cedência de liquidez, em Agosto e Setembro de 2007.

Adicionalmente, e apesar de subsistirem as pressões inflacionistas a médio prazo, a autoridade monetária dos EUA desceu, em 100 p.b., a sua principal taxa de referência, tendo o BCE mantido a *refi rate* em 4%, no sentido de minorar os efeitos adversos desta crise na economia real, nomeadamente, ao nível do aperto nas condições de concessão de crédito às Empresas e aos Particulares.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO DIRECTORAS vs. EURIBOR 6M

(%)



Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, ou seja, as taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública, europeias e portuguesas, registaram um comportamento distinto ao longo de 2007. Até Junho, verificou-se um movimento de subida das *yields* das *Bunds* alemãs e das OT's portuguesas a 10 anos, tendo ambas aumentado 62 p.b., desde o final de 2006. Com o eclodir da crise dos mercados financeiros, os agentes económicos aumentaram a procura de dívida pública obrigacionista, como mercado de refúgio, provocando uma redução das respectivas rendibilidades.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE RENDIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA A 10 ANOS

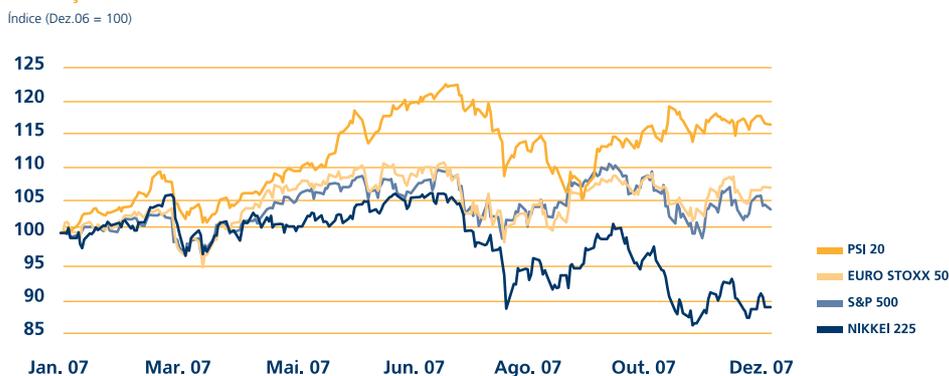


No 1.º semestre do ano, os principais índices bolsistas mundiais mantiveram a tendência de subida verificada em 2006, num enquadramento de significativo crescimento económico mundial. A partir do final de Julho, as perdas registadas pelas instituições do sector financeiro, conjugadas com a quebra de confiança dos agentes económicos, maior aversão ao risco e maior incerteza quanto às repercussões da crise na actividade das empresas cotadas, provocou uma forte correcção em baixa e um aumento da volatilidade dos principais índices bolsistas mundiais.

Nos EUA, o índice *Standard & Poor's 500*, depois de uma valorização de 6%, no 1.º semestre, registou uma desvalorização de 2,3%, na segunda metade do ano, enquanto que, na Zona Euro, o índice *Euro Stoxx 50*, depois de progredir 9%, nos primeiros seis meses de 2007, recuou 2% até ao final de 2007. No Japão, o desempenho do mercado accionista foi muito penalizado pela crise financeira, tendo o índice *Nikkei 225* desvalorizado cerca de 16%, no 2.º semestre de 2007.

Acompanhando a tendência internacional, o mercado bolsista português registou, igualmente, uma evolução favorável na 1.ª metade do ano, tendo o índice *PSI-20* valorizado cerca de 20%, evidenciando posteriormente uma queda de 3%, entre Junho e Dezembro de 2007.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES BOLSISTAS



No mercado cambial, o Euro manteve a tendência verificada em 2006, tendo-se apreciado face às principais divisas internacionais: +11%, face ao Dólar Americano (USD) e +4%, face ao Iene Japonês (JPY), no final de 2007.

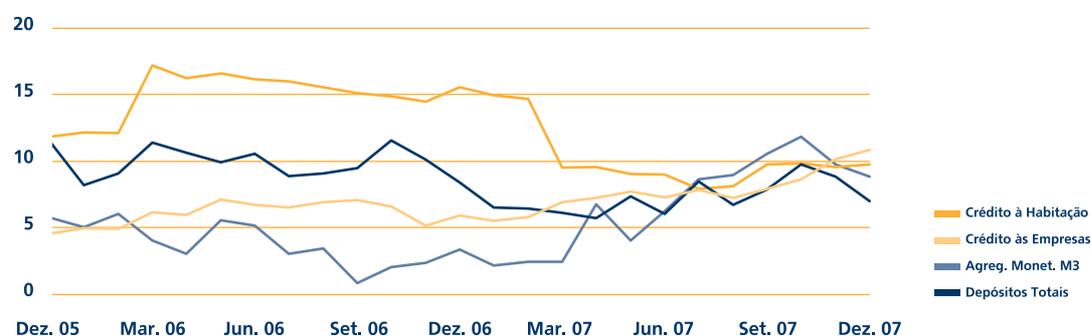
A apreciação da moeda europeia face ao USD resultou do fraco desempenho da economia dos Estados Unidos, aliado ao elevado défice da sua Balança Corrente e à descida das taxas de juro na parte final do ano, enquanto que a depreciação do JPY face ao euro se deveu, essencialmente, à manutenção do baixo nível das taxas de juro nipónicas.

O principal impacto da crise dos mercados financeiros nas instituições de crédito, em 2007, residiu no encarecimento e menor disponibilidade de financiamento, tanto a nível dos mercados interbancários, como, particularmente, nos mercados financeiros internacionais, para operações de titularização e de colocação de dívida de médio e longo prazo, tendo originado dificuldades de liquidez às instituições mais expostas a esses mercados e contribuído para a revisão em baixa das expectativas de resultados.

No caso português, as instituições bancárias têm-se financiado, recorrentemente, nos mercados financeiros internacionais, para suprir o diferencial entre o montante de crédito concedido e o montante de recursos captados internamente.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS MONETÁRIOS E DE CRÉDITO

t.v.h. (%)



Fonte: Banco de Portugal

Em 2007, as dificuldades na obtenção de liquidez no mercado externo e o aumento dos respectivos prémios de risco levaram as instituições bancárias a adoptar posturas de maior restritividade nos critérios utilizados na concessão de crédito, essencialmente a partir do 2.º semestre, em simultâneo com uma maior focalização na captação de poupanças de clientes, a taxas promocionais atractivas, aproveitando a maior aversão ao risco dos agentes económicos.

Deste modo, o crédito concedido pelo sector bancário a Particulares registou um nível de crescimento inferior ao verificado em 2006 (11%, contra 15%), destacando-se a acentuada desaceleração do crédito à Habitação, de 16%, em 2006, para 10%, em 2007, reflectindo, também, o aumento das taxas de juro, o elevado nível de desemprego e a quebra de confiança dos consumidores.

Por seu turno, o crédito às Empresas apresentou uma evolução favorável, tendo atingido um acréscimo de cerca de 11%, que compara com 6% registados em 2006.

A forte correcção e a volatilidade dos mercados accionistas, associada à incerteza quanto à evolução futura dos mercados financeiros, na segunda metade do ano, contribuíram para um crescimento dos Depósitos de Particulares, em cerca de 9% (4%, em 2006), em detrimento dos produtos financeiros alternativos de poupança, como os fundos de investimento mobiliário, cujo montante dos Activos sob Gestão diminuiu cerca de 12%, no conjunto do ano.

Pelo seu impacto na actividade bancária e financeira, merece destaque, em 2007, a produção legislativa visando uma maior protecção ao consumidor e o aumento dos deveres de informação e da transparência dos serviços financeiros.

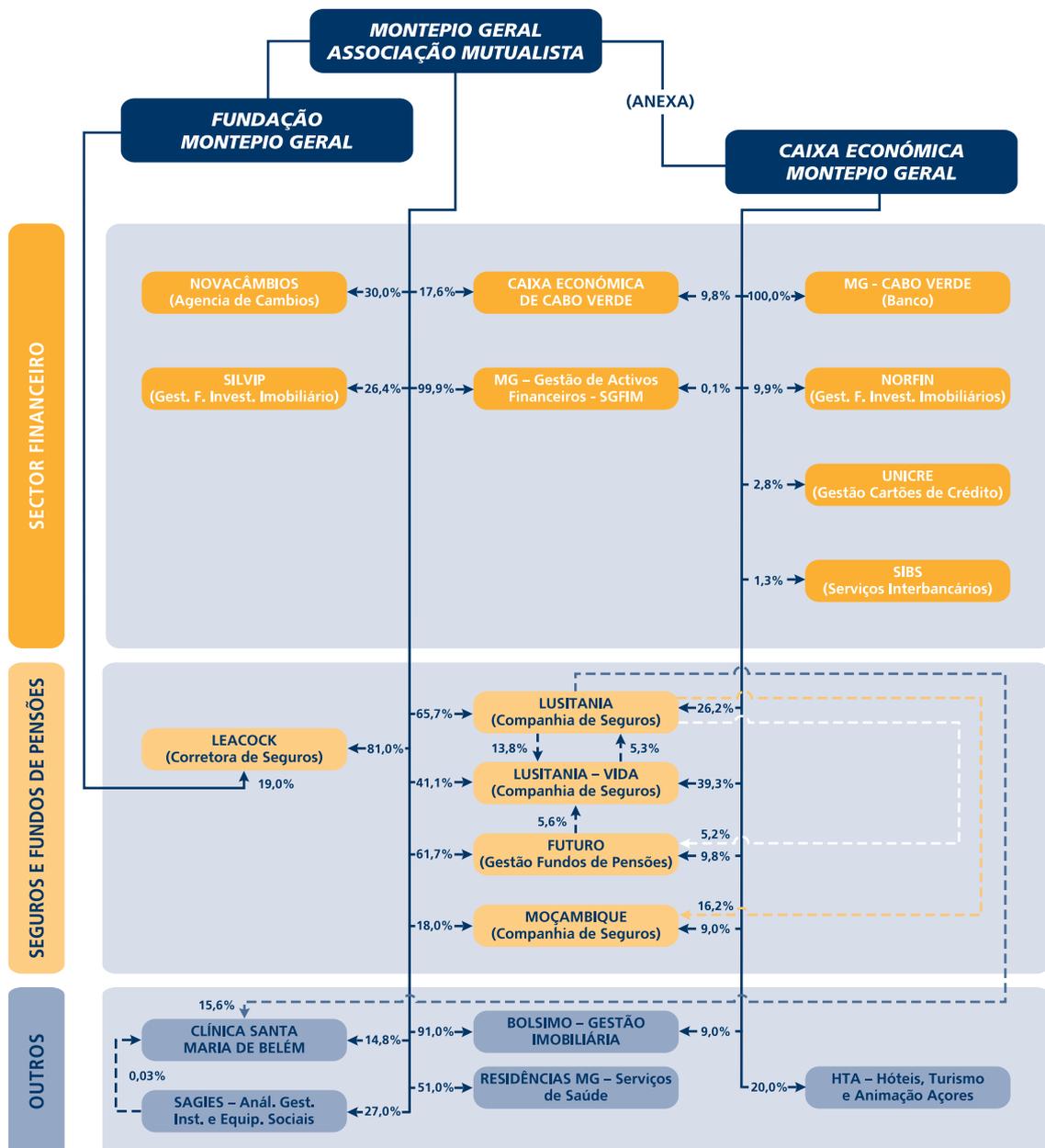
Neste domínio, foi publicado o Decreto-Lei n.º 51/2007, de 7 de Março, que fixou a comissão máxima relativa ao reembolso parcial ou total dos contratos de crédito à habitação, tendo sido também publicado, já em 2008, o Decreto-Lei n.º 1/2008, de 3 de Janeiro, que atribui ao Banco de Portugal competências no domínio da supervisão comportamental, relativa ao relacionamento das instituições de crédito e sociedades financeiras com os seus clientes.

Salienta-se, também, a entrada em vigor da Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros, em Novembro, que visa um reforço da protecção ao cliente e a transparência e integridade das transacções realizadas sobre os diferentes instrumentos financeiros.

A nível da regulamentação prudencial, ocorreu a publicação dos Decretos-Lei n.º 103/07 e 104/07, de 3 de Abril, que transpõem para a legislação nacional as disposições relativas à adequação dos Fundos Próprios e ao acesso à actividade bancária, respectivamente, no âmbito da adopção dos requisitos de Basileia II.

Por último, refira-se a aprovação da Directiva 2007/64/EC, em 13 de Novembro, por parte do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos serviços de pagamento europeus, que estabelece as bases jurídicas para a concretização da SEPA (*Single Euro Payments Area*), a qual prevê a criação de uma área única de pagamentos em euros na Zona Euro, já a partir de 2008.

5. A Estrutura do Grupo Montepio





6. Criação de Valor para os Associados e Orientações Estratégicas

O Grupo Montepio e cada uma das entidades que dele fazem parte têm como principal missão estratégica criar valor para os Associados, de forma sustentada e ajustada aos fins mutualistas. Para esse efeito, o Plano Estratégico Integrado (PEI) do Grupo, para o triénio 2007-2009, definiu como metas estratégicas o aumento da rentabilidade, da produtividade e da eficiência em cada uma das suas principais instituições, desde a Associação Mutualista e da Caixa Económica anexa, até às Companhias de Seguros Lusitania e Lusitania Vida, à Futuro e à Montepio Gestão de Activos.

Para atingir essas metas foram definidos objectivos de crescimento dos diversos negócios e actividades, de modo a permitir aumentar os Resultados, de forma sustentada, fortalecer a posição do Grupo Montepio no mercado e projectar a sua marca e acção na sociedade.

Contudo, ao longo do ano de 2007, alteraram-se os pressupostos que estiveram na base da elaboração do PEI e da definição dos objectivos estratégicos, dado que, a partir do início do terceiro trimestre, o quadro macro económico e financeiro registou a substancial deterioração já identificada.

O exercício de 2007 enquadrou-se, assim, numa envolvente de maiores dificuldades e de aumento dos factores de risco.

Tendo presente estas condicionantes, a que se juntaram diversas alterações do quadro regulamentar do sistema financeiro referidas no capítulo *Enquadramento das Actividades*, procedeu-se à revisão dos objectivos e das orientações estratégicas até 2009, tendo-se concluído que a estratégia genérica de crescimento orgânico por via da diferenciação, baseada na componente mutualista e alavancada pela boa imagem da marca, se mantinha ajustada para concretizar a visão de desenvolvimento harmonioso das instituições do Montepio. Para o efeito, é essencial prosseguir a política de alinhamento estratégico com as metas mutualistas e obter um aumento da eficácia operativa e da eficiência global de todas as instituições do Grupo Montepio. Para isso, foi definida uma maior integração das áreas de suporte comuns, uma maior optimização dos diversos canais de distribuição e uma política de racionalização da carteira de participações financeiras, numa perspectiva de complementaridade estratégica e de maximização do retorno. Neste contexto, procedeu-se, em 2007, à alienação das participações de capital no Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique e no Banco da África Ocidental, da Guiné-Bissau.

Apesar do contexto de dificuldades em que decorreu o exercício de 2007, os Resultados apurados cresceram face aos obtidos no exercício anterior.

Na Associação Mutualista, o carácter diferenciado da oferta e o desenvolvimento de produtos e serviços complementares, incluindo acordos ou parcerias, continuou a atrair novos Associados, através de maior penetração na base de clientes, permitindo um bom crescimento das receitas associativas e dos Resultados.

No ano de 2007, o número de Associados atingiu, no final do ano, 411 960, significando, aproximadamente, mais 35 mil novos Associados face a 2006. As receitas associativas cresceram 12% e os Resultados cresceram quase 19%, ultrapassando os 41 milhões de euros.

Com o objectivo de corresponder às necessidades na área da saúde e de cuidados domiciliários para o segmento sénior, foram estabelecidas parcerias para alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário das Residências Montepio – Serviços de Saúde, estando em construção residências assistidas nas áreas da Grande Lisboa e do Grande Porto e em Coimbra e Braga, em número de sete ao todo, prevendo-se que três abram durante 2008 (Porto, Gaia e Coimbra).

Numa conjuntura de maior risco, face ao elevado endividamento dos particulares e aos prognósticos pouco favoráveis para o segmento da construção residencial, assume particular importância a estratégia definida de diversificação das fontes de proveitos.

Essa diversificação incorpora duas vertentes, a do aumento das actividades de desintermediação e da venda cruzada, interligando produtos bancários, de balanço e extra-balanço, com produtos das empresas do Grupo Montepio, aumentando a penetração na actual base de clientes e obtendo melhor aproveitamento do potencial das redes de distribuição,

a que se associa a vertente da diversificação da carteira de crédito, assente numa evolução moderada e muito selectiva, com maior destaque para os mercados fora do imobiliário, nomeadamente do segmento das empresas.

Esta diversificação, dada a desaceleração do mercado hipotecário, do crédito à habitação e à construção, onde se tem concentrado a actividade da Caixa Económica, é determinante para a diluição dos riscos e para a obtenção de crescimentos da actividade, que permitam melhorias da rentabilidade, em conformidade com as metas estratégicas.

A actividade bancária continuará a manter uma orientação de grande selectividade, tendo por base a nova abordagem de análise e de gestão integrada dos riscos, exigida pelo Acordo de Basileia II.

O saldo do crédito a clientes da Caixa Económica atingiu, em 2007, 14,3 mil milhões de euros, representando uma variação homóloga de, aproximadamente, +9%, tendo o segmento das empresas obtido um crescimento de +11%, superior ao do mercado dos particulares, que registou +8%.

O aprofundamento da gestão dos custos e a optimização dos recursos humanos são áreas que mereceram e continuarão a manter elevada prioridade estratégica, com o objectivo de melhorar os actuais níveis de eficiência e de qualidade do serviço prestado.

O Resultado do Exercício da Caixa Económica, em 2007, registou um aumento de cerca de 7%, face ao ano anterior, atingindo 64,2 milhões de euros.

Tendo presente a importância do papel do Grupo Montepio na sociedade, tem vindo a merecer relevância estratégica o desenvolvimento de acções de Responsabilidade Social. Estas acções traduziram-se em diversos apoios, operacionalizados através da Fundação Montepio, quer na vertente de apoio social, quer nos domínios da cultura e da educação e, em especial, na implementação de um programa de voluntariado empresarial, que já conta com duas centenas de voluntários.

Assumem, também, grande relevância estratégica os trabalhos de Revisão dos Estatutos da Associação Mutualista e da Caixa Económica, iniciados em 2007, pela Comissão respectiva, eleita em Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração. Esses trabalhos têm em vista uma melhor adequação dos normativos regulamentares das instituições às novas tendências e recomendações.

7. Montepio Geral Associação Mutualista

25

Mutualismo

A prática do Mutualismo desde a fundação é a principal diferença face às restantes instituições presentes no mercado. Único no panorama bancário português e ligado à economia social, representa, na sua actividade, valores como o associativismo, a solidariedade e o humanismo.



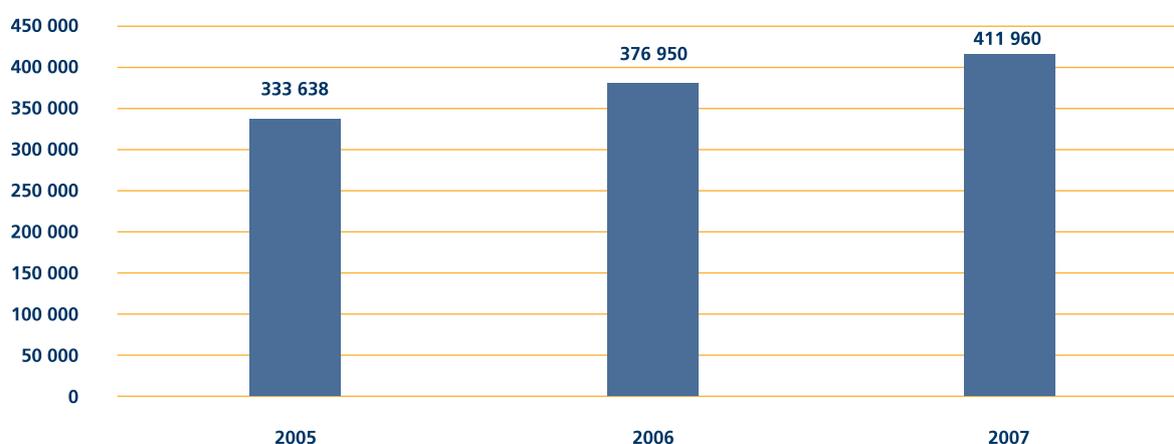
7.1. ASSOCIADOS E BENEFICIÁRIOS

7.1.1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

No final de 2007, a Associação Mutualista era constituída por 411 960 Associados, o que traduz uma taxa de crescimento anual de 9,3%. Embora de forma um pouco mais moderada, comparativamente com o ano anterior, continuou a ser visível um reforço da base associativa e, simultaneamente, do vínculo dos Associados às modalidades mutualistas.

NÚMERO DE ASSOCIADOS EFECTIVOS EXISTENTES

(unidades)



O empenho e a colaboração da rede comercial da Caixa Económica manteve-se preponderante como importante veículo na promoção, dinamização e distribuição das modalidades da Associação Mutualista.

Do conjunto dos Clientes particulares da CEMG, cerca de 38,2% eram, no final do ano, Associados da Associação Mutualista.

Ao longo do ano de 2007, o movimento associativo apresentou o seguinte comportamento:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS EFECTIVOS

(unidades)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
			N.º	%
ENTRADAS				
Admissões	57 679	61 212	-3 533	-5,8
Readmissões	1 215	1 028	197	18,2
SAÍDAS				
Falecimentos e habilitações	505	462	43	9,3
Cessões de direitos, desistências e eliminações	23 379	18 466	4 913	26,6
ASSOCIADOS EXISTENTES	411 960	376 950	35 010	9,3

No final do ano, mostrou-se equilibrada a estrutura de associados entre sexos (mulheres, 50,3%; homens, 49,7%). A idade média dos Associados subiu dos 34 anos, em 2006, para os 35 anos, em 2007, cerca de 35% tinha menos de 30 anos, 44% encontrava-se na faixa etária dos 30 aos 50 anos e 21% acima dos 50 anos.

O número de sócios do clube «Tio Pelicas» vem denotando, nos últimos dois anos, uma tendência decrescente motivada pela alteração da idade limite de entrada no Clube, que passou, no final do ano de 2006, de 16 para 14 anos.

CLUBE «TIO PELICAS»

ANO	2007	2006	2005	2004
SÓCIOS	30 034	31 142	35 584	32 100

Com o objectivo de divulgar os valores mutualistas junto dos Associados mais jovens, a Associação Mutualista, entre outras actividades, continua a editar, todos os trimestres, a revista do clube, de uma forma didáctica, lúdica e participativa.

A notoriedade do Grupo Montepio e algumas acções de promoção das modalidades mutualistas têm contribuído para o reforço da dinâmica associativa. A importância do mutualismo como resposta às necessidades de previdência complementar da população em geral é, igualmente, um factor que poderá ter impulsionado e estreitado as relações, com mútuo benefício, entre os Associados e o Montepio.

7.1.2. SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES E QUOTIZAÇÕES E CAPITAIS

O número de subscrições registadas, no final do ano de 2007, totalizou 681 830, o que representa um acréscimo anual de 14% (em 2006, o crescimento verificado tinha sido de 18,1%).

Por Associado, o número de inscrições subiu de 1,586, em 2006, para 1,655, em 2007.

A procura de produtos mutualistas tem-se mantido constante em torno de algumas modalidades, nomeadamente, Capitais de Reforma, Capitais de Previdência Diferidos com Opção e Garantia de Pagamento de Encargos.

As repercussões do bom desempenho, proporcionadas pela vertente associativa, manifestaram-se, de forma visível, no comportamento das Receitas Associativas. As alterações introduzidas nas condições de algumas modalidades actuariais, em simultâneo com a divulgação de uma nova modalidade de capitalização, contribuíram para reforçar o volume de capitais entregues pelos Associados.

Este facto permitiu inverter a tendência negativa observada no ano anterior, possibilitando, em 2007, um crescimento no montante de quotizações e capitais acima dos 12%:

- Do lado das Modalidades de Capitalização ficou bem patente o volume de capitais entregues na Modalidade Capitais de Reforma com Prazo Certo (70 671 milhares de euros, realizados em três séries), em contraponto com a evolução observada na tradicional Modalidade de Capitais de Reforma (- 40 584 milhares de euros). A subida das

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidade)

(milhares de euros)

MODALIDADES	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	4 748	1,66	4 130	1,62	618	15,0
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	279 226	97,50	249 766	98,03	29 460	11,8
2.1. Capitais de Reforma	139 625	48,76	180 209	70,73	-40 584	-22,5
2.2. Poupança de Reforma	6 628	2,31	9 782	3,84	-3 154	-32,2
2.3. Capitais de Reforma com Prazo Certo	70 671	24,68		0,00	70 671	
2.4. Outras Modalidades	62 302	21,76	59 775	23,46	2 527	4,2
Pensões de Reforma	5 566	1,94	6 362	2,50	- 796	-12,5
P.R. – Restituição de Quotas	485	0,17	498	0,20	- 13	-2,6
P.R. – Adicional de Invalidez	12	0,00	14	0,01	- 2	-14,3
Pensões p/ Deficientes	29	0,01	27	0,01	2	7,4
Pensões Sobrevivência e Dotes	11	0,00	11	0,00	0	0,0
Rendas de Sobrevivência	52	0,02	54	0,02	-2	-3,7
Capitais de Previdência	681	0,24	659	0,26	22	3,3
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	31 809	11,11	30 416	11,94	1 393	4,6
Capitais de Previdência a Prazo	103	0,04	313	0,12	- 210	-67,1
Capitais p/ Jovens	3 846	1,34	4 063	1,59	-217	-5,3
Capitais de Garantia	121	0,04	78	0,03	43	55,1
Capitais Diferidos c/ Cobertura Adicional	10	0,00	12	0,00	-2	-16,7
Capitais p/ Estudos	576	0,20	574	0,23	2	0,3
Capital Temporário de Invalidez	12	0,00	13	0,01	-1	-7,7
Subsídio por Morte	21	0,01	19	0,01	2	10,5
Garantia de Pagamento de Encargos	18 964	6,62	16 657	6,54	2 307	13,9
Modalidades Diversas	4	0,00	5	0,00	-1	-20,0
3. MODALIDADES COLECTIVAS	665	0,23	741	0,29	-76	-10,3
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES	1 741	0,61	147	0,06	1 594	
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	286 380	100,00	254 784	100,00	31 596	12,4

taxas de juro, observada em grande parte do ano, e as estruturas subjacentes a cada um dos produtos possibilitaram a garantia de uma taxa de rendibilidade mais favorável no primeiro caso;

- Em termos das quotizações recebidas das Outras Modalidades (+ 4,2%), interessa relevar o encaixe observado nas Modalidades de Garantia de Pagamento de Encargos (+ 2 307 milhares de euros) e de Capitais de Previdência Diferidos com Opção (+ 1 393 milhares euros) e a diminuição de quotas recebidas na Modalidade de Pensões de Reforma (- 796 milhares de euros).

7.1.3. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

Comparativamente com o ano de 2006, observou-se um acréscimo de 60 704 milhares de euros, no montante de Benefícios Vencidos e Reembolsos. Este aumento, traduzido numa taxa de crescimento anual de 45,8%, conduziu, no final do período em análise, a um montante acumulado de 193 346 milhares de euros.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	6 002	6 407	5 816	5 921	486	8,2
Valores Subscritos	6 002	2 656	5 816	2 274	382	16,8
Subvenções e Melhorias		3 751		3 647	104	2,8
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	16 556	36 497	14 600	31 870	4 627	14,5
Valores Subscritos	16 556	31 546	14 600	27 168	4 378	16,1
Subvenções e Melhorias		4 951		4 702	249	5,3
REEMBOLSOS	48 211	134 424	37 058	82 061	52 363	63,8
OUTROS CUSTOS	2 631	16 018	2 152	12 790	3 228	25,2
TOTAL	73 400	193 346	59 626	132 642	60 704	45,8

A variação anual de valores observada continua a ser justificada, fundamentalmente, pelo ritmo crescente de reembolsos verificado na modalidade de Capitais de Reforma e, também, pelo vencimento de fracções de algumas modalidades a termo certo que, normalmente, envolvem montantes significativos de capital.

7.1.4. MELHORIAS ATRIBUÍDAS AOS BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO E EM CURSO DAS MODALIDADES ACTUARIAIS

A Associação Mutualista atribuiu, em 2007, de acordo com o Artigo 18.º dos Estatutos, conjugado com o Artigo 53.º do Código Mutualista, uma taxa de melhorias de benefícios de 1%, em função do volume das Reservas Matemáticas constituídas na generalidade das Modalidades Actuariais. Excluíram-se de atribuição de melhorias, as modalidades com Fundo Disponível negativo e com insuficiência de Reservas Matemáticas.

Foram assim distribuídos aos Associados cerca de 2 027 milhares de euros.

7.1.5. RENDIBILIDADE DAS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Aos subscritores das Modalidades de Capitalização foi distribuída uma rendibilidade anual global de 3,7%, composta por uma componente de rendimento anual garantido (3%) e uma parcela como participação nos resultados anuais (0,7%). Às subscrições de Capitais de Reforma efectuadas de 1 de Março de 1990 a 31 de Agosto de 1992 foi assegurado o rendimento anual garantido de 5,5%.

7.1.6. RENDAS VITALÍCIAS

Foram contabilizadas, no final do ano, valores correspondentes a 856 rendas e 471 rendistas, das quais 16 referem-se a novas rendas constituídas no ano (em 2006, tinham sido constituídas 13 novas rendas).

O montante de capitais recebidos de Rendas Vitalícias totalizou 1 444 milhares de euros, tendo o volume de encargos anuais ascendido a 2 764 milhares de euros, muito próximo dos valores registados no ano anterior (2 806 milhares de euros).

7.2. RENDIBILIDADE LÍQUIDA DOS ACTIVOS

O volume de Activo Líquido da Associação Mutualista totalizou, no final do ano de 2007, 2 261 993 milhares de euros.

EVOLUÇÃO DO ACTIVO LÍQUIDO DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis	124 294	5,5	123 627	5,9	667	0,5
Títulos de Crédito	584 399	25,8	571 924	27,3	12 475	2,2
Participação Financeira Institucional	635 000	28,1	585 000	28,0	50 000	8,5
Participações Financeiras Diversas	41 787	1,9	42 567	2,0	-780	-1,8
Disponibilidades	836 964	37,0	743 454	35,5	93 510	12,6
Outros	39 549	1,7	25 676	1,3	13 873	54,0
TOTAL	2 261 993	100,0	2 092 248	100,0	169 745	8,1

A gestão dos activos financeiros proporcionou uma taxa média anual de rentabilidade (incluindo resultados extraordinários) de 4,18%, abaixo daquela que tinha sido obtida no ano transacto (4,19%).

RENTIBILIDADE LÍQUIDA DOS ACTIVOS FINANCEIROS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	Saldo Médio		Rendimento		Taxa Média de Rentabilidade	
	Valor	%	Valor	%	2007	2006
Imóveis	122 618	5,6	10 932	12,0	8,92	10,25
Títulos de Crédito	608 819	27,9	20 438	22,4	3,36	5,85
Participação Financeira Institucional	588 846	27,0	20 252	22,2	3,44	2,05
Participações Financeiras Diversas	43 417	2,0	6 454	7,1	14,87	7,52
Disponibilidades	785 943	36,0	32 406	35,5	4,12	3,39
Outros	32 767	1,5	839	0,9	2,56	0,32
TOTAL	2 182 410	100,0	91 321	100,0	4,18	4,19

Este comportamento fica marcado, pela positiva, pelo retorno da participação financeira institucional detida na Caixa Económica e pela melhoria de rentabilidade associada aos Depósitos Bancários que beneficiaram, ao longo do ano de 2007, do acréscimo de taxas do mercado monetário. Pela negativa, há a registar a quebra de rentabilidade observada na classe de Imóveis – influenciada pela alienação de imóveis realizada no ano de 2006 – e na classe de Títulos de Crédito que foi, significativamente, penalizada pela necessidade de reforçar o montante de provisões já constituído. Deve anotar-se, contudo, que dada a natureza dos títulos (obrigações sem risco ou com pouco risco) se espera vir a libertar, no futuro, grande parte das provisões constituídas.

7.2.1. CARTEIRA DE IMÓVEIS

O valor bruto de inventário da Carteira de Imóveis totalizava, no final de 2007, 169 198 milhares de euros, o equivalente a uma variação homóloga de 2,1% (3 496 milhares de euros).

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE IMÓVEIS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis para Rendimento	148 282	87,6	144 955	87,5	3 327	2,3
Edifícios p/ Instalações Próprias	18 401	10,9	18 261	11,0	140	0,8
Terrenos para Construções	2 515	1,5	2 486	1,5	29	1,2
TOTAL a)	169 198	100,0	165 702	100,0	3 496	2,1

a) Este valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», porque aqueles estão deduzidos de amortizações, nos valores de 44 904 milhares de euros e 42 075 milhares de euros, em 2007 e 2006, respectivamente.

Durante este período, a carteira de imóveis proporcionou um rendimento líquido de 10 932 milhares de euros (12 346 milhares de euros, em 2006). Esta quebra de 11,5% está directamente relacionada com as alienações de imóveis efectuadas no ano de 2006.

7.2.2. EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

Durante o ano de 2007, foram realizados 1 023 novos contratos de Empréstimos a Associados (707 Empréstimos sobre Reservas Matemáticas e 316 Empréstimos sobre Capitais). Comparativamente com o ano transacto foram efectuados, no total, mais 384 contratos. A possibilidade dos subscritores das modalidades de capitalização poderem, também, recorrer a Empréstimos sobre os Capitais reforçou o montante de crédito concedido no ano de 2007. O valor total concedido mais do que duplicou o valor atribuído em 2006, atingindo cerca de 2 663 milhares de euros (1 221 milhares de euros, em 2006).

Os Empréstimos sobre Reservas Matemáticas e Quotas Restituíveis têm a particularidade de poderem ser realizados até um período de 36 meses e de terem um elevado grau de rotatividade. No caso dos Empréstimos sobre Capitais, existe a possibilidade do prazo ser mais dilatado, podendo ser realizados por um período até 60 meses.

7.2.3. CARTEIRA DE TÍTULOS

A posição da Carteira de Títulos da Associação Mutualista ascendeu, no final do ano, a 599 010 milhares de euros, traduzindo uma variação homóloga positiva de 3,9% (22 556 milhares de euros). Ao longo do exercício, continuou a observar-se uma crescente diversificação da carteira ao nível das aplicações financeiras alternativas, designadamente obrigações (sobretudo, de empresas estrangeiras) e fundos de investimento mobiliários. Reforçou-se a posição na carteira de acções e incentivou-se as aplicações em produtos derivados, nomeadamente CDS – *Credit Default Swaps*, *Swaps* (de cobertura de risco) e Opções. A subida das taxas juro, patente em grande parte do ano de 2007 motivou, por outro lado, a alienação de posições detidas em taxa fixa, nomeadamente, obrigações do tesouro nacionais.

Deste modo, no final do período em análise, a carteira de títulos apresentava a seguinte estrutura:

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS ANTES DE PROVISÕES

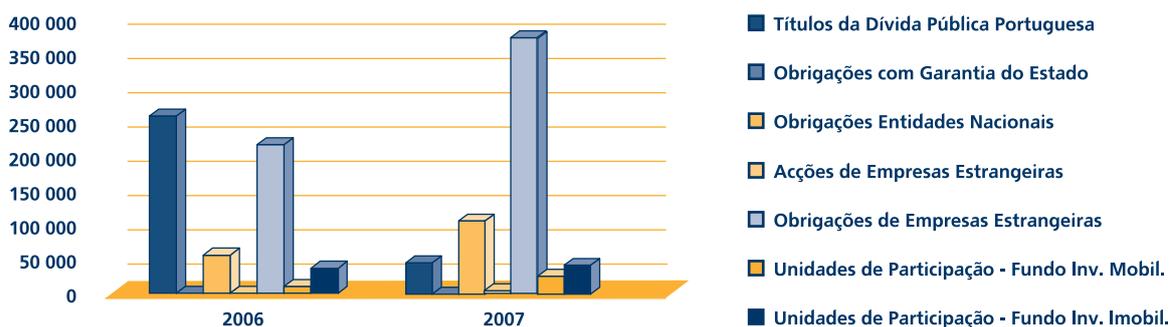
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Títulos da Dívida Pública Portuguesa	44 765	7,5	258 244	44,8	-213 479	-82,7
Títulos da Dívida Pública Estrangeira	14 923	2,5	0	0,0	14 923	
Obrigações com Garantia do Estado	0	0,0	32	0,0	-32	-100,0
Obrigações Entidades Nacionais	104 322	17,4	55 493	9,6	48 829	88,0
Acções de Empresas Estrangeiras	3 611	0,6	12	0,0	3 599	
Obrigações de Empresas Estrangeiras	364 644	60,9	216 650	37,6	147 994	68,3
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Mobiliário	25 713	4,3	9 583	1,7	16 130	168,3
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Imobiliário	41 032	6,8	36 440	6,3	4 592	12,6
TOTAL (a)	599 010	100,0	576 454	100,0	22 556	3,9

a) Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa "Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista", porque aqueles estão deduzidos de provisões (respectivamente 14 611 milhares de euros e 4 531 milhares de euros, em 2007 e 2006)

É notório o alargamento do leque de investimentos financeiros, ocorrido durante o ano de 2007, na procura de novas aplicações alternativas, numa tentativa de proporcionar maiores níveis de rentabilidade e uma maior diluição do risco específico e de mercado dos investimentos.

(milhares de euros)



O rendimento líquido acumulado, gerado pela carteira de títulos de crédito da Associação Mutualista totalizou 20 438 milhares de euros (41,5% inferior a 2006), no final do ano de 2007. Este decréscimo justifica-se pela alienação de alguns títulos em carteira (nomeadamente, fundos de investimento e, sobretudo, obrigações de dívida pública) e, principalmente, pela necessidade de reforçar os níveis de provisões acumulados da carteira, na sequência da descida de algumas valorizações de mercado, conforme mapa seguinte:

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Títulos da Dívida Pública Portuguesa	9 395	46,0	23 340	66,8	-13 945	-59,7
Títulos da Dívida Pública Estrangeira	248	1,2	-70	-0,2	318	
Obrigações com Garantia do Estado	1	0,0	4	0,0	-3	-69,5
Obrigações Entidades Nacionais	2 470	12,1	1 493	4,3	977	65,5
Acções de Empresas Nacionais	11	0,0	239	0,7	-228	
Acções de Empresas Estrangeiras	30	0,1	9	0,0	21	224,3
Obrigações de Empresas Estrangeiras	4 758	23,3	1 960	5,6	2 798	142,7
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Mobiliário	896	4,4	1 266	3,6	-369	-29,2
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Imobiliário	2 627	12,9	2 573	7,4	55	2,1
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Estrangeiro	0	0,0	4 142	11,8	-4 142	
TOTAL	20 438	100,0	34 956	100,0	-14 518	-41,5

7.2.4. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

7.2.4.1. Participação Financeira Institucional na Caixa Económica Montepio Geral

A Associação Mutualista reforçou a Participação Financeira Institucional na Caixa Económica no montante de 50 milhões de euros, na sequência da proposta aprovada em Assembleia Geral de Associados. Desta forma, a Participação Financeira da Associação Mutualista na Caixa Económica passou de 585 000 milhares de euros para 635 000 milhares de euros.

O retorno deste investimento saldou-se, em 2007, numa transferência de resultados para a Associação Mutualista de 20 377 milhares de euros.

7.2.4.2. Participações Financeiras Diversas

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E SEUS RENDIMENTOS

(milhares de euros)

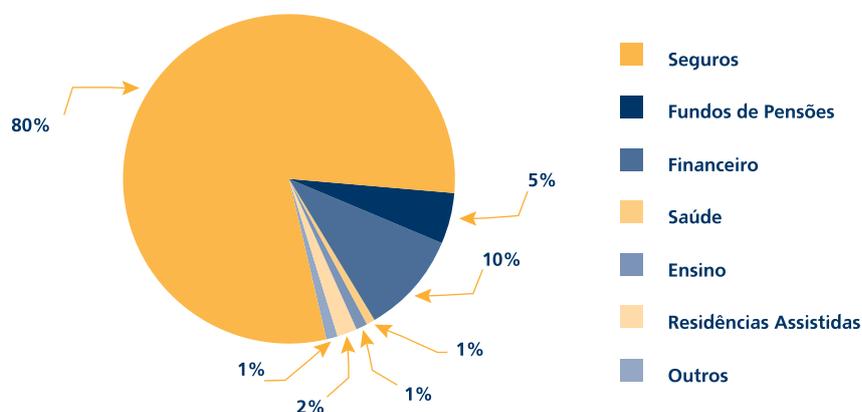
DESIGNAÇÃO	2007				2006				Variação			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
ESTRATÉGICAS	37 729	88,8	2 706	41,9	35 008	79,8	2 485	78,4	2 722	6,2	221	7,0
MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	1 331	3,1	370	5,7	1 331	3,0	297	9,4	0	0,0	73	2,3
FUTURO	1 963	4,6	893	13,8	1 963	4,5	792	25,0	0	0,0	100	3,2
LUSITANIA – VIDA	9 647	22,7	330	5,1	6 925	15,8	282	8,9	2 721	6,2	48	1,5
LUSITANIA – Companhia de Seguros	23 769	56,0	1 113	17,2	23 769	54,2	1 113	35,1	0	0,0	0	0,0
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, Serv. Saúde, SA	1 020	2,4	0	0,0	1 020	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
NÃO ESTRATÉGICAS	4 737	11,2	3 748	58,1	8 868	20,2	686	21,6	-4 131	-9,4	3 063	96,6
LEACOCK	242	0,6	0	0,0	242	0,6	50	1,6	0	0,0	-50	-1,6
SILVIP	308	0,7	220	3,4	308	0,7	386	12,2	0	0,0	-167	-5,3
BAO – BANCO DA ÁFRICA OCIDENTAL	0	0,0	704	10,9	153	0,3	31	1,0	-153	-0,3	673	21,2
CAIXA ECONÓMICA CABO VERDE	2 582	6,1	183	2,8	2 582	5,9	183	5,8	0	0,0	0	0,0
BDC – Banco de Desenv. e Comércio	0	0,0	3 168	49,1	2 943	6,7	0	0,0	-2 943	-6,7	3 168	99,9
PREVISÃO	0	0,0	23	0,4	50	0,1	2	0,1	-50	-0,1	21	0,7
OUTRAS	1 604	3,8	-550	-8,5	2 589	5,9	33	1,0	-985	-2,2	-583	-18,4
TOTAL a)	42 466	100,0	6 454	100,0	43 876	100,0	3 171	100,0	-1 410	-3,2	3 284	103,6

a) Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», porque aqueles estão deduzidos de provisões, no valor de 679 milhares de euros e de 1 309 milhares de euros, respectivamente, em 2007 e 2006.

Em termos homólogos, a carteira de Participações Financeiras Diversas da Associação Mutualista apresentou uma variação negativa de 3,2% (-1 410 milhares de euros). As principais justificações assentam nas seguintes ocorrências:

- participação no aumento de capital da sociedade Lusitania Vida, com o conseqüente exercício de direitos de subscrição (2 721 milhares de euros);
- alienação das posições detidas nas sociedades: Previsão (50 milhares de euros), B.A.O. – Banco da África Ocidental (153 milhares de euros), e BDC – Banco de Desenvolvimento e Comércio (2 943 milhares de euros);
- liquidação da participação financeira na sociedade Credint (986 milhares de euros).

As participações financeiras da Associação Mutualista passaram a apresentar, em termos gráficos, a seguinte estrutura:



Em termos de rentabilidade, a taxa proporcionada por esta carteira foi, significativamente, beneficiada pelos proveitos extraordinários decorrentes das alienações efectuadas durante o ano. Por este motivo, a taxa média de rentabilidade subiu de 7,52%, registada em 2006, para 14,9%, obtida em 2007, tendo o rendimento líquido acumulado totalizado 6 454 milhares de euros (3 171 milhares de euros em 2006).

7.2.5. DISPONIBILIDADES

O volume das aplicações de curto prazo (nomeadamente, depósitos bancários) cresceu, em 2007, cerca de 12,6%, ou seja, 93,5 milhões de euros. Esta situação teve em conta a evolução ocorrida no mercado de títulos no 2.º semestre do ano e contemplou, também, a necessidade de diversificar os instrumentos de aplicações financeiras, como alternativa aos investimentos no mercado de capitais, pautados por alguma volatilidade no seu comportamento.

Em termos médios, esta classe de activos proporcionou uma taxa de rentabilidade de 4,12% (3,39%, em 2006), reflectindo a subida generalizada das taxas de juro dos mercados financeiros, visível em grande parte do ano de 2007.

7.3. ACTIVIDADES DIVERSAS

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES A ASSOCIADOS

Os benefícios recebidos pelos Associados incluem:

Rendibilidade dos Capitais Aplicados nas Modalidades Mutualistas

MODALIDADES	2003	2004	2005	2006	2007
MODALIDADES ACTUARIAIS					
Taxa de Melhorias (1)	5,50%	2,00%	1,50%	1,00%	1,10% (3)
Montante Atribuído (milhares de euros)	11 689	3 758	2 884	2 027	2 309 (3)
Taxa de Actualização de Rendas Vitalícias	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,10% (3)
Montante Atribuído (milhares de euros)	289				5 (3)
MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO					
Taxa Mínima Garantida (2)					
• Capitais de Reforma					
• Poupança Reforma	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,238%
• Modalidades Colectivas					3,000%
Montante Atribuído (milhares de euros)					
• Capitais de Reforma	15 167	21 956	30 851	37 512	42 862
• Poupança Reforma	10	374	798	984	1 343
• Modalidades Colectivas	163	189	216	220	214
Taxa de Participação nos Resultados					
• Capitais de Reforma					0,762% (3)
• Poupança Reforma	2,52%	1,15%	0,50%	0,70%	
• Modalidades Colectivas					1,000% (3)
Montante Atribuído (milhares de euros)					
• Capitais de Reforma	12 725	8 928	6 004	8 126	9 688 (4)
• Poupança Reforma	8	143	133	221	317 (4)
• Modalidades Colectivas	136	63	36	47	71 (4)

(1) A partir do ano de 2005, inclusive, a taxa de melhorias foi, apenas, atribuída às Modalidades com Fundo Disponível positivo e com Bases Técnicas suficientes.

(2) Valores atribuídos no próprio ano.

As subscrições efectuadas entre 1-Mar-1990 e 31-Ago-1992 foi assegurado, a partir do ano de 2004 (inclusive), um rendimento anual garantido de 5,5%. Estas inscrições não tiveram, consequentemente, direito ao **complemento de resultados**.

(3) Valores Propostos (em aprovação em Assembleia Geral de Associados)

(4) Foi prevista a utilização de +/- 2,5 milhões de euros de Excedentes Técnicos, acumulados em anos anteriores.

Outros Benefícios

Enquanto Clientes da Caixa Económica existe, também, uma larga gama de produtos oferecidos que permite, aos Associados do Montepio, a atribuição de um conjunto de benefícios.

Por exemplo, em Operações Activas, como o Crédito à Habitação e o Crédito ao Consumo, os Associados podem beneficiar da redução de *spreads* quando negociam este tipo de operação (actualmente, 0,1% e 0,5%, respectivamente). Por outro lado, relativamente a Operações Passivas disponibilizadas pela Caixa Económica, os Associados do Montepio podem usufruir de um leque de outros benefícios que vão da isenção de comissões de manutenção nas Contas à Ordem e na Administração de Propriedades, a descontos na anuidade de Cartões de Crédito, passando pela majoração de taxas de juro na subscrição de Depósitos a Prazo ou noutro tipo de produtos.

Assim, em 2007, o valor de benefícios atribuídos aos Associados, enquanto clientes da CEMG, totalizou 9 965 milhares de euros.

TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA CAIXA ECONÓMICA AOS ASSOCIADOS EM 2007

(milhares de euros)

CLASSE	Família Produtos	Valor do Benefício
PRODUTO ACTIVO	Crédito à Habitação	7 188
	Crédito ao Consumo	468
	Depósito Ordem	981
PRODUTOS DE PASSIVO	Depósito Prazo	524
	Depósitos Estruturados	138
	Produtos Mistos	219
	Cartões de Crédito	446
PRODUTOS FORA DE BALANÇO	Administração Propriedades	0,2
	TOTAL	9 965

Acordos

Com vista a alargar a rede de benefícios complementares ao dispor dos Associados do Montepio Geral foram celebrados, em 2007, Acordos com 60 Entidades de todo o país, e que resultaram no acesso a mais 145 Pontos de Desconto para os Associados.

A 31 de Dezembro de 2007, a Associação Mutualista tinha em vigor Acordos com 505 Entidades, os quais resultavam no acesso a 1 374 Pontos de Desconto em todo o país, distribuídos pelas seguintes áreas de valência:

ÁREAS	Saúde	Ópticas	Turismo	Desporto e Formação	Protecção Social	Outras Áreas
N.º Pontos Desconto	367	305	249	221	17	215
Peso	26,71%	22,20%	18,12%	16,08%	1,24%	15,65%

Os descontos oferecidos aos Associados do Montepio são, na sua generalidade, extensíveis aos familiares dos Associados efectivos (ascendentes e descendentes do 1º grau e cônjuges) e variam entre um mínimo de 2% e máximo de 50% sobre a tabela de preços praticada, pelas Entidades, para o público em geral. A maior parte dos descontos concedidos são de 10%, 20% e 15 %, respectivamente.

COMEMORAÇÕES INSTITUCIONAIS

O 167.º aniversário do Montepio Geral – Associação Mutualista foi assinalado por um concerto que esteve a cargo da Orquestra Metropolitana de Lisboa e do consagrado intérprete Rui Veloso. O evento teve lugar na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa e contou com a presença de mais de um milhar de convidados, entre Associados, Clientes e Colaboradores.

Por seu lado, o 163.º aniversário da Caixa Económica Montepio Geral e do seu primeiro Balcão de Lisboa – Rua do Ouro – ficaram, igualmente, marcados por uma iniciativa de carácter musical, realizada no Centro Cultural de Belém.

Ao longo do ano 2007, marcados pela confraternização entre Associados, Clientes e Colaboradores foram, ainda, celebrados: o 40.º aniversário do Balcão Aveiro – Alberto Souto; o 35.º aniversário dos Balcões Lisboa – S. José, Moscavide e Setúbal – Praça do Bocage e o 25.º aniversário dos Balcões Vila Real e Viana do Castelo.

No âmbito da nova imagem e identidade corporativa, deu-se início, em Abril, à nova arquitectura de interiores nos Balcões, tendo o Balcão Lisboa – Santo Amaro sido o primeiro da rede comercial a receber o novo visual. Para além de transmitir os valores da nova identidade, este novo rosto reflecte, também, um novo conceito de atendimento onde se privilegia a relação com os Associados e Clientes.

OUTROS EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, realizou-se, no Auditório do edifício – sede do Montepio, uma conferência dedicada ao tema «As Mutualidades na Europa de Hoje». Esta iniciativa foi promovida em parceria com a AIM (Associação Internacional das Mutualidades) e com outras organizações mutualistas internacionais, nomeadamente, a ACME (*Association of European Cooperative and Mutual Insurers*) e a AISAM (*Association Internationale des Sociétés d'Assurance Mutuelle*). Esta conferência contou com a participação do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Apoio à exposição de pintura «Movimento e Poética da Cor», da autoria de António Carmo, em exibição na Galeria do Palácio da Biblioteca Municipal Almeida Garret, no Porto.

PRÉMIOS

Na sequência do *rebranding* e da aposta na campanha publicitária humorística com o slogan «E você, é dono do seu banco?», por ocasião da mudança da identidade corporativa, o Montepio foi distinguido pela «Prémios Meios & Publicidade 2006» na categoria de «Melhor Branding ou Rebranding». Realizada no Centro de Congressos de Lisboa, esta iniciativa destinou-se a eleger os melhores projectos em marketing e publicidade.

7.4. FUNDOS PERMANENTES, FUNDOS PRÓPRIOS E RESERVAS

Este agregado, comparativamente com os anos anteriores, vem evidenciando taxas anuais de crescimento. Em 2007, a variação anual ocorrida foi de + 7,9% (162 792 milhares de euros) conduzindo a um montante final consolidado de 2 215 529 milhares de euros.

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS E RESERVAS

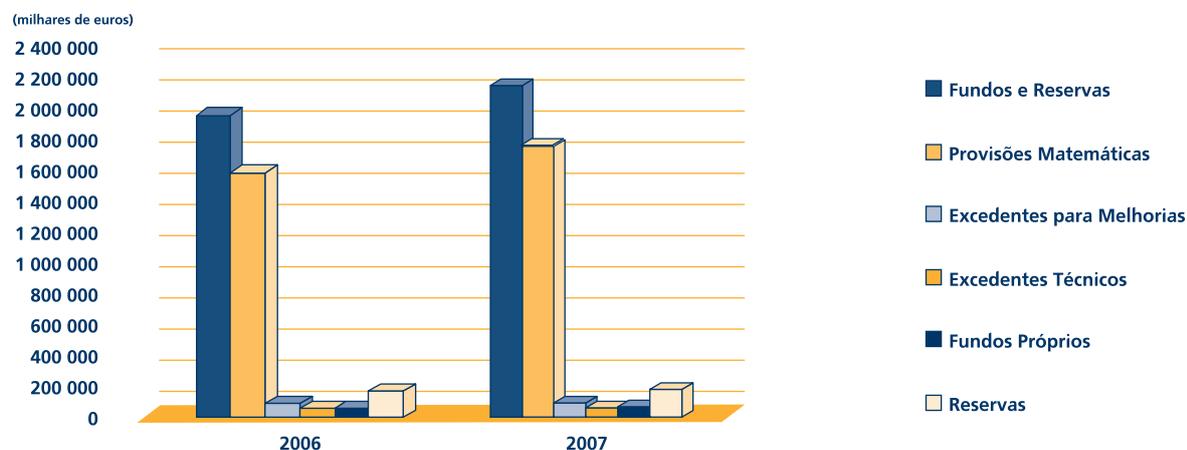
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
			Valor	%
FUNDOS PERMANENTES	1 961 977	1 818 917	143 060	7,9
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1 902 742	1 758 507	144 235	8,2
Reservas Matemáticas Estatutárias	1 741 796	1 587 874	153 922	9,7
Para Rendas Vitalícias	20 348	20 393	- 45	- 0,2
Provisões Matemáticas Actuarias	49 004	55 536	- 6 532	- 11,8
Subvenções e Melhorias de Benefícios	91 594	94 704	- 3 110	- 3,3
EXCEDENTES TÉCNICOS	59 235	60 410	- 1 175	- 1,9
FUNDOS PRÓPRIOS	68 263	59 449	8 814	14,8
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	28 111	23 584	4 527	19,2
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	853	853	0	0,0
FUNDO GARANTIA DE PAGAMENTO DE ENCARGOS	38 887	34 586	4 301	12,4
FUNDO SERV.CLÍNICOS-MONTEPIO EGITANIENSE	412	426	- 14	- 3,3
TOTAL FUNDOS PERMANENTES E PRÓPRIOS	2 030 240	1 878 366	151 874	8,1
RESERVAS	185 289	174 371	10 918	6,3
TOTAL FUNDOS E RESERVAS	2 215 529	2 052 737	162 792	7,9

Em termos globais, o montante de provisões matemáticas representa cerca de 86% do total de Fundos e Reservas.

As Provisões Matemáticas Estatutárias foram a componente que, em valor, maior evolução apresentou ao longo de 2007 (+ 153 922 milhares de euros). Esta situação espelha o reforço das responsabilidades assumidas para com os Associados decorrente, sobretudo, das subscrições efectuadas nas modalidades de capitalização.

Voltou a efectuar-se, pelo terceiro ano consecutivo, um teste de adequação às responsabilidades das modalidades actuariais, baseado em pressupostos mais adequados à realidade de hoje, quer em termos de esperança de vida da população, como da taxa de juro mais ajustada para o desconto das responsabilidades. De acordo com os cálculos efectuados, foi possível libertar reservas matemáticas no montante de 6 532 milhares de euros, constituídas em anos anteriores.



O grau de cobertura das responsabilidades da Associação Mutualista manteve-se praticamente inalterado, passando de 1,168, em 2006, para 1,164, em 2007. O indicador traduz a boa solidez financeira da Associação Mutualista e a capacidade para honrar os compromissos futuros assumidos.

7.5. RESULTADOS

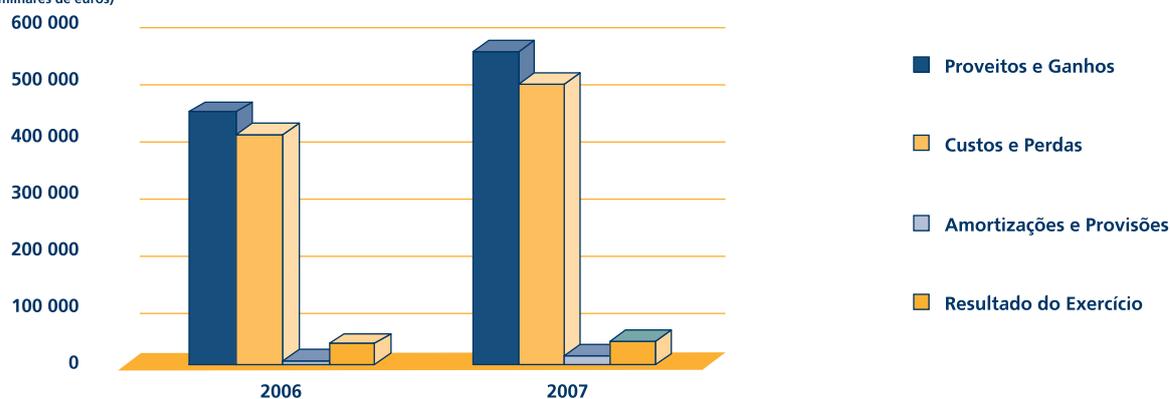
A Associação Mutualista apresentou, no final de 2007, um Resultado Líquido de 41 404 milhares de euros (34 925 milhares de euros, em 2006). Este desempenho resulta do efeito conjunto do comportamento das seguintes rubricas:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
			Valor	%
1. PROVEITOS E GANHOS				
Proveitos Inerentes a Associados	437 944	349 422	88 522	25,3
Proveitos Suplementares	8	5	3	60,0
Comparticipações e Subsídios à Exploração	20 252	11 497	8 755	76,2
Proveitos e Ganhos Financeiros	79 995	71 477	8 518	11,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários	12 248	12 956	-708	-5,5
TOTAL	550 447	445 357	105 090	23,6
2. CUSTOS E PERDAS				
Custos Inerentes a Associados	477 815	385 963	91 852	23,8
Fornecimentos e Serviços Externos	2 866	3 537	-671	-19,0
Custos com o Pessoal	6 788	7 475	-687	-9,2
Outros Custos Operacionais	1 025	758	267	35,2
Custos e Perdas Financeiras	3 032	5 298	-2 266	-42,8
Custos e Perdas Extraordinárias	1 858	1 557	301	19,3
TOTAL	493 384	404 588	88 796	21,9
3. MEIOS LIBERTOS	57 063	40 769	16 294	40,0
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	2 830	2 766	64	2,3
5. AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV. FINANCEIROS	12 829	3 078	9 751	316,8
6. RESULTADO DO EXERCÍCIO (3-4-5)	41 404	34 925	6 479	18,6

(milhares de euros)



A taxa de crescimento observada (+18,6%) tem como principais razões justificativas as seguintes ocorrências desencadeadas ao longo deste ano:

- Acréscimo significativo dos Resultados transferidos da Caixa Económica;
- Aumento considerável dos Proveitos e Ganhos Financeiros, em quase todas as suas componentes;
- Redução de Custos e Perdas Financeiras;

- Diminuição do montante de Custos Administrativos;
- Maior exigência de encargos suportados com o rendimento mínimo garantido das Modalidades de Capitalização e maiores pagamentos efectuados na modalidade de Garantia de Pagamento de Encargos;
- Reforço do montante de Provisões constituído na Carteira de Títulos de crédito, como consequência da volatilidade patente no comportamento do mercado de capitais, com reflexos imediatos na carteira, sobretudo, de obrigações.

7.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL

Considerando os Resultados do Exercício, constituídos pelos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas e Outros Fundos e, também, pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, no valor de 41 403 857,69 euros;

Considerando a determinação legal e estatutária de recorrer ao Excedente Técnico do Fundo Permanente da Modalidade de Pensões de Reforma 4% TV 88/90, para cobertura do saldo anual negativo do seu Fundo Disponível, no valor de 17 756,87 euros;

Considerando a determinação legal e estatutária de recorrer ao Fundo de Reserva Geral para complementar a cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, em virtude do esgotamento dos Excedentes Técnicos dos seus Fundos Permanentes, no valor de 81 756,57 euros;

Fundo Permanente da Respectiva Modalidade

(Euros)

– Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Pensões de Reforma – (Tx técnica – 4% TV 88/90)	17 756,87
---	-----------

Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)

Pensões de Reforma (Estatutos de 1922)	45,22	
Pensões de Reforma – (Tx técnica – 4% TV 88/90)	17 436,25	
Rendas Vitalícias – 6%	64 275,10	81 756,57

TOTAL (1)		99 513,44
------------------	--	------------------

Considerando que, assim, fica disponível para aplicação o somatório dos Resultados do Exercício da Associação Mutualista do ano de 2007, com o Recurso aos Excedentes Técnicos dos Fundos Permanentes e ao Fundo de Reserva Geral, que se cifra em de 41 503 371,13 euros.

Propõe-se:

7.6.1. SALDO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS E RENDIMENTO DO FUNDO DE RESERVA GERAL ADICIONADOS DO RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL

Que lhe seja dada a seguinte aplicação:

7.6.1.1. Para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

– Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:		10 255 115,19	
Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das respectivas modalidades mutualistas):			
Modalidades Individuais			
Encargos com Médico e Administração	930,62		
Pensões de Sobrevivência e Dotes	100 388,97		
Capitais de Previdência – 4%	46 430,36		
Capitais de Previdência – 3%	4,06		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	76 049,93		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	1 464,79		
Capitais de Previdência a Prazo	2 074,16		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	29,94		
Capitais para Jovens – 4%	25 981,44		
Capitais para Jovens – 3%	209,24		
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	660,13		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	1 378,01		
Capital Temporário de Invalidez – 3%	1,61		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	135,15		
Capitais para Estudos	3 563,82		
Subsídio por Morte	2 515,72		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	49,52		
Pensões de Reforma – 6%	143 370,91		
Pensões de Reforma – 4%	32 084,95		
Pensões de Reforma – 3%	13,34		
Pensão Invalidez e Reforma	98,22		
Pensões para Deficientes	888,16		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	9 208,17		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	8 055,91		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	6 543,56		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	3,79		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	1 192,47		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	89,32		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	17,39		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	108,92		
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	16 944,60		
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	622,93		
Inscrição/Liberação de Propriedade Resolúvel	81,52		
Capitais de Reforma	397 250,51		
Capitais de Garantia	5 755,88		
Poupança Reforma	12 951,79		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	6 170,71		
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1983)	50,64		
Garantia de Pagamento de Encargos I	21 490,28		
Garantia de Pagamento de Encargos II	214,68		
Rendas Certas de Modalidades Colectivas – 4%	10,88		
Rendas Certas de Modalidades Colectivas – 3%	1,94		
Pensões de Modalidades Colectivas – 3%	117,36		
Quotas para Invalidez – Modalidades Colectivas	24,55		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	2 485,48		
Rendas de Sobrevivência	1 499,14		
Modalidades Colectivas	3 116,57		
Rendas Vitalícias – 4%	17 002,41		
Rendas Vitalícias – 3%	261,65	949 596,10	
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (57% do saldo anual do Fundo Disponível da respectiva modalidade mutualista):			
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)		4 273 346,89	15 478 058,18

7.6.1.2. Para os Fundos Permanentes das Respectivas Modalidades:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)		
– Excedentes Técnicos:		
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 907 390,41	
Capitais de Previdência – 4%	882 176,93	
Capitais de Previdência – 3%	77,15	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	1 444 948,77	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	27 831,08	
Capitais de Previdência a Prazo	39 409,14	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	568,93	
Capitais para Jovens – 4%	493 647,45	
Capitais para Jovens – 3%	3 975,47	
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	12 542,46	
Capital Temporário de Invalidez – 4%	26 182,13	
Capital Temporário de Invalidez – 3%	30,52	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	2 567,84	
Capitais para Estudos	67 712,52	
Subsídio por Morte	47 798,73	
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	940,83	
Pensões de Reforma – 6%	2 724 047,31	
Pensões de Reforma – 4%	609 614,14	
Pensões de Reforma – 3%	253,37	
Pensão Invalidez e Reforma	1 866,15	
Pensões para Deficientes	16 875,07	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	174 955,15	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	153 062,29	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	124 327,69	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	71,97	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	22 656,83	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	1 697,14	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	330,43	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2 069,56	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	321 947,33	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	11 835,73	
Inscrição/Liberação de Propriedade Resolúvel	1 548,75	
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1983)	962,20	
Rendas Certas Modalidades Colectivas – 4%	206,73	
Rendas Certas Modalidades Colectivas – 3%	36,76	
Pensões de Modalidades Colectivas – 3%	2 229,91	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	47 224,14	
Rendas de Sobrevivência	28 483,60	
Rendas Vitalícias – 4%	323 045,75	
Rendas Vitalícias – 3%	4 971,43	9 532 119,79

7.6.1.3. Para os Fundos Próprios das Respectivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma	7 547 759,67		
Capitais de Garantia	109 361,67		
Poupança Reforma	246 084,01		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	117 243,44		
Quota para Invalidez – Modalidades Colectivas	466,54		
Modalidades Colectivas	59 214,88	8 080 130,21	
– Fundo de Solidariedade Associativa		4 732 856,59	
– Fundo de Administração		26 377,54	
– Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitanense		17 681,70	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos 1988		3 223 752,91	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos I		408 315,30	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos II		4 078,91	16 493 193,16
TOTAL (2)			41 503 371,13
TOTAL (3) = TOTAL (2) - TOTAL (1)			41 403 857,69

7.7. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO NO FUNDO DE RESERVA GERAL DOS VALORES UTILIZADOS PARA COMPLETAR OS FUNDOS DISPONÍVEIS

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, devem as seguintes Modalidades ressarcir o Fundo de Reserva Geral pelo montante utilizado, em anos anteriores, para completar o seu Fundo Disponível (n.º 3 do Artigo 64.º dos Estatutos), no montante de 61 514,14 euros.

Propõe-se que seja efectuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	12 498,60	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	36 106,56	
Rendas de Sobrevivência	12 908,98	61 514,14

7.8. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO NO FUNDO DE RESERVA GERAL E EXCEDENTES TÉCNICOS

Dando seguimento ao processo iniciado no ano de 2005, voltou a efectuar-se um teste de adequação às responsabilidades das modalidades actuariais, baseado em pressupostos mais adequados à realidade. Os cálculos agora efectuados demonstraram que algumas modalidades podem libertar reservas matemáticas constituídas no ano anterior.

Propõe-se que seja feita a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral			
Pensões de Reforma – 6%	2 724 047,31		
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	321 947,33		
Rendas Vitalícias – 4%	323 045,75		
		3 369 040,39	
– Para Excedentes Técnicos			
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 620 912,40		
Pensões de Reforma – 4%	609 614,14		
Pensões de Invalidez e Reforma	1 314,30		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2 069,56		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	10 279,73		
		2 244 190,13	
TOTAL			5 613 230,52

7.9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (1,1% das Reservas Matemáticas referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2007), às seguintes modalidades:

(Euros)

(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código Mutualista)	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	249 718,46
Capitais de Previdência – 4%	383 089,58
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	1 146 142,33
Capitais de Previdência a Prazo	23 487,48
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	180,75
Capitais para Jovens – 4%	410 140,40
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	16,25
Capital Temporário de Invalidez – 4%	663,97
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	770,39
Capitais para Estudos	53 558,93
Subsídio por Morte	18 298,02
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	182,57
Pensões para Deficientes	4 381,98
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	71,07
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	36,39
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	11 372,68
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	801,42
Rendas de Sobrevivência	5 649,06
TOTAL	2 308 561,73

As restantes Modalidades, não beneficiam da atribuição de Melhorias por:

- apresentarem Fundo Disponível negativo;
- as subscrições terem sido efectuadas há menos de um ano;
- beneficiarem da libertação de provisões matemáticas actuariais, constituídas no ano de 2006, e cujos montantes utilizados importa repor, conforme proposto no ponto 7.8.

7.10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de Dezembro de 2006 sejam actualizadas de 1,1% (4 709,86 euros).

7.11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE COMPLEMENTO DE RESULTADOS ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando o rendimento anual gerado pelos Capitais de Reforma, Poupança Reforma e Modalidades Colectivas que, após a cobertura das taxas garantidas, se traduz nos valores das dotações para os respectivos Fundos Próprios referidos no ponto 7.6.1.3., propõe-se que a estas modalidades de capitalização seja atribuída a rendibilidade anual global de 4%. Deste modo, será assegurado o rendimento anual garantido de 3,238% (3% no caso das Modalidades Colectivas), nos termos dos respectivos Regulamentos, ao qual acresce um complemento de 0,762% (1% no caso das Modalidades Colectivas), como participação nos resultados anuais das modalidades. Às subscrições de Capitais de Reforma efectuadas de 1 de Março de 1990 a 31 de Agosto de 1992 continua a ser assegurado o rendimento anual garantido de 5,5%.

7.12. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL DOS VALORES ACUMULADOS EM EXCEDENTES TÉCNICOS

Por encerramento de algumas Modalidades, durante o exercício de 2007, devem os valores acumulados nos respectivos Excedentes Técnicos ser transferidos para o Fundo de Reserva Geral.

Propõe-se que seja efectuada a transferência dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral		
Pensão de Invalidez e Reforma	1 866,15	
Inscrição de Propriedade Resolúvel	8 065,89	
Liberação de Propriedade Resolúvel	37 656,04	47 588,08

7.13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA VERBA A TRANSFERIR DA CAIXA ECONÓMICA

Considerando o valor da verba a transferir da Caixa Económica e tendo em conta o disposto no Artigo 62.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte aplicação:

(Euros)

Para o Fundo de Solidariedade Associativa	125 000,00
Para os Fundos Disponíveis, Fundo de Administração e Reserva Geral	25 632 000,00
TOTAL	25 757 000,00

7.14. PROPOSTA DE AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA INSTITUCIONAL NA CAIXA ECONÓMICA

Considerando que continua a ser indispensável proceder ao reforço do Capital Institucional da Caixa Económica e que a Associação Mutualista disporá de fundos que poderão ser afectos a este tipo de aplicação, o Conselho de Administração, após deliberação do Conselho Geral, propõe:

- efectuar uma dotação à Caixa Económica até ao montante de 25 milhões de euros, para aumento do seu Capital Institucional, delegando-se competência no Conselho de Administração para decidir quanto ao montante a ao momento do referido aumento.

7.15. PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, fundada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, dar satisfação aos seus fins estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 800 000,00 euros.

7.16. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

ACTIVO	NOTAS	2007			2006
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	7	14		14	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e Recursos Naturais	7	3 088		3 088	3 060
Edifícios e Outras Construções	7	17 828	5 883	11 945	12 160
Outras Imobilizações Corpóreas	7	89		89	80
Imobilizações em Curso	7	17 175		17 175	5 748
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Participação Financeira Institucional	9	635 000		635 000	585 000
Participações Financeiras Diversas	9	42 466	679	41 787	42 566
Acções Diversas	8	3 611	124	3 487	12
Obrigações e Títulos de Participação	8	468 966	11 207	457 759	269 750
Empréstimos de Financiamento		1 791		1 791	1 704
Investimento em Imóveis	7	148 282	39 022	109 260	108 407
Outras Aplicações Financeiras	8	126 433	3 280	123 153	302 162
DÍVIDAS DE TERCEIROS					
Associados		532		532	452
Estado e Outros Entes Públicos	17	1 590		1 590	391
Outros Devedores		6 138	215	5 923	70
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
Outros Títulos					479
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários	35	836 964		836 964	742 975
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de Proveitos	32	12 420		12 420	17 232
Custos Diferidos	32	16		16	
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			44 905		
TOTAL DE PROVISÕES			15 505		
TOTAL DO ACTIVO		2 322 403	60 410	2 261 993	2 092 248

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2007	2006
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo Social			
Fundos Próprios	23	68 263	59 449
Excedentes Técnicos	20 e 23	59 235	60 410
Reservas de Reavaliação	10 e 23	32 910	32 910
Reservas Legais	23	150 991	139 946
Outras Reservas	23	1 388	1 515
Resultado Líquido do Exercício		41 404	34 925
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO		354 191	329 155
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS			
Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades Associativas	20 e 23	1 811 149	1 663 803
Subvenções e Melhorias de Benefícios	20 e 23	91 594	94 704
DÍVIDAS A TERCEIROS			
Beneficiários		2 301	1 547
Dívidas a Instituições de Crédito	33		1 419
Estado e Outros Entes Públicos	17	642	49
Fornecedores		370	20
Outros Credores		115	285
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de Custos	32	1 631	1 266
TOTAL DO PASSIVO		1 907 802	1 763 093
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		2 261 993	2 092 248
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS			
Administração de Fundações	18	2 176	1 745
Responsabilidades Assumidas por Terceiros	18	46 791	24 174
Responsabilidades Assumidas perante Terceiros	18	43 427	7 610
Outras Contas Extrapatromoniais	18	2 511	393

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOJosé da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

DÉBITO	NOTAS	2007	2006
CUSTOS E PERDAS			
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS		477 815	385 963
Aumento das Provisões Matemáticas		281 705	250 515
Outros Custos das Modalidades Associativas			
Prestações		2 656	2 274
Capitais Vencidos	36	165 970	109 229
Subvenções e Melhorias de Benefícios		8 702	8 350
Rendas Vitalícias		2 764	2 805
Outros Custos Inerentes a Associados		16 018	12 790
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		2 866	3 537
CUSTOS COM O PESSOAL	26	6 788	7 475
AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	7	357	354
PROVISÕES		94	177
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		1 025	758
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS FINANCEIROS	27	15 209	5 313
JUROS E CUSTOS SIMILARES	27	3 032	5 298
	(A)	507 186	408 875
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS		1 857	1 557
Donativos	29	30	29
Perdas em Imobilizações	29	1 606	1 527
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	29	219	0
Outras Perdas Extraordinárias	29	2	1
TOTAL DOS CUSTOS	(C)	509 043	410 432
RESULTADO DO EXERCÍCIO		41 404	34 925
TOTAL DO DÉBITO		550 447	445 357

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

CRÉDITO	NOTAS	2007	2006
PROVEITOS E GANHOS			
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		437 944	349 422
Redução das Provisões Matemáticas		147 890	92 269
Outros Proveitos das Modalidades Associativas			
Jóias		519	550
Quotizações		67 049	63 905
Capitais Recebidos		219 331	190 879
Rendas Vitalícias		1 444	441
Outros Proveitos Inerentes a Associados		1 711	1 378
PROVEITOS SUPLEMENTARES		8	5
COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		20 252	11 497
Dotação da Caixa Económica	23	20 252	11 497
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		79 995	71 477
Juros Obtidos	27	56 632	48 323
Rendimento de Imóveis	27 e 28	15 517	14 749
Rendimento de Participações de Capital	27	3 264	3 185
Diferenças de Câmbio Favoráveis	27	1	2 100
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	27	2 846	2 662
Proveitos de Operações de Cobertura	27	1 735	458
	(B)	538 199	432 401
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		12 248	12 956
Ganhos em Imobilizações	29	8 783	11 148
Redução de Amortizações e Provisões	29	2 735	1 643
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	29	724	159
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	29	6	6
TOTAL DO CRÉDITO	(D)	550 447	445 357
RESUMO:			
RESULTADOS CORRENTES	(B)-(A)	31 013	23 526
RESULTADO LÍQUIDO	(D)-(C)	41 404	34 925

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOJosé da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

7.17. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

	2007	2006
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento / (Recebimento) de fornecedores	194	110
Devedores e credores	46	(572)
Custos inerentes a associados	(195 726)	(133 263)
Proveitos inerentes a associados	290 055	257 154
Associados e beneficiários	681	178
Outros proveitos operacionais	36	32
Outros custos operacionais	(9 643)	(10 688)
Fundos próprios	(632)	(532)
Excedentes técnicos	(5 496)	(646)
Custos e proveitos extraordinários	(26)	(23)
Impostos	(606)	(197)
	78 883	111 553
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Participações financeiras diversas	1 342	2 377
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – imóveis	13 522	12 265
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos de crédito	10 634	101 790
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos negociáveis	–	75
Depósitos a prazo	(29 044)	(521 859)
Papel comercial	510	(479)
Juros de depósitos à ordem	5 683	7 626
Imobilizações corpóreas	(14 820)	(6 597)
Imobilizações incorpóreas	(14)	–
	(12 187)	(404 802)
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação institucional	(50 000)	(100 000)
Resultados transferidos da CEMG	20 377	11 597
Empréstimos de financiamento	(898)	208
Empréstimos bancários	(1 436)	(4 004)
	(31 957)	(92 199)
Varição Líquida em Caixa e Equivalentes	34 739	(385 448)
Caixa e Equivalentes no início do período	52 975	438 423
Caixa e Equivalentes no fim do período	87 714	52 975

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

7.18. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Introdução

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação») é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em 4 de Outubro de 1840.

A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver acções de protecção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de apresentação

O Montepio Geral – Associação Mutualista é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. Iniciou a sua actividade em 4 de Outubro de 1840 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As presentes notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo Plano de Contas das Associações Mutualistas, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de situações a reportar.

A Associação não prepara Demonstrações Financeiras consolidadas. Nesta base, as Demonstrações Financeiras anexas da Associação não reflectem as variações patrimoniais que resultariam da aplicação de critérios de consolidação das participações financeiras diversas e da participação financeira institucional.

As Demonstrações Financeiras da Associação foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas das Associações Mutualistas, o qual se rege pelos princípios do Plano Oficial de Contabilidade, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de Dezembro.

3.2. Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis. O efeito das reavaliações realizadas pela Associação foi registado na rubrica de «Reservas de reavaliação» (notas 10, 11, e 23). As restantes imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, sobre o valor de custo ou reavaliado, tendo-se aplicado as taxas máximas indicadas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	N.º de anos
Edifícios e outras construções	50
Investimento em imóveis	50

Os imóveis registados na rubrica de «Investimento em imóveis» (Nota 7), não estão afectos à actividade operacional da Associação, destinando-se a rendimento.

3.3. Participações financeiras

As participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem a participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à actividade da Associação e da sua Caixa Económica e que simultaneamente tenham um carácter duradouro. Sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

A participação financeira institucional diz respeito ao capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral («Caixa»), encontrando-se valorizada ao custo de aquisição.

3.4. Carteira de títulos e outras aplicações financeiras

As Obrigações do Tesouro são registadas ao custo de aquisição. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o seu valor nominal é reconhecida contabilisticamente como custo ao longo do período compreendido entre a data de aquisição e a data de vencimento das Obrigações do Tesouro através da constituição de provisões.

Os demais títulos em carteira são valorizados ao custo de aquisição ou ao valor de mercado (valor estimado de realização no que respeita a títulos não cotados), dos dois o menor.

As menos-valias potenciais apuradas na valorização dos títulos e outras aplicações financeiras ao valor de mercado ou ao valor estimado de realização, quando não cotados, são integralmente provisionadas.

3.5. Provisões para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas é baseada na evolução das dívidas de cobrança duvidosa, sendo apresentada como dedução ao saldo de clientes de cobrança duvidosa.

A avaliação desta provisão é efectuada trimestralmente pela Associação, tomando em consideração o período de incumprimento.

3.6. Reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos e os custos são registados no período a que dizem respeito, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.7. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efectua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades será efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detectada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

3.8. Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos à Direcção e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação, na dependência da Direcção Informática, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 26).

3.9 Lucros distribuídos pela Caixa Económica Montepio Geral

Os lucros recebidos da Caixa foram repartidos entre as rubricas de fundos próprios e participações e subsídios à exploração da demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a referida distribuição (ver nota 35).

6. Número de Associados

Em 31 de Dezembro de 2007, a Associação possuía 411 960 (2006: 376 950) Associados efectivos, que efectuaram 681 830 inscrições (2006: 598 012). Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2007	2006
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	228 955	210 880
Garantia de pagamento de encargos	144 667	136 040
Capitais de previdência diferidos com opção	107 185	81 918
Poupança reforma	15 360	13 964
Capitais para jovens	8 943	8 304
Capitais de previdência	7 133	7 331
Capitais de reforma com prazo certo	6 791	–
Pensões de reforma	6 175	6 215
Pensões de sobrevivência e dotes	1 836	1 897
Outros	3 016	3 131
	530 061	469 680
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	6 080	6 106
Capital temporário de invalidez	298	268
Pensões de reforma – adicional de invalidez	297	311
Quotas para capitais de garantia	30	30
	6 705	6 715

7. Imobilizações

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Imobilizações incorpóreas:		
Despesas de instalação	14	–
Imobilizações corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	3 088	3 060
Edifícios e outras construções	17 828	17 687
Outras imobilizações corpóreas	89	80
Imobilizações em curso	17 175	5 748
	38 180	26 575
Investimentos financeiros:		
Investimento em imóveis	148 282	144 955
	186 476	171 530
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(2 830)	(2 766)
Relativas a exercícios anteriores	(42 075)	(39 309)
	(44 905)	(42 075)
	141 571	129 455

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Imobilizações em curso inclui o montante de Euros 15 883 000 (2006: Euros 5 583 000) referente a custos incorridos com a construção de complexos habitacionais de residências assistidas.

Os movimentos da rubrica Imobilizações, durante o exercício de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ /Dotações Euros '000	Transf. Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	–	14	–	14
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	3 060	28	–	3 088
Edifícios e outras construções	17 687	109	32	17 828
Outras imobilizações Corpóreas	80	9	–	89
Imobilizações em curso	5 748	14 674	(3 247)	17 175
	26 575	14 820	(3 215)	38 180
Investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	144 955	112	3 215	148 282
	171 530	14 946	–	186 476
Amortizações acumuladas:				
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	5 527	356	–	5883
Investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	36 548	2 474	–	39 022
	42 075	2 830	–	44 905

8. Carteira de títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Acções diversas:		
Acções de entidades estrangeiras	3 611	12
Provisões para títulos	(124)	–
	3 487	12
Obrigações e títulos de participação:		
Obrigações de entidades nacionais:		
Obrigações com garantia do Estado	–	32
Outras obrigações de entidades nacionais	104 322	55 493
Obrigações de entidades estrangeiras	364 644	216 650
	468 966	272 175
Provisões para títulos	(11 207)	(2 425)
	457 759	269 750
Outras aplicações financeiras:		
Títulos da dívida pública portuguesa	44 765	258 244
Títulos da dívida pública estrangeira	14 923	–
Fundos de investimento:		
Mobiliários nacionais	12 676	7 828
Mobiliários estrangeiros	13 037	1 755
Imobiliários	41 032	36 440
	126 433	304 267
Provisões para títulos	(3 280)	(2 105)
	123 153	302 162
	584 399	571 924

No Anexo I é apresentado o inventário de títulos com referência a 31 de Dezembro de 2007.

A Associação regista os seus investimentos ao custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor. Decorrente da política contabilística indicada na nota 3.4, em 31 de Dezembro de 2007, a carteira de títulos, se avaliada a valores de mercado, apresentaria mais-valias potenciais no montante de Euros 4 492 000 (2006: Euros 15 185 000).

A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado (cotação em Bolsa de Valores ou valor estimado de realização para os títulos não cotados), em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, pode ser analisada como segue:

2007				
Euros '000				
	Acções diversas	Obrigações e títulos de participação	Outras aplicações financeiras	Total
Custo de aquisição	3 611	468 966	126 433	599 010
Provisões constituídas	(124)	(11 207)	(3 280)	(14 611)
Valor de balanço	3 487	457 759	123 153	584 399
Mais-valias potenciais	6	1 872	2 614	4 492
Valor de mercado	3 493	459 631	125 767	588 891

2006				
Euros '000				
	Acções diversas	Obrigações e títulos de participação	Outras aplicações financeiras	Total
Custo de aquisição	12	272 175	304 267	576 454
Provisões constituídas	-	(2 425)	(2 105)	(4 530)
Valor de balanço	12	269 750	302 162	571 924
Mais-valias potenciais	-	1 011	14 174	15 185
Valor de mercado	12	270 761	316 336	587 109

O movimento ocorrido na rubrica «Provisões para títulos», durante o exercício de 2007, é apresentado como segue:

Euros '000				
	Saldo em 1 Janeiro	Reforços	Reposições/ /Utilizações	Saldo em 31 Dezembro
Acções, obrigações e outras aplicações financeiras	4 530	12 608	(2 527)	14 611

9. Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Participação financeira institucional	635 000	585 000
Participações financeiras diversas	42 466	43 876
	677 466	628 876
Provisões para participações financeiras diversas	(679)	(1 310)
	676 787	627 566

Durante o exercício de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral precedeu a um aumento de capital no montante de Euros 50.000.000, tendo sido integralmente subscrito pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Ainda no exercício de 2007, a Lusitânia Vida, Companhia de Seguros, S.A. procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 6.000.000, tendo o Montepio Geral – Associação Mutualista subscrito o montante de Euros 2 721 000.

No decurso do exercício de 2007, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação que detinha no B.D.C. – Banco de Desenvolvimento e Comércio, S.A.R.L. de cerca de 34,846% do capital social desta instituição, tendo realizado uma mais valia de Euros 3 295 000 Euros.

Adicionalmente, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à alienação da participação de 7,5% do capital social do Banco de África Ocidental, S.A. e 1,429% do capital social da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., tendo realizado mais valias de Euros 667 000 e Euros 21 000, respectivamente.

No exercício de 2007, foi ainda extinta a sociedade Credint, S.A., na qual o Montepio Geral – Associação Mutualista detinha uma participação.

A rubrica Participações financeiras pode ser analisada como segue:

	2007					
	Capital Social	Número acções	Percentagem de Participação	Custo aquisição Euros '000	Capitais próprios (*) Euros '000	Provisões constituídas Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	635 000	–	100,000%	635 000	878 044	–
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	25 000	3 285 475	65,710%	23 769	21 476	–
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	328 893	41,111%	9 647	13 294	–
MCS – Moçambique, Comp. de Seguros, S.A.R.L. (MZM)	24 000 000	43 200	18,000%	379	182	222
Silvip, S.A.	750	3 960	26,400%	308	634	–
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	52 822	61,737%	1 963	3 049	–
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1 200	239 655	99,856%	1 331	2 943	–
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	10 000	100,000%	50	31	–
Clínica de Santa Maria de Belém, S.A.	2 240	66 240	14,786%	493	423	178
Hospital do Coração, S.A.	25	50	10,000%	2	N/D	–
Sagies, S.A.	500	27 000	27,000%	97	155	–
Leacock (Seguros), Lda.	300	a)	81,000%	242	1 980	–
E.I.A. – Soc. de Ensino, Investigação e Adm., S.A.	1 825	70 000	3,836%	349	133	279
Soficatra, S.A.	7 859	1 500	0,473%	37	29	–
Bolsimo, Lda.	50	a)	91,000%	45	57	–
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. (CVE)	348 000	61 272	17,607%	2 582	3 346	–
Nova Câmbios, S.A.	500	3.000	30,000%	152	273	–
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3.000	1 529 700	50,990%	1 020	1 337	–
				677 466		679

a) Representada por quotas

* Os capitais próprios atribuíveis são relativos às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

A participação financeira institucional corresponde ao capital institucional (100%) na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o balanço da Caixa pode ser resumido como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	269 201	242 772
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	62 664	75 321
Outros créditos sobre instituições de crédito	663 021	670 440
Créditos a clientes	14 108 881	12 941 563
Activos financeiros detidos para negociação	11 596	6 349
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	35 718	20 380
Activos financeiros disponíveis para venda	905 195	890 238
Derivados de cobertura	9 536	14 220
Investimentos detidos até à maturidade	39 371	36 044
Investimentos em associadas	30 597	28 236
Outros activos tangíveis	80 921	79 028
Activos intangíveis	13 619	11 258
Outros activos	204 859	207 039
	16 435 179	15 222 888
Passivo		
Recursos de outras instituições de crédito	952 282	1 119 856
Recursos de clientes	8 086 025	8 048 370
Responsabilidades representadas por títulos	5 246 771	4 670 843
Passivos financeiros	60 070	41 743
Derivados de cobertura	3 820	7 199
Provisões	98 720	92 772
Outros passivos subordinados	301 848	301 229
Outros passivos	807 599	118 701
Total do Passivo	15 557 135	14 400 713
Situação Líquida		
Capital	635 000	585 000
Reservas de justo valor	(7 973)	7 586
Outras reservas e resultados transitados	186 825	169 435
Lucro do exercício	64 192	60 154
Total da Situação Líquida	878 044	822 175
	16 435 179	15 222 888

10. Critérios de reavaliação do imobilizado

O Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu, em anos anteriores, à reavaliação do imobilizado corpóreo e dos investimentos financeiros em imóveis e respectivas amortizações acumuladas, ao abrigo dos vários Decretos-Lei, da qual resultou uma reserva de reavaliação no montante de Euros 32 910 000 (nota 23).

De acordo com a Directriz Contabilística n.º 16, n.º 2.4 a referida reavaliação só se considera realizada, pelo uso ou alienação dos bens a que respeita.

11. Discriminação da reavaliação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Custo histórico Euros '000	Reavaliações Euros '000	Valores contabilísticos reavaliados Euros '000
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	2 628	460	3 088
Edifícios e outras construções	12 572	5 716	17 828
	15 200	5 716	20 916
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis	112 287	35 995	148 282
	127 487	41 711	169 198

17. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Activo:		
IVA a recuperar	1 299	200
IVA – reembolsos pedidos	291	191
	1 590	391
Passivo:		
IRS retenções na fonte	61	36
IVA apuramento	581	13
	642	49

18. Contas extrapatrimoniais

Os saldos desta conta são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Responsabilidades assumidas perante terceiros	43 427	7 610
Valores recebidos em depósito e administração	2 176	1 745
Responsabilidades assumidas por terceiros	46 791	24 174
Outras contas extrapatrimoniais	2 511	393

A rubrica «Valores recebidos em depósito e administração», diz respeito ao património de várias fundações e de alguns prémios atribuídos em diversos âmbitos, que são geridos pela Associação.

A rubrica «Responsabilidades assumidas perante terceiros» inclui o montante de Euros 31 500 000 (2006: Euros 7 610 000) referente a contratos de *Credit Default Swaps* e *Swaps* contratados com a Caixa Económica Montepio Geral, bem como o montante de Euros 11 927 000 de empreitadas adjudicadas.

A rubrica «Responsabilidades assumidas por terceiros» inclui o montante de Euros 40 000 000 (2006: Euros 24 174 000) referente a contratos de *Swaps* contratados com a Caixa Económica Montepio Geral e ainda o montante de Euros 6 323 000 de garantias bancárias.

20. Fundos permanentes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica dos fundos permanentes das modalidades associativas pode ser analisada como segue:

	2007			
	Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 387 945	–	5 070	1 393 015
Capitais de reforma prazo certo – 1.ª série	17 341	–	–	17 341
Capitais de reforma prazo certo – 2.ª série	30 103	–	–	30 103
Capitais de reforma prazo certo – 3.ª série	23 944	–	–	23 944
Poupança reforma	46 964	–	–	46 964
Capitais de previdência	9 947	24 899	11 399	46 245
Capitais de previdência diferidos com opção	102 285	10 029	24 107	136 421
Pensões de reforma	102 722	25 728	1 484	129 934
Capitais para jovens	31 736	6 253	9 730	47 719
Pensões de sobrevivência e dotes	5 272	22 091	1 791	29 154
Outros	25 822	2 594	5 648	34 064
	1 784 081	91 594	59 229	1 934 904
Rendas Vitalícias	27 068	–	6	27 074
	1 811 149	91 594	59 235	1 961 978

	2006			
	Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 329 718	–	10 182	1 339 900
Poupança reforma	39 407	–	–	39 407
Capitais de previdência	9 407	24 684	10 884	44 975
Capitais de previdência diferidos com opção	97 110	12 141	23 920	133 171
Pensões de reforma	99 567	25 574	1 008	126 149
Capitais para jovens	29 958	6 875	9 232	46 065
Pensões de sobrevivência e dotes	6 914	22 777	752	30 443
Outros	24 099	2 653	4 432	31 184
	1 636 180	94 704	60 410	1 791 294
Rendas Vitalícias:				
Estatutos de 1966	27 623	–	–	27 623
	1 663 803	94 704	60 410	1 818 917

A repartição do património líquido da Associação pelas diferentes modalidades associativas tem subjacente uma repartição entre:

- (i) modalidades de capitalização (capitais de reforma, poupança reforma, modalidades colectivas e modalidades de capitalização a termo certo); e
- (ii) restantes modalidades.

Em 31 de Dezembro de 2007, o grau de cobertura do património líquido sobre as provisões matemáticas corresponde a 101,0% (2006: 101,4%) no caso dos capitais de reforma, modalidades colectivas e poupança reforma, é de 176,8% (2006: 172,2%) no caso das restantes modalidades.

As provisões matemáticas incluem o montante de Euros 49 004 103 (2006: 55 536 000), relativo ao incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes da introdução do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 3.7. A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2007 foi de 4,25% (2006: 4%).

23. Fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos

As rubricas incluídas nos fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos têm a seguinte composição:

	Distribuição de resultados			Variação líquida das provisões matemáticas Euros '000	Transf. e dotações Euros '000	Outros Euros '000	Saldos em 31 Dezembro Euros '000
	Saldos em 1 Janeiro da Euros '000	da Associação Euros '000	da Caixa Euros '000				
Fundos próprios e fundos permanentes:							
Fundos próprios	59 449	9 321	125	–	(600)	(32)	68 263
Excedentes técnicos	60 410	4 376	–	–	(126)	(5 431)	59 229
Rendas vitalícias							
Excedentes técnicos	–	91	–	–	(85)	–	6
	119 859	13 788	125	–	(811)	(5 463)	127 498
Reservas:							
Reservas de reavaliação	32 910	–	–	–	–	–	32 910
Reservas gerais	139 946	10 969	–	–	212	(136)	150 991
Outras reservas	1 515	–	–	–	(127)	–	1 388
	174 371	10 969	–	–	85	(136)	185 289
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões matemáticas	1 663 803	8 596	–	138 952	–	(202)	1 811 149
Subvenções e melhorias de benefícios	94 704	2 027	–	(5 137)	–	–	91 594
	1 758 507	10 623	–	133 815	–	(202)	1 902 743
	2 052 737	35 380	125	133 815	(726)	(5 801)	2 215 530

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante referido como «Outros» em termos do movimento dos Excedentes técnicos inclui a atribuição do prémio decenal aos subscritores da modalidade «Capitais de reforma», o qual foi registado por contrapartida da rubrica «Proveitos inerentes a Associados» da demonstração dos resultados.

Durante os exercícios de 2007 e 2006, a Associação recebeu resultados da Caixa (nota 35), tendo efectuado o seu registo nas seguintes rubricas:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Comparticipações e subsídios à exploração	20 252	11 497
Fundos próprios	125	100
	20 377	11 597

Em conformidade com os Estatutos da Associação, os Fundos Permanentes destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades assumidas para com os beneficiários, referentes a subvenções e melhorias atribuídas e excedentes técnicos, nomeadamente:

a) Excedentes técnicos – Parte dos fundos permanentes, não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

b) Subvenções e melhorias de benefícios

i) **Excedentes para subvenções** – Destinam-se a satisfazer os encargos por melhoria de benefícios dos pensionistas e Associados existentes à data do balanço. Os benefícios são calculados de acordo com percentagens aprovadas pela Assembleia Geral.

- ii) **Excedentes para melhorias de benefícios** – Estes excedentes destinam-se, de acordo com os Estatutos da Associação, a melhorar os benefícios em formação e em curso. O cálculo destes benefícios efectua-se com bases actuariais. A distribuição efectua-se no momento em que os benefícios se vencem.

Reservas gerais – Estas reservas são dotadas com pelo menos 5% dos saldos dos fundos apurados no final de cada ano, após a constituição das respectivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respectivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

Reservas de reavaliação – Provém da reavaliação do imobilizado ao abrigo da legislação em vigor (nota 3.2).

Provisões matemáticas – Encontram-se reflectidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Estas provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 3.7.

26. Custos com o pessoal

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos à Direcção e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação, na dependência da Direcção Informática, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial. Em 31 de Dezembro de 2007, o montante de custos com pessoal suportado pela Associação ascende a Euros 6 788 000 (2006: Euros 7 475 000).

27. Demonstração de resultados financeiros

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	56 632	48 323
Rendimento de imóveis	15 517	14 749
Rendimentos de participações de capital	3 264	3 185
Outros proveitos e ganhos financeiros	4 582	5 220
	79 995	71 477
Custos e perdas:		
Juros suportados	1 277	3 134
Conservação e reparação de edifícios	1 755	1 363
Diferenças de câmbio desfavoráveis	–	801
Juros e custos similares	3 032	5 298
Amortizações de investimentos em imóveis	2 474	2 412
Provisões para aplicações financeiras	12 735	2 901
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	15 209	5 313
	18 241	10 611
Resultado financeiro	61 754	60 866

28. Rendimento de imóveis

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros' 000		
	Valor de balanço	Despesas de conservação e reparação	Rendimento dos imóveis
Imóveis	169 198	1 755	15 517

29. Demonstração de resultados extraordinários

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	8 783	11 148
Redução de provisões e amortizações	2 735	1 643
Correcções relativas a exercícios anteriores	724	159
Outros proveitos e ganhos extraordinários	6	6
	12 248	12 956
Custos e perdas:		
Donativos	30	29
Perdas em imobilizações	1 606	1 527
Correcções relativas a exercícios anteriores	219	–
Outros custos e perdas extraordinários	2	1
	1 857	1 557
Resultado extraordinário	10 391	11 399

32. Acréscimos e diferimentos

As rubricas de Acréscimos e diferimentos são analisadas como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Acréscimo de proveitos:		
Juros a receber		
Títulos	6 204	9 493
Outros	5 086	4 487
Outros proveitos a receber		
Fundos imobiliários	–	2 873
Outros	1 130	379
	12 420	17 232
Custos diferidos	16	–
Acréscimos de custos	1 631	1 266

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Acréscimos de custos inclui o montante de Euros 863 060 (2006: Euros 1 083 000), relativo a responsabilidades com férias e subsídio de férias.

33. Dívidas a instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo desta rubrica era constituído por um empréstimo obtido junto da Caixa (nota 35), destinado a financiar a reconstrução do Edifício Grandella, nos montantes de Euros 1 419 000. Em 31 de Dezembro de 2007, este empréstimo encontra-se totalmente amortizado.

34. Imposto sobre o rendimento

A Associação é uma instituição particular de solidariedade social – associação de socorros mútuos, a qual beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 10.º do respectivo Código. Tal isenção foi confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

35. Transacções com a Caixa Económica Montepio Geral

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos e as principais transacções efectuadas com a Caixa durante os exercícios findos nessas datas, foram os seguintes:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Depósitos à ordem	87 714	52 975
Depósitos a prazo	749 250	690 000
Empréstimos obtidos (nota 33)	–	1 419
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	10 739	10 030
Distribuição de resultados relativos ao exercício anterior (nota 23)	20 377	11 597
Aumento de capital institucional da Caixa (nota 9)	50 000	100 000

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica «Depósitos a prazo» inclui o montante de Euros 729 250 000 relativo a aplicações das modalidades de capitalização.

36. Capitais vencidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Capitais de reforma	132 387	80 731
Capitais de previdência diferidos com opção	28 361	24 585
Capitais para jovens	2 799	2 251
Outros	2 423	1 662
	165 970	109 229

A rubrica Capitais vencidos corresponde aos reembolsos de capitais relativos a modalidades cujo benefício se processa por amortização parcial ou total dos valores entregues pelos Associados. Estes reembolsos são deduzidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros	Valor de Balanço		Valor de Mercado	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
TTÍTULOS – INVESTIMENTO			599 010		588 891
<i>Dívida pública portuguesa</i>			44 765		43 595
CONSOLIDADO 1941	648,44	65,85%	–	65,00%	–
CONSOLIDADO 1942	278 668,42	94,00%	262	58,51%	163
CONSOLIDADO 1943	2 209,67	47,18%	1	55,02%	1
CONSOLIDADO–CENTENÁRIOS 1940	409 842,28	99,84%	409	62,00%	254
O.T's SETEMBRO 98/2013	11 700 000,00	103,97%	12 164	105,88%	12 388
O.T's JUNHO 2001/2011	12 000 000,00	99,65%	11 958	102,85%	12 342
O.T's ABRIL 2005/2021	20 000 000,00	99,85%	19 970	92,24%	18 447
CERTIFICADO DE RENDA PERPÉTUA N.º 118	377,57	198,16%	1	100,00%	–
<i>Dívida pública estrangeira</i>			14 923		14 928,00
HELLENIC REPUBLIC	2 000 000,00	99,32%	1 986	99,79%	1 996
HELLENIC REPUBLIC	3 000 000,00	98,22%	2 947	99,08%	2 972
BUONI POLIENNALI DEL TES	1 000 000,00	98,01%	980	94,84%	948
BUONI POLIENNALI DEL TES	1 000 000,00	98,66%	987	97,86%	979
BUONI POLIENNALI DEL TESORO	2 000 000,00	98,66%	1 973	99,50%	1 990
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL	1 000 000,00	110,58%	1 106	107,56%	1 076
REPUBLIC OF POLAND	5 000 000,00	98,88%	4 944	99,34%	4 967
<i>Obrigações</i>			468 966		459 631
<i>Emitidas por residentes</i>			104 322		105 193
BPI 2017	10 000 000,00	99,90%	9 990	100,00%	10 000
BRISA AUTO ESTRADAS PORTUGAL	1 000 000,00	99,64%	996	91,12%	911
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1 000 000,00	98,94%	989	93,46%	935
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	2 000 000,00	99,88%	1 998	98,09%	1 962
BANCO ESPIRITO SANTO	2 000 000,00	99,87%	1 997	98,33%	1 967
CELULOSE DO CAIMA, SGPS	5 000 000,00	100,00%	5 000	99,39%	4 970
CEMG Abr/2012					
(Obrigações de Caixa – Subscrição Privada)	6 000 000,00	100,00%	6 000	100,00%	6 000
MONTEPIO CR 3S Novembro 2009	5 000 000,00	100,00%	5 000	100,00%	5 000
CGD /98 (Valor Real) – Cx. Subordinadas	249 398,95	99,82%	249	123,00%	307
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 6.ª Série	1 607 450,00	97,52%	1 568	100,00%	1 607
MG VALOR GARANTIDO	631 350,00	95,73%	604	100,00%	631
MG AFORRO ESPECIAL JUL06–2009	863 050,00	98,56%	851	100,00%	863
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 8.ª Série	870 250,00	97,91%	852	100,00%	870
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 7.ª Série	1 719 600,00	98,13%	1 687	100,00%	1 720
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 9.ª Série	1 246 850,00	97,98%	1 222	100,00%	1 247
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 10.ª Série	1 002 650,00	98,42%	987	100,00%	1 003
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 2.ª Série	286 200,00	97,75%	280	100,00%	286
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 11.ª Série	732 550,00	97,89%	717	100,00%	733
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 3.ª Série	111 900,00	96,29%	108	100,00%	112
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 1.ª Série	421 550,00	98,00%	413	100,00%	422
AFORRO MONTEPIO 2006 (5 Anos) – 4.ª Série	72 200,00	96,81%	70	100,00%	72
AFORRO MONTEPIO 2006 3 ANOS – 12.ª Série	714 500,00	97,36%	696	100,00%	715
MONTEPIO ENERGIA RENOVÁVEIS 2006/08	258 000,00	100,75%	260	100,00%	258
CEMG/2001 – Prazo Indeterminado	5 000,00	100,00%	5	99,00%	5
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 1.ª Série	2 282 500,00	96,49%	2 202	100,00%	2 283
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 2.ª Série	5 894 300,00	96,10%	5 664	100,00%	5 894
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 3.ª Série	1 455 950,00	95,90%	1 396	100,00%	1 456
MG ESPECIAL POUPANÇA	2 124 700,00	95,83%	2 036	100,00%	2 125

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros	Valor de Balanço		Valor de Mercado	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
MG BUSINES INVEST 2005/2008	3 640 500,00	98,17%	3 574	100,00%	3 641
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 4.ª Série	4 442 650,00	95,64%	4 249	100,00%	4 443
MG AFORRO ESPECIAL 2005/2008	2 127 500,00	98,00%	2 085	100,00%	2 128
MG AFORRO ESPECIAL FEV06–2009	1 224 500,00	98,22%	1 203	100,00%	1 225
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 1.ª Série	3 560 300,00	97,95%	3 487	100,00%	3 560
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 2.ª Série	1 743 250,00	97,67%	1 703	100,00%	1 743
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 3.ª Série	1 296 350,00	97,74%	1 267	100,00%	1 296
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 4.ª Série	1 466 200,00	97,69%	1 432	100,00%	1 466
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 5.ª Série	1 266 700,00	97,57%	1 236	100,00%	1 267
MG BUSINES INVEST 2006/2008	2 773 500,00	98,69%	2 737	100,00%	2 774
MG COMMODITIES	259 100,00	95,54%	248	100,00%	259
VALOR IMOBILIÁRIO	145 500,00	105,27%	153	100,00%	146
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 5.ª Série	232 650,00	97,10%	226	100,00%	234
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 5.ª Série	454 400,00	97,76%	444	100,00%	454
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 7.ª Série	59 050,00	97,61%	58	100,00%	59
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 7.ª Série	180 100,00	97,96%	176	100,00%	180
AFORRO MONTEPIO 2006 3 ANOS – 13.ª Série	293 300,00	97,49%	286	100,00%	293
AFORRO MONTEPIO 2006 (5 Anos) – 5.ª Série	123 550,00	95,52%	118	100,00%	124
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2006 (5ANOS) – 1.ª Série	27 500,00	96,60%	27	100,00%	28
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2006 (3 ANOS) – 1.ª Série	130 350,00	97,56%	127	100,00%	130
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 3.ª Série	114 900,00	97,28%	112	100,00%	115
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 4.ª Série	126 500,00	97,13%	123	100,00%	127
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 4.ª Série	122 200,00	97,76%	119	100,00%	122
MONTEPIO CABAZ BRIC 2006/08	279 700,00	96,75%	271	100,00%	280
MONTEPIO PORTUGAL DINÂMICO 2007/09	277 400,00	98,29%	273	100,00%	277
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 3.ª Série	169 450,00	97,92%	166	100,00%	169
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 2.ª Série	157 100,00	96,86%	152	100,00%	157
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 2.ª Série	197 800,00	97,65%	193	100,00%	198
AFORRO MONTEPIO 2007 (5 ANOS) – 2.ª Série	23 500,00	95,46%	22	100,00%	24
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (5 ANOS) – 2.ª Série	103 600,00	96,06%	100	100,00%	104
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 Anos) – 1.ª Série	184 500,00	96,67%	178	100,00%	185
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 1.ª Série	216 250,00	97,83%	212	100,00%	216
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (5 ANOS) – 1.ª Série	75 000,00	97,02%	73	100,00%	75
AFORRO MONTEPIO 2007 (5 ANOS) – 1.ª Série	30 000,00	96,20%	29	100,00%	30
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 6.ª Série	51 950,00	97,52%	51	100,00%	52
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 6.ª Série	247 000,00	97,86%	242	100,00%	247
MONTEPIO ENERGIA RENOVÁVEIS JUL 2007/10	142 900,00	97,53%	139	100,00%	143
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 8.ª Série	42 450,00	98,10%	42	100,00%	42
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007/2010 – 8.ª Série	21 500,00	98,17%	21	100,00%	22

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

Continua na página seguinte

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros	Valor de Balanço		Valor de Mercado	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
MONTEPIO PLANETA TERRA 2007/10	85 650,00	99,40%	85	100,00%	86
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 9.ª Série	239 200,00	98,39%	235	100,00%	239
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007/2010					
– 9.ª Série	66 000,00	98,75%	65	100,00%	66
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 10.ª Série	142 800,00	98,83%	141	100,00%	143
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 11.ª Série	49 700,00	98,40%	49	100,00%	50
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 ANOS)					
– 1.ª Série	79 700,00	97,73%	78	100,00%	80
MONTEPIO EURO RANGE OUTUBRO 2007/09	64 400,00	99,93%	64	100,00%	64
MONTEPIO ENERGIA RENOVÁVEIS JUN 2007/10	31 500,00	96,97%	31	100,00%	32
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 ANOS)					
– 2.ª Série	30 200,00	97,50%	29	100,00%	30
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 ANOS)					
– 3.ª Série	9 300,00	97,20%	9	100,00%	9
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 ANOS)					
– 4.ª Série	38 500,00	97,20%	37	100,00%	39
EDP/98	662 403,63	99,47%	659	100,00%	662
SOMEC/94	149 700,00	99,46%	149	0,00%	–
PORTUCEL 2005/2010	5 000 000,00	100,00%	5 000	99,62%	4 981
PORTUCEL 2005/2012	4 500 000,00	100,00%	4 500	99,51%	4 478
PARPUBLICA	5 000 000,00	100,00%	5 000	97,23%	4 862
BANCO ITAU EUROPA SA	2 000 000,00	100,00%	2 000	99,15%	1 983
LUSITANIA VIDA/2007	5 000 000,00	100,00%	5 000	100,00%	5 000
Emitidas por não residentes			364 644		354 438
NIB CAPITAL	1 500 000,00	99,83%	1 498	100,00%	1 500
ATLANTEO 2019	1 000 000,00	100,00%	1 000	100,00%	1 000
BNP PARIBAS 777	5 000 000,00	99,00%	4 950	95,52%	4 776
BARCLAYS BANK	3 000 000,00	100,00%	3 000	100,00%	3 000
ATLANTEO 2020	5 000 000,00	99,75%	4 988	100,00%	5 000
KBC IFIMA	750 000,00	99,90%	749	65,57%	492
BEI 2016	5 000 000,00	98,50%	4 925	79,33%	3 967
PYRAMID 2005	4 000 000,00	100,00%	4 000	100,00%	4 000
UBS FLOAT (GBP-EUR 10NC3M RA)	1 000 000,00	99,00%	990	100,00%	1 000
ZELA FINANCE CORPORATION	1 000 000,00	100,00%	1 000	59,30%	593
DRESDNER BANK AG	1 000 000,00	98,50%	985	94,25%	943
ABN AMRO BANK NV (FX NOTE III)	2 000 000,00	100,00%	2 000	96,79%	1 936
UBS AG JERSEY BRANCH	500 000,00	100,00%	500	100,00%	500
STRALING FINANCE	1 000 000,00	100,00%	1 000	100,00%	1 000
IVORY (CDO)	1 000 000,00	100,00%	1 000	100,00%	1 000
GOLDEN 2 SERIES	2 500 000,00	100,00%	2 500	94,02%	2 351
BELGACOM SA DROIT PUB	400 000,00	99,66%	399	96,84%	387
DEUTSCHE POSTBANK	2 000 000,00	99,70%	1 994	98,46%	1 969
LANDESBANK SACHSEN	3 000 000,00	98,94%	2 968	99,32%	2 980
LAND NORDRHEIN-WESTFALEN	3 000 000,00	98,70%	2 961	99,25%	2 978
KFW 2008	3 000 000,00	97,48%	2 924	98,45%	2 954
HYPOVERREINSBANK LUX	1 000 000,00	103,21%	1 032	99,04%	990
KFW 2009	2 000 000,00	99,01%	1 980	99,49%	1 990
PORCHE INTL FINANCE	4 000 000,00	100,00%	4 000	88,92%	3 557
METRO AG	500 000,00	99,96%	500	99,58%	498
COMMERZBANK AG	5 000 000,00	99,33%	4 967	94,21%	4 711
MUENCHENER HYPOTHEKENBNK	3 000 000,00	98,19%	2 946	98,97%	2 969
BILBAO BIZKAIA KUTXA	2 000 000,00	99,79%	1 996	98,47%	1 969
CAJA ZARAGOZA ARAGON & R	2 000 000,00	100,00%	2 000	96,47%	1 929
CAJA SEVILLA MONPIS	5 000 000,00	100,00%	5 000	98,78%	4 939

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros	Valor de Balanço		Valor de Mercado	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
ENDESA SA	1 500 000,00	100,40%	1 506	99,37%	1 490
AYT DEUDA SUBORDINADA (Fundo Titularização)	1 500 000,00	100,00%	1 500	100,00%	1 500
BANCO BILBAO VIZCAYA ARG	1 600 000,00	100,07%	1 601	99,92%	1 599
BANKINTER SA	1 000 000,00	99,89%	999	99,23%	992
BANCO DE VALENCIA SA	2 000 000,00	99,91%	1 998	98,61%	1 972
CAJA DE AHORROS GALICIA	3 500 000,00	99,91%	3 497	99,75%	3 491
CAJA AHORRO MONTE MADRID	2 000 000,00	100,07%	2 001	99,76%	1 995
CAIXA ESTALVIS TERRASSA	1 000 000,00	99,91%	999	97,92%	979
CAJA CANTABRIA	2 000 000,00	100,00%	2 000	98,79%	1 976
ABS BANCO POPULAR	100 000,00	100,00%	100	95,30%	95
PYME BANCO POPULAR (POPY 2006-1 B)	1 500 000,00	100,00%	1 500	100,00%	1 500
VEOLIA ENVIRONNEMENT 2013	3 000 000,00	102,74%	3 082	97,52%	2 926
CIE FINANCEMENT FONCIER	3 000 000,00	96,82%	2 905	97,80%	2 934
COMPAGNIE DE ST GOBAIN	2 000 000,00	100,01%	2 000	96,88%	1 938
VEOLIA ENVIRONNEMENT 2013	1 000 000,00	99,04%	990	90,33%	903
CCCE CEN CSSE EPARG PREV	1 500 000,00	100,00%	1 500	100,00%	1 500
COFIDIS	2 000 000,00	99,89%	1 998	99,75%	1 995
CIE FINANCIERE DU CRED	1 000 000,00	99,91%	999	94,88%	949
NATIXIS	1 750 000,00	99,95%	1 749	95,44%	1 670
CREDICO FUNDING SRL	1 000 000,00	100,00%	1 000	94,06%	941
BEI/96-16	379 240,00	100,43%	381	123,38%	468
PORTUGAL TELECOM INT FIN	1 500 000,00	100,27%	1 504	99,26%	1 489
SUN LIFE CANADÁ FUNDING	750 000,00	99,92%	749	102,05%	765
NATIONWIDE	500 000,00	99,75%	499	102,37%	512
BNP PARIBAS	500 000,00	99,96%	500	102,06%	510
VOLKSWAGEN FIN SERV AG	500 000,00	103,50%	517	100,36%	502
TELECOM ITALIA SPA	500 000,00	106,12%	531	102,33%	512
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	4 000 000,00	100,29%	4 012	100,84%	4 033
EADS FINANCE B V	1 000 000,00	100,77%	1 008	99,46%	995
REPSOL INTL FINANCE	1 000 000,00	103,48%	1 035	97,31%	973
ALTADIS FINANCE BV	1 000 000,00	100,28%	1 003	99,50%	995
BRISA FINANCE BV	1 500 000,00	101,60%	1 524	97,99%	1 470
BAYER CORP	1 000 000,00	99,54%	995	98,92%	989
SPAREBANKEN ROGALAND	1 000 000,00	100,40%	1 004	99,00%	990
THYSSENKRUPP AG	2 000 000,00	102,75%	2 055	99,80%	1 996
AUTOSTRAD SPA	2 500 000,00	100,60%	2 515	99,77%	2 494
ROYAL BK OF SCOTLAND PLC	1 000 000,00	103,02%	1 030	93,69%	937
CITIGROUP INC	2 000 000,00	100,20%	2 004	99,45%	1 989
F VAN LANSCHOT BANKIERS	1 500 000,00	100,35%	1 505	99,89%	1 498
DNB NORBANK ASA	2 000 000,00	100,20%	2 004	98,90%	1 978
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	3 000 000,00	99,86%	2 996	99,69%	2 991
BES FINANCE LTD	1 000 000,00	98,30%	983	88,73%	887
LANDSBANKI ISLANDS	500 000,00	98,71%	494	97,62%	488
BEI 2017	15 000 000,00	99,60%	14 940	91,42%	13 713
PORTUGAL TELECOM 2012	5 000 000,00	95,43%	4 771	92,94%	4 647
BANCA POPOLARE ITALIANA	2 000 000,00	100,07%	2 001	100,00%	2 000
RCI BANQUE SA	1 500 000,00	99,86%	1 498	99,48%	1 492
CEMG 2012	4 000 000,00	100,07%	4 003	99,40%	3 976
ING VERZEKERINGEN NV	2 000 000,00	99,86%	1 997	98,33%	1 967
FINANTIA	2 500 000,00	100,00%	2 500	100,00%	2 500
FORTIS BANK	3 000 000,00	100,18%	3 005	98,27%	2 948
ST GEORGE BANK LTD	1 000 000,00	100,06%	1 001	99,57%	996
NATIONAL AUSTRALIA BANK	2 000 000,00	100,09%	2 002	99,94%	1 999
HSBC FINANCE CORP	1 000 000,00	100,26%	1 003	99,90%	999

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros	Valor de Balanço		Valor de Mercado	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
ALPHA CREDIT GROUP PLC	1 000 000,00	100,00%	1 000	99,75%	997
SKANDINAVISKA ENSKILDA	1 000 000,00	99,93%	999	96,36%	964
ING VERZEKERINGEN NV	1 000 000,00	99,94%	999	99,25%	993
BANIF FINANCE LTD	500 000,00	99,90%	500	99,85%	499
DANSKE ANK AS	1 000 000,00	99,94%	999	99,85%	998
PREPS 2005-2 B1	3 000 000,00	98,77%	2 963	100,00%	3 000
TELECOM ITALIA SPA	500 000,00	99,94%	500	98,63%	493
BANCHE POPOLARI UNITE 2015	2 000 000,00	99,92%	1 998	98,43%	1 969
KBC IFIMA NV	1 000 000,00	99,93%	999	97,67%	977
BK TOKYO – MITSUBISHI UFJ	1 000 000,00	96,79%	968	94,34%	943
TELEFONICA EMISIONES SAU	1 000 000,00	97,96%	980	95,98%	960
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 000 000,00	99,92%	999	99,09%	991
CITIGROUP INC	1 000 000,00	99,86%	999	97,41%	974
LB BADEN-WUERTTEMBERG	1 000 000,00	98,10%	981	97,80%	978
DEUTSCHE TELECOM INT FIN	1 000 000,00	99,99%	1 000	99,83%	998
BANCHE POPOLARI UNITE 2011	2 000 000,00	99,87%	1 997	98,91%	1 978
GE CAPITAL EURO FUNDING	1 500 000,00	99,80%	1 497	100,16%	1 502
SANTANDER ISSUANCES	500 000,00	99,45%	497	97,69%	488
MORGAN STANLEY	1 000 000,00	100,06%	1 001	99,23%	992
HSBC FINANCE CORP	2 000 000,00	99,75%	1 995	98,79%	1 976
BANCO BPI SA, CAYMAN	2 000 000,00	99,90%	1 998	99,53%	1 991
AIB MORTGAGE BANK	3 000 000,00	98,08%	2 942	98,38%	2 951
CEMG 2016 (CALLABLE)	5 000 000,00	100,04%	5 002	96,43%	4 821
SEDNA FINANCE	2 500 000,00	100,00%	2 500	52,73%	1 318
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	1 000 000,00	99,83%	998	99,57%	996
ABB INTL FINANCE LTD	1 000 000,00	101,24%	1 012	96,62%	966
IRISH NATIONWIDE BLDG SO	1 500 000,00	99,97%	1 500	99,56%	1 493
TELECOM ITALIA SPA	500 000,00	98,95%	495	95,00%	475
ESPÍRITO SANTO INVESTMENT (CALLABLE FLIPPER KO 5 YEAR)	5 000 000,00	99,95%	4 998	100,00%	5 000
SLM CORP	2 000 000,00	99,70%	1 994	96,12%	1 922
FRANCE TELECOM	1 000 000,00	100,19%	1 002	99,18%	992
EDP FINANCE	2 000 000,00	100,75%	2 015	95,78%	1 916
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	2 500 000,00	99,64%	2 491	99,03%	2 476
CITIGROUP 2013	500 000,00	99,98%	500	98,39%	492
IBERDROLA FINANZAS	1 000 000,00	99,97%	1 000	99,36%	994
SYDBANK A/S	1 000 000,00	99,94%	999	99,98%	1 000
ENDESA CAPITAL SA	1 500 000,00	100,02%	1 500	99,78%	1 497
ERSTE BANK	2 000 000,00	99,96%	1 999	97,37%	1 947
DAIMLERCHRYSLER COORDIN	500 000,00	99,92%	500	99,99%	500
PREPS LIMITED PARTNERSHIP	1 200 000,00	100,00%	1 200	100,00%	1 200
TELEFONICA EMISIONES SAU	500 000,00	100,02%	500	99,38%	497
MERRILL LYNCH & CO	1 000 000,00	99,90%	999	98,59%	986
BBVA SENIOR FINANCE	3 000 000,00	99,95%	2 998	99,64%	2 989
HYPO REAL ESTATE BANK AG	2 500 000,00	99,98%	2 499	99,82%	2 495
ESPIRITO SANTO INVST PLC	1 500 000,00	100,00%	1 500	100,00%	1 500
VODAFONE GROUP PLC	2 000 000,00	99,97%	1 999	98,90%	1 978
WASHINGTON MUTUAL BK	2 000 000,00	99,92%	1 998	98,59%	1 972
ALLIES IRISH BANKS PLC	1 000 000,00	99,90%	999	98,75%	987
BANK OF AMERICA CORP	2 000 000,00	99,77%	1 995	98,89%	1 978
UNICREDITO ITALIANO	1 000 000,00	99,89%	999	97,90%	979
ROTHSHILDS CONT FIN PLC	1 000 000,00	99,90%	999	99,38%	994
DEUTSCHE BANK AG	2 000 000,00	100,01%	2 000	99,75%	1 995
MEDIOBANCA	2 000 000,00	99,88%	1 998	96,72%	1 934

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros	Valor de Balanço		Valor de Mercado	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
NIBC BANK NV	1 000 000,00	99,99%	1 000	99,35%	994
CASSA RISPARMIO FIRENZE	1 000 000,00	99,69%	997	99,47%	995
BMW AUSTRALIA FINANCE	1 500 000,00	99,93%	1 499	99,90%	1 499
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	1 500 000,00	100,00%	1 500	96,27%	1 444
NOMURA EUROPE FINANCE NV	1 000 000,00	99,89%	999	99,03%	990
LUSITANO PLC (LSME 1 A)	1 525 000,00	100,00%	1 525	99,91%	1 524
FINANCE FOR DANISH IND	1 000 000,00	99,86%	999	98,01%	980
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	1 000 000,00	99,89%	999	95,58%	956
COMMONWEALTH	1 500 000,00	99,82%	1 497	99,17%	1 488
CASTLE FINANCE I LTD	1 500 000,00	100,00%	1 500	100,00%	1 500
BANIF FINANCE LTD	2 000 000,00	99,93%	1 999	99,93%	1 999
OTP BANK PLC	1 000 000,00	100,15%	1 002	84,18%	842
SWEDISH COVERED BONDBANKS	3 000 000,00	98,91%	2 967	99,29%	2 979
SELLA HOLDING BANCA SPA	1 500 000,00	99,96%	1 499	97,58%	1 464
BANCA ITALEASE	1 000 000,00	99,93%	999	93,04%	930
DNB NOR BANK ASA	3 000 000,00	99,95%	2 999	99,62%	2 989
CARNIVAL PLC	1 000 000,00	99,53%	995	93,71%	937
EBS BUILDING SOCIETY	3 000 000,00	99,77%	2 993	95,21%	2 856
STANDARD CHARTERES BANK	1 000 000,00	99,72%	997	95,14%	951
BANCA DELLE MARCHE	1 000 000,00	99,96%	1 000	99,75%	997
RIVIERA (Citibank Intl Plc)	1 000 000,00	100,00%	1 000	100,00%	1 000
PROMS XXS6-1 C	1 409 996,70	100,00%	1 410	100,00%	1 410
BANCA LOMBARDA	1 500 000,00	99,86%	1 498	96,55%	1 448
ANGLO IRISH BANK CORP	1 000 000,00	100,14%	1 001	98,42%	984
BANIF FINANCE LTD 2016	1 000 000,00	100,00%	1 000	100,00%	1 000
MUFG CAPITAL FIN 4 LTD (Tier 1)	750 000,00	100,00%	750	86,32%	647
RCI BANQUE SA	1 500 000,00	99,93%	1 499	97,93%	1 469
IXIS CORP & INVESTMENT	2 000 000,00	99,90%	1 998	96,21%	1 924
ANGLO IRISH BANK CORP	2 000 000,00	99,93%	1 999	98,35%	1 967
BANCO POPOLARE DI MILANO	2 000 000,00	99,69%	1 994	97,67%	1 953
BANCA ITALEASE	2 000 000,00	99,83%	1 997	95,10%	1 902
BCP FINANCE BANK LTD	2 000 000,00	99,89%	1 998	98,93%	1 979
LEASEPLAN CORPORATION NV	1 500 000,00	99,93%	1 499	99,96%	1 499
BANCA ITALEASE	2 000 000,00	99,77%	1 995	92,96%	1 859
CLARIS LIMITED	1 000 000,00	100,00%	1 000	45,02%	450
MERRIL LYNCH & co Inc	2 500 000,00	99,91%	2 498	94,35%	2 359
SOCIETE GENERALE (France Telecom Callable)	1 450 000,00	100,00%	1 450	85,49%	1 240
REPSOL INTL FINANCE	3 000 000,00	99,91%	2 997	97,99%	2 940
NOMURA EUROPE FINANCE NV	3 000 000,00	99,93%	2 998	99,56%	2 987
BOIRO FINANCE BV	3 000 000,00	100,00%	3 000	100,00%	3 000
CLO PREPS	1 991 935,49	100,00%	1 992	97,46%	1 941
EATON VANCE CDO LTD	1 000 000,00	100,00%	1 000	100,00%	1 000
INTESA SANPAOLO SPA	2 000 000,00	99,88%	1 998	98,04%	1 961
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	2 000 000,00	99,86%	1 997	97,57%	1 951
BENDIGO BANK LTD	1 000 000,00	99,94%	999	98,92%	989
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	2 000 000,00	99,98%	2 000	98,63%	1 973
LHB INTERNATIONAL HANDEL	250 000,00	100,00%	250	100,00%	250
CSCP 2007-5X A2 (CDO)	1 000 000,00	100,00%	1 000	100,00%	1 000
ICICI BANK LTD/SINGAPORE	1 000 000,00	100,03%	1 000	100,00%	1 000
CID FINANCE BV	500 000,00	100,00%	500	100,00%	500
BANIF FINANCE LTD	2 000 000,00	99,73%	1 995	99,38%	1 988
BBVA BANCOMER AS	2 000 000,00	100,00%	2 000	96,43%	1 929
ULSTER BANK IRELAND LTD	2 000 000,00	99,93%	1 999	99,13%	1 983
BANCA DELLE MARCHE 2017	1 500 000,00	99,91%	1 499	95,22%	1 428

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros	Valor de Balanço		Valor de Mercado	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
MERRILL LYNCH 2014	1 500 000,00	99,70%	1 495	92,50%	1 387
ESFG INTERNATIONAL LTD	500 000,00	100,00%	500	87,43%	437
SOCIÉTÉ GENERALE 2017	1 500 000,00	99,93%	1 499	97,23%	1 458
CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRANEO	1 750 000,00	99,90%	1 748	99,14%	1 735
ASSCHER FINANCE	1 000 000,00	100,00%	1 000	97,73%	977
BOIRO FINANCE BV	3 000 000,00	100,00%	3 000	100,00%	3 000
ENEL – SOCIETA PER AZIONI	500 000,00	99,76%	499	97,30%	487
NOMURA EUROPE FINANCE NV	2 000 000,00	99,95%	1 999	98,77%	1 975
UBI BANCA SPCA	1 000 000,00	99,85%	998	97,71%	977
SELLA HOLDING BANCA SPA	1 000 000,00	99,94%	999	99,91%	999
HEAT MEZZANINE (Classe AAA)	499 098,72	100,00%	499	100,00%	499
DOURO 2 A1 (SAGRES)	526 572,32	99,48%	524	99,70%	525
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL 2011	7 000 000,00	98,92%	6 924	99,91%	6 994
COMMERZBANK RESIDENCE 200 1 (RMBS Alemão)	941 974,11	99,94%	941	100,00%	942
Acções			3 611		3 493
Emitidas por não residentes			3 611		3 493
OMV		41,70	4	55,42	6
DAX OPEN END CERTIFICATE		79,91	500	80,53	504
DAX EUROSTOXX 50 OE CERTIFICATE		45,16	500	44,04	488
BBVA		19,17	38	16,76	34
ETFS LYXOR DJ Eurostoxx 50		44,30	1 600	44,01	1 589
ETFS LYXOR HEALTHCARE		45,43	63	38,91	54
ETFS LYXOR INSURANCE		29,81	60	25,26	51
ETFS LYXOR MEDIA		25,06	182	22,44	163
ETFS LYXOR PERSONAL GOODS		43,77	100	41,21	94
ETFS LYXOR DJ COM&MAT		42,71	118	39,50	109
ETFS Fundo de Acções MSCI		40,31	200	36,00	178
UNICRÉDITO		6,29	50	5,68	45
BOVESPA		250,51	100	240,40	96
DSM NV		39,45	45	32,28	37
PPR (Pinault Printemps Redoute)		129,99	39	109,92	33
FIVE ARROWS FUND (ex LET HOLDING, Lda)		0,64	12	0,64	12
Fundos de Investimento			66 745		67 244
Emitidos por residentes			53 708		54 193
FUNDO ALVES RIBEIRO (A.R. Medias Empresas Portugal)		49,88	499	108,85	1 089
FUNDO VISION ESCRITÓRIOS		6,84	6 842	6,63	6632
FUNDO LOGISTICA DISTRIBUIÇÃO		6,12	2 447	5,88	2 353
FUNDO IBÉRIA		5,24	524	5,28	528
FUNDO VIP		9,28	31 220	9,30	31 280
MG-ACÇÕES		100,34	627	150,50	941
MG-ACÇÕES EUROPA		48,58	2 500	49,73	2 559
MG MULTI GESTÃO EQUILIBRADA		48,34	361	51,20	385
MG MULTI GESTÃO DINÂMICA		46,27	1 851	44,40	1 776
MG EURO UTILITIES		49,76	87	92,11	161
MONTEPIO FINANCE SERVICE		50,00	2 250	41,33	1 860
MONTEPIO EURO ENERGY		50,00	2 250	56,18	2 528
MONTEPIO HEALTHCARE		50,00	2 250	46,70	2 101
Emitidos por não residentes			13 037		13 051
FUNDO ARIS DEFENSIVE		156,64	250	157,92	252
GLOBAL HIGH YIELD BOND FUND		11,70	1 755	10,22	1 532
FUNDO NOVENERGIA II		50 000,00	10 283	51 200,53	10 529
FUNDO ROTSCCHILD SAINT		163,61	749	161,21	738
TOTAL			599 010		588 891

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeira

Relatório dos Auditores

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 2.261.993 milhares de euros, e um total de capital próprio de 354.191 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 41.404 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Associações Mutualistas, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Associações Mutualistas, conforme Nota 3.

Lisboa, 14 de Março de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por



Ana Cristina Soares Valente Dourado
(ROC N° 1011)

8. Caixa Económica Montepio Geral – Individual

71

Associados e Clientes

Aos fins mutualistas junta-se o objectivo de satisfazer as necessidades bancárias e financeiras dos seus Associados e Clientes, com uma gama completa de produtos e serviços.



8.1. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

O activo líquido registou o valor de 16 435 milhões de euros, em 2007, observando-se um aumento de 1 212 milhões de euros (+8,0%), face a 2006.

ESTRUTURA DO ACTIVO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS						
Activos de liquidez	994 886	6,1	988 533	6,5	6 353	0,6
Caixa e disponibilidades em Bancos	331 865	2,0	318 093	2,1	13 772	4,3
Aplicações em instituições de crédito	663 021	4,1	670 440	4,4	-7 419	-1,1
Crédito a clientes (líquido de provisões)	14 108 881	85,8	12 941 563	85,0	1 167 318	9,0
Activos financeiros detidos para negociação	38 084	0,2	20 454	0,1	17 630	86,2
Activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor	909 092	5,5	893 334	5,9	15 758	1,8
Investimentos detidos até maturidade	39 371	0,2	36 044	0,2	3 327	9,2
Derivados de cobertura	9 372	0,1	9 031	0,1	341	3,8
OUTRAS APLICAÇÕES	335 493	2,1	333 929	2,2	1 564	0,5
Activos não correntes detidos para venda	96 833	0,6	90 638	0,6	6 195	6,8
Outras	238 660	1,5	243 291	1,6	-4 631	-1,9
TOTAL DE ACTIVOS LÍQUIDOS	16 435 179	100,0	15 222 888	100,0	1 212 291	8,0

A estrutura do activo não sofreu alterações significativas em 2007.

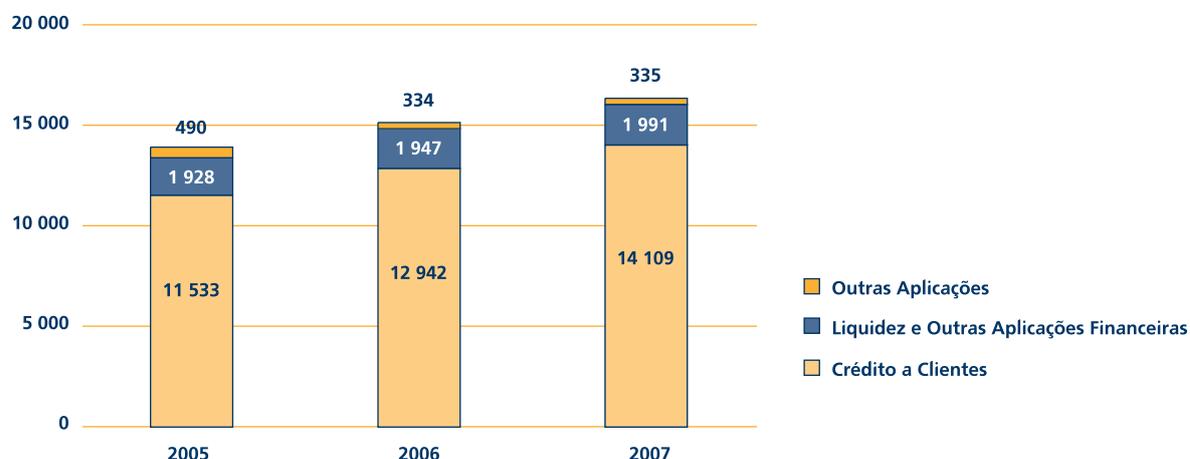
A componente que mais contribuiu, em termos absolutos, para o crescimento do activo líquido foi o crédito a clientes, que registou um acréscimo de 9,0% e reforçou a vertente creditícia da actividade. O crédito a clientes passou a representar 85,8% (85,0% em 2006) do total do activo líquido, em 2007.

Para além do crédito, os activos de liquidez e os activos financeiros detidos para venda continuam a ser as componentes com maior peso na estrutura do activo, com uma proporção de 6,1% e 5,5%, respectivamente.

Os activos financeiros detidos para negociação cresceram 86,2%, mas representam apenas 0,2% do total do activo líquido.

ESTRUTURA DO ACTIVO

(milhões de euros)



A estrutura do passivo e capital próprio alterou-se, em 2007, com a emissão de uma operação de titularização de crédito à habitação, que levou à criação da componente «passivos financeiros associados a activos transferidos», a qual passou a representar 4,1% do total do passivo e capitais próprios.

O total de recursos alheios atingiu 15 458 milhões de euros, que corresponde a uma taxa de crescimento anual de 8,0%, em resultado da acção das Redes Comerciais e da Direcção Financeira e Internacional na captação de recursos financeiros.

ESTRUTURA DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	8 357 964	50,8	8 352 147	54,9	5 817	0,1
Títulos Colocados em Clientes (Obrigações de Caixa)	884 026	5,4	587 950	3,9	296 076	50,4
Outros Recursos de Instituições de Crédito	1 699	0,0	3 857	0,0	-2 158	-56,0
Total dos Recursos de Clientes e Instituições de Crédito	9 243 689	56,2	8 943 954	58,8	299 735	3,4
Empréstimos Subordinados e não Subordinados, Sindicados e Certificados de Dívida	5 264 265	32,1	5 154 148	33,9	110 117	2,1
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	670 633	4,1			670 633	
Outros Passivos	279 829	1,7	209 839	1,3	69 990	33,4
Total de Recursos Alheios	15 458 416	94,1	14 307 941	94,0	1 150 475	8,0
Capital e Provisões	976 763	5,9	914 947	6,0	61 816	6,8
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	16 435 179	100,0	15 222 888	100,0	1 212 291	8,0

O total de recursos de clientes e de instituições de crédito cresceu 3,4%, muito influenciado pelos títulos colocados em clientes, que aumentou 50,4% relativamente a 2006. O seu peso no total de passivo e capital próprio desceu para 56,2%, em 2007, que compara com 58,8% do ano anterior.

O total de recursos composto por títulos de dívida, empréstimos subordinados, não subordinados, sindicados e certificados de dívida aumentou 2,1%, e o posicionamento relativo no total de passivo e capital próprio situou-se em 32,1%.

O agregado «Capital Próprio e Provisões» ascendeu a 977 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 6,8%, face a 2006, resultante, principalmente, do aumento do Capital Institucional, no montante de 50 milhões de euros, tendo-se mantido o peso relativo na estrutura do Total de Passivo e do Capital Próprio, com 5,9%.

8.2. ACTIVIDADE COMERCIAL

A actividade comercial apresentou um razoável desempenho. O negócio cresceu na captação de recursos, nomeadamente, os representados por títulos, no crédito e na venda cruzada de produtos das empresas participadas.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO NEGÓCIO COM CLIENTES

(milhares de euros)

VARIÁVEIS DE NEGÓCIO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações						
Crédito Concedido	14 263 420		13 124 548		1 138 872	8,7
<i>do qual:</i>						
Crédito imobiliário	10 638 720	74,6	10 072 704	76,7	566 016	5,6
Crédito e Juros Vencidos	326 540	2,3	296 432	2,3	30 108	10,2
Recursos						
Total de recursos de clientes e instituições de crédito	13 843 919	100,0	13 007 105	100,0	836 814	6,4
<i>dos quais:</i>						
Com registo no Balanço	9 243 689	66,8	8 943 954	68,8	299 735	3,4
Com registo fora do Balanço	4 600 230	33,2	4 063 151	31,2	537 079	13,2

8.2.1. CRÉDITO

O crédito total concedido a clientes aumentou 8,7%, em 2007, com o segmento de Particulares a crescer 7,8% e o de Empresas 11,0%, face ao observado no ano anterior, reflectindo o desenvolvimento dos negócios levado a cabo pela Direcção Comercial de Empresas, recentemente criada.

O crédito a Particulares registou uma ligeira diminuição do seu peso na estrutura da carteira, ao passar de 65,6%, em 2006, para 65,0%, em 2007.

A carteira de crédito à Habitação registou um crescimento de 471 milhões de euros, a que corresponde uma variação de +6,0%, mas diminuiu o peso na estrutura da carteira de crédito para 58,7%, face ao valor de 60,2% obtido em 2006.

O crédito a Particulares para outras finalidades observou um aumento de 27,9%, influenciado pelo incremento nos Créditos «MG Lar Mais» e «Individual».

O crédito a Empresas observou um acréscimo de 464 milhões de euros e aumentou o peso na estrutura da carteira de crédito em 0,7 p.p., situando-se nos 32,9%. O crédito à Construção, que cresceu 4,4%, continuou a manter-se como a maior componente do agregado, com um peso de 15,9%, no Total da Carteira de Crédito, embora registando uma diminuição de 0,6 p.p., face ao ano anterior. Os créditos ao Investimento, à Tesouraria e a Outras Finalidades apresentaram maiores incrementos, com 18,1%, 17,9% e 17,7%, respectivamente.

Os créditos à habitação e à construção atingiram um crescimento conjunto de 5,6% e diminuíram o peso no crédito total, ao passar de 76,7%, em 2006, para 74,6%, em 2007, reflectindo a política de diversificação prosseguida.

O crédito a Instituições sem Fins Lucrativos cresceu cerca 6 milhões de euros, com uma variação positiva de 14,2%. No segmento «Comerciantes e Profissões Liberais» verificou-se um aumento de 1,6%, comparativamente com o período homólogo.

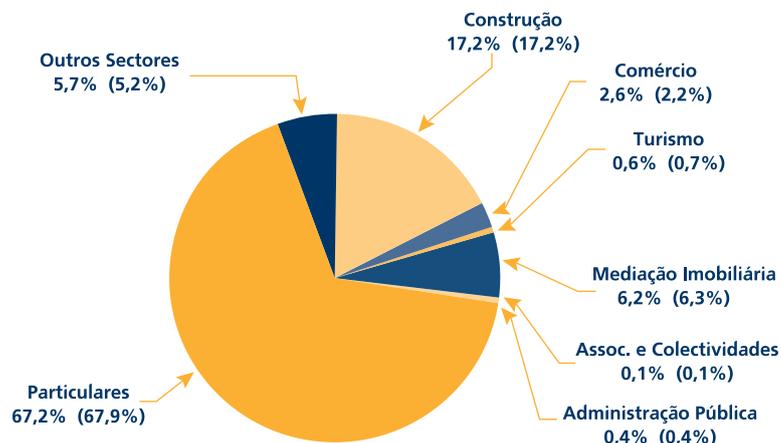
CRÉDITO POR SEGMENTOS E POR FINALIDADES

(milhares de euros)

SEGMENTOS / FINALIDADES	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Particulares	9 277 642	65,0	8 609 722	65,6	667 920	7,8
Habitação	8 373 491	58,7	7 902 762	60,2	470 729	6,0
Habitação com a Titularização	8 980 692		8 706 739		273 953	3,1
Outras Finalidades	904 151	6,3	706 960	5,4	197 191	27,9
2 – Empresas	4 681 573	32,9	4 217 685	32,2	463 888	11,0
Construção	2 265 229	15,9	2 169 942	16,5	95 287	4,4
Investimento	1 255 748	8,8	1 063 562	8,1	192 186	18,1
Tesouraria	1 090 445	7,7	924 598	7,1	165 847	17,9
Outras Finalidades	70 151	0,5	59 583	0,5	10 568	17,7
3 – Instituições Sem Fins Lucrativos	46 514	0,3	40 730	0,3	5 784	14,2
4 – Comerciantes e Profissões Liberais	201 663	1,4	198 446	1,5	3 217	1,6
5 – Sector Público Administrativo	56 028	0,4	57 965	0,4	-1 937	-3,3
TOTAL	14 263 420	100,0	13 124 548	100,0	1 138 872	8,7

Na distribuição sectorial do crédito, por segmentos de mercado, observa-se que os Particulares e a Construção representam a maioria do crédito da CEMG, com 84,4% da carteira de crédito total, em 2007.

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO CRÉDITO EM 2007



() Em 2006

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO CONTRATADO NO ANO

(milhares de euros)

FINALIDADES	2007			2006			Variações			
	Quantidade	Valor	%	Quantidade	Valor	%	Quantidade	%	Valor	%
1 – Particulares	58 786	1 822 214	43,0	74 510	1 998 487	43,1	-15 724	-21,1	-176 273	-8,8
Habituação	17 360	1 410 013	33,3	19 481	1 612 044	34,8	-2 121	-10,9	-202 031	-12,5
Outras	41 426	412 201	9,7	55 029	386 443	8,3	-13 603	-24,7	25 758	6,7
2 – Empresas	34 400	2 310 005	54,5	32 637	2 166 713	46,8	1 763	5,4	143 292	6,6
Construção	865	810 917	19,1	1 167	1 031 792	22,3	-302	-25,9	-220 875	-21,4
Investimento	3 185	559 566	13,2	2 204	360 949	7,8	981	44,5	198 617	55,0
Tesouraria	30 332	928 798	21,9	29 011	750 008	16,2	1 321	4,6	178 790	23,8
Outras Finalidades	18	10 724	0,3	255	23 964	0,5	-237	-92,9	-13 240	-55,2
3 – Instit. Sem Fins Lucrativos	155	17 020	0,4	133	360 211	7,8	22	16,5	-343 191	-95,3
4 – Comerciantes e Prof. Liberais	3 602	89 441	2,1	3 610	107 357	2,3	-8	-0,2	-17 916	-16,7
5 – Sector Público Admin.	5	29	0,0	7	219	0,0	-2	-28,6	-190	-86,8
TOTAL	96 948	4 238 709	100,0	110 897	4 632 987	100,0	-13 949	-12,6	-394 278	-8,5

8.2.1.1. Crédito à Habitação

O crédito novo contratado observou uma variação negativa de 202 milhões de euros, (-12,5%), e um rácio LTV (*Loan To Value*) de 74,3%. O montante médio por contrato diminuiu para 81 milhares de euros, o que significou a descida de 2 milhares de euros por contrato, em média.

A carteira do Crédito à Habitação, que aumentou 6,0%, em 2007, apresentou um rácio entre o montante do crédito e o valor da garantia (LTV – *Loan To Value*) de 59,0% (57,5% em 2006) e o rácio de crédito e juros vencidos fixou-se em 2,0% (1,5% em 2006).

(milhares de euros)

CRÉDITO À HABITAÇÃO	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Crédito em carteira				
Total da carteira	8 373 491	7 902 762	470 729	6,0
Rácio LTV *	59,0%	57,5%	1,5 p.p	
Montante médio por contrato	66	64	2	3,1
Rácio de CJV (Crédito e Juros Vencidos)	2,0%	1,5%	0,5 p.p.	
Crédito novo contratado				
Total de crédito contratado no ano	1 410 013	1 612 044	-202 031	-12,5
Rácio LTV *	74,3%	71,5%	2,8 p.p	
Montante médio por contrato	81	83	-2	-2,4

* Rácio LTV = Valor da carteira de crédito à habitação / Valor actual das avaliações das cauções associadas

O programa de actualização periódica das cauções, para observância da alínea b) do n.º 4-C da Parte I do Anexo ao Aviso n.º 1/93, do Banco de Portugal, que determina que as cauções devem ser reavaliadas pelo menos de 3 em 3 anos, actualizou o valor do rácio LTV. Contudo, como para os contratos novos este rácio é mais elevado do que o anterior rácio médio da carteira de crédito da CEMG, o rácio da carteira aumentou para 59,0% (57,5% em 2006).

8.2.1.2. Crédito Individual

A carteira do Crédito Individual cresceu 66 milhões de euros (+29,1%), como resultado de uma forte dinâmica, da Rede Comercial, nesta vertente de negócio. A componente «Geral, Férias e Auto» foi a responsável pela totalidade do aumento, com o seu peso na carteira a aumentar para 86,9%, contra 81,5% no ano anterior.

O rácio de crédito e juros vencidos da carteira de Crédito Individual apresentou uma melhoria de 0,2 p.p., ao passar de 0,7%, no final de 2006, para 0,5%, em 2007.

Esta performance, muito positiva, está relacionada com as diversas acções promocionais realizadas ao longo do ano e com melhorias introduzidas na avaliação do risco, associadas ao *pricing*.

(milhares de euros)

CRÉDITO INDIVIDUAL	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito em carteira						
Total da carteira	291 623	100,0	225 954	100,0	65 669	29,1
do qual:						
Geral, Férias e Auto	253 274	86,9	184 131	81,5	69 143	37,6
Obras	34 782	11,9	35 302	15,6	-520	-1,5
Aquisição de títulos	3 567	1,2	6 521	2,9	-2 954	-45,3
Rácio de CJV	0,5%		0,7%		-0,2 p.p.	

8.2.1.3. Crédito Individual – Revolving

O Crédito Individual *Revolving* compreende os descobertos autorizados em contas de depósitos à ordem de particulares e o crédito concedido por via dos cartões de crédito.

O número de Cartões de Crédito activos, com a marca Montepio, atingiu 166 729 cartões, mais 20,6% do que no ano anterior, tendo o crédito concedido aumentado +24,0% e alcançando 36 milhões de euros, com o apoio de uma campanha de promoção que visou a maior penetração na base de clientes.

Os Descobertos em contas de depósitos à ordem desceram 2,4%, fixando-se em 14,3 milhões de euros, no final de 2007.

O rácio de crédito e juros vencidos deste agregado baixou para 4,9%, representado menos 0,2 p.p. do que no ano anterior.

(milhares de euros)

CRÉDITO INDIVIDUAL – REVOLVING	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Cartões de crédito				
Número de cartões	166 729	138 225	28 504 Unid.	20,6
Crédito concedido	36 104	29 125	6 979	24,0
Descobertos				
Total de crédito	14 310	14 662	-352	-2,4
Rácio de CJV	4,9%	5,1%	-0,2 p.p.	

8.2.1.4. Crédito à Construção

O saldo do Crédito à Construção (crédito utilizado) registou um aumento de 95 milhões de euros, mais 4,4% face ao ano anterior, e representou 73,1% do crédito total. A parte ainda não utilizada, 26,9%, foi inferior à registada em 2006 (28,6%).

(milhares de euros)

CRÉDITO À CONSTRUÇÃO	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Crédito em carteira				
Crédito utilizado	2 265 229	2 169 942	95 287	4,4
Montante médio por contrato	700	650	50	7,7
Rácio de CJV	3,1%	2,9%	0,2 p.p.	
Crédito não utilizado	835 631	872 497	-36 866	-4,2
Crédito contratado total	3 100 860	3 042 439	58 421	1,9
Crédito novo contratado				
Total de crédito contratado no ano	810 917	1 031 792	-220 875	-21,4
Montante médio por contrato	937	884	53	6,0

A rotatividade do crédito, medida pela relação entre o crédito novo contratado e a carteira de crédito contratado total, diminuiu 8 pontos percentuais. O rácio de crédito e juros vencidos da carteira de crédito à Construção agravou-se 0,2 p.p., situando em 3,1%, no final de 2007.

8.2.1.5. Crédito por Tipo de Garantias

Os Créditos com Garantia Real baixaram ligeiramente o peso na carteira, passando de 89,7%, em 2006, para 88,4%, em 2007.

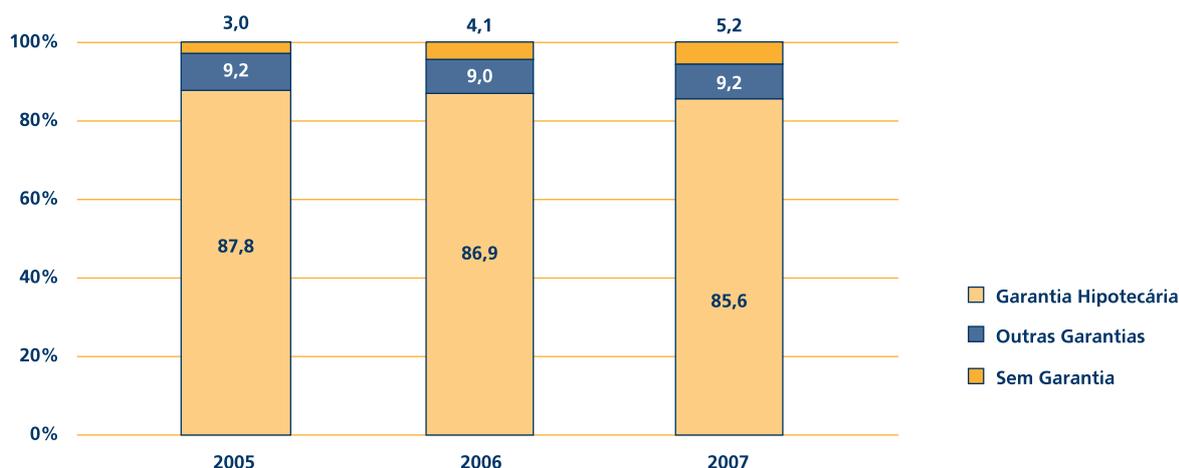
CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPO DE GARANTIAS

(milhares de euros)

TIPO DE GARANTIAS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Garantia Real – Hipotecária	12 212 868	85,6	11 400 078	86,9	812 790	7,1
Garantia Real – Outras	407 483	2,8	373 199	2,8	34 284	9,2
Sector Público Administrativo	56 028	0,4	57 965	0,4	-1 937	-3,3
Outras Garantias	851 081	6,0	757 219	5,8	93 862	12,4
Sem Garantia	735 960	5,2	536 087	4,1	199 873	37,3
TOTAL	14 263 420	100,0	13 124 548	100,0	1 138 872	8,7

O crédito sem garantia, dada a sua rendibilidade ponderada pelo risco inerente, registou uma taxa de crescimento expressiva em 2007 (37,3%). Não obstante, o seu peso no total da carteira (5,2%) mantém-se reduzido, não influenciando, de forma significativa, a qualidade da carteira, mas contribuindo positivamente para o aumento da rendibilidade.

CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPO DE GARANTIAS



8.2.1.6. Crédito e Juros Vencidos

O saldo do crédito e juros vencidos aumentou 30 milhões de euros e situou-se em 327 milhões de euros, traduzindo uma taxa de crescimento de 10,2%, em 2007. Para este agravamento contribuiu o forte crescimento do Crédito à Habitação, no valor de 47 milhões de euros, ou seja, mais 38,8% do que o verificado no ano anterior, parcialmente compensado pela redução do Crédito Vencido de «Particulares – Outras Finalidades» (-31,6 milhões de euros). O rácio global de Crédito e Juros Vencidos manteve-se em 2,3%.

CARTEIRA DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS POR SEGMENTOS E POR FINALIDADES

(milhares de euros)

SEGMENTOS / FINALIDADES	2007		2006		Variação	
	Valor	Rácio CJV	Valor	Rácio CJV	Valor	%
1 – Particulares	191 952	2,0	176 200	2,0	15 752	8,9
Habitação	169 345	1,5	121 973	1,5	47 372	38,8
Outras Finalidades	22 607	7,7	54 227	7,7	-31 620	-58,3
2 – Empresas	125 598	2,7	113 232	2,7	12 366	10,9
Construção	70 341	2,9	63 804	2,9	6 537	10,2
Investimento	33 669	2,6	27 906	2,6	5 763	20,7
Tesouraria	21 334	2,3	21 487	2,3	-153	-0,7
Outras Finalidades	254	0,1	35	0,1	219	625,7
3 – Instituições Sem Fins Lucrativos	314	0,9	366	0,9	-52	-14,2
4 – Comerciantes e Profissões Liberais	8 358	3,3	6 516	3,3	1 842	28,3
5 – Sector Público Administrativo	318	0,2	118	0,2	200	169,5
TOTAL	326 540	2,3	296 432	2,3	30 108	10,2

O rácio de incumprimento do segmento das Empresas manteve-se nos 2,7%. No entanto, o Crédito à Construção e ao Investimento agravaram os saldos em 6,5 milhões de euros (+10,2%) e 5,7 milhões de euros (+20,7%), respectivamente.

No segmento de «Particulares», o saldo do crédito e juros vencidos subiu cerca de 15,7 milhões de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 8,9%, o que, conjugado com o crescimento do crédito, manteve o rácio de crédito e juros vencidos em 2,0%.

No segmento de «Comerciantes e Profissionais Liberais», observou-se uma subida do saldo de crédito e juros vencidos, em cerca de 2 milhões de euros. O rácio de incumprimento manteve-se nos 3,3%.

O crédito e juros vencidos com atraso superior a 3 meses passou de 1,98%, em 2006, para 1,99%, em 2007, e o rácio de crédito e juros vencidos ajustado (deduzido da quota-parte que está provisionada a 100,0%) subiu para 2,0%, quando no ano anterior representou 1,8%.

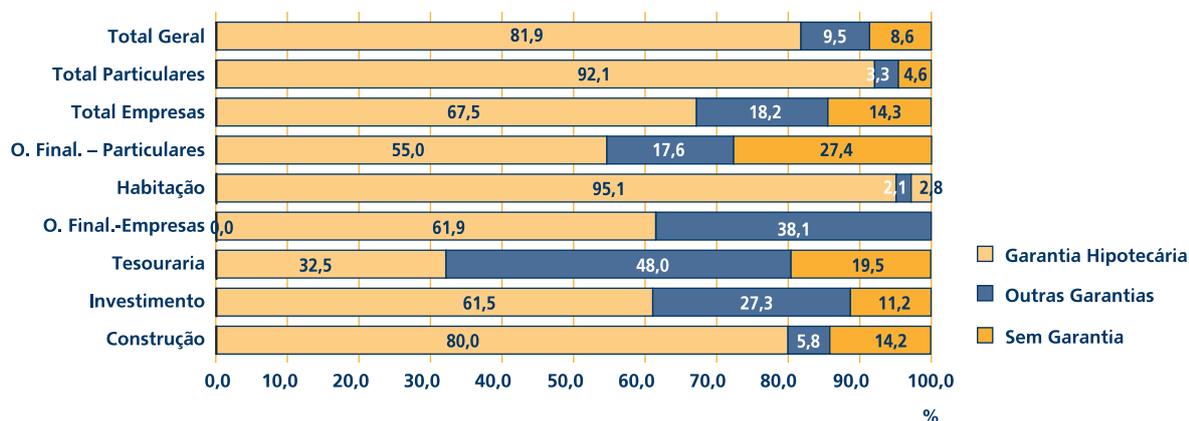
O indicador de incumprimento, definido pelo Banco de Portugal, nos termos da Instrução n.º 16/2004, que estabelece a relação do crédito em incumprimento (crédito vencido há mais de 90 dias adicionado do crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido) com o crédito total, fixou-se em 2,4%, em 2007, quando, no final de 2006, alcançava os 2,5%.

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS



A Habitação e a Construção, principais finalidades dos créditos classificados em Crédito e Juros Vencidos, que representavam, no seu conjunto, 73,4% da carteira de crédito vencido, em 2007, são operações caucionadas por garantias reais, periodicamente reavaliadas.

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO E JUROS VENCIDOS POR GARANTIAS



Na estrutura da carteira de crédito vencido, por escalões de atraso, observou-se uma melhoria, com a diminuição do peso relativo dos créditos de maior atraso.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

(milhares de euros)

INDICADORES	2007	2006	Variação	
			Valor	%
Crédito a Clientes	14 263 420	13 124 548	1 138 872	8,7
Crédito e Juros Vencidos	326 540	296 432	30 108	10,2
Crédito Vencido há menos de 3 meses	42 711	36 461	6 250	17,1
Crédito Vencido há mais de 3 meses	283 829	259 971	23 858	9,2
Crédito Vencido há mais de 12 meses	233 303	227 547	5 756	2,5
Crédito Cobrança Duvidosa reclassificado como Vencido	51 011	71 159	-20 148	-28,3
Crédito Vencido + operações de <i>Write Off</i>	658 655	597 754	60 901	10,2
Crédito Vencido até 3 meses de atraso face ao Crédito Vencido total (%)	13,1	12,3	0,8 p.p.	
Crédito Vencido há mais de 3 meses face ao Crédito Vencido total (%)	86,9	87,7	-0,8 p.p.	
Crédito Vencido há mais de 12 meses face ao Crédito Vencido total (%)	71,4	76,8	-5,4 p.p.	
Provisões Totais para Crédito	302 180	304 133	-1 953	-0,6
Riscos Gerais de Crédito	96 983	87 793	9 190	10,5
Crédito Vencido e Cobrança Duvidosa	205 197	216 340	-11 143	-5,2
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total				
Rácio de Crédito e Juros Vencidos	2,3	2,3	0,0 p.p.	
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	2,0	2,0	0,0 p.p.	
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 12 meses	1,6	1,7	-0,1 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento	2,4	2,5	-0,1 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões	1,0	0,9	0,1 p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões (%)				
Crédito Vencido	92,5	102,6	-10,1 p.p.	
Crédito Vencido há mais de 3 meses	106,5	117,0	-10,5 p.p.	
Crédito Vencido há mais de 12 meses	129,5	133,7	-4,2 p.p.	

O grau de cobertura por Provisões do Crédito e Juros Vencidos com mais de 3 meses de atraso diminuiu, passando de 117,0%, em 2006, para 106,5%, em 2007. Esta evolução das provisões não prejudica a qualidade da estrutura financeira da Caixa Económica, sobretudo se se atender a que os riscos de uma elevada proporção do crédito vencido são limitados pela existência de garantias hipotecárias.

COBERTURA POR PROVISÕES DO CRÉDITO E JUROS VENCIDOS COM MAIS DE 3 MESES DE ATRASO



8.2.2. RECURSOS ALHEIOS

O total de Recursos de Intermediação e de Desintermediação evidenciou uma forte dinâmica nas diferentes áreas de negócio e na carteira de oferta, traduzindo-se num incremento total de 837 milhões de euros (+6,4%).

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE INTERMEDIAÇÃO E DESINTERMEDIAÇÃO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – INTERMEDIAÇÃO	9 243 689	66,8	8 943 954	68,8	299 735	3,4
Depósitos de Clientes e Instituições de Crédito	8 357 964	60,4	8 352 147	64,3	5 817	0,1
Títulos Colocados em Clientes	884 026	6,4	587 950	4,5	296 076	50,4
Outros Recursos	1 699	0,0	3 857	0,0	-2 158	-56,0
2 – DESINTERMEDIAÇÃO	4 600 230	33,2	4 063 151	31,2	537 079	13,2
TOTAL	13 843 919	100,0	13 007 105	100,0	836 814	6,4

Nos Recursos de Intermediação, os Títulos Colocados em Clientes reforçaram o seu peso no total desta carteira, passando de 6,6%, em 2006, para 9,6%, em 2007, em linha com as orientações estratégicas de reforço dos recursos de maior maturidade.

RECURSOS ALHEIOS DE INTERMEDIAÇÃO

(milhares de euros)

RECURSOS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
De Clientes	8 918 370	96,5	8 600 084	96,2	318 286	3,7
Depósitos à Ordem de Clientes	1 961 721	21,2	1 883 462	21,1	78 259	4,2
Depósitos à Prazo de Clientes	5 087 019	55,0	4 635 443	51,8	451 576	9,7
Depósitos de Poupança de Clientes	985 604	10,7	1 493 229	16,7	-507 625	-34,0
Total de Títulos Colocados em Clientes	884 026	9,6	587 950	6,6	296 076	50,4
De Instituições de Crédito	325 319	3,5	343 870	3,8	-18 551	-5,4
Depósitos	323 620	3,5	340 013	3,8	-16 393	-4,8
Outros Recursos	1 699	0,0	3 857	0,0	-2 158	-56,0
TOTAL RECURSOS	9 243 689	100,0	8 943 954	100,0	299 735	3,4

Os Recursos de Instituições de Crédito, sendo mais voláteis e, por isso, menos adequados ao reforço da liquidez, evoluíram negativamente com uma redução de 18,5 milhões de euros, menos 5,4% que no ano anterior.

Os Recursos de Desintermediação continuaram a crescer a um ritmo superior ao dos Recursos de Intermediação, reflectindo o esforço de colocação de um conjunto de produtos de poupança, nomeadamente, Seguros de Capitalização, Fundos de Investimento e Planos Poupança-Reforma, orientados para segmentos de maior potencial de aforro.

8.2.2.1. Depósitos de Clientes

O saldo da carteira de depósitos, por tipo de clientes, manteve-se praticamente inalterado em relação ao ano anterior. No Sector Público Administrativo observou-se uma redução de 263,6 milhões de euros (-44,7%) e nas Instituições de Crédito uma diminuição de 16 milhões de euros (-4,8%). Os restantes segmentos reforçaram o peso na carteira de depósitos, sendo de realçar o crescimento dos Particulares, que representam agora 65,0%, quando no ano anterior detinham 64,0% do total da carteira.

Os segmentos de Empresas Não Monetárias e de Instituições Sem Fins Lucrativos atingiram crescimentos de 8,3% e 10,3%, respectivamente, traduzindo o maior envolvimento do Montepio com este tipo de Instituições. No ano de 2007, procedeu-se, ainda, ao aumento de uma oferta mais ajustada ao perfil dos diferentes segmentos, designadamente, pelo lançamento de produtos mistos e estruturados.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS POR TIPO DE CLIENTES

(milhares de euros)

SEGMENTO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	5 434 853	65,0	5 342 349	64,0	92 504	1,7
Residentes	5 341 082	63,9	5 239 340	62,7	101 742	1,9
Emigrantes	79 444	0,9	88 288	1,1	-8 844	-10,0
Outros Não Residentes	14 327	0,2	14 721	0,2	-394	-2,7
Empresas Não Monetárias	1 175 849	14,0	1 086 016	13,0	89 833	8,3
Instituições Sem Fins Lucrativos	1 050 450	12,6	952 751	11,4	97 699	10,3
Comerciantes e Profissões Liberais	47 644	0,6	41 877	0,5	5 767	13,8
Sector Público Administrativo	325 548	3,9	589 141	7,0	-263 593	-44,7
Instituições de Crédito	323 620	3,9	340 013	4,1	-16 393	-4,8
TOTAL	8 357 964	100,0	8 352 147	100,0	5 817	0,1

8.2.2.2. Recursos de Desintermediação

Os Recursos de Desintermediação atingiram 4 600 milhões de euros, com uma taxa de crescimento homóloga de 13,2%, sendo de destacar os Títulos Depositados, que cresceram 341 milhões de euros, com uma variação de 11,7%, em relação a 2006, e representaram 71,0% do total dos recursos de desintermediação.

Os Fundos de Investimento, Mobiliários e Imobiliários continuaram a crescer, em 2007, e observaram taxas de crescimento de, respectivamente, 26,5% e 4,2%.

RECURSOS DE DESINTERMEDIAÇÃO

(milhares de euros)

RECURSOS DE DESINTERMEDIAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Títulos Depositados	3 265 020	71,0	2 923 857	72,0	341 163	11,7
Fundos de Investimento Mobiliário	563 727	12,3	445 523	11,0	118 204	26,5
Fundos de Tesouraria	296 450	6,5	292 699	7,2	3 751	1,3
Fundos de Obrigações	10 799	0,2	15 841	0,4	-5 042	-31,8
Fundos de Acções	129 434	2,8	74 635	1,9	54 799	73,4
Fundos de Fundos	127 044	2,8	62 348	1,5	64 696	103,8
Fundos de Investimento Imobiliário	308 623	6,7	296 055	7,2	12 568	4,2
Fundos de Pensões Abertos	222 971	4,8	199 433	4,9	23 538	11,8
Seguros de Capitalização	239 889	5,2	198 283	4,9	41 606	21,0
TOTAL DE RECURSOS DE DESINTERMEDIAÇÃO	4 600 230	100,0	4 063 151	100,0	537 079	13,2

Os Fundos de Investimento Mobiliários, geridos pela Montepio Gestão de Activos, empresa participada do grupo Montepio, apresentavam um saldo de 564 milhões de euros, em 2007, com os Fundos de Acções e os de Fundos de Fundos a registarem taxas de crescimento muito expressivas, ou seja, +73,4% e 103,8%, respectivamente. Esta dinâmica teve por base o desenvolvimento dos Fundos Sectoriais e o lançamento de Fundos de Fundos.

Os seguros de capitalização cresceram 42 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 21,0%, sendo de destacar as seguintes colocações: «Montepio Renda Segura 2007»; «Montepio Rendimento Global 2007»; «Montepio RENDINVEST 2007» e «Montepio Investimento 2007».

Os Fundos de Poupança-Reforma Abertos (PPR), geridos pela empresa participada Futuro, atingiram o valor de 223 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 11,8%, face a 2006.

8.2.3. ACTIVIDADE INTERNACIONAL

O conjunto de transacções internacionais processadas ascendeu a 3 710 milhões de euros, o que representa um crescimento de 146,6%, face a 2006. Esta evolução foi suportada pelo forte crescimento das «Ordens de Pagamento Recebidas», que registaram uma taxa de crescimento de 177,4%.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE ESTRANGEIRO

(milhares de euros)

OPERAÇÕES	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – OPERAÇÕES GERAIS	3 608 473	97,3	1 463 293	97,3	2 145 180	146,6
Cheques Emitidos	12 473	0,3	13 986	1,0	-1 513	-10,8
Ordens de Pagamento Emitidas	276 554	7,5	202 031	13,4	74 523	36,9
Cheques Comprados	66 068	1,8	64 736	4,3	1 332	2,1
Ordens de Pagamento Recebidas	3 227 295	87,0	1 163 282	77,3	2 064 013	177,4
Ordens Money Gram	26 083	0,7	19 258	1,3	6 825	35,4
2 – OPERAÇÕES DOCUMENTÁRIAS	101 506	2,7	41 260	2,7	60 246	146,0
Remessa Documentos de Exportação	6 574	0,2	1 890	0,1	4 684	247,8
Remessa Documentos de Importação	17 075	0,4	8 267	0,6	8 808	106,5
Créditos Documentários à Exportação	17 529	0,5	12 594	0,8	4 935	39,2
Créditos Documentários à Importação	19 272	0,5	5 731	0,4	13 541	236,3
Financiamentos em Moeda Estrangeira	3 063	0,1	4 585	0,3	-1 522	-33,2
Descontos sobre o Estrangeiro	33 971	0,9	3 611	0,2	30 360	840,8
Garantias	4 022	0,1	4 582	0,3	-560	-12,2
TOTAL (1+2)	3 709 979	100,0	1 504 553	100,0	2 205 426	146,6

8.2.4. SEGUROS

A actividade da CEMG na área de seguros abrange os ramos vida e não vida, e resulta das parcerias com as companhias de Seguros do Grupo Montepio, a Lusitania Companhia de Seguros e a Lusitania Vida.

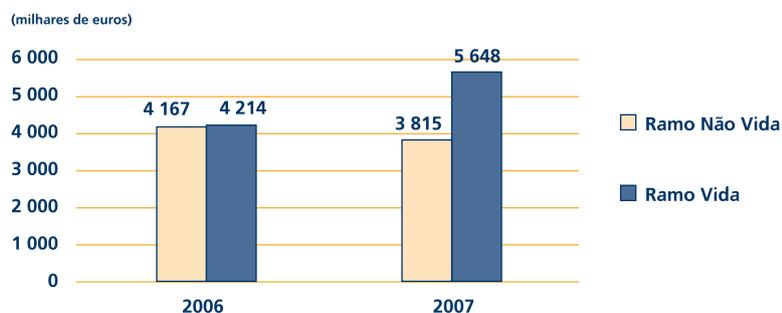
CARTEIRA DE SEGUROS

(quantidades)

SEGUROS	2007		2006		Variação	
	Apólices	%	Apólices	%	Apólices	%
Vida	264 836	63,9	236 876	63,7	27 960	11,8
Não Vida	149 492	36,1	134 711	36,3	14 781	11,0
TOTAL	414 328	100,0	371 587	100,0	42 741	11,5

As vendas de seguros registaram um acréscimo de 11,5% no número total de apólices em carteira e atingiram 414 328 apólices. As comissões de comercialização, no seu conjunto, atingiram 5 648 milhares de euros e aumentaram 12,9%.

EVOLUÇÃO DAS COMISSÕES DE SEGUROS



8.3. ACTIVIDADES FINANCEIRA E DE INVESTIMENTO

A actividade Financeira e de Investimento observou um acréscimo de 37 milhões de euros, mais 1,9% que em 2006, passando a representar 11,8% do activo total, contra 12,5%, em 2006.

EVOLUÇÃO DAS ACTIVIDADES FINANCEIRA E DE INVESTIMENTO

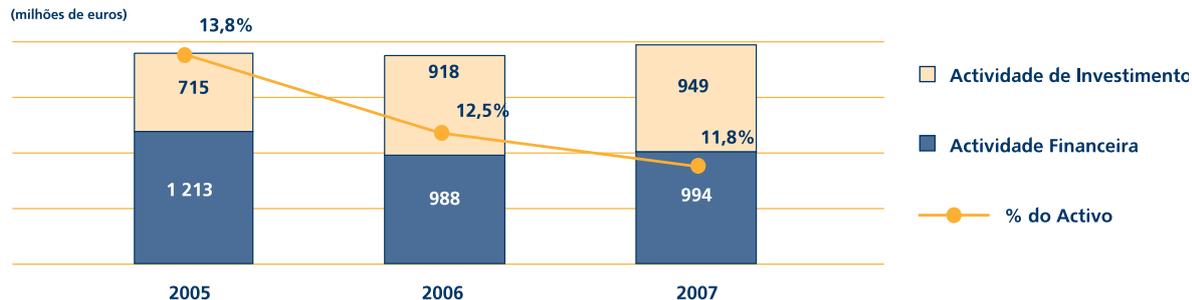
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Actividade Financeira						
Caixa e Disponibilidades	331 865	17,1	318 093	16,7	13 772	4,3
Aplicações em Instituições de Crédito	661 860	34,1	670 428	35,2	-8 568	-1,3
TOTAL 1	993 725	51,2	988 521	51,9	5 204	0,5
% do Activo	6,0		6,5		-0,5 p.p.	
2 – Actividade de Investimento						
Obrigações	902 187	46,4	903 083	47,3	-896	-0,1
Acções e Outros Títulos	47 064	2,4	14 600	0,8	32 464	222,4
TOTAL 2	949 251	48,8	917 683	48,1	31 568	3,4
% do Activo	5,8		6,0		-0,2 p.p.	
TOTAL (1+2)	1 942 976	100,0	1 906 204	100,0	36 772	1,9
% do Activo	11,8		12,5		-0,7 p.p.	
Imparidade	11 448		8 414		3 034	36,1
TOTAL LÍQUIDO	1 931 528		1 897 790		33 738	1,8

No domínio das aplicações em títulos, manteve-se a política de investimento em Obrigações, fundamentalmente em *Floating Rate Notes*, procurando minimizar os riscos de taxa de juro e de crédito e, ao mesmo tempo, limitando potenciais efeitos negativos nos rácios prudenciais. O conjunto das carteiras de activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, pelas quais se distribuem as obrigações e o papel comercial, manteve o valor do ano anterior.

EVOLUÇÃO DAS ACTIVIDADES FINANCEIRA E DE INVESTIMENTO

(milhões de euros)



8.3.1. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

A carteira de activos financeiros disponíveis para venda ascendia a 911 milhões de euros, mais 14,4% que no ano anterior, com as obrigações a representarem 94,4% do total da carteira.

Os activos detidos até à maturidade representavam 38,5 milhões de euros e eram compostos, exclusivamente, por Obrigações do Tesouro.

CARTEIRAS DE TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA E DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(milhares de euros)

RUBRICAS DAS CARTEIRAS	Carteira		Rendimento		Variações	
	2007	2006	2007	2006	Carteira	Rendimento
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	%
Títulos Disponíveis para Venda	910 957	894 164	40 200	35 152	1,9	14,4
Obrigações do Tesouro	63	63	3	3	0,0	0,0
Obrigações Pelican	18 323	8 850	1 291	9 952	107,0	-87,0
Obrigações de Outros Emissores e Papel Comercial	841 469	855 880	38 906	25 197	-1,7	54,4
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	42 782	9 480			351,3	
Acções e similares	4 282	5 099		0	-16,0	
Participações Financeiras	4 038	14 792			-72,7	
Títulos Detidos até à Maturidade	38 553	35 270	1 576	1 446	9,3	9,0
Obrigações do Tesouro	38 553	35 270	1 576	1 446	9,3	9,0
Total	949 510	929 434	41 776	36 598	2,2	14,1
Juros	5 641	4 685			20,4	
Imparidade	11 403	7 838			45,5	
TOTAL LÍQUIDO	943 748	926 282			1,9	

A componente mais representativa dos títulos disponíveis para venda, designada por Obrigações de Outros Emissores, é constituída por aplicações em títulos, na sua generalidade elegíveis para operações de refinanciamento junto do Banco Central Europeu, significando que, além de terem elevada liquidez, têm níveis de risco reduzidos, suportados em elevadas notações de rating.

8.3.2. FUNDING EXTERNO

As obrigações, certificados de dívida e empréstimos sindicados representam 33,8% do total do passivo e aumentaram 2,1%, em 2007. As obrigações não subordinadas cresceram 260 milhões de euros, com uma variação positiva de 6,4%.

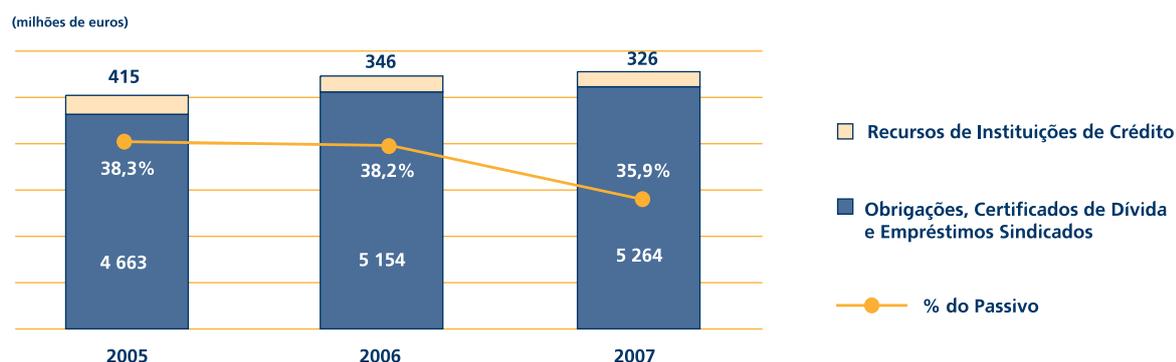
EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E REPRESENTADOS POR TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Obrigações, Certificados de Dívida e Empréstimos Sindicados						
Obrigações Subordinadas	300 000	5,4	300 000	5,4	0	0,0
Obrigações não Subordinadas	4 346 265	77,8	4 086 148	74,3	260 117	6,4
Empréstimos Sindicados	225 000	4,0	225 000	4,1	0	0,0
Certificados de Dívida	393 000	7,0	543 000	9,9	-150 000	-27,6
TOTAL 1	5 264 265	94,2	5 154 148	93,7	110 117	2,1
% do Passivo	33,8		35,8		-2,0 p.p.	
2 – Recursos de Instituições de Crédito	326 233	5,8	346 021	6,3	-19 788	-5,7
% do Passivo	2,1		2,4		-0,3 p.p.	
TOTAL (1+2)	5 590 498	100,0	5 500 169	100,0	90 329	1,6
% do Passivo	35,9		38,2		-2,3 p.p.	

Os Recursos de Instituições de Crédito caíram 20 milhões de euros, o que representa uma variação negativa, de 5,7%, em 2007.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E DE OBRIGAÇÕES E CERTIFICADOS DE DÍVIDA



No quadro da gestão financeira da CEMG situa-se, em primeiro plano, o desenvolvimento das acções de captação de fundos para assegurar o financiamento da actividade e o cumprimento permanente do limite mínimo do rácio de liquidez, fixado pelo Banco de Portugal.

FLUXOS DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES

(milhões de euros)

TÍTULOS	2007		2006	
	Ocorrência	Valor	Ocorrência	Valor
1 – ENTRADAS				
Passivos Subordinados			Emissão	50
Empréstimos Sindicados			Emissão	225
Certificados de Dívida	Emissão	85	Emissão	50
Débitos Representados por Títulos	Emissão	830	Emissão	1 000
TOTAL 1		915	1 325	1 325
2 – SAÍDAS				
Débitos Representados por Títulos	Vencimento	570	Vencimento	750
Certificados de Dívida	Vencimento	235	Vencimento	25
Passivos Subordinados de Prazo Determinado			Amortização	10
Passivos Subordinadas de Prazo Indeterminado			Reembolso	50
TOTAL 2		805		835
TOTAL (1-2)		110		490

Para atingir esses objectivos foram utilizados dois tipos de financiamento no mercado externo:

- Emissões de *Floating Rate Notes* (FRN);
- Certificados de Dívida (*Schuldschein*).

O total da dívida externa aumentou 110 milhões de euros, em 2007, face a um aumento de 490 milhões de euros em 2006.

Em 2007, procedeu-se à renovação do *Euro Medium Term Note Programme*, tendo o respectivo limite global passado para 6 000 milhões de euros.

No ano de 2007, realizou-se ainda uma operação de titularização de créditos, no valor de 750 milhões de euros que evitou uma maior exposição ao mercado externo.

8.4. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A carteira de participações financeiras da CEMG sofreu uma diminuição global de 8,4 milhões euros, por efeito da venda das participações financeiras na Euronext e no Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique e do reforço da participação financeira na Lusitania Vida.

EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(milhares de euros)

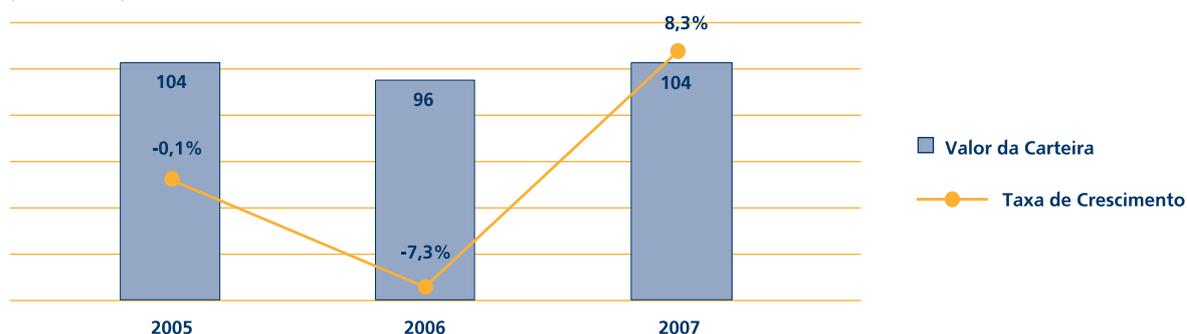
EMPRESAS	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS				
Caixa Económica de Cabo Verde	1 444	1 444		
Banco MG Cabo Verde	7 001	7 001		
Futuro S G Fundos Pensões	419	419		
Lusitania Vida C.ª Seguros	9 530	7 170	2 360	32,9
Lusitania C.ª Seguros	10 816	10 816		
UNICRE	311	311		
SIBS	1 074	1 074		
Euronext		8 491	-8 491	-100,0
Banco da África Ocidental	312	819	-507	-61,9
Banco Desenvolvimento e Comércio de Moçambique		1 929	-1 929	-100,0
Moçambique C.ª Seguros	190	190		
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	2 000	2 000		
NORFIN – Soc. Gest. Fundos Inv. Imobiliário	50	50		
Outras	288	115	173	150,43
Sub-Total	33 435	41 829	-8 394	-20,1
PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES DE CAPITAL				
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	1 200	1 200		
TOTAL	34 635	43 029	-8 394	-19,5

8.5. ACTIVIDADE EM IMÓVEIS ADQUIRIDOS EM REEMBOLSO DE CRÉDITO PRÓPRIO

O valor de inventário da carteira de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio atingiu o montante de 104 milhões de euros, no final de 2007, correspondente a 1 501 imóveis ou fracções, apresentando um crescimento homólogo de 8 milhões de euros (+8,3%).

EVOLUÇÃO DO SALDO DE IMÓVEIS PARA NEGOCIAÇÃO

(milhões de euros)



Em 2007, foram adquiridos 385 imóveis ou fracções, no valor de 33,6 milhões de euros, e foram vendidos 423 imóveis, com o valor de balanço de 25,6 milhões de euros, pelo valor de venda de 28,3 milhões de euros, gerando uma mais-valia contabilística de 2,7 milhões de euros.

DECOMPOSIÇÃO DO SALDO DE IMÓVEIS PARA NEGOCIAÇÃO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1 – Saldo Inicial	96 461	104 016	-7 555	-7,3
2 – Entradas	33 616	24 073	9 543	39,6
3 – Saídas	25 616	31 628	-6 012	-19,0
4 - SALDO FINAL (1+2-3)	104 461	96 461	8 000	8,3
Imparidade	15 134	11 106	4 028	36,3
SALDO FINAL LÍQUIDO	89 327	85 355	3 972	4,7

A existência de imóveis em carteira adquiridos há muitos anos obrigou a um reforço elevado de provisões (4 milhões de euros, +36,3%) para eventuais menos valias na venda destes imóveis, sendo que muitos deles já estão provisionados a 100%.

8.6. CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

8.6.1. CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

O Montepio iniciou, no 2.º semestre de 2007, uma nova fase de expansão da sua rede doméstica de Balcões, tendo finalizado o ano com um total de 300 Balcões, em resultado da abertura de seis novas unidades. A nível internacional, a rede é composta por 6 escritórios de representação, junto das comunidades de portugueses residentes no estrangeiro.

Os Canais Complementares para o segmento de Particulares (Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24) registaram um crescimento assinalável, em termos de aderentes ao serviço, durante o ano de 2007. Atingiu-se, em Dezembro de 2007, o valor de 426 mil aderentes, que representa um crescimento de 15%, face ao ano anterior. Idêntico crescimento se observou na oferta para empresas (Montepio24 Empresas), onde se registou um forte incremento, de 38%, face ao final de 2006. No ano de 2007, destaca-se a disponibilização de uma nova versão do serviço Netmóvel24 – *Mobile Banking*, a qual se traduziu num incremento ao nível da facilidade de utilização e do leque de funcionalidades disponíveis no serviço, permitindo a adequação dos conteúdos à diversidade de dispositivos móveis existentes e optimizando a experiência de utilização em PDAs (*Personal digital assistant*) e *Smartphones*.

O Montepio continuou a registar um crescimento significativo no domínio da banca de auto-serviço (*self-service*) e dos pagamentos electrónicos, com um incremento da quota de mercado no número de máquinas Multibanco do Montepio instaladas na rede SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços), de 5,62 %, em Dezembro de 2006, para 5,81 %, em Dezembro de 2007, correspondendo a um parque de 728 ATM – *Automated Teller Machine*.

A rede própria de terminais Chave24 é representada por um total de 261 máquinas universais *cash*, 9 máquinas de dispensação e depósito inteligente de cheques e 24 máquinas actualizadoras de cadernetas.

No âmbito do Serviço de Terminais de Pagamento Automático, verifica-se um aumento da quota de mercado no número de TPA's (Terminais de Pagamento Automático) Montepio instalados na rede SIBS, de 4,72%, em Dezembro de 2006, para 5,27%, em Dezembro de 2007.

A actividade dos canais telefónico, internet, *mobile banking* e *self-service* tem sido fundamental no incremento da eficiência da distribuição e do serviço prestado aos Clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares atingiu os 72%, em termos de número total de operações processadas.

O sítio público do Montepio (www.montepio.pt) tem acompanhado o acréscimo da actividade comercial, registando aumentos significativos de acessos, atingindo uma média mensal de 1 milhão de visitas e 18 milhões de *page views*.

De destacar, o reconhecimento que os serviços *online* do Montepio registaram em 2007, verificado através da presença do site do Montepio entre os 3 melhores sites bancários nacionais, segundo votação dos leitores da revista PC Guia e dos prémios alcançados no 9.º Festival do Clube de Criativos de Portugal para melhor mini Site com o projecto «Montepio Fun», prémio de «Melhor anunciante do ano em *New media* e *Web Design*» e distinção para a Inovação em Comunicação Interactiva, com o «Montepio Fun».

8.6.2. OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Durante o ano de 2007, foram desenvolvidos e ajustados vários produtos, de forma a manter a oferta competitiva no mercado e a responder ao cumprimento dos objectivos definidos.

Com o objectivo de diversificação da actividade, deu-se início a um novo projecto no âmbito do segmento de PME (Pequenas e Médias Empresas), visando o desenvolvimento da oferta destinada a empresas e a melhoria da eficiência e do nível de serviços prestados.

Das actividades desenvolvidas, destacamos:

CRÉDITO

Crédito Individual

Foram realizadas diversas acções específicas para a promoção do Crédito Individual junto da base de clientes particulares, recorrendo a mecanismos de pré-análise de risco de crédito e ajustamento do preço ao risco.

Foi assinado um protocolo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) promovendo uma linha de crédito com condições especiais para estudantes do ensino superior.

Crédito Habitação

Procedeu-se à reformulação da carteira de oferta, por forma a ajustá-la às condições do mercado. Neste contexto e com o objectivo de alargar a oferta num mercado mais competitivo e com novo enquadramento de regulamentação, foram desenvolvidos novos produtos de crédito, destinados à aquisição de habitação própria permanente, nomeadamente, a introdução de crédito com taxa fixa a diversos prazos, com e sem opção de transformação para taxa variável, e a flexibilização na negociação de períodos promocionais de *spread* nas modalidades de taxa variável indexada, relacionada, directamente, com a valorização de contrapartidas.

O incremento do relacionamento com as empresas de produção e de mediação imobiliária permitiu melhorar o desempenho da captação de crédito à habitação, a par da campanha de publicidade, que foi lançada com o objectivo de promover a diversidade de soluções de crédito constantes da carteira de oferta.

Cartões de Crédito

Prosseguindo a estratégia de centralização *in-house* da gestão de cartões de crédito, foi concluído, no início do segundo semestre, o desenvolvimento e integração da plataforma de administração de cartões de crédito na estrutura aplicacional do Montepio. Desde essa data, todos os cartões emitidos pelo Montepio são geridos com recurso a meios próprios.

Em termos de gestão da oferta e mantendo a estratégia iniciada em 2006, o principal objectivo consistiu no aumento da penetração do produto na base de clientes. O desenvolvimento interno de modelos de propensão à adesão de cartões, associado a campanhas de captação, permitiu otimizar o retorno do investimento. Esta optimização é ainda mais relevante atendendo a que a estrutura de custos foi substancialmente agravada com origem na incorporação de Chip EMV (*Europay, MasterCard and VISA*) nos cartões de crédito. Este esforço levou a que a taxa de crescimento da carteira superasse os 20%, situando-se nos 22,4%, contribuindo para uma quota de mercado de 2,93%, em Dezembro de 2007 (2,54% em 2006).

Durante o ano de 2007, o Montepio, por via do cartão Montepio +VIDA, contribuiu com 35.591€, para cinco associações de solidariedade social, o que demonstra o sucesso desta iniciativa, que teve início em Outubro de 2006 e atingiu as 8.500 adesões em Dezembro 2007.

RECURSOS

Mantendo a política de manutenção de diversidade da oferta, têm sido desenvolvidos e actualizados vários produtos com características distintas. Para além das contas tradicionais a prazo e de poupança, são regularmente emitidos e relançados depósitos estruturados, fundos de investimento, seguros de capitalização e produtos mistos.

Fundos de Investimento

No domínio da Gestão de Activos, com o objectivo de captar um segmento de Clientes com maior apetência ao risco, foram desenvolvidos os seguintes Fundos Mobiliários Sectoriais:

- «Montepio *Euro Financial Services*», fundo constituído por uma carteira de acções de empresas europeias, dos sectores da Banca e dos Seguros;
- «Montepio *Euro Energy*», fundo constituído por uma carteira de acções de empresas europeias, do Sector da Energia, designadamente petróleo, carvão ou gás natural;

- «Montepio *Euro Health Care*», fundo constituído por uma carteira de acções de empresas europeias, do Sector da Saúde e dos Cuidados de Saúde.

Foi igualmente desenvolvido um Fundo de Fundos, que tem como objectivo melhorar a carteira de oferta para investidores no sector imobiliário:

- «FEI – Montepio Multi Gestão Imobiliário», constituído por uma carteira de activos orientada para a aquisição de unidades de participação de fundos de investimento imobiliário e de outros fundos de investimento que invistam, maioritariamente, em activos que proporcionem a exposição ao sector imobiliário.

Estas acções contribuíram para o aumento da quota de mercado da nossa participada, Montepio Gestão de Activos, no domínio das empresas gestoras de fundos de investimento mobiliários.

Seguros de Capitalização

Lançamento, em colaboração com a Lusitania Vida, dos seguintes Seguros de Capitalização:

- «Montepio Renda Segura 2007 – 1.ª Série», seguro de capitalização a 8 anos e 1 dia, de subscrição temporária, com taxa de juro garantida ao longo de toda a vida do contrato;
- «Montepio Investimento 2007», seguro de capitalização, a 8 anos e 1 dia, de subscrição continuada, com taxa fixa no 1.º ano e taxa mínima garantida a partir do 2.º ano, acrescida de participação nos resultados;
- «Montepio Rendimento Global 2007», seguro de capitalização a 8 anos e 1 dia, de rendimento variável, fixado no início de cada ano;
- «Montepio Rendinvest 1.ª, 2.ª e 3.ª Séries», seguros de capitalização, a 8 anos e 1 dia, de subscrição temporária, com taxa fixa nos primeiros anos e taxa mínima garantida no final do 8.º ano.

Produtos Mistos

Os produtos mistos têm vindo a revelar-se essenciais no complemento à oferta de produtos de poupança, dando a possibilidade aos Clientes de diversificar as suas aplicações, de acordo com níveis de remuneração, prazo e risco adequadas a diferentes perfis. Estes produtos combinam um depósito a prazo com outras aplicações financeiras, nomeadamente, fundos de investimento, seguros de capitalização, produtos estruturados (obrigações de caixa) e fundos de pensões /PPR (Planos de Poupança Reforma)/PPA (Planos de Poupança Acções). Foram lançados em 2007, os seguintes produtos:

- «Montepio Prazo Seguro 2007»,
- «Montepio Super Investimento 2007» 1.ª, 2.ª e 3.ª Séries;
- «Montepio Dupla Vantagem»;
- «Montepio Duplo Rendimento»;
- «Montepio Cabaz Energia»;
- «Montepio Duplo Depósito»;
- «Montepio Vantagem Associado»;
- «Montepio Mais Futuro».

Estruturados

Foram emitidas, durante 2007, 37 séries de obrigações de caixa, sendo algumas delas exclusivas para Clientes Associados, mantendo a estratégia de beneficiação do Cliente Associado (com majoração da taxa de juro).

Maioritariamente, as emissões realizadas representavam estruturas com taxas fixas crescentes. Foram igualmente lançadas estruturas com taxa variável indexada a diversos activos financeiros, dos quais destacamos:

- «*Euro Range Business – Fevereiro 2007/2008*», depósito estruturado, a 1 ano, com uma remuneração fixa no primeiro trimestre e indexado à taxa Euribor a 3 meses nos restantes trimestres;
- «*Montepio Portugal Dinâmico – Abril 2007/2009*», depósito estruturado, a 2 anos, emitido sob a forma de Obrigações de Caixa, cuja remuneração depende da evolução do índice PSI 20 (*Portuguese Stock Index*), o principal índice de referência do mercado de capitais português;
- «*Montepio Euro Rendimento 6M – Julho 2006/2010*», depósito estruturado a 3 anos, com uma remuneração fixa garantida no 1.º semestre e indexado à taxa Euribor a 6 meses nos restantes semestres;

- «Montepio Energias Renováveis 3 anos – Junho 2007/2010», depósito estruturado, a 3 anos, emitido sob a forma de Obrigações de Caixa, cuja remuneração depende da evolução do índice ERIX (*European Renewable Energy Index* – índice representativo da evolução dos preços das dez emissões de acções europeias admitidas à negociação, com maior dimensão e liquidez, seleccionadas do universo das empresas do sector europeu das energias renováveis);
- «Montepio Planeta Terra» – depósito estruturado, a 3 anos, emitido sob a forma de Obrigações de Caixa, cuja remuneração depende da evolução de um cabaz de acções de empresas que desenvolvem actividades relacionadas com a temática das alterações climáticas.

PROTECÇÃO – SEGUROS

Em 2007, optimizou-se a actual carteira de oferta e criaram-se novos produtos, tendo sido reformulados os seguintes seguros:

- Seguro Montepio Mais;
- Seguro Montepio Auto;
- Seguro Montepio Protecção Jovem;
- Seguro de Protecção ao Crédito Habitação (PPCH).

RESIDÊNCIAS MONTEPIO

No ano transacto, foram desenvolvidos e lançados novos produtos inovadores no mercado, que são complementares do projecto das Residências Montepio:

- Lançamento do cartão Tele-Vitalidade;
- Reestruturação do Cartão Vitalidade e Vitalidade+.

PLANOS MUTUALISTAS

Procedeu-se ao enquadramento da oferta de produtos mutualistas na oferta bancária para Particulares e, nesse contexto, foram desenvolvidos os seguintes produtos:

- «Montepio Poupança Complementar», poupança, capitalizada anualmente, com disponibilidade total (sujeita às respectivas penalizações), passível de ser transformada em pensão anual vitalícia, por opção do Subscritor. De assinalar que, pela primeira vez, o Montepio desenvolveu uma campanha de publicidade multi-meios destinada a promover uma modalidade mutualista, tendo eleito o Montepio Poupança Complementar para dar maior visibilidade à oferta mutualista;
- «Montepio Capital Certo 2007-2012, 1.ª e 2.ª Séries», emissões de modalidades de Capitais de Reforma sob o formato Montepio Capital Certo. Trata-se de uma poupança, constituída através de uma entrega única de um capital, durante o período de subscrição. Findo o período de subscrição, é constituída a aplicação, cuja valorização é gerida através da Associação Mutualista durante o prazo da série. Findo esse prazo, o Associado subscritor recebe o capital acumulado, podendo optar por convertê-lo numa pensão mensal vitalícia.

OFERTA PARA EMPRESAS

Globalmente, foram desenvolvidas acções de dinamização comercial com o objectivo de incrementar a penetração na base de Clientes dos segmentos de Microempresas e PME, através da promoção de pacotes de oferta, de soluções integradas de gestão de tesouraria e de meios de pagamento.

Com o objectivo de aumento da oferta aos segmentos de PME e de Microempresas, o Montepio reformulou alguns produtos, ao nível das suas características e da gestão de preço ajustado de risco, reforçando a sua carteira em áreas críticas para as empresas:

Renting

O *Renting* vem completar a oferta disponível para aquisição de veículos automóveis, designadamente o Crédito e o *Leasing* financeiro.

Garantia Mútua

O Montepio celebrou, com as Sociedades de Garantia Mútua, protocolos que permitem dinamizar a concessão de crédito a empresas que recorram à Garantia Mútua.

Estas garantias permitem ao Montepio assegurar, à primeira solicitação, o cumprimento da obrigação de reembolso de capital, assumida pelo Cliente nos termos do contrato de financiamento. Vem, por um lado, reforçar as garantias, e por outro, permitir a atribuição de um preço mais competitivo, permitindo um melhor posicionamento do Montepio junto do mercado de Microempresas e PME.

Factura OK

Trata-se de um serviço de apoio na gestão de pagamentos a fornecedores, consistindo num acordo, entre o Montepio e o Cliente, onde são estabelecidos os respectivos termos e condições, designadamente os limites máximos. Este serviço pode estar associado a uma linha de crédito ou ser comercializado isoladamente.

Através deste acordo, o Montepio comunica aos fornecedores do seu Cliente as instruções recebidas para pagamento das facturas. O fornecedor poderá optar por receber o respectivo contravalor na data do seu vencimento (sem qualquer encargo) ou antecipar o respectivo recebimento, pagando uma comissão ao Montepio.

8.7. GESTÃO DE RISCOS

Estrutura

A análise e a gestão dos riscos são efectuadas de um modo integrado e numa óptica de Grupo, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos (DAGR), que, desde Dezembro de 2007, inclui 4 departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado;
- Departamento de Risco Operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas.

Com a integração do Departamento de Análise de Crédito a Empresas, pretendeu-se segregar, de forma mais objectiva, a análise de risco nas principais operações ou exposições da função comercial, em linha com as melhores práticas e as recomendações do Comité de Basileia, procedendo-se, igualmente, à simplificação de processos e ao reforço do papel do risco no pricing das operações.

Novos desenvolvimentos e regulamentação

Em 2007, prosseguiram os diversos trabalhos no âmbito de Basileia II, tendo-se, concluído a integração informática, na plataforma SAS, da vertente de cálculo de requisitos de capital de risco de crédito na actividade de retalho, assim como dos modelos de imparidade para crédito e activos financeiros e de diversos modelos no domínio da Gestão de Activos e Passivos (ALM – *Asset & Liability Management*). Adicionalmente, procedeu-se à integração informática dos novos modelos de *scoring* de crédito à habitação e de crédito individual e também à parametrização da informação e módulos de risco na plataforma de apoio à actividade da Sala de Mercados.

Foi ainda concluído o desenvolvimento dos novos modelos de *rating* interno de empresas e de *scoring* de pequenos negócios, de novas metodologias de atribuição de limites de crédito a instituições financeiras e empresas não financeiras e de estimativas de severidade de perda (LGD – *Lost Given Default*), para as carteiras de crédito à habitação e de crédito individual.

No plano regulamentar, a DAGR tem assegurado os reportes de risco de taxa de juro, respondendo aos requisitos da instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, assim como o cálculo dos *gaps* estáticos de liquidez, no âmbito do novo reporte de risco de liquidez exigido pelo Banco de Portugal, desde Outubro de 2007.

Riscos em activos financeiros

No que respeita aos riscos em activos financeiros, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, é produzido um relatório diário de risco, incorporando a análise da evolução do valor das carteiras, assim como métricas de risco, designadamente a situação da carteira face aos limites de *Value-at-Risk* (VaR) e de *stop-loss* e a estrutura da carteira por nível de *rating* e durações.

Em 2007, as carteiras próprias mantiveram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável. Assim sendo, o VaR para risco de mercado manteve-se em níveis muito reduzidos, embora tenha registado um aumento (para 0.1, com um horizonte de 10 dias e grau de confiança de 99%), face à maior volatilidade observada nos principais mercados financeiros. Concomitantemente, a duração média da carteira manteve-se reduzida.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR DURAÇÃO

(milhares de euros)

	2007	
	Valor	%
< 6 meses	797 362	96,7
6 meses a 1 ano	13 374	1,6
1 a 3 anos	7 493	0,9
3 a 5 anos	943	0,1
5 a 10 anos	5 722	0,7
> 10 anos	4	0,0
TOTAL	824 898	100,0

No que respeita a risco de crédito, a carteira manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

ESTRUTURA DAS CARTEIRAS PRÓPRIAS POR RATINGS

(milhares de euros)

	2007		2006	
	Valor	%	Valor	%
AAA	55 937	6,6	53 546	6,3
AA+	59 228	7,0	1 000	0,1
AA	113 548	13,5	21 504	2,5
AA-	155 124	18,4	159 075	18,6
A+	162 817	19,3	157 709	18,5
A	122 808	14,6	206 041	24,1
A-	99 841	11,8	174 815	20,5
BBB+	43 947	5,2	63 523	7,4
BBB	10 989	1,3	12 497	1,5
BBB-	2 815	0,3	-	-
BB+	7 611	0,9	-	-
B-	3 500	0,4	-	-
NR	5 733	0,7	3 564	0,5
TOTAL	843 898	100,0	853 272	100,0

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR SECTOR DE ACTIVIDADE DO EMITENTE

(milhares de euros)

	2007	
	Valor	%
Asset Backed Securities	49 995	6,1
Basic Materials	999	0,1
Communications	7 933	1,0
Consumer, Cyclical	7 998	1,0
Consumer, Non-Cyclical	1 997	0,2
Diversified	-	-
Energy	1 956	0,2
Financial	738 661	89,5
Government	9 181	1,1
Industrial	-	0,0
Utilities	6 179	0,7
Technology	-	-
TOTAL	824 899	100,0

Não obstante a composição conservadora da carteira, a crise sentida nos mercados de obrigações, no segundo semestre de 2007, conduziu ao accionamento de alguns limites de *stop-loss*, em particular no caso de activos sem *mark-to-market* e de obrigações emitidas por instituições financeiras. As posições em activos líquidos mais relevantes em tal situação foram mantidas, em face da inexistência de sinais indiciadores de eventos de risco de crédito nessas emissões.

Durante o ano de 2007, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emittentes *investment grade*, com o valor notional das posições de compra e de venda de protecção a atingir, no final do ano, 18 e 25 milhões euros, respectivamente.

8.8. RECURSOS HUMANOS

Em linha com as previsões de evolução e composição do efectivo, o quadro de pessoal da CEMG atingiu 2 989 colaboradores, representando um aumento, face a 2006, resultante do novo período de expansão da rede comercial que se iniciou.

QUADRO DE PESSOAL	2007		2006		Variação	
	N.º Pessoas	%	N.º Pessoas	%	N.º Pessoas	%
Quadro Total	2 989		2 940		49	1,7
Homem	1 630	54,5	1 642	55,9	-12	-0,7
Mulheres	1 359	45,5	1 298	44,1	61	4,7
N.º Balcões	300		296		4	1,4
Quadro Total / N.º Balcões	10,0	9,9				

No ano de 2007, registou-se, ao nível da gestão das pessoas, um conjunto de intervenções integradas para fazer face ao processo de profunda modernização que se tem vivido e para apoiar, de modo sistemático, o alinhamento com a concretização dos objectivos estratégicos do Montepio.

Foi lançado o Questionário de Diagnóstico de Clima Organizacional, iniciativa que terá continuidade, permitindo uma visão mais dinâmica da gestão de recursos humanos. Como pilar desta gestão arrancou o projecto de Descrição de Funções.

Com impacto directo na actividade individual e das equipas, foi implementado um novo Sistema de Gestão de Desempenho, orientado para o apoio do crescimento.

Sob o slogan «Pessoas que Crescem Consigo» estes projectos estratégicos e integrados vieram acentuar a compreensão, por parte de todos os colaboradores, da importância da gestão por objectivos, da promoção da excelência, da necessidade de alinhamento com os valores e objectivos estratégicos da Instituição e do reconhecimento do mérito.

A optimização de recursos constituiu outra prioridade, com a criação de medidas e de instrumentos para uma avaliação mais rigorosa das necessidades de admissão e das alterações às políticas de recrutamento, selecção e integração de novos colaboradores.

O período em análise caracterizou-se ainda pela alteração gradual da forma de organização e gestão dos Balcões e pela criação de canais de relação para as redes de particulares e de empresas, através da nova função de Gestor de Cliente.

Os colaboradores que assumiram aquelas funções integraram programas de formação alicerçados no desenvolvimento de competências, dos quais se destaca o Módulo Avançado de Negociação e Venda (que integra o Ciclo de Gestores de Clientes) e os *Workshop's* para técnicos e chefias da rede de empresas.

Entre as diversas iniciativas de formação realizadas salientamos a Formação *Outdoor*, dirigida aos quadros directivos do Montepio, o Programa Vestibular para novos colaboradores e, com o objectivo reforçar o nível de conhecimentos na rede comercial, o Programa Vencer no Mercado das Empresas.

A Prevenção do Branqueamento de Capitais e a Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF), envolvendo mais de 2000 colaboradores, constituíram iniciativas de referência, num ano em que se reforçou o ensino à distância como canal privilegiado de distribuição da formação, nomeadamente através da metodologia *b-learning*.

Em linha com as modernas práticas empresariais, o reconhecimento do mérito e a diferenciação foram incluídas na política de remuneração, que valoriza a componente variável indexada ao cumprimento de objectivos, garantindo um sistema mais adequado às necessidades e funcionando como dinâmica de motivação dos colaboradores.

O Programa de Coordenação de Medidas a Adoptar em Caso de Perigo Grave e Iminente foi considerado prioritário no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Foram desenvolvidas actividades ao nível do Planeamento de Emergência Interna e do Planeamento de Contingências, nomeadamente através de Simulacros realizados nos Edifícios Sede, Alfragide e Aliados, entre outros.

Foi celebrado um acordo com um operador de comunicações móveis, que abrange todos os colaboradores do Montepio sem telemóvel institucional, e que permite que usufruam de um tarifário significativamente mais vantajoso.

Por último, releva-se o facto de o Fundo de Pensões do Montepio Geral, responsável pela cobertura das responsabilidades com a reforma dos seus trabalhadores, ascender, em 31 de Dezembro de 2007, a 442 901 milhares de euros.

8.9. RECURSOS TECNOLÓGICOS

No ano de 2007 e dando continuidade à consolidação dos Sistemas de Informação, destacaram-se as seguintes implementações:

- Desenvolvimento de uma aplicação de Gestão de Cartões de Crédito;
- Implementação das infra-estruturas de *Datawarehouse* e desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão e *Budget&Planning*;
- Desenvolvimento e implementação do sistema de CRM (*Customer Relationship Management*) operacional e Visão Integrada de Cliente (VIC);
- Implementação do *Microsoft Office 2007* na rede de balcões;
- Desenvolvimentos informáticos de suporte à função de Gestor de Cliente *Premium*;
- Implementação do Balcão Gestor de Cliente;
- Implementação do canal *mobile banking*;
- Implementação do *WebFactoring*;
- Implementação de sistema de monitorização de transacções AML (*Anti Money Laundering*);
- Desenvolvimento e implementação da SEPA (*Single Euro Payments Area*) – TEI's (Transferências Electrónicas Interbancárias) a crédito;
- Implementação de novos modelos de *scoring* no crédito à habitação e crédito ao consumo;
- Integração do *Contact Center* na Plataforma Multicanal;
- Desenvolvimentos informáticos no âmbito de Basileia II (projecto SAS);
- Implementação de novas aplicações de suporte à actividade da Direcção Financeira e Internacional (projecto Reuters);
- Implementação da DMIF (Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros).

Na vertente de preparação, cujo pleno impacto, de cariz estruturante, se observará no ano de 2008, importa destacar o início dos seguintes projectos:

- Implementação de sistema de filtragem de transacções AML (*Anti Money Laundering*);
- Implementação do sistema de CRM (*Customer Relationship Management*) analítico;
- Integração de novos ATM's (*Automatic Teller Machines*) na rede Chave24;
- Implementação de sistema de reciclagem de numerário na rede de balcões;
- Melhoria do sistema de *Workflow*, com integração de novos processos.

No domínio da Organização e Qualidade, dando continuidade à estratégia de redução de custos administrativos, de racionalização de processos e circuitos e tendo em vista o aumento da eficácia e da produtividade, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Implementação de um sistema, global e partilhado, de Gestão de Reclamações e Sugestões de Clientes, com o objectivo de melhorar os padrões de Qualidade do Serviço a Clientes;
- Centralização de actividades de balcão em estruturas de *BackOffice*, reduzindo o trabalho administrativo dos balcões;
- Reestruturação dos Serviços Centrais, tendo em vista a racionalização e optimização dos serviços (em curso).

8.10. ANÁLISE FINANCEIRA

8.10.1. SITUAÇÃO LÍQUIDA

A Situação Líquida (Capital + Reservas + Resultados) da CEMG ascendeu a 878 044 milhares de euros, em 31 de Dezembro de 2007, registando um acréscimo homólogo de 55 869 milhares de euros (+6,8%). Este acréscimo reflectiu os efeitos positivos do aumento de Capital Institucional, de 50 000 milhares de euros, e a inclusão dos Resultados do Exercício, no

valor de 64 192 milhares de euros, que mais do que compensaram os efeitos negativos da diminuição das Reservas de Reavaliação, em 15 559 milhares de euros, da distribuição dos Resultados do Exercício de 2006, no montante de 20 377 milhares de euros e, ainda, da dedução de 22 387 milhares de euros, que reflecte os ajustamentos provocados pelas IAS/IFRS (*International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards*), ao nível do cálculo das responsabilidades com o Fundo de Pensões.

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
SITUAÇÃO LÍQUIDA INICIAL	822 175	690 771	131 404	19,0
Distribuição de Resultados do Exercício	-20 377	-11 597	-8 780	75,7
Ajustamentos por via da introdução das IAS	-22 387	-24 739	2 352	-9,5
Aumento de Capital Institucional	50 000	100 000	-50 000	-50,0
Aumento de Reservas de Reavaliação	-15 559	7 586	-23 145	-305,1
Resultado do Exercício	64 192	60 154	4 038	6,7
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINAL	878 044	822 175	55 869	6,8

8.10.2. CONTA DE RESULTADOS

O Resultado do Exercício de 2007 registou o valor de 64 192 milhares de euros (m.e.), tendo observado um crescimento homólogo de 4 038 m.e. (+6,7%). Todavia, o Resultado Operacional (*Cash-Flow*), que ascendeu a 173 561 m.e., cresceu 23 870 m.e. (+15,9%), reflectindo o acréscimo de 22 117 m.e. na Margem Financeira (+7,2%) e, em particular, o apreciável desempenho no Resultado do Serviço Prestado a Clientes, que aumentaram 10 330 m.e. (+15,3%), mais do que compensando o acréscimo de 10 216 m.e. (+4,7%) verificado nos Gastos de Funcionamento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

(milhares de euros)

AGREGADOS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
+ Juros e Rendimentos Similares	850 701		674 608		176 093	26,1
- Juros e Encargos Similares	522 563		368 587		153 976	41,8
= Margem Financeira	328 138	81,6	306 021	83,2	22 117	7,2
+ Resultado do Serviço Prestado a Clientes	77 862	19,4	67 532	18,3	10 330	15,3
Comissões Recebidas e Outros Rendimentos e Receitas	96 872		85 076		11 796	13,9
Comissões Pagas e Outros Encargos e Gastos	19 010		17 544		1 466	8,4
+ Resultado de Operações nos Mercados	-8 349	-2,1	-10 757	-2,9	2 408	-22,4
Capitais (1)	-9 659		-12 635		2 976	-23,6
Cambial	1 310		1 878		-568	-30,2
+ Rendimento de Participações Financeiras	1 719	0,4	1 797	0,5	-78	-4,3
+ Resultado de Venda de Imóveis para Negociação	2 665	0,7	3 356	0,9	-691	-20,6
Lucros	4 270		4 836		-566	-11,7
Prejuízos	1 605		1 480		125	8,4
= Produto Bancário	402 035	100,0	367 949	100,0	34 086	9,3
- Gastos de Funcionamento	228 474	56,8	218 258	59,3	10 216	4,7
Gastos com Pessoal	147 616		140 790		6 826	4,8
Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos e Serviços	80 858		77 468		3 390	4,4
= Resultado Operacional	173 561	43,2	149 691	40,7	23 870	15,9
- Amortizações	15 676		12 884		2 792	21,7
- Provisões Líquidas	93 693		76 653		17 040	22,2
= Resultado do Exercício	64 192		60 154		4 038	6,7

(1) Inclui rendimento de acções e de outros títulos de rendimento variável, excepto de participações financeiras.

Os Gastos de Funcionamento atingiram o montante de 228 474 m.e., absorvendo 56,8% do Produto Bancário, o que representa um desagravamento de 2,5 p.p., face a 2006.

As Amortizações do Exercício, no valor de 15 676 milhares de euros, registaram um aumento de 2 792 milhares de euros (+21,7%).

As Provisões Líquidas do Exercício, que ascenderam a 93 693 m.e., apresentaram um acréscimo de 17 040 m.e. (+22,2%), em resultado do agravamento dos níveis de incumprimento e do aumento da antiguidade dos créditos em atraso.

ESTRUTURA DO CASH-FLOW

(milhares de euros)

CASH-FLOW	2007	2006	Variação	
Cash-Flow Total	173 561	149 691	23 870	15,9%
Amortizações	9,0%	8,6%	0,4 p.p.	
Provisões Líquidas	54,0%	51,2%	2,8 p.p.	
Resultado do Exercício	37,0%	40,2%	-3,2 p.p.	

8.10.2.1. Taxas de Juro Médias Activas e Passivas

Em 2007, a taxa de juro média das Aplicações foi de 5,52%, contra 4,65% em 2006, tendo aumentado 0,87 p.p. Por seu turno, a taxa de juro média dos Recursos foi de 3,52%, contra 2,64% em 2006, tendo aumentado 0,88 p.p., de que resultou o estreitamento da diferença entre a taxa de juro média das Aplicações e a taxa de juro média dos Recursos, a qual passou de 2,01 p.p., em 2006, para 2,00 p.p., em 2007.

A taxa de juro média do Crédito a Clientes, componente mais relevante das Aplicações, ascendeu a 5,59%, registando um acréscimo homólogo de 0,94 p.p. As restantes componentes do Activo remunerado observaram comportamentos diferenciados, com a taxa de juro média da Carteira de Títulos a fixar-se em 4,33%, o que representa um aumento homólogo de 0,05 p.p., a taxa de juro média das Aplicações Interbancárias a situar-se nos 3,94%, o que traduz uma variação homóloga de +1,41 p.p. e com a taxa de juro média das Disponibilidades a registar o valor de 3,73%, significando um aumento homólogo de 1,04 p.p.

TAXAS DE JURO MÉDIAS POR AGREGADOS DE PRODUTOS DO ACTIVO E PASSIVO

(milhares de euros)

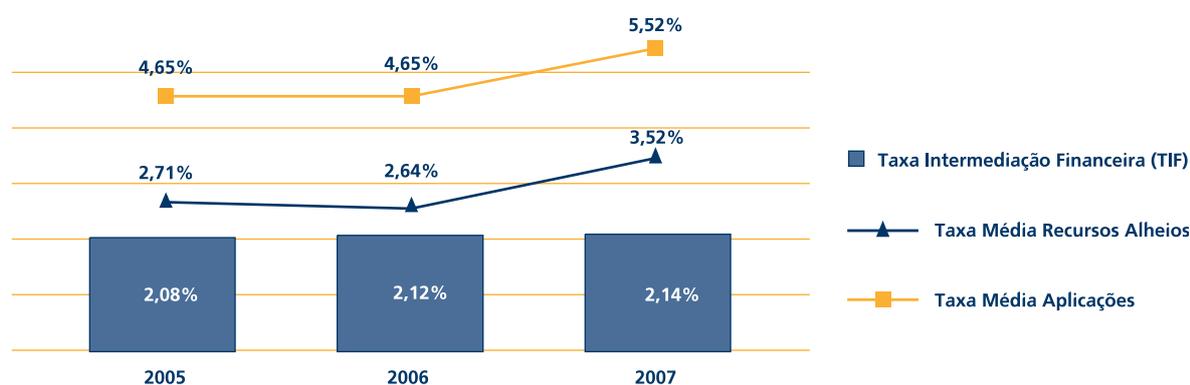
PRODUTOS	2007			2006			Variação		
	Saldo Médio	Taxa Média	Proveitos/ /Custos	Saldo Médio	Taxa Média	Proveitos/ /Custos	Saldo Médio	Taxa Média	Proveitos/ /Custos
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	Valor	p.p.	Valor
Aplicações									
Crédito a Clientes	13 725 321	5,59	767 170	12 588 786	4,65	585 647	1 136 535	0,94	181 523
Disponibilidades	150 424	3,73	5 605	151 546	2,69	4 081	-1 122	1,04	1 524
Carteira de Títulos	969 006	4,33	41 956	857 751	4,28	36 674	111 255	0,05	5 282
Aplicações Interbancárias	492 988	3,94	19 409	856 684	2,53	21 711	-363 696	1,41	-2 302
Outras Aplicações	4 804	4,08	196	4 804	2,93	141	0	1,15	55
Swaps			13 103			23 743			-10 640
Taxa Média	15 342 543	5,52	847 439	14 459 571	4,65	671 997	882 972	0,87	175 442
Recursos									
Depósitos de Clientes	8 017 889	2,79	223 824	8 133 682	2,06	167 695	-115 793	0,73	56 129
Recursos Titulados	6 004 009	4,22	253 395	5 569 377	3,13	174 530	434 632	1,09	78 865
Recursos Interbancários	32 176	2,44	784	171 721	2,78	4 768	-139 545	-0,34	-3 984
Outros Recursos	1 003	2,29	23	752	1,95	15	251	0,34	8
Recursos de Titularização	710 310	3,73	26 459				710 310	3,73	26 459
Swaps			14 816			18 968			-4 152
Taxa Média	14 765 387	3,52	519 301	13 875 532	2,64	365 976	889 855	0,88	153 325

Nos Recursos, a taxa de juro média dos Depósitos de Clientes, que foi o agregado de maior peso, situou-se nos 2,79%, com uma variação homóloga de +0,73 p.p., enquanto que os Recursos Titulados, 2.º agregado de maior peso, apresentaram uma taxa de 4,22%, sendo a taxa de recursos mais elevada, com um aumento homólogo de 1,09 p.p. Nos Recursos Interbancários a taxa média atingiu os 2,44%, com uma variação homóloga de -0,34 p.p.

8.10.2.2. Taxa de Intermediação Financeira

A Taxa de Intermediação Financeira (TIF), em 2007, foi de 2,14%, registando um crescimento homólogo de 0,02 p.p. A TIF excede a diferença entre a taxa de juro média das Aplicações e a taxa de juro média dos Recursos, em 0,14 p.p., devido ao efeito positivo na actividade induzido pelos Recursos Próprios.

EVOLUÇÃO DA TIF E TAXAS MÉDIAS DE APLICAÇÕES E RECURSOS



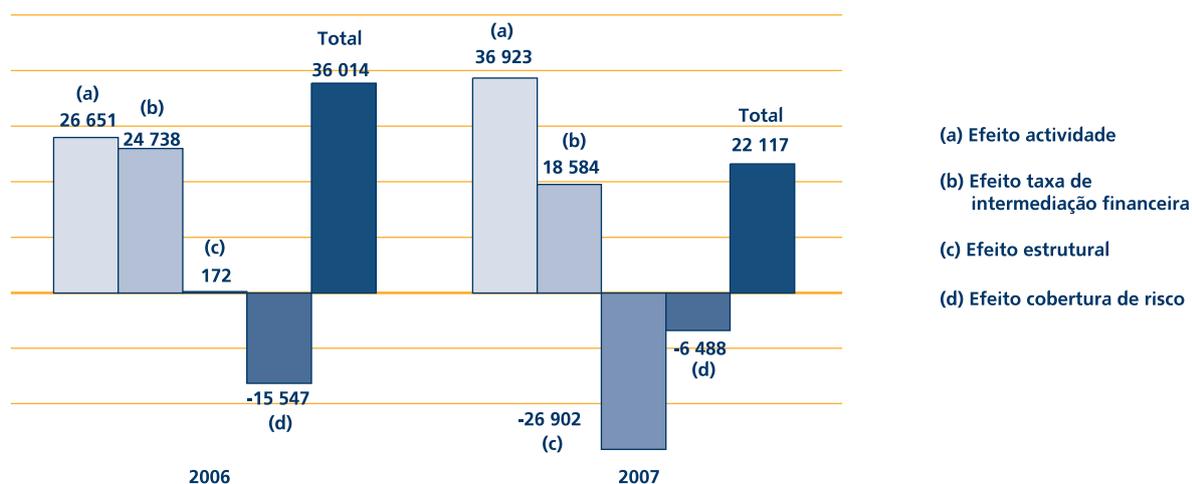
8.10.2.3. Margem Financeira

O aumento da Margem Financeira, em 22 117 m.e. (+7,2%), deveu-se aos efeitos «acréscimo de actividade» (+36 923 m.e.) e «TIF» (+18 584 m.e.), contrariados, em parte, pelo impacto negativo do «efeito estrutural» (-26 902 m.e.) e «efeito cobertura de risco» (-6 488 m.e.).

Comparativamente com 2006, registou-se uma melhoria significativa do «efeito actividade» e do «efeito cobertura de risco», uma quebra do efeito «TIF» e um agravamento acentuado do «efeito estrutural».

DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(milhares de euros)



8.10.2.4. Resultado do Serviço Prestado a Clientes

O Resultado do Serviço Prestado a Clientes atingiu o montante de 77 862 m.e., registando um crescimento homólogo de 10 330 m.e. (+13,3%), de que resultou um acréscimo de 1,1 p.p. no seu peso relativo na estrutura do Produto Bancário.

Para este resultado, os principais contributos foram dados pelas Comissões associadas à desintermediação, com 49,7%, pelas Comissões referentes à intermediação, com 39,4%, e pelos proveitos de outras actividades, com 10,9%.

As Comissões associadas à desintermediação, registaram um crescimento apreciável (+15,2%), especialmente devido a comissões de operações relacionadas com Planos de Poupança, Fundos de Investimento e SIBS, traduzindo o esforço comercial de diversificação da estrutura de proveitos. As Comissões associadas a Seguros, que têm um peso importante, registaram um ligeiro decréscimo.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO SERVIÇO PRESTADO A CLIENTES

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Comissões – associadas à intermediação	30 691	28 322	2 369	8,4
Operações de Crédito	12 085	11 363	722	6,4
Garantias	4 970	4 356	614	14,1
Manutenção de Depósitos	2 231	2 448	-217	-8,9
Cartões – Anuidades	5 190	4 727	463	9,8
Venda de Cheques	2 347	2 416	-69	-2,9
Operações Estrangeiro	1 923	1 876	47	2,5
Outras Comissões	1 945	1 136	809	71,2
Comissões – desintermediação	38 721	33 608	5 113	15,2
Venda cruzada – Seguros	11 017	11 042	-25	-0,2
Venda cruzada – FIM e FIL	5 182	3 861	1 321	34,2
Venda cruzada – PPR/PPA Futuro	3 561	1 896	1 665	87,8
SIBS – Comissões líquidas	16 276	14 775	1 501	10,2
Cartão de crédito MG Visa	1 267	1 180	87	7,4
Comissões de títulos	1 418	854	564	66,0
Prestação de serviços	2 779	2 454	325	13,2
Outras	5 671	3 148	2 523	80,1
Resultado do Serviço Prestado a Clientes	77 862	67 532	10 330	15,3

8.10.2.5. Resultado de Operações nos Mercados

Os Resultados em Operações Financeiras realizadas no mercado, continuaram a reflectir o impacto das IAS (NIC, Normas Internacionais de Contabilidade), no que diz respeito à relevação contabilística do justo valor nas operações financeiras realizadas, com destaque para os ganhos e perdas decorrentes das reavaliações dos swaps, nomeadamente os associados a operações de titularização.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS E EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Resultados em operações financeiras	-18 331	-12 384	-5 947	48,0
Operações avaliadas ao justo valor através de resultados	-16 670	-7 935	-8 735	110,1
Operações sobre activos financeiros detidos para negociação	-2 064	-4 091	2 027	-49,5
Operações sobre activos financeiros detidos até à maturidade	-359	-308	-51	16,6
Operações com Derivados de Cobertura	762	-50	812	-1 624,0
Resultados em activos disponíveis para venda	8 672	-251	8 923	-3 555,0
Accções	51	-1	52	-5 200,0
Obrigações	134	-466	600	-128,8
Outras	8 487	216	8 271	3 829,2
Total	-9 659	-12 635	2 977	-23,6

8.10.2.6. Rendimento de Participações Financeiras

Os Rendimentos de Participações Financeiras atingiram o montante de 1 719 milhares de euros, registando uma pequena variação homóloga de -78 milhares de euros (-4,3%).

Em geral, verificou-se um aumento ou a manutenção dos rendimentos pagos pelas Empresas Participadas. A ligeira quebra no rendimento global reflecte a saída da Euronext, por venda, a qual foi, em parte, compensada pela inclusão de dividendos pagos pelo Banco MG Cabo Verde.

RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(milhares de euros)

EMPRESAS	2007		2006		Variação	
	Valor		Valor		Valor	%
SIBS	72		61		11	18,0
Caixa Económica de Cabo Verde	102		102		0	0,0
Futuro	142		126		16	12,7
Banco MG Cabo Verde	216				216	
Euronext			370		-370	-100,0
Unicre	290		290		0	0,0
Banco da África Ocidental	36		31		5	16,1
Norfin	85		89		-4	-4,5
Montepio Gestão de Activos	0		0		0	0,0
Lusitania Vida	331		283		48	17,0
Lusitania Seguros	445		445		0	0,0
TOTAL	1 719		1 797		-78	-4,3

8.10.2.7. Resultado da Venda de Imóveis para Negociação

As mais-valias contabilísticas líquidas realizadas na venda de imóveis, adquiridos em reembolso de crédito próprio, atingiram o montante de 2 665 milhares de euros, tendo observado uma variação homóloga de -691 milhares de euros (-20,6%), reflectindo as condições menos favoráveis da conjuntura de mercado imobiliário.

RESULTADO DA VENDA DE IMÓVEIS PARA NEGOCIAÇÃO

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2006		Variação	
	Valor		Valor		Valor	%
Lucros da Venda de Imóveis	4 270		4 836		-566	-11,7
Prejuízos na Venda de Imóveis	1 605		1 480		125	8,4
RESULTADO LÍQUIDO	2 665		3 356		-691	-20,6

8.10.2.8. Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais, que agregam os Gastos com Pessoal (60,5% do total), os Gastos com Fornecimentos e Serviços (33,1% do total) e as Amortizações (6,4% do total), atingiram o montante de 244 150 milhares de euros, registando um crescimento homólogo de 13 008 milhares de euros (+5,6%).

GASTOS OPERACIONAIS

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A Gastos com Pessoal	147 616	60,5	140 790	60,9	6 826	4,8
B Gastos com Fornecimentos e Serviços	80 858	33,1	77 468	33,5	3 390	4,4
C Gastos de Funcionamento (=A+B)	228 474	93,6	218 258	94,4	10 216	4,7
D Amortizações	15 676	6,4	12 884	5,6	2 792	21,7
E Gastos Operacionais (=C+D)	244 150	100,0	231 142	100,0	13 008	5,6
RÁCIOS						
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	36,7%		38,3%		-1,6 p.p.	
Gastos com Fornecimentos e Serviços / Produto Bancário	20,1%		21,1%		-1,0 p.p.	
Amortizações / Produto Bancário	3,9%		3,5%		0,4 p.p.	
Cost-to-Income (Gastos Operacionais / Produto Bancário)	60,7%		62,8%		-2,1 p.p.	
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	56,8%		59,3%		-2,5 p.p.	

Os Gastos com Pessoal situaram-se nos 147 616 milhares de euros, apresentando um crescimento homólogo de 6 826 milhares de euros (+4,8%). O peso destes gastos no Produto Bancário evoluiu de 38,3%, em 2006, para 36,7%, em 2007, (-1,6 p.p.).

Esta variação é explicada pelo crescimento da componente principal destes Gastos, a Remuneração dos Empregados, onde pesou o aumento do número de efectivos (+49), e pelo aumento de Encargos Sociais Obrigatórios, nomeadamente, das Contribuições para o Fundo de Pensões. Os Outros Custos com Pessoal observaram uma redução, face a 2006, em virtude de, naquele exercício, terem sido alterados os Critérios de Contabilização dos Prémios de Antiguidade.

GASTOS COM PESSOAL

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal						
Remuneração dos Órgãos de Gestão	1 067	0,7	1 263	0,9	-196	-15,5
Remuneração dos Empregados	103 386	70,0	97 910	69,5	5 476	5,6
Encargos Sociais Obrigatórios	39 971	27,1	34 868	24,8	5 103	14,6
Outros Custos com Pessoal	3 192	2,2	6 749	4,8	-3 557	-52,7
TOTAL	147 616	100,0	140 790	100,0	6 826	4,8

Os Gastos com Fornecimentos e Serviços atingiram o montante de 80 858 milhares de euros, observando um acréscimo homólogo de 3 390 milhares de euros (+4,4%). O seu peso no Produto Bancário diminuiu de 21,1%, em 2006, para 20,1%, em 2007 (-1,0 p.p.).

As rubricas com maior peso relativo foram Informática (24,3%), Instalações (22,3%) e Publicidade e Similares (15,8%). As que registaram um crescimento homólogo mais elevado foram Negócio (+25,8%), Outros Serviços de Terceiros (+12,1%) e Fornecimentos (+11,6%).

GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Fornecimentos e Serviços						
Fornecimentos	5 912	7,3	5 297	6,8	615	11,6
Informática	19 652	24,3	17 884	23,1	1 768	9,9
Negócio	8 459	10,5	6 724	8,7	1 735	25,8
Instalações	18 066	22,3	17 766	22,9	300	1,7
Publicidade e Similares	12 792	15,8	13 420	17,3	-628	-4,7
Pessoal – Serviços	6 618	8,2	7 322	9,5	-704	-9,6
Consultadoria Externa	3 875	4,8	4 163	5,4	-288	-6,9
Outros Serviços de Terceiros	5 484	6,8	4 892	6,3	592	12,1
TOTAL	80 858	100,0	77 468	100,0	3 390	4,4

O crescimento dos Gastos com Fornecimentos e Serviços, sendo globalmente reduzido, está directamente associado à manutenção e aluguer de software informático e ao maior nível de actividade com a colocação de TPA's (Terminais Pagamento Automáticos) e com cartões (Negócio).

As Amortizações do Exercício atingiram o valor de 15 676 milhares de euros, com um acréscimo homólogo de 2 792 milhares de euros (+21,7%) gerado, principalmente, pelas Amortizações de *Software*, que aumentaram 2 218 milhares de euros (+51,4%).

AMORTIZAÇÕES

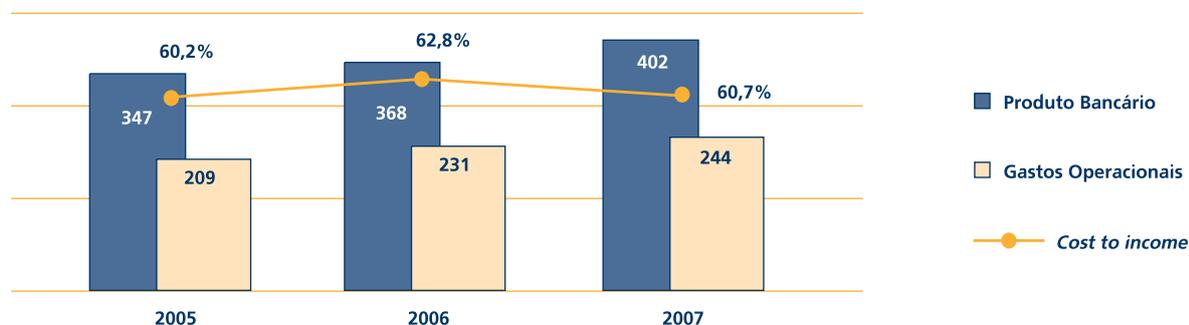
(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Amortizações:				
Activos Intangíveis	6 537	4 319	2 218	51,4
Software	6 537	4 319	2 218	51,4
Activos Tangíveis	9 139	8 565	574	6,7
Imóveis	3 485	3 753	-268	-7,1
Equipamento	5 611	4 812	799	16,6
Activos em Locação Operacional	43		43	
TOTAL	15 676	12 884	2 792	21,7

O rácio *Cost-to-Income*, que mede o peso relativo dos Gastos Operacionais no Produto Bancário, inverteu o sentido ascendente observado em 2006 e evoluiu de 62,8% para 60,7%, em 2007, registando uma variação homóloga de -2,1 p.p.

EVOLUÇÃO DO RÁCIO COST TO INCOME

(milhões de euros)



Tal evolução resultou de um crescimento homólogo dos Gastos Operacionais (+5,6%), significativamente inferior à expansão do Produto Bancário (+9,3%).

8.10.2.9. Provisões e Imparidade

O saldo das Provisões de Balanço ascendeu a 338 235 milhares de euros, observando um acréscimo homólogo de 7 383 milhares de euros (+2,2%).

As Provisões para Crédito corresponderam a 89,3% do total (302 180 milhares de euros) e registaram uma variação homóloga de -1 954 milhares de euros (-0,6%). Esta evolução justificou-se pela quase estagnação do saldo das Provisões para Crédito Vencido e pela elevada redução do saldo das Provisões para Crédito de Cobrança Duvidosa (-12 259 milhares de euros), mais do que compensando o aumento do saldo das Provisões para Riscos Gerais de Crédito, resultante do acréscimo de actividade.

As restantes Provisões, no valor de 36 055 milhares de euros, representaram 10,7% do total e observaram um crescimento de 9 337 milhares de euros (+34,9%).

Esta variação está associada à carteira de Títulos (+45,5%), decorrente da evolução dos mercados e respectivas cotações, aos Imóveis para Negociação (+36,3%), por efeito dos imóveis detidos há mais tempo, e a uma regularização adicional sobre Metais e Pedras Preciosas.

EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES E IMPARIDADE POR TIPOS DE RISCOS

(milhares de euros)

TIPOS DE PROVISÕES E IMPARIDADE	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Crédito	302 180	89,3	304 134	91,9	-1 954	-0,6
1.1 – Imparidade	205 197	60,7	216 340	65,4	-11 143	-5,2
1.1.1 – Vencido	161 973	47,9	160 587	48,5	1 386	0,9
1.1.2 – Cobrança Duvidosa	39 333	11,6	51 592	15,6	-12 259	-23,8
1.1.3 – Regularização	3 891	1,2	4 161	1,3	-270	-6,5
1.2 – Riscos Gerais Crédito	96 983	28,6	87 794	26,5	9 189	10,5
2 – Risco País	45	0,0	576	0,2	-531	-92,2
3 – Títulos	11 403	3,4	7 838	2,4	3 565	45,5
4 – Imóveis de Negociação	15 134	4,5	11 106	3,3	4 028	36,3
5 – Riscos Diversos	838	0,2	4 008	1,2	-3 170	-79,1
6 – Outras Aplicações	7 736	2,3	2 220	0,7	5 516	248,5
7 – Outros Riscos e Encargos	899	0,3	970	0,3	-71	-7,3
TOTAL	338 235	100,0	330 852	100,0	7 383	2,2

A situação das Provisões e a sua evolução homóloga, no final de 2007, conduziram aos seguintes rácios:

- A taxa de cobertura do Activo Bruto pelas Provisões Totais fixou-se em 2,0%, registando uma variação homóloga de -0,1 p.p.;
- A taxa de cobertura do Crédito Vencido Total pelas Provisões Totais para Crédito situou-se em 92,5% (-10,1 p.p.);
- A taxa de cobertura do Crédito Vencido com mais de 3 meses pelas Provisões Totais para Crédito registou o valor de 106,5% (-10,5 p.p.);
- A taxa de cobertura dos Títulos em carteira pelas Provisões para Títulos observou o valor de 1,2% (+0,4 p.p.);
- A taxa de cobertura dos Imóveis para Negociação em carteira pelas Provisões respectivas apresentou o valor de 14,5% (+3,0 p.p.).

RÁCIOS DE COBERTURA	2007 %	2006 %	Variação p.p.
Provisões Totais Crédito / Crédito Vencido Total	92,5	102,6	-10,1
Provisões Totais Crédito / Crédito Vencido > 3 Meses	106,5	117,0	-10,5
Provisão para Títulos / Carteira de Títulos	1,2	0,8	0,4
Provisão Imóveis de Negociação / Imóveis de Negociação	14,5	11,5	3,0
Provisões Totais / Activo Bruto	2,0	2,1	-0,1

8.10.3. RENDIBILIDADE (ROE E ROA)

A rentabilidade do Activo (ROA) fixou-se em 0,41% e manteve o valor de 2006. Todavia, as componentes Juros e Rendimentos Similares, Prestação de Serviços a Clientes, Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços tiveram evoluções positivas e as Operações de Mercado reduziram o seu impacto negativo. Nos impactos negativos, os principais efeitos residem nos Juros e Encargos Similares (a taxa de juro média dos Recursos cresceu mais que a taxa de juro média das Aplicações), nas Amortizações e na constituição de Provisões (com um impacto negativo de 0,03 p.p.).

A rentabilidade dos Recursos Próprios (ROE) alcançou a taxa de 7,78%, registando um aumento de 0,03 p.p., devido à maior alavancagem financeira (efeito multiplicador).

DECOMPOSIÇÃO DO ROA E DO ROE

RUBRICAS	2007 %	2006 %	Varição p.p.
(+) Rácio de Juros e Rendimentos Similares	5,40	4,60	0,80
(-) Rácio de Juros e Encargos Similares	3,32	2,51	0,81
(+) Rácio de Prestação de Serviços a Clientes	0,49	0,46	0,03
(+) Rácio de Operações de Mercado	-0,05	-0,07	0,02
(+) Rácio de reposição e anulação Provisões	1,39	1,42	-0,03
(-) Rácio de Constituição de Provisões	1,98	1,95	0,03
(-) Rácio de Gastos com Fornecimentos e Serviços	0,51	0,53	-0,02
(-) Rácio de Gastos com Pessoal	0,94	0,96	-0,02
(-) Rácio de Amortizações	0,10	0,09	0,01
(+) Rácio de Outros Prov. Líquidos	0,03	0,04	-0,01
(=) ROA	0,41	0,41	0,00
(x) Multiplicador (Activo Líquido Médio/Recursos Próprios Médios)	18,97	18,89	0,08
(=) ROE	7,78	7,75	0,03

8.10.4. INDICADORES DE EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO

Os Indicadores de Eficiência e Funcionamento apresentaram uma evolução homóloga positiva: o *Cost-to-Income* baixou -2,09 p.p.; o peso dos Gastos com Pessoal no Produto Bancário fixou-se em 36,72% (-1,54 p.p.); o peso dos Gastos de Funcionamento no Activo Líquido Médio observou o valor de 1,45% (-0,04 p.p.); o Activo Líquido Médio por Trabalhador aumentou 249 milhares de euros (+4,9%); o Produto Bancário por Trabalhador atingiu o montante de 137 milhares de euros, tendo aumentado 9 milhares de euros (+7%); e o Número Médio de Trabalhadores por Balcão manteve o valor de cerca de 10 trabalhadores.

A melhoria global dos indicadores resulta do efeito conjugado da política de contenção de custos e de uma maior dinâmica do negócio empreendida nos últimos anos.

INDICADORES DE EFICIÊNCIA E FUNCIONAMENTO

INDICADORES	2007	2006	Varição	
Gastos Operacionais / Produto Bancário (<i>cost to income</i>) (%) *	60,73	62,82	-2,09	p.p.
Gastos com Pessoal / Produto Bancário (%) *	36,72	38,26	-1,54	p.p.
Gastos de Funcionamento / Activo Líquido Médio (%)	1,45	1,49	-0,04	p.p.
Activo Líquido Médio / N.º Médio Trabalhadores (m.€)	5 358	5 109	249	4,9%
Produto Bancário / N.º Médio Trabalhadores (m.€)	137	128	9	7,0%
N.º Trabalhadores / Balcão (Quantidade)	9,96	9,93	0,03	0,3%

* De acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

8.11. FUNDO DE PENSÕES

O Fundo de Pensões do Montepio, destinado a cobrir as responsabilidades com benefícios pós reforma dos trabalhadores, registou a seguinte evolução em 2007:

- Foram ajustados os pressupostos actuariais e financeiros, em consonância com a evolução verificada no exercício, tendo sido utilizadas as seguintes taxas: taxa de desconto 5,25%; taxa de crescimento salarial 3,5%; taxa de crescimento das pensões 2,25%; manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e mulheres;
- As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios atingiram o montante de 548 265 milhares de euros, registando um acréscimo homólogo de 41 870 milhares de euros (+8,3%);

- O Fundo de Pensões passou, a partir de 31.12.2007, a cobrir, para além das pensões e das responsabilidades com benefícios de saúde pós reforma (SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social), as responsabilidades com subsídios por morte;
- Os activos do Fundo foram valorizados em 442 901 milhares de euros, observando um crescimento homólogo de 68 500 milhares de euros (+18,3%);
- O crescimento do valor do Fundo foi originado por contribuições recebidas, no montante de 57 035 milhares de euros, mais rendimentos líquidos dos activos do Fundo, no valor de 22 193 milhares de euros, menos pensões pagas, no montante de 10 728 milhares de euros;
- O financiamento do Fundo de Pensões respeita os limites fixados pelo Banco de Portugal, decorrentes da transição para as IAS/IFRS, situando-se a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo nos 80,8%, no final de 2007, valor que compara com 73,9%, no final de 2006;
- A rentabilidade do Fundo de Pensões situou-se nos 6%, no exercício de 2007.

EVOLUÇÃO DO FUNDO DE PENSÕES DO MONTEPIO

(milhares de euros)

	2007	2006	Variação	
			Valor	%
1 Responsabilidades reconhecidas	548 265	506 395	41 870	8,3
2 Valor do Fundo	442 901	374 401	68 500	18,3
Grau de Cobertura (2:1)	80,8%	73,9%		6,9 p.p.
3 Movimentos efectuados no Fundo:				
3.1. Contribuições recebidas (+)	57 035	36 195	20 840	57,6
3.2. Rendimento efectivo dos activos (+)	22 353	19 695	2 658	13,5
3.3. Encargos (-)	160	113	47	41,6
3.4. Pensões pagas (-)	10 728	9 097	1 631	17,9
	68 500	46 680	21 820	46,7

8.12. RATING

A CEMG vem sendo avaliada, para efeitos de notação de rating, por duas das mais prestigiadas agências de *rating* internacionais: a Fitch Ratings e a Moody's, que mantiveram as seguintes notações de *rating*:

NOTAÇÕES DE RATING

AGÊNCIAS DE RATING	Curto Prazo	Longo Prazo
Fitch Ratings	F2	A-
Moody's	P-1	A2

As notações atribuídas são justificadas pelo:

- Baixo risco da actividade de crédito à habitação;
- Capital de base relativamente confortável;
- Forte especialização num nicho de mercado;
- Razoável qualidade dos activos, com uma boa cobertura, por provisões, do crédito em incumprimento;
- Melhoria da base de *funding*.

8.13. CAPITALIZAÇÃO E RÁCIOS PRUDENCIAIS

Os Fundos Próprios Elegíveis e os Rácios Prudenciais cumpriam, confortavelmente, os limites definidos pela Autoridade de Supervisão, não obstante os Fundos Próprios Elegíveis terem crescido menos do que os Fundos Próprios Mínimos Requeridos, o que se traduziu numa quebra no Rácio de Solvabilidade.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIOS DE SOLVABILIDADE, LIQUIDEZ E IMOBILIZADO

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Elegíveis	1 108 089	1 030 132	77 957	7,6
(+) Capital Institucional	635 000	585 000	50 000	8,5
(+) Reservas e Resultados	265 000	225 546	39 454	17,5
(-) Deduções Regulamentares	74 024	64 984	9 040	13,9
(=) Fundos Próprios de Base	825 976	745 562	80 414	10,8
(+) Fundos Próprios Complementares	317 497	319 479	-1 982	-0,6
(-) Outras deduções	35 384	34 909	475	1,4
2. Fundos Próprios Mínimos Requeridos	938 669	841 738	96 931	11,5
3. Rácios				
Solvabilidade (limite BdP: 8%)	9,44%	9,79%	-0,35 p.p.	
Tier 1 (limite BdP: 4%)	6,92%	7,09%	-0,17 p.p.	
Liquidez (limite BdP: 90%)	102,02%	97,33%	4,69 p.p.	
Imobilizado (limite BdP: 100%)	12,29%	14,48%	-2,19 p.p.	

Os Fundos Próprios Elegíveis fixaram-se em 1 108 089 milhares de euros, tendo crescido 77 957 milhares de euros (+7,6%). Este crescimento deveu-se ao reforço dos Fundos Próprios de Base, em 80 414 milhares de euros (+10,8%), reforço este que compensou a ligeira quebra nos Fundos Próprios Complementares, de 1 982 milhares de euros (-0,6%).

Os Fundos Próprios de Base foram acrescidos do aumento de Capital Institucional, no montante de 50 000 milhares de euros, do acréscimo de Reservas e Resultados, no valor de 39 454 milhares de euros, tendo sofrido a redução de 9 040 milhares de euros, relativos a deduções regulamentares.

Os Fundos Próprios Mínimos Requeridos (determinados pela actividade) alcançaram o valor de 938 669 milhares de euros, tendo registado um crescimento de 96 931 milhares de euros (+11,5%).

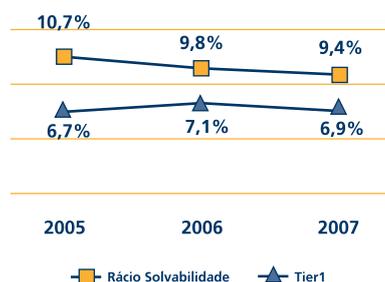
Em consequência, o Rácio de Solvabilidade apurado situou-se nos 9,44%, registando uma variação homóloga de -0,35 p.p. Mas excede o valor mínimo exigido (8%), em 1,44 p.p.

A componente do Rácio de Solvabilidade relativa aos Fundos Próprios de Base («Tier 1»), que deve respeitar o mínimo de 4%, registou o valor de 6,92%.

O Rácio de Liquidez atingiu o valor de 102,02%, apresentando um crescimento homólogo de 4,69 p.p. e superando, confortavelmente, o limite mínimo que é de 90%.

O Rácio do Imobilizado situava-se nos 12,29%, estando sujeito ao limite máximo de 100%.

SOLVABILIDADE



LIQUIDEZ



8.14. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 23.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos Resultados, de 64 192 milhares de euros, gerados em 2007:

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor
Para Reserva Legal	12 838
Para Reserva Especial	3 210
A transferir para o Montepio Geral – Associação Mutualista	25 757
Transferência para Resultados Transitados (Aviso 12/2001 BdP)	22 387
RESULTADO DO EXERCÍCIO	64 192

A imputação a Resultados Transitados, de 22 387 milhares de euros, corresponde à terceira prestação do plano de amortização de diferenças a regularizar, resultantes da introdução das IAS/IFRS e da alteração de pressupostos actuariais, relativas ao Fundo de Pensões, incluindo cuidados médicos pós-emprego, em conformidade com o n.º 13-A do Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso 4/2005, do Banco de Portugal.

8.15. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.15.1. BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	2007			2006
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADES AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	269 201		269 201	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	62 664		62 664	75 321
Activos financeiros detidos para negociação	38 084		38 084	20 454
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 897		3 897	3 096
Activos financeiros disponíveis para venda	905 195		905 195	890 238
Aplicações em instituições de crédito	663 066	45	663 021	670 440
Crédito a clientes	14 314 078	205 197	14 108 881	12 941 563
Investimentos detidos até à maturidade	39 371		39 371	36 044
Derivados de cobertura	9 372		9 372	9 031
Activos não correntes detidos para venda	116 230	19 397	96 833	90 638
Outros activos tangíveis	177 501	96 580	80 921	79 028
Activos intangíveis	38 010	24 391	13 619	11 258
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	30 597		30 597	28 236
Outros activos	116 996	3 473	113 523	124 769
TOTAL DE ACTIVO	16 784 262	349 083	16 435 179	15 222 888
PASSIVO				
Passivos financeiros detidos para negociação	54 737		54 737	38 564
Recursos de outras instituições de crédito	952 282		952 282	1 119 856
Recursos de clientes e outros empréstimos	8 086 025		8 086 025	8 048 370
Responsabilidades representadas por títulos	5 246 771		5 246 771	4 670 843
Passivos financeiros associados a activos transferidos	670 633		670 633	0
Derivados de cobertura	7 736		7 736	7 340
Provisões	98 720		98 720	92 772
Outros passivos subordinados	301 848		301 848	301 229
Outros passivos	138 383		138 383	121 739
TOTAL DE PASSIVO	15 557 135		15 557 135	14 400 713
CAPITAL				
Capital	635 000		635 000	585 000
Reservas de reavaliação	431		431	15 990
Outras reservas e resultados transitados	178 421		178 421	161 031
Resultado do exercício	64 192		64 192	60 154
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO	878 044		878 044	822 175
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	16 435 179		16 435 179	15 222 888

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2008

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

8.15.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(milhares de euros)

	2007	2006
Juros e rendimentos similares	850 701	674 608
Juros e encargos similares	522 563	368 587
MARGEM FINANCEIRA	328 138	306 021
Rendimentos de instrumentos de capital	1 725	1 798
Rendimentos de serviços e comissões	79 406	70 348
Encargos com serviços e comissões	11 276	9 598
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-17 972	-12 076
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8 667	-252
Resultados de reavaliação cambial	1 310	1 878
Resultados de alienação de outros activos	2 318	3 299
Outros resultados de exploração	9 719	6 531
PRODUTO BANCÁRIO	402 035	367 949
Custos com pessoal	147 616	140 790
Gastos gerais administrativos	80 858	77 468
Amortizações do exercício	15 676	12 884
Provisões líquidas de reposições e anulações	9 420	8 097
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	74 132	67 440
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	3 714	88
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6 427	1 028
RESULTADO	64 192	60 154

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2008

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armando Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

8.16. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(milhares de euros)

	2007	2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	829 542	651 315
Comissões recebidas	80 438	54 590
Pagamento de juros	(484 858)	(364 733)
Pagamento de comissões	(17 842)	(10 107)
Despesas com pessoal e fornecedores	(254 634)	(247 147)
Recuperação de crédito e juros	1 510	1 254
Outros pagamentos e recebimentos	37 457	(29 370)
	191 613	55 802
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(546 952)	(1 236 981)
Outros activos	(22 613)	29 191
	(569 565)	(1 207 790)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	21 551	460 705
Recursos para com instituições de crédito	(169 788)	221 318
	(148 237)	682 023
	(526 189)	(469 965)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	1 725	1 798
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(2 081)	(3 746)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(4 917)	824
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(34 230)	(201 690)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	55	(88)
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(2 510)	(1 141)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(2 361)	(1 967)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(12 942)	(17 269)
Alienação de imobilizações	45	3 233
Aquisição de imobilizações	(19 975)	(20 208)
	(77 191)	(240 254)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(20 377)	(11 597)
Aumento de capital	50 000	100 000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	1 134 760	1 388 770
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(578 500)	(809 976)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	18 327	41 743
	604 210	708 940
Varição líquida em caixa e equivalentes	830	(1 279)
Caixa e equivalentes no início do exercício	148 633	149 912
Caixa (nota 15)	73 312	55 516
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 16)	75 321	94 396
Caixa e equivalentes no fim do exercício	149 463	148 633

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2006	684 885	485 000	174 442	8 404	–	17 039
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	9 062	–	–	(9 062)
Reserva especial	–	–	2 266	–	–	(2 266)
Aumento de capital	100 000	100 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(11 597)	–	–	–	–	(11 597)
Reservas de justo valor (Nota 37)	7 586	–	–	–	7 586	–
Impacto da aplicação da IAS 19	(18 853)	–	–	–	–	(18 853)
Resultado do exercício	60 154	–	–	–	–	60 154
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	822 175	585 000	185 770	8 404	7 586	35 415
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 031	–	–	(12 031)
Reserva especial	–	–	3 007	–	–	(3 007)
Aumento de capital (Nota 35)	50 000	50 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(20 377)	–	–	–	–	(20 377)
Reservas de justo valor (Notas 37)	(15 559)	–	–	–	(15 559)	–
Impacto da aplicação da IAS 19	(22 387)	–	–	–	–	(22 387)
Resultado do exercício	64 192	–	–	–	–	64 192
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	878 044	635 000	200 808	8 404	(7 973)	41 805

8.17. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «Caixa») é uma instituição de crédito, anexa ao Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Caixa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA's traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da Caixa agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com as NCA's, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007. As políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referencia a 31 de Dezembro de 2006.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, a Caixa adoptou a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) – Apresentação das demonstrações financeiras: Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Caixa. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, a Caixa adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2, o IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 – Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Caixa.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que a Caixa efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 1.21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 7 de Fevereiro de 2008.

1.2. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.4. CRÉDITO A CLIENTES

A rubrica Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pela Caixa, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais da Caixa relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) a Caixa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a Caixa ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1, a Caixa aplica nas suas contas as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela Caixa nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela Caixa, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003, do Banco de Portugal.

iii) Provisão para risco-país

A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim Oficial do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida Instrução.

iv) Anulação contabilística de créditos (write-offs)

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões para crédito quando estas, de acordo com os critérios definidos nesta política, correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.5. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A Caixa classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Caixa designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a Caixa tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Caixa se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Caixa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Caixa tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Caixa estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

De acordo com as exigências da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Caixa não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

v) Imparidade

Em conformidade com as NCA's, a Caixa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de

imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A Caixa designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a Caixa estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso a Caixa recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.7. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.8. APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis, penhores de empréstimos e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos, sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo valor de recuperação de crédito.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela Caixa.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

1.9. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os investimentos em associadas, nos quais a Caixa exerce influência significativa mas não exerce controlo, são valorizados ao custo de aquisição. Estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

1.10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da Caixa encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA's (1 de Janeiro de 2004), a Caixa elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA's, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso contínuo do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Caixa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Caixa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.12. LOCAÇÕES

A Caixa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela Caixa à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proventos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.10.

A Caixa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A Caixa financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na Caixa correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a Caixa aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuariais acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	7 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	5 anos
Aumento de responsabilidades	5 anos

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's, o acréscimo de responsabilidades resultantes das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Caixa, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados

a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A Caixa determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 25 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, a Caixa reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor.

A Caixa efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a Caixa avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela Caixa a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da Caixa, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da Caixa com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.14. FISCALIDADE

A Caixa encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.15. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.16 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.17 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.18 RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.19 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 6 da IAS 14 – Relato por Segmentos, a Caixa está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as consolidadas.

1.20 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.21. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA's estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Caixa são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Caixa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa é apresentada nas notas 1.1 a 1.20 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Caixa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Caixa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Caixa determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Caixa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Caixa.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A Caixa efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Caixa.

Investimentos detidos até à maturidade

A Caixa classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a Caixa avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a Caixa não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios da Caixa.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	NOTAS	2007	2006
Juros e rendimentos similares	3	850 701	674 608
Juros e encargos similares	3	522 563	368 587
MARGEM FINANCEIRA		328 138	306 021
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 725	1 798
Resultados de serviços e comissões	5	68 130	60 750
Resultados em operações financeiras	6	(18 331)	(12 384)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	8 667	(252)
Resultados de reavaliação cambial	8	1 310	1 878
Outros resultados de exploração	9	10 886	8 884
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		72 387	60 674
Custos com o pessoal	10	147 616	140 790
Outros gastos administrativos	11	80 858	77 468
Amortizações do exercício	12	15 676	12 884
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		244 150	231 142
Imparidade do crédito	13	82 341	74 817
Imparidade de outros activos	14	10 141	1 116
Outras provisões	15	(299)	(534)
RESULTADO OPERACIONAL		64 192	60 154
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		64 192	60 154

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	NOTAS	2007	2006
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	269 201	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	62 664	75 321
Aplicações em instituições de crédito	18	663 021	670 440
Créditos a clientes	19	14 108 881	12 941 563
Activos financeiros detidos para negociação	20	11 596	6 349
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21	35 718	20 380
Activos financeiros disponíveis para venda	22	905 195	890 238
Derivados de cobertura	23	9 536	14 220
Investimentos detidos até à maturidade	24	39 371	36 044
Investimentos em associadas e outras	25	30 597	28 236
Outros activos tangíveis	26	80 921	79 028
Activos intangíveis	27	13 619	11 258
Outros activos	28	204 859	207 039
TOTAL DO ACTIVO		16 435 179	15 222 888
PASSIVO			
Recursos de outras instituições de crédito	29	952 282	1 119 856
Recursos de clientes	30	8 086 025	8 048 370
Responsabilidades representadas por títulos	31	5 246 771	4 670 843
Passivos financeiros detidos para negociação	20	12 809	7 453
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	21	47 261	34 290
Derivados de cobertura	23	3 820	7 199
Provisões	32	98 720	92 772
Passivos subordinados	33	301 848	301 229
Outros passivos	34	807 599	118 701
TOTAL DO PASSIVO		15 557 135	14 400 713
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	35	635 000	585 000
Reservas de justo valor	37	(7 973)	7 586
Outras reservas e resultados transitados	36 e 37	186 825	169 435
Resultado líquido do exercício		64 192	60 154
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		878 044	822 175
TOTAL		16 435 179	15 222 888

Contas extrapatrimoniais (Nota 38)

2. Margem financeira e resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda

As NCA's em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e rendimentos similares, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	328 138	306 021
Resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda	(9 664)	(12 636)
	318 474	293 385

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos / passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos / passivos ao justo valor através de resultados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	750 926	–	750 926	569 915	–	569 915
Juros de outras aplicações	19 319	–	19 319	21 635	–	21 635
Juros de depósitos	5 695	–	5 695	4 156	–	4 156
Juros de títulos disponíveis para venda	40 200	–	40 200	35 152	–	35 152
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 576	–	1 576	1 446	–	1 446
Juros de derivados de cobertura	13 069	–	13 069	23 737	–	23 737
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	213	213	–	84	84
Outros juros e rendimentos similares	19 703	–	19 703	18 483	–	18 483
	850 488	213	850 701	674 524	84	674 608
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	212 359	–	212 359	160 644	–	160 644
Juros de títulos emitidos	220 654	–	220 654	155 348	–	155 348
Juros de empréstimos	20 421	–	20 421	16 625	–	16 625
Juros de outros recursos	24 592	–	24 592	14 364	–	14 364
Juros de derivados de cobertura	14 799	–	14 799	18 950	–	18 950
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	17	17	–	18	18
Outros juros e encargos similares	29 721	–	29 721	2 638	–	2 638
	522 546	17	522 563	368 569	18	368 587
Margem Financeira	327 942	196	328 138	305 955	66	306 021

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	649	981
Dividendos de empresas associadas	1 076	817
	1 725	1 798

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	53 718	45 393
Por operações realizadas por conta de terceiros	10 250	9 896
Por garantias prestadas	5 266	4 726
Outros proveitos de serviços e comissões	10 172	10 333
	79 406	70 348
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	10 337	8 811
Por operações realizadas com títulos	401	282
Outros custos com serviços e comissões	538	505
	11 276	9 598
Resultados líquidos de serviços e comissões	68 130	60 750

6. Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Acções	5	4	1	4	-	4
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	2 608	2 578	30	1 331	1 337	(6)
Contratos sobre taxas de juro	55.916	58 034	(2 118)	29 432	33 571	(4 139)
Contratos sobre créditos (CDS)	2 254	2 216	38	108	58	50
Outros	9 802	9 817	(15)	431	431	-
	70 580	72 645	(2 065)	31 302	35 397	(4 095)
	70 585	72 649	(2 064)	31 306	35 397	(4 091)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	240	(240)	19	-	19
Passivos financeiros (1)						
Recursos de clientes	6 314	7 967	(1 653)	8 481	6 763	1 718
Débitos representados por títulos	29 445	27 958	1 487	21 295	12 248	9 047
Passivos subordinados	98 557	114 821	(16 264)	45 104	63 823	(18 719)
	134 316	150 746	(16 430)	74 880	82 834	(7 954)
	134 316	150 986	(16 670)	74 899	82 834	(7 935)

(1) Inclui a valorização ao justo valor dos passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*.

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura						
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1 940	702	1 238	3 765	629	3 136
Recursos de clientes	2 528	1 411	1 117	2 698	1 068	1 630
Débitos representados por títulos	2 024	3 563	(1 539)	7 035	2 338	4 697
Passivos subordinados	28 088	28 142	(54)	9 299	18 812	(9 513)
	34 580	33 818	762	22 797	22 847	(50)
Investimentos detidos até à maturidade						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	40	399	(359)	31	339	(308)
	239 521	257 852	(18 331)	129 033	141 417	(12 384)

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	24	6	18	–	1	(1)
De outros emissores	203	87	116	410	661	(251)
Acções	7 711	14	7 697	–	–	–
Outros títulos de rendimento variável	897	61	836	–	–	–
	8 835	168	8 667	410	662	(252)

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	9 328	8 018	1 310	7 231	5 353	1 878

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	3 496	3 203
Reembolso de despesas	2 194	2 291
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	8 316	5 778
Ganhos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	4 270	4 836
Outros	1 949	2 202
	20 225	18 310
Outros custos de exploração:		
Impostos	79	148
Donativos e quotizações	261	153
Prejuízos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	1 605	1 480
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 605	1 602
Perdas em operações de <i>leasing</i>	7	–
Outros	5 782	6 043
	9 339	9 426
Outros resultados líquidos de exploração	10 886	8 884

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Remunerações	104 453	99 173
Encargos sociais obrigatórios	39 971	34 868
Outros custos	3 192	6 749
	147 616	140 790

Conforme referido na nota 41, a rubrica Remunerações inclui em 31 de Dezembro de 2007, o montante de Euros 29 072 000 (2006: Euros 24 853 000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício.

O valor total de remunerações atribuídas a todos os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, registados na rubrica de Custos com o pessoal, foi de Euros 1 067 000 (2006: Euros 1 263 000).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da Caixa durante os exercícios de 2007 e 2006, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2007	2006
Direcção e coordenação	122	125
Chefia e gerência	663	679
Técnicos	418	338
Específicos	178	190
Administrativos	1 498	1 527
Auxiliares	88	90
	2 967	2 949

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Rendas e alugueres	22 374	20 334
Serviços especializados		
Informática	3 198	3 036
Trabalho independente	4 540	4 964
Outros serviços especializados	12 118	10 727
Publicidade e publicações	12 570	13 344
Comunicações e expedição	7 491	7 441
Água, energia e combustíveis	3 709	3 453
Conservação e reparação	3 056	3 304
Transportes	3 214	2 525
Seguros	2 148	1 996
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 707	1 665
Material de consumo corrente	1 803	1 423
Formação	602	1 002
Outros gastos administrativos	2 328	2 254
	80 858	77 468

12. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Activos intangíveis:		
<i>Software</i>	6 537	4 319
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 485	3 753
Equipamento:		
Mobiliário e material	586	603
Máquinas e ferramentas	128	159
Equipamento informático	2 972	2 128
Instalações interiores	1 778	1 721
Equipamento de transporte	25	63
Equipamento de segurança	122	138
Locação operacional – <i>Renting</i>	43	–
	9 139	8 565
	15 676	12 884

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito vencido e concedido a clientes:		
Dotação do exercício	300 939	282 822
Reversão do exercício	(217 086)	(206 751)
Recuperações de crédito e juros	(1 512)	(1 254)
	82 341	74 817

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	7 110	1 802
Reversão do exercício	(683)	(774)
	6 427	1 028
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	3 714	88
	10 141	1 116

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Provisões para risco-país:		
Dotação do exercício	124	501
Reversão do exercício	(655)	(860)
	<hr/> (531) <hr/>	<hr/> (359) <hr/>
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	548	335
Reversão do exercício	(316)	(510)
	<hr/> 232 <hr/>	<hr/> (175) <hr/>
	<hr/> (299) <hr/>	<hr/> (534) <hr/>

16. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Caixa	86 799	73 312
Banco de Portugal	182 402	169 460
	<hr/> 269 201 <hr/>	<hr/> 242 772 <hr/>

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2007 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 3,89% (2006: 2,74%).

17. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Em instituições de crédito no país	10	12
Em instituições de crédito no estrangeiro	7 406	5 031
Valores a cobrar	55 248	70 278
	<hr/> 62 664 <hr/>	<hr/> 75 321 <hr/>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

18. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	–	15 006
Depósitos	590	590
Aplicações de muito curto prazo	66 012	–
Outras aplicações	48 361	16 762
	<hr/> 114 963	<hr/> 32 358
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	105	118
Aplicações de muito curto prazo	350 000	638 540
Outras aplicações	197 998	–
	<hr/> 548 103	<hr/> 638 658
	<hr/> 663 066	<hr/> 671 016
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(45)	(576)
	<hr/> 663 021	<hr/> 670 440

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2007, vencem juros à taxa média anual de 3,92% (2006: 3,80%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a Caixa opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Até 3 meses	639 043	660 575
3 meses até 6 meses	21 955	9 732
6 meses até 1 ano	1 373	–
Mais de 5 anos	59	590
Duração indeterminada	105	119
	<hr/> 663 066	<hr/> 671 016

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	576	935
Dotação do exercício	124	501
Reversão do exercício	(655)	(860)
Saldo em 31 de Dezembro	<hr/> 45	<hr/> 576

19. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	12 410 894	11 732 179
Crédito com outras garantias	765 716	652 312
Crédito sem garantias	654 297	378 066
Crédito ao sector público	58 163	58 226
Crédito sobre o estrangeiro	–	333
Capital em locação	98 468	40 355
	13 987 538	12 861 471
Crédito e juros vencidos – menos de 90 dias	42 711	35 872
Crédito e juros vencidos – mais de 90 dias	283 829	260 560
	326 540	296 432
	14 314 078	13 157 903
Imparidade para riscos de crédito	(205 197)	(216 340)
	14 108 881	12 941 563

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Crédito com outras garantias incluía o montante de Euros 670 633 000 aproximadamente, relativo a créditos que foram objecto de securitização durante 2007, e que de acordo com a política contabilística 1.4 não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontrava-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 34.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 40.

A análise de Crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito interno:		
Crédito a curto prazo		
Crédito descontado titulado por efeito	174 822	150 692
Crédito em conta corrente	785 408	617 306
Descobertos em depósitos à ordem	20 914	24 271
Empréstimos	197 350	1 670
	<u>1 178 494</u>	<u>793 939</u>
Crédito a médio e longo prazo		
Empréstimos hipotecários		
Financiamento à habitação	8 890 902	7 805 882
Fomento à construção	2 213 857	2 096 327
Capital em locação	98 468	40 355
Outros créditos	1 605 817	2 124 635
	<u>12 809 044</u>	<u>12 067 199</u>
Crédito ao exterior:		
Crédito a curto prazo	-	333
	<u>13 987 538</u>	<u>12 861 471</u>
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	42 711	35 872
Mais de 90 dias	283 829	260 560
	<u>326 540</u>	<u>296 432</u>
	<u>14 314 078</u>	<u>13 157 903</u>
Imparidade para riscos de crédito	(205 197)	(216 340)
	<u>14 108 881</u>	<u>12 941 563</u>

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 6 375 000 (2006: Euros 6 806 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	481 204	2 388 936	9 540 754	276 082	12 686 976
Crédito com outras garantias	455 981	178 223	131 512	21 366	787 082
Crédito sem garantias	249 286	197 141	207 870	28 306	682 603
Crédito ao sector público	24	684	57 455	318	58 481
Capital em locação	9	37 994	60 465	468	98 936
	<u>1 186 504</u>	<u>2 802 978</u>	<u>9 998 056</u>	<u>326 540</u>	<u>14 314 078</u>

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	439 964	2 357 373	8 934 842	235 804	11 967 983
Crédito com outras garantias	387 338	146 275	118 699	45 025	697 337
Crédito sem garantias	162 731	117 030	98 305	14 979	393 045
Crédito ao sector público	–	1 047	57 179	118	58 344
Crédito sobre o estrangeiro	333	–	–	–	333
Capital em locação	–	20 614	19 741	506	40 861
	990 366	2 642 339	9 228 766	296 432	13 157 903

Em 31 de Dezembro de 2007, existem três operações de titularização celebradas entre a Caixa e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No. 1 PLC* e para o *Pelican Mortgages No. 2 PLC*.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela Caixa no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da Caixa, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2007, as operações de titularização efectuadas pela Caixa são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante
<i>Pelican Mortgages No. 1 PLC</i>	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 2 PLC</i>	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Março de 2007	Euros	Crédito imobiliário	750 000 000
				2 100 000 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da Caixa, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
<i>Pelican Mortgages No.1 PLC</i>	193 436	301 741
<i>Pelican Mortgages No. 2 PLC</i>	399 193	501 400
	592 629	803 141

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2007, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal Euros	Moeda	Data de reembolso	Rating das obrigações (Moody's)
<i>Pelican Mortgages No. 1 PLC</i>	Classe A	211 058 614	Euros	2037	Aaa
	Classe B	16 250 000	Euros	2037	A2
	Classe C	22 750 000	Euros	2037	Baa2
	Classe D	3 250 000	Euros	2037	–
<i>Pelican Mortgages No. 2 PLC</i>	Classe A	422 069 596	Euros	2036	Aaa
	Classe B	17 500 000	Euros	2036	A1
	Classe C	22 750 000	Euros	2036	Baa2
	Classe D	5 600 000	Euros	2036	–
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Classe A	701 315 365	Euros	2054	Aaa
	Classe B	14 250 000	Euros	2054	Aa2
	Classe C	12 000 000	Euros	2054	A3
	Classe D	6 375 000	Euros	2054	Baa3
	Classe E	7 361 334	Euros	2054	–
	Classe F	4 125 000	Euros	2054	–

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2007, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	19 945	49 841	57 733	127 519
Juros vincendos	(5 655)	(14 598)	(17 279)	(37 532)
Valores residuais	188	2 893	5 400	8 481
	14 478	38 136	45 854	98 468

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2006, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	10 159	21 229	15 918	47 306
Juros vincendos	(2 533)	(4 106)	(3 981)	(10 620)
Valores residuais	121	1 392	2 156	3 669
	7 747	18 515	14 093	40 355

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	276 082	235 804
Crédito com outras garantias	21 366	45 025
Crédito sem garantias	28 306	14 979
Crédito ao sector público	318	118
Capital em locação	468	506
	326 540	296 432

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Empresas:		
Construção/Produção	70 341	63 804
Investimento	33 669	27 906
Tesouraria	21 334	21 487
Outras finalidades	254	35
Particulares:		
Habitação	169 345	121 973
Crédito ao consumo	3 668	14 282
Outras finalidades	27 611	46 827
Sector Público Administrativo	318	118
	326 540	296 432

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	216 340	297 515
Dotação do exercício	257 761	247 262
Reversão do exercício	(183 097)	(179 463)
Utilização de imparidade	(85 807)	(148 974)
Saldo em 31 de Dezembro	205 197	216 340

Adicionalmente, a Caixa tem em 31 de Dezembro de 2007, Euros 96 983 000 de provisões para riscos gerais de crédito (2006: Euros 87 794 000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 32.

Em conformidade com a política da Caixa, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2007:

	Classes de incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses Euros '000	3-6 meses Euros '000	6-12 meses Euros '000	1-3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	
Crédito vencido com garantia	32 948	8 056	29 680	141 896	85 654	298 234
Imparidade existente	246	817	7 312	80 600	57 321	146 296
Crédito vencido sem garantia	4 942	2 531	5 103	8 648	7 082	28 306
Imparidade existente	53	633	3 153	8 648	7 082	19 569
Total de crédito vencido	37 890	10 587	34 783	150 544	92 736	326 540
Total da imparidade para crédito vencido	299	1 450	10 465	89 248	64 403	165 865
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	103	694	1 853	30 147	6 535	39 332
Total da imparidade para riscos de crédito	402	2 144	12 318	119 395	70 938	205 197

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	167 804	179 586
Crédito com outras garantias	13 244	21 776
Crédito sem garantias	24 149	14 978
	205 197	216 340

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	77 198	133 601
Crédito com outras garantias	4 790	9 711
Crédito sem garantias	3 819	5 662
	85 807	148 974

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o exercício de 2007.

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2007 e durante o exercício de 2006, ascendeu ao montante de Euros 1 512 000 e Euros 1 254 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

20. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	–	20
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	11 596	6 329
	11 596	6 349
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	12 809	7 453
	(1 213)	(1 104)

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1.5. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	2007			2006		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável						
Acções de empresas						
Nacionais	–	–	–	20	–	20

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

	2006				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	20	–	–	–	20

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Interest rate swaps</i>	323	1 416	2 549 926	2 551 665	11 271	12 466
Contratos sobre taxas de cambio:						
<i>Interest rate swaps</i>	9 780	1 009	–	10 789	39	2
Contratos sobre índices:						
Fututos de índices	164	–	–	164	–	2
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	24 500	15 000	49 000	88 500	286	339
	34 767	17 425	2 598 926	2 651 118	11 596	12 809

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Interest rate swaps</i>	–	–	1 723 626	1 723 626	5 792	6 971
Contratos sobre taxas de cambio:						
<i>Interest rate swaps</i>	11 025	–	–	11 025	430	424
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	–	15 000	10 000	25 000	107	58
	11 025	15 000	1 733 626	1 759 651	6 329	7 453

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.3 no montante de Euros 5 333 000 (2006: Euros 3 179 000).

21. Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	3 897	3 096
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	31 821	17 284
	35 718	20 380
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	47 261	34 290
	(11 543)	(13 910)

A opção da Caixa em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco da Caixa, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é apresentada como segue:

	2007			2006		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	3 897	-	3 897	3 096	-	3 096

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	-	-	3 897	-	3 897

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	-	-	3 096	-	3 096

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2007, pode ser analisado como segue:

		2007						
Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nacional Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
<i>Interest rate swap</i>	Emissão de obrigações	460 000	212	(5 037)	(4 317)	1 478	230 000	230 000
<i>Interest rate swap</i>	Depósitos	651 532	2 022	(602)	(1 448)	(471)	367 647	367 647
<i>Interest rate swap</i>	Recursos	1 683 876	14 671	6 310	(13 790)	(3 825)	947 875	947 875
<i>Currency interest rate swap</i>	Emissão de dívida	53 488	(1 424)	530	1 536	(471)	26 000	26.000
<i>Opções</i>	Depósitos a prazo e recursos	119 994	(41)	(41)	–	–	–	–
		2 968 890	15 440	1 160	(18 019)	(3 289)	1 571 522	1 571 522

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2006, pode ser analisado como segue:

		2006						
Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nacional Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
<i>Swaps</i>	Emissão de obrigações, recursos e depósitos	2 819 834	17 006	–	(16 722)	–	1 409 917	1 409 917
<i>Opções</i>	Depósitos a prazo e recursos	53 400	–	–	–	–	–	–
		2 873 234	17 006	–	(16 722)	–	1 409 917	1 409 917

A análise dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Interest rate swaps</i>	143 742	389 790	2 261 876	2 795 408	25 310	42 215
Opções	468	65 650	53 876	119 994	3 289	3 248
Contratos sobre taxas de cambio:						
<i>Interest rate swaps</i>	–	34 417	19 071	53 488	3 222	1 798
	144 210	489 857	2 334 823	2 968 890	31 821	47 261

A análise dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Interest rate swaps</i>	100 000	537 986	2 181 848	2 819 834	16 853	33 859
Opções	–	–	53 400	53 400	431	431
	100 000	537 986	2 235 248	2 873 234	17 284	34 290

22. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	65	–	–	(1)	64
Estrangeiros	6 125	–	(64)	–	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	37 723	1	(174)	–	37 550
Estrangeiros	812 990	96	(8 620)	(10 302)	794 164
Papel comercial	17 355	–	–	(998)	16 357
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	6 176	–	–	(54)	6 122
Estrangeiros	2 173	–	(30)	(48)	2 095
Unidades de participação	41 964	1 218	(400)	–	42 782
	924 571	1 315	(9 288)	(11 403)	905 195

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2006				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	65	1	(1)	–	65
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	25 636	7	(3)	–	25 640
Estrangeiros	838 264	508	(323)	(6 589)	831 860
Papel comercial	4 551	–	–	(998)	3 553
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	6 845	–	–	(54)	6 791
Estrangeiros	4 733	8 313	–	(197)	12 849
Unidades de participação	10 396	567	(1 483)	–	9 480
	890 490	9 396	(1 810)	(7 838)	890 238

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 37.

Os movimentos por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	7 838	8 374
Dotação do exercício	3 714	88
Reversão do exercício	-	-
Utilização de imparidade	(149)	(624)
Saldo em 31 de Dezembro	11 403	7 838

Durante o exercício de 2007 e conforme referido na nota 1.5, foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 3 714 000 (2006: Euros 88 000), associadas a títulos de rendimento fixo em resultado da queda prolongada do valor da sua cotação.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	-	60	-	4	64
Estrangeiros	-	-	6 061	-	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	5 590	31 960	-	37 550
Estrangeiros	26 080	31 352	718 219	18 513	794 164
Papel comercial	13 957	2 400	-	-	16 357
	40 037	39 402	756 240	18 517	854 196
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	3 820	2 302	6 122
Estrangeiras	-	312	-	1 783	2 095
Unidades de participação	-	1 852	-	40 930	42 782
	-	2 164	3 820	45 015	50 999
	40 037	41 566	760 060	63 532	905 195

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	–	61	4	65
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	5 631	20 009	–	25 640
Estrangeiros	5 021	32 149	776 524	18 166	831 860
Papel comercial	1 621	1 932	–	–	3 553
	6 642	39 712	796 594	18 170	861 118
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	4 662	2 129	6 791
Estrangeiras	8 491	–	–	4 358	12 849
Unidades de participação	–	–	–	9 480	9 480
	8 491	–	4 662	15 967	29 120
	15 133	39 712	801 256	34 137	890 238

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 7 973 000 e de Euros 11 403 000 (2006: Euros 7 586 000 e de Euros 7 838 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2007			2006		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	64	–	64	65	–	65
Estrangeiros	6 061	–	6 061	–	–	–
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	17 826	19 724	37 550	11 745	13 895	25 640
Estrangeiros	781 413	12 751	794 164	729 698	102 162	831 860
Papel comercial	–	16 357	16 357	–	3 553	3 553
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	–	6 122	6 122	–	6 791	6 791
Estrangeiros	182	1 913	2 095	11 247	1 602	12 849
Unidades de participação	42 782	–	42 782	9 480	–	9 480
	848 328	56 867	905 195	762 235	128 003	890 238

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Activo:		
<i>Interest rate swap</i>	6 326	13 544
<i>Currency interest rate swap</i>	3 210	–
Opções	–	676
	9 536	14 220
Passivo:		
<i>Interest rate swap</i>	3 612	6 523
<i>Currency interest rate swap</i>	208	–
Opções	–	676
	3 820	7 199

A Caixa contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a Caixa está exposta às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows*, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A Caixa realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	1 237	3 307
Responsabilidades representadas por títulos	(1 556)	4 697
Recursos de clientes	180	1 414
	(139)	9 418

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007							
	<i>Nacionais por prazo remanescente</i>				<i>Justo valor</i>			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Interest rate swap</i>	–	230 000	204 000	434 000	–	2 368	346	2 714
<i>Currency interest rate swap</i>	–	–	34 577	34 577	–	–	3 002	3 002
	–	230 000	238 577	468 577	–	2 368	3 348	5 716

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Interest rate swap</i>	74 000	257 000	507 992	838 992	434	783	5 804	7 021

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 podem ser analisadas como segue:

2007							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nacional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
<i>Interest rate swaps</i>	Depósitos de clientes	Taxa de juro	114 000	(1 340)	(5 458)	(1 221)	181
<i>Interest rate swaps</i>	Recursos	Taxa de juro	120 000	1 602	(1 537)	607	(1 049)
<i>Interest rate swaps</i>	EMTN	Taxa de juro	200 000	2 452	1 509	(380)	1 253
<i>Currency interest rate swap</i>	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 577	3 002	4 181	3 074	114
			468 577	5 716	(1 305)	2 080	499

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2006 podem ser analisadas como segue:

2006							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nacional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
<i>Interest rate swaps</i>	Depósitos de clientes	Taxa de juro	178 000	4 118	–	(1 401)	–
<i>Interest rate swaps</i>	Recursos	Taxa de juro	150 000	3 139	–	1 655	–
<i>Interest rate swaps</i>	EMTN	Taxa de juro	477 000	943	–	(1 633)	–
<i>Currency interest rate swap</i>	Emissão de dívida	Taxa de juro	33 992	(1 179)	–	2 960	–
			838 992	7 021	–	1 581	–

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados de exercício na rubrica Resultados em operações financeiras.

24. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	36 424	36 044
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	2 947	–
	39 371	36 044

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 40.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2007, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT – Junho 98/2008	Fevereiro, 1998	Junho, 2008	Taxa fixa de 5,375%	6 701
OT – Setembro 98/2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	97
OT – Julho 99/2009	Janeiro, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,950%	6 326
OT – Junho 02/2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,000%	106
OT – Maio 00/2010	Janeiro, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,850%	6 674
OT – Julho 04/2008	Julho, 2004	Julho, 2008	Taxa fixa de 3,250%	13 499
OT – Junho 01/2011	Março, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 086
OT – Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	101
OT – Abril 05/2011	Novembro, 2005	Abril, 2011	Taxa fixa de 3,200%	1 834
Buoni Poliennali Del Tes.06/2011	Março, 2006	Março, 2011	Taxa fixa de 5,375%	2 947
				39 371

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5.

A análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
3 meses até 1 ano	20 200	–
1 ano até 5 anos	18 973	35 740
Mais de 5 anos	198	304
	39 371	36 044

25. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras:		
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7 001	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	10 816	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 530	7 169
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 200	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	50	50
	<hr/>	<hr/>
	30 597	28 236
	<hr/>	<hr/>
Não cotados	30 597	28 236

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Número de ações	Participação directa no capital	Valor nominal unitário Euros	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2007				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (*)	1 312 420	26,25%	5,00	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (*)	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9 900	9,90%	5,00	50
				<hr/>
				30 597
				<hr/>
31 de Dezembro de 2006				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (*)	1 010 564	26,25%	5,00	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (*)	220 315	39,34%	25,00	7 169
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9 900	9,90%	5,00	50
				<hr/>
				28 236
				<hr/>

Observações: (*) Demonstrações financeiras convertidas preparadas de acordo com as IFRS.

O Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI) foi constituído em Agosto de 2005 e tem como objectivo a internacionalização da Caixa, permitindo a captação e respectiva domiciliação de fundos, assim como proporcionar aos clientes alternativas de aplicações fora do contexto doméstico. Tem um capital social de Escudos de Cabo Verde 772 000 000, integralmente subscrito e realizado pela Caixa.

Durante o exercício de 2005, a Caixa subscreu integralmente o capital do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI) no montante de Euros 7 001 000.

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 6 de Junho de 1986 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para todos os ramos técnicos, com excepção do ramo vida, e tem um capital social de Euros 19 250 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania, o Montepio Geral – Associação Mutualista (65,71%) e a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (3,32%).

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 15 de Maio de 1987 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para as diversas modalidades do ramo vida e um capital social de Euros 14 000 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania Vida, S.A., o Montepio Geral – Associação Mutualista (39,22%) e a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (11,17%).

Durante o segundo semestre de 2007, na sequência do aumento de capital da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., a Caixa subscreu 94 421 acções pelo montante de Euros 2 361 000, correspondente à participação de 39,34% no capital social da referida companhia.

Para além das suas dependências e de uma rede de mediadores, as Sociedades indicadas, contam com os balcões da Caixa para a angariação de negócio.

26. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	63 413	63 413
Obras em imóveis arrendados	33 900	32 452
Imobilizado em curso	105	82
Equipamento:		
Mobiliário e material	9 356	8 253
Máquinas e ferramentas	2 358	2 531
Equipamento informático	36 572	32 554
Instalações interiores	25 176	23 008
Equipamento de transporte	1 133	1 153
Equipamento de segurança	2 835	2 720
Património artístico	474	422
Activos em locação operacional	775	–
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	1 373	554
	177 501	167 173
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(8 435)	(8 565)
Relativas a exercícios anteriores	(88 145)	(79 580)
	(96 580)	(88 145)
	80 921	79 028

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	–	–	–	63 413
Obras em imóveis arrendados	32 452	612	(14)	850	33 900
Imobilizado em curso	82	23	–	–	105
	95 947	635	(14)	850	97 418
Equipamento:					
Mobiliário e material	8 253	1 557	(454)	–	9 356
Máquinas e ferramentas	2 531	86	(259)	–	2 358
Equipamento informático	32 554	4 020	(2)	–	36 572
Instalações interiores	23 008	1 441	–	727	25 176
Equipamento de transporte	1 153	–	(20)	–	1 133
Equipamento de segurança	2 720	115	–	–	2 835
Activos em locação operacional	–	775	–	–	775
	70 219	7 994	(735)	727	78 205
Património artístico	422	52	–	–	474
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	554	2 396	–	(1 577)	1 373
	167 173	11 077	(749)	–	177 501
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	12 827	1 000	–	–	13 827
Obras em imóveis arrendados	22 796	2 485	(4)	–	25 277
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 783	586	(421)	–	6 948
Máquinas e ferramentas	2 254	128	(259)	–	2 123
Equipamento informático	25 277	2 969	–	–	28 246
Instalações interiores	14 751	1 778	–	–	16 529
Equipamento de transporte	1 097	29	(20)	–	1 106
Equipamento de segurança	2 360	121	–	–	2 481
Activos em locação operacional	–	43	–	–	43
	88 145	9 139	(704)	–	96 580

27. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Custo:		
Trespases	33	33
Software	36 667	29 596
Adiantamentos por conta de imobilizações	1 310	72
	38 010	29 701
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(5 948)	(4 319)
Relativas a exercícios anteriores	(18 443)	(14 124)
	(24 391)	(18 443)
	13 619	11 258

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespases	33	–	–	–	33
Software	29 596	7 744	(589)	(84)	36 667
Adiantamentos por conta de imobilizações	72	1 154	–	84	1 310
	29 701	8 898	(589)	–	38 010
Amortizações acumuladas:					
Software	18 443	6 537	(589)	–	24 391

28. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Aplicações por recuperação de crédito	116 230	103 964
Bonificações a receber do Estado Português	27 913	23 879
Outros devedores	9 771	7 549
Outros proveitos a receber	5 123	2 964
Despesas com custo diferido	52 727	69 581
Contas diversas	15 965	12 428
	227 729	220 365
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(19 397)	(13 326)
Imparidade para bonificações	(3 473)	–
	204 859	207 039

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 104 461 000 (2006: Euros 96 461 000) relativo aos imóveis recebidos pela Caixa por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.8.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 27 913 000 (2006: Euros 23 879 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	9 553	4 607
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	8 792	10 511
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	9 568	8 761
	<u>27 913</u>	<u>23 879</u>

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2007, o montante de Euros 50 337 000 (2006: Euros 67 423 000) referente ao valor ainda não diferido do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de cinco anos ou sete anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, conforme a política contabilística descrita na nota 1.13.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito		
Saldo em 1 de Janeiro	13 326	13 382
Dotação do exercício	7 110	1 802
Reversão do exercício	(683)	(774)
Utilização de imparidade	(356)	(1 084)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>19 397</u>	<u>13 326</u>

29. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	–	18 928	18 928	–	59 808	59 808
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	12 720	920 634	933 354	17 515	1 042 533	1 060 048
	12 720	939 562	952 282	17 515	1 102 341	1 119 856

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	374 777	421 965
3 meses até 6 meses	15 397	80 806
6 meses a 1 ano	15 331	78 708
1 ano até 5 anos	445 386	477 641
Mais de 5 anos	100 477	58 584
	951 368	1 117 704
Correcções de valor por operações de cobertura	914	2 152
	952 282	1 119 856

30. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	1 961 783	–	1 961 783	1 883 462	–	1 883 462
Depósitos a prazo (*)	–	5 132 286	5 132 286	–	4 663 430	4 663 430
Depósitos de poupança (*)	–	993 976	993 976	–	1 502 838	1 502 838
Outros débitos	650	–	650	3 141	–	3 141
Correcções de valor por operações de cobertura	(2 670)	–	(2 670)	(4 501)	–	(4 501)
	1 959 763	6 126 262	8 086 025	1 882 102	6 166 268	8 048 370

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 20 e na política contabilística 1.3.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui Euros 442 799 000 (2006: Euros 613 170 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Depósitos à ordem	1 961 783	1 883 462
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	2 891 092	3 669 657
3 meses até 6 meses	1 843 189	940 173
6 meses até 1 ano	855 166	715 470
1 ano até 5 anos	511 027	785 720
Mais de 5 anos	25 788	55 248
	6 126 262	6 166 268
Correcções de valor por operações de cobertura	(2 670)	(4 501)
	6 123 592	6 161 767
Outros débitos:		
Até 3 meses	650	3 141
	8 086 025	8 048 370

31. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i>	4 922 774	4 539 967
Originações de Caixa	323 997	130 876
	5 246 771	4 670 843

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Até 6 meses	120 201	401 658
6 meses até 1 ano	390 229	129 098
1 ano até 5 anos	3 754 323	3 355 816
Mais de 5 anos	996 863	799 185
	5 261 616	4 685 757
Correcções de valor por operações de cobertura	(14 845)	(14 914)
	5 246 771	4 670 843

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. CEMG / 03	Mar.2003	Mar.2008	Taxa fixa de 3,8%	100 000
Obr. CEMG / 03	Ago.2003	Ago.2009	Taxa fixa de 4,232%	100 000
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Pribor 6 meses + 0,18%	18 777
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30%	200 000
Obr. CEMG / 03	Jan.2004	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30%	100 000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2009	Hibor 3 meses + 0,26%	8 711
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31%	50 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31%	50 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2009	Taxa fixa de 4,6%	18 777
Obr. CEMG / 04	Nov.2004	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 04	Fev.2005	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 4,278%	125 000
Obr. CEMG / 05	Mar.2005	Mar.2015	Euribor 3 meses + 0,25% nos 5 primeiros anos (do 6.º ao 10.º ano taxa variável)	5 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro 1.ª Emissão	Ago.2005	Ago.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	19 000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	125 000
Obr. caixa MG Aforro 2.ª Emissão	Out.2005	Out.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	62 000
Obr. caixa MG Aforro 3.ª Emissão	Nov.2005	Nov.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	14 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º e 8.º semestre taxa fixa de 3%, 9.º semestre taxa fixa de 4% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	23 000
Obr. caixa MG Aforro 4.ª Emissão	Dez.2005	Dez.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	52 000
Obr. caixa MG <i>Business Invest</i>	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa de 3,85%	26 500
Obr. caixa MG Aforro Especial	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa de 3,5%	30 000
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 2,8% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,25%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5% e no 10.º semestre taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. caixa MG Aforro/06 1.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	40 000
Obr. caixa MG Aforro/06 2.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 2,75% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	17 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Fev.06	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 2,95% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,2%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,45%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	9 000
Obr. caixa MG Aforro/06 3.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	17.000
Obr. caixa MG Aforro/06 4.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	23 000
Obr. caixa MG <i>Business Invest</i> 2006	Mar.2006	Mar.2008	Taxa fixa de 3%	17 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa MG Aforro/06 5.ª Emissão	Abr.2006	Abr.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (8.º trimestre taxa fixa de 2,875%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	20 000
Obr. caixa MG Aforro/06 6.ª Emissão	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (8.º trimestre taxa fixa de 2,875%, 9.º e 10.º trimestre taxa fixa 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	20 000
Obr. caixa MG Valor Imobiliário	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa anual de 1% + remuneração variável indexada ao Índice EPRA, paga na data de maturidade	2 000
Obr. caixa MG <i>Commodities</i>	Mai.2006	Mai.2009	Taxa variável indexada à cotação de 4 <i>Commodities</i>	4 700
Obr. caixa MG Aforro/06 7.ª Emissão	Jun.2006	Jun.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	25 000
Obr. caixa MG Aforro/06 8.ª Emissão	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	18 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Jul.06	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres de taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5,5%)	13 000
Obr. caixa MG Aforro/06 9.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,125% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,625%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	23 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (4.º semestre taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 6% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 10.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (4.º semestre taxa fixa de 3,375%, 5.º semestre taxa fixa de 3,5%, 6.º semestre taxa fixa de 3,625%, 7.º semestre taxa fixa de 3,875%, 8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 4,75% e 10.º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro/06 11.ª Emissão	Set.2006	Set.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 3,125% (4.º semestre taxa fixa de 3,25%, 5.º semestre taxa fixa de 3,375%, 6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3,625%, 8.º semestre taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 4%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 500

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa MG Aforro/06 12.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2009	Taxa fixa trimestral de 3,125% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	17 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,125% (4.º semestre taxa fixa de 3,125%, 5.º e 6.º semestre taxa fixa de 3,25%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,375%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (4.º semestre taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestre taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestre taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Aforro/06 13.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	6 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (4.º semestre taxa fixa de 3,375%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,625%, 9.º semestre taxa fixa de 3,75%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 3 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,375% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	7 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis Dez 2006/08	Dez.2006	Dez.2008	Taxa indexada à média da <i>performance</i> individual de um cabaz de 15 acções com um <i>floor</i> anual de 1,75%	5 000
Obr. caixa Cabaz Bric	Dez.2006	Dez.2008	Taxa indexada à média da <i>performance</i> individual de quatro índices com um <i>floor</i> anual de 2%	9 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 4,2%	100 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,125% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	5 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	9 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,125% (3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,375% (3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,5%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,125% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	7 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	11 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,375% (3.º e 4.º semestre taxa fixa de 3,5%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,125% (3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	2 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	9 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (4.º ao 7.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 8.º e 9.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 10.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 11.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	6 500
Obr. CEMG / 07	Mar.2007	Mar.2014	Euribor 3 meses + 0,14%	50 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	6 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. caixa – Montepio Portugal Dinâmico	Abr.2007	Abr.2009	Taxa variável indexada ao Índice PSI 20 com um <i>floor</i> de 3,35%	10 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (4.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	8 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (4.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	12 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (4.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa de 3,750%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (4.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 500
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (4.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (4.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,750%, 9.º e 10.º trimestres de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,250% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é pago uma taxa variável sobre a variação do Índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	4 100
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 8.ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 3,625%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,75%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 8.ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,75% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,875%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 800
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos Julho 2007/2010	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é paga uma remuneração variável indexada ao índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	8 100
Obr. CEMG / 07	Jul.2007	Jul.2012	Euribor 6 meses + 0,12%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 4%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,375% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	10 700
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	9 300
Obr. Caixa – Montepio Planeta Terra – Agosto 2007/2010	Ago.2007	Ago.2010	Taxa variável indexada a um cabaz de 10 acções com <i>floor</i> de 3,75%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 10.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 4%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%).	15 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 11.ª Série	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 4%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	15 000
Obr.caixa – Montepio Setembro 2010	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa de 4,6126%	1 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 1.ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,25% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º e 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,50%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e no 6.º semestre: Euribor a 6 meses + 0,25%)	22 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. Caixa – Euro Range – Out 2007/2009	Out.2007	Out.2009	Taxa fixa no 1.º ano de 5,5% (2.º ano média da Euribor a 6 meses)	13 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 2.ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,125% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,40%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	11 599
Montepio <i>Standard Poor's</i> BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (2.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%. Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice <i>Standard & Poor's</i> BRIC40	2 038
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 3.ª série	Nov.2007	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 4,125% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,40%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	10 000
Obr. Caixa – Montepio Cap Ref – 3 anos – Nov 2009	Nov. 2007	Nov.2009	Taxa fixa de 4,665%	5 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 4.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 4,25% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 4.º semestre taxa Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	7 000
Montepio Cabaz Energia	Dez.2007	Dez.2009	1.º trimestre taxa fixa de 8% e os restantes trimestres taxa variável indexada à Euribor 3m.	5 950
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 5.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 4,25% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	13 488
				5 230 290
Correcções de valor por operações de cobertura				(14 845)
Periodificações, custos e proveitos diferidos				31 326
				<u>5.246 771</u>

O justo valor das rubricas responsabilidades representadas por títulos apresenta-se na nota 40.

Esta rubrica inclui Euros 1 423 000 (2006: Euros 1 142 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 3,8% e 5,26%.

Os reembolsos ocorridos no decurso do ano de 2007 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante de reembolso Euros '000
Obrigações de Caixa:				
MG Cabaz Top 2005 – 1.ª série	Out.2005	Out.2007	Taxa fixa anual de 2%	8 500
Empréstimos obrigacionistas:				
Obr. CEMG 2002	Jan.2002	Jan.2007	Euribor 6 meses + 1%	50 000
Obr. CEMG 2004	Fev.2004	Ago.2007	Taxa fixa de 3,25%	120 000
Obr. CEMG 2004	Mar.2004	Mar.2007	Euribor 3 meses + 0,2%	400 000
				570 000
				578 500

As responsabilidades representadas por títulos com vencimento no decurso do ano de 2008 ascendem a Euros 506 277 000.

32. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	96 983	87 794
Provisões para outros riscos e encargos	1 737	4 978
	98 720	92 772

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	87 794	79 522
Dotação do exercício	43 178	35 560
Reversão do exercício	(33 989)	(27 288)
Saldo em 31 de Dezembro	96 983	87 794

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1.4.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	4 978	5 153
Dotação do exercício	548	335
Reversão do exercício	(316)	(510)
Transferências	(3 473)	–
Saldo em 31 de Dezembro	1 737	4 978

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da Caixa.

33. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Obrigações de prazo determinado	200 740	200 347
Obrigações perpétuas	101 108	100 882
	301 848	301 229

Em 31 de Dezembro de 2007, os passivos subordinados são analisadas como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/03 1.ª emissão	Fev. 2003	Fev. 2013	100 000	Euribor 3 meses + 1,3%	100 095
CEMG/03 2.ª emissão	Mai. 2003	Fev. 2013	50 000	Euribor 3 meses + 1,3%	50 209
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 436
					200 740
Obrigações perpétuas:					
CEMG/01	Jul. 2001	Indeterminado	100 000	Euribor 3 meses + 1,1%	101 108
					301 848

O justo valor da carteira de passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 40.

No final do sétimo ano de vida das obrigações perpétuas CEMG/01, e posteriormente, em cada data de vencimento de juros, a Caixa poderá reembolsar o empréstimo na sua globalidade, ao par, após autorização do Banco de Portugal. Caso o empréstimo não seja reembolsado nesta data, o «*spread*» sobre a taxa de juro passará para 210 pontos base. Esta emissão foi submetida à cotação na Euronext.

As obrigações de caixa subordinadas CEMG/03 têm uma opção de reembolso antecipado a vencer em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 5,11% e 6,01%.

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Mais de 5 anos	301 848	301 229

34. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	9 090	9.344
Outros credores	29 657	12 126
Sector público administrativo	9 291	8 065
Passivos financeiros associados a activos transferidos	670 633	–
Férias e subsídio de férias a pagar	26 748	26 121
Outros custos a pagar	630	–
Receitas antecipadas	608	579
Operações sobre títulos a liquidar	–	1 502
Contas diversas	60 942	60 964
	807 599	118 701

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas relativas às responsabilidades da Caixa com pensões de reforma, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	548 265	506 395
Valor do Fundo	(442 901)	(374 401)
	105 364	131 994
Perdas actuariais		
Corredor	91 873	92 045
Acima do corredor	17 664	21 621
	109 537	113 666
	(4 173)	18 328

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.13.

35. Capital

Em 31 de Dezembro de 2007, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Caixa, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 50 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da Caixa, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 635 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

36. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

37. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Reservas de justo valor	(7 973)	7 586
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	143 229	131 198
Reserva especial	57 579	54 572
Outras reservas	8 404	8 404
Resultados transitados	(22 387)	(24 739)
	186 825	169 435

A variação da rubrica Reserva geral e especial é analisada na nota 36.

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.5.

A movimentação durante o ano de 2007 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(10)	(51)	10	(1)	(52)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	4	(112)	(65)	(1)	–	(174)
Estrangeiros	184	(3 640)	(1 244)	(122)	(3 713)	(8 535)
	188	(3 762)	(1 360)	(113)	(3 714)	(8 761)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Estrangeiras	8 313	(154)	(25)	(8 314)	150	(30)
Unidades de participação	(915)	650	619	464	–	818
	7 398	496	594	(7 850)	150	788
	7 586	(3 266)	(766)	(7 963)	(3 564)	(7 973)

A movimentação durante o ano de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	-	(18)	-	22	-	4
Estrangeiros	-	195	(54)	131	(88)	184
	-	177	(54)	153	(88)	188
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Estrangeiras	-	8 311	-	2	-	8 313
Unidades de participação	-	(865)	12	(62)	-	(915)
	-	7 446	12	(60)	-	7 398
	-	7 623	(42)	93	(88)	7 586

A rubrica Resultados transitados inclui, em 31 de Dezembro de 2007, o montante de Euros 22 387 000 (2006: Euros 18 853 000) relativo à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1.13.

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	924 571	890 490
Imparidade acumulada reconhecida	(11 403)	(7 838)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	913 168	882 652
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	905 195	890 238
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(7 973)	7 586

38. Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Garantias e avales prestados	367 978	300 343
Garantias e avales recebidos	30 172 390	30 171 246
Compromissos perante terceiros	1 529 749	1 452 059
Compromissos assumidos por terceiros	24 800	50 665
Activos cedidos em operações de titularização	592 629	803 141
Valores recebidos em depósito	5 993 330	5 595 430

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	364 753	294 087
Créditos documentários abertos	3 225	6 256
	<u>367 978</u>	<u>300 343</u>

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da Caixa.

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	3 820	4 662
Linhas de crédito irrevogáveis	226 786	204 611
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19 425	19 142
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 790	2 200
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	1 276 928	1 221 444
	<u>1 529 749</u>	<u>1 452 059</u>

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da Caixa (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a Caixa requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, refere-se ao compromisso irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é relativo à obrigação irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

37. Distribuição de resultados

Em 28 de Março de 2007, de acordo com deliberação em Assembleia Geral, a Caixa distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 20 377 000 (2006: Euros 11 597 000).

40. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da Caixa.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da Caixa.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor dos activos e passivos financeiros.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela Caixa em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da Caixa para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da Caixa para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram refletidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a Caixa adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da Caixa contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2007								
	Designado ao Negociação	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	269 201	-	-	-	269 201	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	62 664	-	-	-	62 664	62 664
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	663 021	-	-	-	663 021	663 021
Crédito a clientes	-	-	-	14 108 881	-	-	-	14 108 881	15 066 106
Activos financeiros detidos para negociação	11 596	-	-	-	-	-	-	11 596	11 596
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	35 718	-	-	-	-	-	35 718	35 718
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	905 195	-	-	905 195	905 195
Derivados de cobertura	9 536	-	-	-	-	-	-	9 536	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39 371	-	-	-	-	39 371	39 371
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	30 597	30 597	30 597
	21 132	35 718	39 371	15 103 767	905 195	-	30 597	16 135 780	17 093 005
Passivos financeiros:									
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	952 282	-	952 282	952 282
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8 086 025	-	8 086 025	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	5 246 771	-	5 246 771	5 246 771
Passivos financeiros detidos para negociação	12 809	-	-	-	-	-	-	12 809	12 809
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	47 261	-	-	-	-	-	47 261	47 261
Derivados de cobertura	3 820	-	-	-	-	-	-	3 820	3 820
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	301 848	-	301 848	301 848
	16 629	47 261	-	-	-	14 586 926	-	14 650 816	14 650 816

2006

	Negociação	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	242 772	-	-	-	242 772	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	75 321	-	-	-	75 321	75 321
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	670 440	-	-	-	670 440	670 458
Crédito a clientes	-	-	-	12 941 563	-	-	-	12 941 563	13 694 446
Activos financeiros detidos para negociação	6 349	-	-	-	-	-	-	6 349	6 349
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	20 380	-	-	-	-	-	20 380	20 380
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	890 238	-	-	890 238	890 238
Derivados de cobertura	14 220	-	-	-	-	-	-	14 220	14 220
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	36 044	-	-	-	-	36 044	36 044
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	28 236	28 236	28 236
	20 569	20 380	36 044	13 930 096	890 238	-	28 236	14 925 563	15 678 464
Passivos financeiros:									
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	1 119 856	-	1 119 856	1 119 856
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8 048 370	-	8 048 370	8 053 479
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	4 670 843	-	4 670 843	4 670 843
Passivos financeiros detidos para negociação	7 453	-	-	-	-	-	-	7 453	7 453
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	34 290	-	-	-	-	-	34 290	34 290
Derivados de cobertura	7 199	-	-	-	-	-	-	7 199	7 199
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	301 229	-	301 229	301 229
	14 652	34 290	-	-	-	14 140 298	-	14 189 240	14 194 349

41. Pensões de reforma

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2007	2006
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	552	499
Pessoal no activo	2 908	2 932
	3 460	3 431

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.13, as responsabilidades da Caixa por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2007, 2006 e 2005, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Responsabilidades por benefícios projectados			
Reformados e pensionistas	166.315	139 497	115 393
Pessoal no activo	381 950	366 898	352 743
	548 265	506 395	468 136
Valor do fundo	(442 901)	(374 401)	(327 721)
Responsabilidades não financiadas	105 364	131 994	140 415
Responsabilidades dispensadas de financiamento	(105 364)	(131 994)	(140 415)
	-	-	-
Responsabilidades por serviços futuros	418 075	405 742	355 026

Em 31 de Dezembro de 2007 não existem imóveis utilizados pela Caixa ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2007 e 2006 é analisado conforme segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	506 395	468 136
Custo dos serviços correntes	20 117	18 797
Custo dos juros	24 054	20 689
(Ganhos) e perdas actuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos	9 583	4 029
Resultantes de alterações de pressupostos	(8 134)	3 841
Pagamentos	(10 728)	(9 097)
Outros	6 978	-
Valores em 31 de Dezembro	548 265	506 395

A evolução dos valores relativos a responsabilidade não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2007 e 2006, é analisada conforme segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	131 994	140 415
Custo dos serviços correntes	20 117	18 797
Custo dos juros	24 054	20 689
Rendimento esperado dos activos (Ganhos) e perdas actuariais	(17 784)	(15 508)
Não decorrentes de alterações de pressupostos	5 014	3 683
Resultantes de alterações de pressupostos	(8 134)	-
Contribuições para o Fundo	(57 035)	(36 195)
Encargos suportados pelo Fundo	160	113
Outros	6 978	-
Valores em 31 de Dezembro	<u>105 364</u>	<u>131 994</u>

Os activos do Fundo de pensões podem ser analisadas como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Acções	35 456	32 258
Outros títulos de rendimento variável	77 610	85 922
Obrigações	269 937	220 405
Outros	59 898	35 816
	<u>442 901</u>	<u>374 401</u>

A evolução do valor dos activos do Fundo durante o exercício de 2007 é analisada conforme segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	374 401	327 721
Rendimento esperado dos activos	17 784	15 508
Ganhos actuariais	4 569	4 187
Contribuições para o Fundo	57 035	36 195
Pagamentos	(10 728)	(9 097)
Outros	(160)	(113)
Valores em 31 de Dezembro	<u>442 901</u>	<u>374 401</u>

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 32 000 000, efectuada pela Caixa em Janeiro de 2008 com data-valor de 2007. As contribuições efectuadas ao Fundo pela Caixa durante o exercício de 2007 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Os títulos emitidos por empresas da Caixa existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Títulos de rendimento variável	<u>6 732</u>	<u>5 800</u>

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2007, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	Perdas Actuariais	
	Corredor Euros '000	Acima do Corredor Euros '000
Valores em 1 de Janeiro de 2007	92 045	21 621
Ganhos e perdas actuariais:		
Actuariais	–	1 449
Financeiros	–	(4 569)
Varição do corredor	(172)	172
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	–	(1 009)
Valores em 31 de Dezembro de 2007	91 873	17 664

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2007, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 91 873 000 (2006: Euros 92 045 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2007, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 17 664 000 (2006: Euros 21 621 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 25 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.13.

Em 2007, a Caixa reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 29 072 000 (2006: Euros 24 853 000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Custo dos serviços correntes	29 117	18 797
Custo dos juros	24 054	20 689
Rendimento esperado dos activos	(17 784)	(15 508)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1 009	875
Outros	1 676	–
Custo do exercício	29 072	24 853

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a Caixa alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2007. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2007		2006	
	Pressuposto	Verificado	Pressuposto	Verificado
Taxa de crescimento salarial	3,50%	4,5%	3,00%	5,18%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	3,10%	2,00%	2,73%
Taxa de rendimento do fundo	5,25%	5,97%	4,75%	6,01%
Taxa de desconto	5,25%	5,97%	4,75%	6,01%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	–	TV 88/90	–
Tábua de invalidez	SOA Trans Male	–	SOA Trans Male	–

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2007 de Euros 3 120 000 (2006: Euros 3 683 000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas actuariais	
	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Taxa de crescimento dos salários	3 696	4 944
Taxa de crescimento das pensões	3 993	2 926
Rendimento dos fundos	(4 569)	(4 187)
	3 120	3 683

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2008 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 53 754 000 (2006: Euros 53 133 000).

42. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2007, os débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes	Passivos subordinados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	22 278	1 490	23 768
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	71 111	1 250	72 361
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	214	–	214
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	271	–	271
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	2 459	–	2 459
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	3 211	–	3 211
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	1 292	–	1 292
Bolsimo – Gest. Imobiliária, Lda.	57	–	57
	100 893	2 740	103 633

À data de 31 de Dezembro de 2007, os proveitos da Caixa sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados	Comissões e proveitos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	6	3 887	3 893
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	–	6 191	6 191
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	136	–	136
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	22 115	22 115
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	4 021	4 021
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	–	3 403	3 403
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	–	361	361
	142	39 978	40 120

À data de 31 de Dezembro de 2006, os proveitos da Caixa sobre empresas subsidiárias, incluídos na rubrica Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	4 163	4 163
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	5 878	5 878
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	18 428	18 428
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	2 720	2 720
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	1 896	1 896
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	312	312
Credint – Consultoria Financeira e Creditícia, S.A.	688	688
	34 085	34 085

43. Débitos detidos pela Caixa sobre empresas coligadas

À data de 31 de Dezembro de 2007, os Débitos detidos pela Caixa sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A (FI)	293 594

44. Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativas com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

45. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («Caixa») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos é efectuada de um modo integrado e numa óptica de Grupo, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que inclui quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado;
- Departamento de Risco Operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas.

O Departamento de Análise de Crédito a Empresas iniciou a sua actividade em Dezembro de 2007, integrando a função de análise de crédito a empresas, com o objectivo de segregar de forma mais objectiva a análise de risco nas principais operações ou exposições da função comercial, em linha com as melhores práticas e as recomendações do Comité de Basileia, procedendo-se igualmente à simplificação de processos e ao reforço do papel do risco no *pricing* das operações.

Em 2007, prosseguiram os diversos trabalhos no sentido do alinhamento com as melhores práticas internacionais e com o enquadramento do Acordo de Basileia II. Estes trabalhos têm envolvido a revisão de modelos internos de risco de crédito, a elaboração de modelos de *stress testing*, a instalação de soluções informáticas integradas e o desenvolvimento do *pricing* ajustado de risco nos principais produtos de crédito.

Foi igualmente prosseguido o projecto de gestão integrada de risco, contemplando as novas regras de cálculo de requisitos de fundos próprios e procedendo à integração da análise de gestão de activos e passivos e da imparidade do crédito, no contexto das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Neste âmbito, concluiu-se a integração informática dos cálculos de requisitos de capital, nos termos da nova regulamentação, para a carteira de crédito, assim como dos modelos de imparidade para crédito e activos financeiros e de diversos modelos no domínio da Gestão de Activos e Passivos («ALM»).

Adicionalmente, procedeu-se à integração informática dos novos modelos de *scoring* de crédito à habitação e de crédito individual e também à parametrização da informação e módulos de risco, na plataforma de apoio à actividade da Sala de Mercados.

Foi ainda concluído o desenvolvimento dos novos modelos de *rating* interno de empresas e de *scoring* de pequenos negócios, de novas metodologias de atribuição de limites de crédito a instituições financeiras e empresas não financeiras e de estimativas de severidade de perda («LGD») para as carteiras de crédito à habitação e de crédito individual.

No plano regulamentar, a DAGR tem assegurado os reportes de risco de taxa de juro, respondendo aos requisitos da instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, assim como o cálculo dos *gaps* estáticos de liquidez, no âmbito do novo reporte de risco de liquidez exigido pelo Banco de Portugal desde Outubro de 2007. Procedeu-se igualmente à candidatura, ao Banco de Portugal, para a adopção do método standard de cálculo de requisitos de capital para risco operacional.

A DAGR garantiu ainda o envio ao Banco de Portugal da informação solicitada no âmbito do Modelo de Avaliação de Riscos («MAR»), assim como a coordenação da transposição da Directiva de Mercados de Instrumentos Financeiros («DMIF»).

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da Caixa cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco

de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Activos e Passivos («ALCO»).

A Direcção de Auditoria Interna, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da Caixa.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria Interna avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. De modo a apoiar as estratégias comerciais, são também utilizados modelos de *scoring* comportamentais.

Em 2007, foram introduzidos nos sistemas de informação novos modelos de *scoring* reactivo para crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se igualmente em fase de operacionalização informática novos modelos de *rating* interno para empresas e de *scoring* para pequenos negócios.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2007, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2007										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade (a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	23 199	(274)	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Indústrias extractivas	5 263	(60)	-	-	-	-	-	-	-	-	956
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	45 516	(927)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 458
Têxteis e vestuário	21 583	(2 167)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 319
Curtumes e calçado	2 748	(144)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e cortiça	21 262	(320)	-	-	-	-	-	-	-	-	655
Papel e indústrias gráficas	14 391	(295)	-	-	-	-	-	-	-	-	319
Refinação de petróleo	34	-	-	-	-	-	1 972	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	16 577	(426)	-	-	-	-	1 056	-	-	-	765
Produtos minerais não metálicos	12 464	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	464
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	32 670	(551)	-	-	-	-	995	-	-	-	1 896
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	21 661	(374)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 708
Fabricação de Material de Transporte	4 980	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Outras indústrias transformadoras	17 197	(453)	-	-	-	-	8 049	-	-	-	380
Electricidade, gás e água	5 002	(146)	-	-	2 896	-	3 105	-	-	-	303
Construção e obras públicas	2 589 887	(64 895)	-	-	-	-	14 359	(998)	-	-	160 043
Comércio por grosso e a retalho	414 188	(12 235)	-	-	-	-	50	-	-	-	26 804
Turismo	158 264	(4 463)	-	-	-	-	3 910	(54)	-	-	17 891
Transportes e comunicações	49 459	(863)	-	-	-	-	13 088	-	-	-	4 286
Actividades financeiras	19 634	(561)	11 596	-	32 822	-	779 301	(3 761)	-	-	42 182
Actividades imobiliárias	946 221	(23 845)	-	-	-	-	32 744	-	-	-	68 227
Serviços prestados às empresas	305 935	(4 892)	-	-	-	-	-	-	-	-	62
Administração e serviços públicos	56 468	(45)	-	-	-	-	8 127	(1)	39 371	-	12 616
Outras actividades de serviços colectivos	97 117	(2 942)	-	-	-	-	700	-	-	-	4 005
Crédito à Habitação	9 060 247	(152 418)	-	-	-	-	48 932	(6 589)	-	-	11 146
Outros	372 111	(28 559)	-	-	-	-	210	-	-	-	9 689
TOTAL	14 314 078	(302 180)	11 596	-	35 718	-	916 598	(11 403)	39 371	-	367 978

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 205 197 milhares de euros (ver Nota 19) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 96 983 milhares de euros (ver Nota 32).

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2006, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2006										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade (a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	13 722	(199)	-	-	-	-	-	-	-	-	673
Indústrias extractivas	2 007	(41)	-	-	-	-	-	-	-	-	493
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	32 244	(1 162)	-	-	-	-	-	-	-	-	774
Têxteis e vestuário	12 403	(1 642)	-	-	-	-	20	-	-	-	1 340
Curtumes e calçado	1 056	(52)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e cortiça	13 384	(733)	-	-	-	-	-	-	-	-	689
Papel e indústrias gráficas	10 589	(914)	-	-	-	-	1 621	-	-	-	293
Refinação de petróleo	12	(1)	-	-	-	-	55	-	-	-	39
Produtos químicos e de borracha	10 587	(160)	-	-	-	-	1 048	-	-	-	313
Produtos minerais não metálicos	9 894	(260)	-	-	-	-	-	-	-	-	353
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	17 715	(583)	-	-	-	-	-	-	-	-	950
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	9 136	(167)	-	-	-	-	-	-	-	-	808
Fabricação de Material de Transporte	3 697	(99)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	14 777	(667)	-	-	-	-	10 065	-	-	-	463
Electricidade, gás e água	8 559	(108)	-	-	3 096	-	2 166	-	-	-	201
Construção e obras públicas	2 369 826	(63 836)	-	-	-	-	2 930	(998)	-	-	145 013
Comércio por grosso e a retalho	297 694	(15 461)	-	-	-	-	-	-	-	-	19 589
Turismo	136 968	(3 571)	-	-	-	-	4 752	(54)	-	-	16 603
Transportes e comunicações	31 395	(563)	-	-	-	-	8 054	-	-	-	4 678
Actividades financeiras	12 976	(147)	6 349	-	17 284	-	818 590	(197)	-	-	3 117
Actividades imobiliárias	884 926	(22 299)	-	-	-	-	10	-	-	-	48 857
Serviços prestados às empresas	109 282	(3 835)	-	-	-	-	-	-	-	-	23 459
Administração e serviços públicos	56 185	(1)	-	-	-	-	4 905	-	36 044	-	55
Outras actividades de serviços colectivos	64 182	(2 151)	-	-	-	-	1	-	-	-	4 532
Crédito à Habitação	7 927 855	(150 233)	-	-	-	-	43 650	(6 589)	-	-	12 015
Outros	1 106 832	(35 249)	-	-	-	-	209	-	-	-	15 036
TOTAL	13 157 903	(304 134)	6 349	-	20 380	-	898 076	(7 838)	36 044	-	300 343

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 216 340 milhares de euros (ver Nota 19) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 87 794 milhares de euros (ver Nota 32).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2007, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emittentes *investment grade*, com o valor nominal das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 18 000 000 e Euros 25 000 000, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («*VaR*»).

As carteiras próprias encontram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável, exibindo por isso níveis de *VaR* muito reduzidos (o cálculo do *VaR* é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%). A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem genericamente em níveis de *investment grade*.

Em 2007, as carteiras próprias mantiveram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável. Assim sendo, o *Value at Risk* («*VaR*») para risco de mercado manteve-se em níveis muito reduzidos, embora tenha registado um aumento (para 0,1%, com um horizonte de 10 dias e grau de confiança de 99%), face à maior volatilidade observada nos principais mercados financeiros. Concomitantemente, a duração média da carteira manteve-se reduzida.

Considerando o elevado peso de obrigações de taxa variável na carteira de activos financeiros, o *VaR* diário tem observado valores reduzidos, tendo atingido cerca de Euros 430 000 no final de 2007.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2007 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 1 200 000 000 (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	2007				2006			
	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000
GAP de taxa de juro	1 208 925	854 903	1 208 925	500 881	234 874	213 012	234 874	191 150
<i>VaR</i>	430	319	492	117	86	88	189	51

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a Caixa calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	de 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
31 de Dezembro de 2007					
Activo	10 127 837	4 218 669	51 868	659 517	4 196
Fora de balanço	152 500	–	141 500	204 450	50 000
Total	10 280 337	4 218 669	193 368	863 967	54 196
Passivo	9 032 860	1 728 903	792 090	2 185 830	50 000
Fora de balanço	239 103	308 119	50 000	–	4 000
Total	9 271 963	2 037 022	842 090	2 185 830	54 000
GAP (Activos – Passivos)	1 008 374	2 181 647	(648 722)	(1 321 863)	196
31 de Dezembro de 2006					
Activo	9 585 777	4 347 756	48 920	746 505	201
Fora de balanço	25 000	86 750	293 655	–	–
Total	9 610 777	4 434 506	342 575	746 505	201
Passivo	9 048 006	1 973 276	809 730	2 225 837	10 000
Fora de balanço	609 385	211 070	–	–	–
Total	9 657 391	2 184 346	809 730	2 225 837	10 000
GAP (Activos – Passivos)	(46 614)	2 250 160	(467 155)	(1 479 332)	(9 799)

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Dezembro de 2007, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 25 302 100 (30 de Junho de 2007: Euros 18 673 400).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da Caixa, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

PRODUTOS	2007			2006		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	13 725 321	5,59	767 170	12 588 786	4,65	585 647
Disponibilidades	150 424	3,73	5 605	151 546	2,69	4 081
Carteira de Títulos	969 006	4,33	41 956	857 751	4,28	36 674
Aplicações interbancárias	492 988	3,94	19 409	856 684	2,53	21 711
Outras aplicações	4 804	4,07	196	4 804	2,93	141
<i>Swaps</i>	–	–	13 103	–	–	23 743
Total Aplicações	15 342 543		847 439	14 459 571		671 997
Recursos						
Depósitos de clientes	8 017 889	2,79	223 824	8 133 682	2,06	167 695
Recursos titulados	6 004 009	4,22	253 395	5 569 377	3,13	174 530
Recursos interbancários	32 176	2,44	784	171 721	2,78	4 768
Outros recursos	1 003	2,25	23	752	1,95	15
<i>Swaps</i>	–	–	41 275	–	–	18 968
Total Recursos	14 055 077		519 301	13 875 532		365 976

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisado como segue:

	2007							Valor Total Euros '000
	Dólares Norte	Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras		
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	265 103	1 841	982	186	–	–	1 089	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60 106	697	466	84	–	–	1 311	62 664
Aplicações em instituições de crédito	561 647	42 180	–	12 591	8 711	37 554	338	663 021
Crédito a clientes	14 106 678	1 632	–	–	–	–	571	14 108 881
Activos financeiros detidos para negociação	11 596	–	–	–	–	–	–	11 596
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	35 591	2	–	–	13	112	–	35 718
Activos financeiros disponíveis para venda	903 160	2 035	–	–	–	–	–	905 195
Derivados de cobertura	9 312	–	–	–	–	224	–	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	39 371	–	–	–	–	–	–	39 371
Investimentos em associadas e outras	30 597	–	–	–	–	–	–	30 597
Outros activos tangíveis	80 921	–	–	–	–	–	–	80 921
Activos intangíveis	13 619	–	–	–	–	–	–	13 619
Outros activos	152 626	109	3 545	1 580	8 711	37 554	734	204 859
	16 270 327	48 496	4 993	14 441	17 435	75 444	4 043	16 435 179
Passivo por moeda								
Recursos de outras instituições de crédito	871 682	17 752	3 197	13 048	8 711	37 554	338	952 282
Recursos de clientes	8 060 909	22 851	766	1 393	–	–	106	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	5 198 469	2 038	–	–	37 553	8 711	–	5 246 771
Passivos financeiros detidos para negociação	12 809	–	–	–	–	–	–	12 809
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	47 249	12	–	–	–	–	–	47 261
Derivados de cobertura	3 820	–	–	–	–	–	–	3 820
Provisões	98 720	–	–	–	–	–	–	98 720
Passivos subordinados	301 848	–	–	–	–	–	–	301 848
Outros passivos	796 893	5 847	1 030	–	13	337	3 479	807 599
Total Passivo	15 392 399	48 500	4 993	14 441	46 277	46 602	3 923	15 557 135
Activo / (Passivo) líquido por moeda	877 928	(4)	–	–	(28 842)	28 842	120	878 044
Situação Líquida	878 044	–	–	–	–	–	–	878 044
Exposição Líquida	(116)	(4)	–	–	(28 842)	28 842	120	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2006, por moeda, é analisado como segue:

	2007							Valor Total Euros '000
	Dólares Norte		Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras	
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	238 493	2 006	497	263	–	–	1 513	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	73 113	933	413	341	–	–	521	75 321
Aplicações em instituições de crédito	569 460	41 871	–	10 471	9 765	36 383	2 490	670 440
Crédito a clientes	12 940 741	38	–	–	–	–	784	12 941 563
Activos financeiros detidos para negociação	6 349	–	–	–	–	–	–	6 439
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20 380	–	–	–	–	–	–	20 380
Activos financeiros disponíveis para venda	889 479	759	–	–	–	–	–	890 238
Derivados de cobertura	14 220	–	–	–	–	–	–	14 220
Investimentos detidos até à maturidade	36 044	–	–	–	–	–	–	36 044
Investimentos em associadas e outras	28 236	–	–	–	–	–	–	28 236
Outros activos tangíveis	79 028	–	–	–	–	–	–	79 028
Activos intangíveis	11 258	–	–	–	–	–	–	11 258
Outros activos	156 172	50	2 085	2 584	–	–	46 148	207 039
	15 062 973	45 657	2 995	13 659	9 765	36 383	51 456	15 222 888
Passivo por moeda								
Recursos de outras instituições de crédito	1 042 429	17 562	1 627	12 018	9 765	36 383	72	1 119 856
Recursos de clientes	8 023 741	22 298	780	1 395	–	–	156	8 048 370
Responsabilidades representadas por títulos	4 624 695	–	–	–	9 765	36 383	–	4 670 843
Passivos financeiros detidos para negociação	7 453	–	–	–	–	–	–	7 453
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	34 290	–	–	–	–	–	–	34 290
Derivados de cobertura	7 199	–	–	–	–	–	–	7 199
Provisões	92 772	–	–	–	–	–	–	92 772
Passivos subordinados	301 229	–	–	–	–	–	–	301 229
Outros passivos	107 318	5 483	582	238	–	–	5 080	118 701
Total Passivo	14 241 126	45 343	2 989	13 651	19 530	72 766	5 308	14 400 713
Activo / (Passivo) líquido por moeda	821 847	314	6	8	(9 765)	(36 383)	46 148	822 175
Situação Líquida	822 175	–	–	–	–	–	–	822 175
Exposição Líquida	(328)	314	6	8	(9 765)	(36 383)	46 148	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo a instrução n.º 1/2000 do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2007 o rácio de liquidez era de 102,02% (2006: 97,33%).

Risco Operacional

Relativamente ao risco operacional, após a conclusão do desenvolvimento do modelo de gestão de risco, abrangendo todas as unidades da estrutura orgânica, procedeu-se à candidatura ao método standard para cálculo de requisitos de fundos próprios associados a risco operacional.

Para a gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que tem como intuito assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a Caixa está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Em termos prudenciais, a Caixa está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital da Caixa dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis e os resultados retidos do período. São deduzidos pelo seu valor de balanço os montantes relativos a activos intangíveis, custos diferidos e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Em 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor;
- Deduções («D»): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos e eventuais excedentes de exposição aos limites de grandes riscos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. No caso das participações em instituições sujeitas à supervisão em base consolidada, nos termos do artigo 131.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou à supervisão complementar prevista no Decreto-Lei n.º 145/2006, a Caixa não procede à inclusão destas participações nestas deduções. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

O reconhecimento prudencial nos fundos próprios da Caixa do impacto da adopção das IFRS em Janeiro de 2005 está a ser efectuado de forma linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal):

- Até 2012 – na componente associada ao impacto da alteração de tábuas de mortalidade (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 37 milhões de euros);
- Até 2011 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de benefícios médicos pós-emprego (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 11 milhões de euros);
- Até 2009 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de pensões de reforma e sobrevivência (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 39 milhões de euros).

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da Caixa para 31 de Dezembro de 2007 e 2006 apresenta-se como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	635 000	585 000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	242 613	225 546
Outros ajustamentos regulamentares	(104 552)	(138 423)
Impacto na transição para as NIC/NCA	39 241	60 056
	<hr/> 812 302	<hr/> 732 179
Fundos Próprios Complementares		
<i>Upper Tier 2</i>	117 497	119 479
<i>Lower Tier 2</i>	200 000	200 000
	<hr/> 317 497	<hr/> 319 479
Deduções aos fundos próprios totais	(21 710)	(21 526)
<i>Fundos próprios totais</i>	<hr/> 1 108 089	<hr/> 1 030 132
Requisitos de Fundos Próprios		
Requisitos exigidos pelo Aviso n.º 1/93	938 669	840 100
Carteira de negociação	73	1 638
	<hr/> 938 742	<hr/> 841 738
Rácios Prudenciais		
Rácio Tier 1	6,92%	7,09%
Rácio de Solvabilidade	9,44%	9,79%

46. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Caixa ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação mandatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo *European Financial Reporting Advisory Group* – EFRAG (EFRAG).

Esta norma revista, introduz os seguintes novos aspectos:

- a) Conjunto completo de demonstrações financeiras:
 - Alteração da nomenclatura de dois dos elementos que fazem parte de um conjunto completo de demonstrações financeiras: 1) Demonstração da Posição Financeira, e 2) Demonstração de fluxos de caixa;
 - Apresentação obrigatória de informação comparativa em relação ao período mais recente, sempre que uma entidade aplique retrospectivamente uma política contabilística ou tenha efectuado um ajustamento ou reclassificação às demonstrações financeiras retrospectivamente;
- b) Reporte de alterações nos capitais próprios directamente detidos pelos accionistas e *comprehensive income*:
 - Alterações nos capitais próprios resultantes de transacções com accionistas devem ser apresentadas separadamente das alterações resultantes de outras transacções;
 - Custos e proveitos deverão ser apresentados separadamente numa única demonstração ou em duas demonstrações separadamente da Demonstração de alterações no capital próprio;
 - As componentes do resultado não apresentadas em resultados do exercício, ditas outras componentes do resultado (*other comprehensive income*), deverão ser apresentadas na demonstração de resultados completo (*comprehensive income*);
 - Apresentação nas demonstrações financeiras do resultado completo total;
- c) Outras componentes do resultado:
 - Apresentação dos resultados fiscais associados a cada componente das outras componentes de resultado;
 - Apresentação das reclassificações de outras componentes de resultados reconhecidas em períodos anteriores para resultados do exercício.
- d) Apresentação de dividendos:
 - Os dividendos são considerados distribuições aos detentores de capital (owners) e os montantes atribuídos por acção devem ser apresentados na Demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas às demonstrações financeiras.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (Alterada) – Custos de Empréstimos Obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS 23 – Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação mandatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo *Accounting Regulatory Committee* (ARC).

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Outros custos com empréstimos obtidos são reconhecidos em custos do exercício.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma, não esperando que daí resultem impactos significativos.

IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com data efectiva de aplicação mandatória em 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

As principais alterações à IAS 27 prendem-se com:

- Alteração da denominação de interesses minoritários para interesses sem controlo (*noncontrolling interest*);
- Reconhecimento dos interesses sem controlo nos capitais próprios, contudo separadamente da parte atribuível aos interesses que detêm o controlo;
- O resultado completo total (*total comprehensive income*) é atribuído aos detentores do capital da casa-mãe assim como aos detentores de interesses sem controlo, mesmo que este resultado seja negativo;
- Alterações de controlo dos interesses da casa-mãe que não resultem na perda desse controlo, não geram quaisquer ganhos nem perdas reconhecidas em resultados. Da mesma forma, nenhuma alteração nos activos, incluindo *Goodwill*, e passivos é reconhecida;
- Sempre que uma entidade perca controlo sobre uma subsidiária, associada ou num investimento conjunto é reconhecida uma perda ou ganho em resultados do exercício. Qualquer investimento retido é mensurado ao justo valor na data da perda do controlo.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

A IFRS 2 alterada visou apenas esclarecer a definição das condições de aquisição e de cancelamentos desses mesmos direitos.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades empresariais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontrase em análise pelo EFRAG.

A IFRS3 revista resulta da segunda fase do processo de convergência entre os IFRS e o US GAAP, cujas principais conclusões incluem o reconhecimento de uma concentração de actividades empresariais pelo método da compra (já introduzido na versão anterior da IFRS3) e estabelece qual o critério de identificação e reconhecimento de um activo intangível separadamente do *Goodwill*, nomeadamente pelo facto e existirem direitos contratuais ou outros legais e a possibilidade da sua separação, isto é, através da venda, transferência, licenciamento, aluguer, troca, entre outras.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação mandatária para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á a apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

A presente norma não terá qualquer impacto ao nível da Caixa.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 14 IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 14 IAS 19 – Limite de benefícios definidos e requisitos de financiamento mínimo e sua interacção, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAC.

A mensuração de um activo por benefícios definidos está estipulada no parágrafo 58 da IAS 19. Esta interpretação visa esclarecer a) como uma entidade deverá reconhecer o efeito de requisitos estatutários ou contratuais de financiamento de benefícios definidos, e b) quando um superávit no plano de pensões poderá ser reconhecido. A existência de um requisito de financiamento mínimo poderá limitar a capacidade de uma entidade reduzir as suas contribuições futuras para esse plano. Adicionalmente, a existência de um limite de valorização de um activo por benefícios definidos poderá tornar o requisito de financiamento mínimo, oneroso. Geralmente, o requisito de serem efectuadas contribuições para um plano não afecta a mensuração de um activo ou passivo por benefícios definidos.

Contudo, um requisito de financiamento mínimo poderá dar origem ao reconhecimento de um passivo, se a contribuição requerida não tiver sido paga.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.



CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS INDIVIDUAIS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual do exercício findo em 31 Dezembro de 2007 da **Caixa Económica Montepio Geral** (Caixa) incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 16.435.179 milhares de euros e um total de situação líquida de 878.044 milhares de euros, incluindo um resultado do exercício de 64.192 milhares de euros) e nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações na situação líquida do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação da informação financeira individual, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira, que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Caixa, a sua posição financeira ou os resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria.

ÂMBITO

5. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, a referida informação financeira individual apresenta, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Caixa Económica Montepio Geral**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 10 de Março de 2008

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n.º 1081)

8.19. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O MG – AM E A CEMG

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, adiante designado por Montepio Geral, e na alínea f) do artigo 25.º dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, e na condição de Conselho Fiscal de ambas as Instituições, este órgão social submete à vossa apreciação, o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Contas Individuais do exercício de 2007 do Montepio Geral e da Caixa Económica, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2007 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Montepio Geral e da Caixa Económica através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos, bem como da documentação contabilística e de relatórios e dados quantitativos fornecidos mensalmente pelos Serviços, da presença nas reuniões do Conselho Geral realizadas e, ainda, de reuniões de trabalho com alguns Directores mais próximos do desempenho das funções do Conselho Fiscal;
2. Tanto o Conselho de Administração como os Directores e Serviços forneceram ao Conselho Fiscal todos os esclarecimentos que lhes foram solicitados;
3. Durante o exercício o Conselho Fiscal elaborou os vários documentos que estatutariamente lhe competem e outros exigidos pelo Banco de Portugal, designadamente:
 - a) Relatório sobre o sistema de controlo interno, que inclui o sistema de gestão de riscos e o sistema de auditoria interna, preparado com o apoio técnico da sociedade de revisores oficiais de contas;
 - b) Parecer sobre o dossier de candidatura à utilização do método *standard* na determinação dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco operacional, preparado com o apoio técnico da Direcção de Auditoria Interna;
4. No exercício de 2007, as Contas Individuais do Montepio Geral e da Caixa Económica continuaram a ser elaboradas em conformidade, respectivamente, com o Plano de Contas das Associações Mutualistas (PCAM) e com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), emitidas pelo Banco de Portugal;
5. Na apreciação das Contas do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração o Relatório dos Auditores (Associação Mutualista) e a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria (Caixa Económica), elaborados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo e no final do exercício de 2007 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. Ambos os documentos produzidos pela referida entidade foram apresentados sem reservas e com cujos teores concordámos;
6. O Conselho Fiscal chama a atenção para a importância do relatório sobre o Governo da Instituição, o qual está incluído no Relatório e Contas de 2007;
7. Agradecemos a referência feita no Relatório do Conselho de Administração à nossa actividade, assim como também acompanhamos o Conselho de Administração no reconhecimento às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores e demais Colaboradores referidos no relatório;
8. Em consequência do trabalho desenvolvido, é convicção do Conselho Fiscal que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras das Instituições respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, permitindo compreender a sua situação financeira, os resultados apurados e os fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007. Esta convicção é também suportada pelas opiniões técnicas expressas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, as quais acompanham o Relatório e Contas;
9. Existe concordância entre o conteúdo do Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras;
10. O Conselho Fiscal manifesta a sua convicção de que o desempenho global do Montepio Geral e da Caixa Económica em 2007 foi bastante positivo, registando o seu apreço por todos os que, pela sua actuação, contribuíram para isso;
11. O Conselho Fiscal manifesta ainda a sua confiança no progresso do Montepio Geral e da sua Caixa Económica, a qual iniciou a retoma do crescimento em 2004, tendo prosseguido muito favoravelmente nos anos seguintes, como resultado de medidas concretas do Conselho de Administração no sentido de uma maior abertura ao mercado, com apre-

sentação de novos produtos, do aumento da produtividade, baseada em adequada formação dos trabalhadores, na crescente utilização de tecnologias evoluídas e, sobretudo, nas correcções e melhorias adequadas que foram introduzidas na estrutura organizativa da Instituição.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) Os Relatórios de gestão e as Demonstrações financeiras do Montepio Geral e da Caixa Económica, inerentes a 31 de Dezembro de 2007;
- b) As propostas de aplicação de resultados contidas nos mencionados Relatórios de gestão;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu a gestão, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na actividade desenvolvida.

Lisboa, 10 de Março de 2008

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – *Presidente*

Gabriel José dos Santos Fernandes – *Vogal*

José Moreira Venâncio – *Vogal*

9. Caixa Económica Montepio Geral – Consolidado

195

A Evolução

O Montepio valoriza-nos ao longo da vida. Ajuda a crescer de forma positiva, progressiva e pessoal.



9.1. INTRODUÇÃO

Os principais factores relativos à evolução do negócio desenvolvido pelas várias entidades do Grupo MG estão evidenciados no Relatório de Gestão da actividade individual da CEMG, de forma desenvolvida e detalhada, pelo que, no presente relatório se abordam apenas os aspectos que respeitam à consolidação de contas.

Perímetro de Consolidação

O perímetro de consolidação, definido de acordo com as regras estabelecidas para este efeito, compreende as seguintes entidades:

1. Consolidadas pelo método da consolidação integral:
 - CEMG;
 - MG Cabo Verde;
 - Veículos de titularização de crédito («Pelican Mortgages No. 1» e «Pelican Mortgages No. 2»); estas entidades, através das quais foram realizadas as operações de titularização, são incluídas, porquanto, de acordo com os critérios definidos pelas NIC, é possível inferir que a CEMG exerce controlo sobre as suas actividades.
2. Consolidadas pelo método da equivalência patrimonial – são consolidadas por este método as empresas associadas em que a CEMG detém um investimento duradouro mas não existe uma relação de domínio. Estão nesta situação as seguintes empresas participadas:
 - Lusitania, Companhia de Seguros, SA (*);
 - Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA (*);
 - HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA;
 - Norfin – Soc. Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA.

Diferencial entre Resultados Individuais e Consolidados

IMPACTO NOS RESULTADOS E NA SITUAÇÃO LÍQUIDA DA CONSOLIDAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(milhares de euros)

RUBRICAS	Resultados Líquidos	Situação Líquida
CEMG – Contas Individuais 31 Dez. 07	64 192	878 044
Impacto da Consolidação das Participações Financeiras	2 551	-3 392
Consolidação Integral	244	17
MG Cabo Verde	244	17
Equivalencia Patrimonial	2 307	-3 409
Lusitania	531	-2 869
Lusitania Vida	1 611	-362
NORFIN	175	348
HTA Hoteis Turismo A Açores	-10	-526
Outros Reajustamentos de Consolidação	-3 648	-38 919
CEMG – Contas Consolidadas 31.Dez.07	63 095	835 733

Síntese de Indicadores

Das contas consolidadas da CEMG, em 2007, salienta-se o seguinte:

- Os Resultados Líquidos atingiram o valor de 63 095 milhares de euros, com uma quebra de 0,8% face a 2006;
- A rentabilidade do Activo Líquido Médio (ROA) fixou-se em 0,38% e a dos Capitais Próprios Médios (ROE) alcançou a taxa de 7,90%;
- O Rácio de Solvabilidade apresentou um valor de 9,61% e um Tier 1 de 7,08%.

* É considerada nesta consolidação apenas a posição accionista directa da CEMG na Lusitania (26,2%) e na Lusitania Vida (39,3%). As posições accionistas da MG-AM nestas participadas estratégicas (65,7% e 41,1%, respectivamente) não são consideradas neste perímetro de consolidação.

(milhares de euros)

INDICADORES CONSOLIDADOS	2007	2006	Variação homóloga	
			Absoluta	Relativa
1. DIMENSÃO				
Activo Líquido	16 898 729	15 898 640	1 000 089	6,3%
Variação	6,3%	8,4%	-2,1 p.p.	
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	835 733	762 610	73 123	9,6%
2. RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA				
Cash Flow do Exercício	175 466	153 157	22 309	14,6%
Resultado do Exercício	63 095	63 620	-525	-0,8%
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,38%	0,42%	-0,04 p.p.	
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	7,90%	9,30%	-1,40 p.p.	
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,45%	2,42%	0,03 p.p.	
Cost to Income	60,79%	62,60%	-1,81 p.p.	
3. RISCO DE CRÉDITO				
Rácio de Crédito e Juros Vencidos	2,20%	2,13%	0,07 p.p.	
Rácio de Crédito e Juros Vencidos a mais de 90 dias	1,91%	1,87%	0,04 p.p.	
4. PRUDENCIAIS				
Rácio de Solvabilidade e de Mercado	9,61%	9,83%	-0,22 p.p.	
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1)	7,08%	7,05%	0,03 p.p.	

9.2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO GRUPO

O Activo Líquido consolidado registou o valor de 16 899 milhões de euros, que corresponde a uma taxa de crescimento homóloga de 6,3%.

EVOLUÇÃO DO ACTIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

TIPO DE ACTIVOS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito a Clientes	14 605 447	86,4	13 660 648	85,9	944 799	6,9
Disponibilidades	360 031	2,2	349 336	2,2	10 695	3,1
Activos Financeiros e Outros Investimentos	1 676 698	9,9	1 647 324	10,4	29 374	1,8
Outros Activos	256 553	1,5	241 332	1,5	15 221	6,3
TOTAL DO ACTIVO	16 898 729	100,0	15 898 640	100,0	1 000 089	6,3

Na estrutura do Activo verifica-se um aumento do peso do Crédito a Clientes, que passa de 85,9%, em 2006, para 86,4%, em 2007 (+0,5 p.p.) e reduções no peso das Disponibilidades e Activos Financeiros e Outros Investimentos, que representam um total de 12,1%, contra 12,6%, em 2006 (-0,5 p.p.).

Na estrutura do Passivo consolidado, os recursos alheios totais registaram o valor de 16 063 milhões de euros, com uma taxa de crescimento de 6,1%, mantendo o peso no total do Passivo e do Capital em 95,1%.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO E DO CAPITAL

(milhares de euros)

TIPO DE PASSIVOS	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Recursos de Clientes	8 373 164	49,6	8 305 197	52,2	67 967	0,8
Recursos de Instituições de Crédito	657 934	3,9	855 944	5,4	-198 010	-23,1
Passivos Financeiros	6 210 112	36,7	5 834 843	36,7	375 269	6,4
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	670 633	4,0	670 633			
Outros Passivos	151 153	0,9	140 046	0,9	11 107	7,9
TOTAL DE RECURSOS ALHEIOS	16 062 996	95,1	15 136 030	95,2	926 966	6,1
TOTAL DO CAPITAL	835 733	4,9	762 610	4,8	73 123	9,6

Os Recursos de Clientes, com um crescimento próximo de 68 milhões de euros, representavam 49,6% (-2,6 p.p.) do Total do Passivo e do Capital.

A estrutura do Passivo sofreu uma alteração com a emissão de uma operação de titularização de crédito à habitação, tendo sido criada a componente «Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos», que passou a representar 4,0% do Total do Passivo e do Capital.

Os Passivos Financeiros, representativos dos empréstimos, ascenderam a 6 210 milhões de euros, com uma variação positiva de 6,4%, face a 2006, não alterando o seu peso na estrutura do Passivo.

9.3. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

O Resultado Consolidado atingiu o valor de 63 095 milhares de euros, observando uma ligeira descida de 525 milhares de euros (-0,8%), face a 2006. Contudo, o crescimento do Produto Bancário, em 32 346 milhares de euros (+8,8%), foi insuficiente para fazer face ao acréscimo conjunto dos custos operativos, que aumentaram 13 002 milhares de euros (+5,6%), e das Provisões e Imparidade, que subiram 20 040 milhares de euros (+26,1%).

O *Cash Flow* do exercício, pelo contrário, aumentou 22 309 milhares de euros (+14,6%), tendo-se fixado em 175 466 milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES

(milhares de euros)

	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros e proveitos equiparados	850 702		674 447		176 255	26,1
Juros e custos equiparados	522 085		368 352		153 733	41,7
MARGEM FINANCEIRA	328 617	81,8	306 095	82,9	22 522	7,4
Rendimentos de instrumentos de capital	649	0,2	981	0,3	(332)	-33,8
Rendimentos de serviços e comissões	79 406	19,8	70 422	19,1	8 984	12,8
Encargos com serviços e comissões	11 276	2,8	9 598	2,6	1 678	17,5
Resultados de activ. e pass. avaliados ao justo valor através de result.	(17 691)	-4,4	(9 374)	-2,5	(8 317)	88,7
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8 667	2,2	(236)	-0,1	8 903	-3 772,5
Resultados de reavaliação cambial	1 294	0,3	1 859	0,5	(565)	-30,4
Resultados de alienação de outros activos	2 318	0,6	3 299	0,9	(981)	-29,7
Outros resultados de exploração	9 691	2,4	5 881	1,5	3 810	64,8
Total de proveitos operacionais	73 058	18,2	63 234	17,1	9 824	15,5
PRODUTO BANCÁRIO	401 675	100,0	369 329	100,0	32 346	8,8
Gastos com o pessoal	147 616	36,8	140 790	38,1	6 826	4,8
Outros gastos administrativos	80 900	20,1	77 518	21,0	3 382	4,4
Amortizações do exercício	15 678	3,9	12 884	3,5	2 794	21,7
Total de custos operativos	244 194	60,8	231 192	62,6	13 002	5,6
Provisões líquidas de anulações	230	0,1	(175)	0,0	405	-231,4
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	86 322	21,5	75 712	20,5	10 610	14,0
Imparidade de outros acti. Financ. líquida de reversões e recuperações	3 714	0,9	88	0,0	3 626	4 120,5
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6 427	1,6	1 028	0,3	5 399	525,2
RESULTADO OPERACIONAL	60 788	15,1	61 484	16,6	(696)	-1,1
Resultados por equivalência patrimonial	2 307	0,6	2 136	0,6	171	8,0
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	63 095	15,7	63 620	17,2	(525)	-0,8
<i>Cash-Flow</i>	175 466		153 157		22 309	14,6

EFICIÊNCIA RELATIVA

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação
Custos com o Pessoal / Produto Bancário (%)	36,8%	38,1%	-1,3 p.p.
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário (%)	20,1%	21,0%	-0,9 p.p.
Amortizações / Produto Bancário (%)	3,9%	3,5%	0,4 p.p.
COST TO INCOME (%)	60,8%	62,6%	-1,8 p.p.

O rácio *Cost to Income* (Custos Operativos / Produto Bancário, em %) baixou 1,8 p.p., passando de 62,6%, em 2006, para 60,8%, em 2007. Esta melhoria resultou da descida dos pesos dos Gastos com Pessoal (-1,3 p.p.) e dos Gastos Gerais Administrativos (-0,9 p.p.), no Produto Bancário.

RENDIBILIDADE

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação
Resultados / Activo Líquido Médio (ROA)	0,38%	0,42%	-0,04 p.p.
Resultados / Capitais Próprios Médios (ROE)	7,90%	9,34%	-1,44 p.p.
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,45%	2,42%	0,03 p.p.

O rácio Produto Bancário sobre o Activo Líquido Médio observou uma melhoria de 0,03 p.p., passando de 2,42, em 2006, para 2,45, em 2007, resultado dos crescimentos significativos quer da Margem Financeira (+7,4%), quer do Total dos Proveitos Operacionais (+15,5%).

9.4. CAPITALIZAÇÃO E RÁCIOS PRUDENCIAIS

Os Fundos Próprios de Base consolidados, constituídos pelo Capital Institucional, Reservas e Resultados do Exercício, elevaram-se a 912 254 milhares de euros, no final de 2007.

Os Fundos Próprios Elegíveis (Fundos Próprios de Base + Fundos Próprios Complementares – Deduções) atingiram 1 129 822 milhares de euros, excedendo os Fundos Próprios Mínimos em 189 699 milhares de euros.

O Rácio de Solvabilidade consolidado fixou-se em 9,61%, acima do mínimo estipulado pelo Banco de Portugal.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIOS DE LIQUIDEZ E DE SOLVABILIDADE CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

INDICADORES	2007	2006	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Elegíveis	1 129 822	1 036 699	93 123	8,98
(+) Fundos próprios de base	840 375	743 058	97 317	13,10
(+) Fundos próprios complementares	314 598	320 971	-6 373	-1,99
(-) Deduções	25 151	27 330	-2 179	-7,97
2. Fundos Próprios Mínimos	940 123	843 562	96 561	11,45
3. Rácios				
Solvabilidade (limite BdP: 8%)	9,61%	9,83%	-0,22 p.p.	
Tier 1 (limite BdP: 4%)	7,08%	7,05%	0,03 p.p.	
Imobilizado (limite BdP: 100%)	11,75%	14,31%	-2,56 p.p.	

9.5. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	2007			2006
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ANO ANTERIOR
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	269 201		269 201	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90 830		90 830	106 564
Activos financeiros detidos para negociação	37 915		37 915	20 319
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 897		3 897	3 096
Activos financeiros disponíveis para venda	902 934		902 934	887 977
Aplicações em instituições de crédito	663 066	45	663 021	670 440
Crédito a clientes	14 903 494	298 047	14 605 447	13 660 648
Investimentos detidos até à maturidade	39 371		39 371	36 044
Derivados de cobertura	9 372		9 372	9 031
Activos não correntes detidos para venda	116 230	19 397	96 833	90 638
Outros activos tangíveis	177 508	96 582	80 926	79 035
Activos intangíveis	38 010	24 391	13 619	11 258
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20 188		20 188	20 417
Outros activos	68 648	3 473	65 175	60 401
TOTAL DO ACTIVO	17 340 664	441 935	16 898 729	15 898 640
PASSIVO				
Passivos financeiros detidos para negociação	54 124		54 124	38 384
Recursos de outras instituições de crédito	657 934		657 934	855 944
Recursos de clientes e outros empréstimos	8 373 164		8 373 164	8 305 197
Responsabilidades representadas por títulos	5 846 404		5 846 404	5 487 890
Passivos financeiros associados a activos transferidos	670 633		670 633	
Derivados de cobertura	7 736		7 736	7 340
Provisões	1 736		1 736	4 978
Outros passivos subordinados	301 848		301 848	301 229
Outros passivos	149 417		149 417	135 068
TOTAL DO PASSIVO	16 062 996		16 062 996	15 136 030
CAPITAL				
Capital	635 000		635 000	585 000
Reservas de reavaliação	-2 467		-2 467	15 593
Outras reservas e resultados transitados	140 105		140 105	98 397
Resultado do exercício	63 095		63 095	63 620
TOTAL DO CAPITAL	835 733		835 733	762 610
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL	16 898 729		16 898 729	15 898 640

Lisboa, 6 de Março de 2008

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	2007	2006
Juros e rendimentos similares	850 702	674 447
Juros e encargos similares	522 085	368 352
MARGEM FINANCEIRA	328 617	306 095
Rendimentos de instrumentos de capital	649	981
Rendimentos de serviços e comissões	79 406	70 422
Encargos com serviços e comissões	11 276	9 598
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-17 691	-9 374
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8 667	-236
Resultados de reavaliação cambial	1 294	1 859
Resultados de alienação de outros activos	2 318	3 299
Outros resultados de exploração	9 691	5 881
PRODUTO DA ACTIVIDADE	401 675	369 329
Custos com pessoal	147 616	140 790
Gastos gerais administrativos	80 900	77 518
Depreciações e amortizações	15 678	12 884
Provisões líquidas de anulações	230	-175
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	86 322	75 712
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	3 714	88
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6 427	1 028
Resultados de associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	2 307	2 136
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	63 095	63 620

Lisboa, 6 de Março de 2008

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOJosé da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

9.6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(milhares de euros)

203

	2007	2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	826 494	665 354
Comissões recebidas	78 282	70 453
Pagamento de juros	(482 867)	(353 630)
Pagamento de comissões	(10 355)	(10 107)
Despesas com pessoal e fornecedores	(254 677)	(219 989)
Recuperação de crédito e juros	1 512	1 254
Outros pagamentos e recebimentos	40 699	(46 814)
	199 088	106 521
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(341 954)	(1 069 188)
Outros activos	(21 544)	1 554
	(363 498)	(1 067 634)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	50 426	515 310
Recursos para com instituições de crédito	(200 301)	148 008
	(149 875)	663 318
	(314 285)	(297 795)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	649	981
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(2 097)	2 889
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(1 821)	(6 901)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(34 230)	(201 577)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	55	9 513
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(2 510)	(1 268)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(1 499)	(1 149)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(12 942)	(17 269)
Alienação de immobilizações	45	3 234
Aquisição de immobilizações	(19 975)	(20 208)
	(74 325)	(231 755)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(20 377)	(11 597)
Aumento de capital	50 000	100 000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	917 346	1 389 939
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(578 500)	(980 417)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	17 894	26 297
	386 363	524 222
Variação líquida em caixa e equivalentes	(2 247)	(5 328)
Caixa e equivalentes no início do exercício	179 876	185 204
Caixa (nota 17)	73 312	55 516
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	106 564	129 688
Caixa e equivalentes no fim do exercício	177 629	179 876

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA CONSOLIDADA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	600 122	485 000	174 442	4 337	(148)	(63 509)
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	9 062	–	–	(9 062)
Reserva especial	–	–	2 266	–	–	(2 266)
Aumento de capital	100 000	100 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(11 597)	–	–	–	–	(11 597)
Reservas de justo valor	7 734	–	–	–	7 734	–
Equivalência patrimonial	2 731	–	–	3 670	–	(939)
Resultado do exercício	63 620	–	–	–	–	63 620
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	762 610	585 000	185 770	8 007	7 586	(23 753)
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 049	–	–	(12 049)
Reserva especial	–	–	3 006	–	–	(3 006)
Aumento de capital	50 000	50 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(20 377)	–	–	–	–	(20 377)
Reservas de justo valor	(15 559)	–	–	–	(15 559)	–
Equivalência patrimonial	(4 036)	–	–	(2 501)	–	(1 535)
Resultado do exercício	63 095	–	–	–	–	63 095
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	835 733	635 000	200 825	5 506	(7 973)	2 375

9.7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «Caixa») é uma instituição de crédito, anexa ao Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Económica Montepio Geral («Caixa») são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da Caixa agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007. As políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007, a Caixa adoptou a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 – (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras: Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Caixa. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, a Caixa adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2, o IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 – Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que a Caixa efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 1.21.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 6 de Março de 2008.

1.2. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da Caixa e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à Caixa referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da Caixa, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a Caixa exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral, desde a data em que a Caixa assume o controlo sobre as suas actividades, até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Caixa detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando a Caixa detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível à Caixa, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subseqüentemente são reconhecidos como proveitos da Caixa até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pela Caixa sejam recuperadas.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Caixa adquire a influência significativa, até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a Caixa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Caixa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto, da associada. Caso a Caixa detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que a Caixa não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte da Caixa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre a Caixa e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível à Caixa do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada, de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que a Caixa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades de finalidade especial («SPE's»)

A Caixa consolida pelo método integral determinados SPE's, constituídos especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Caixa exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 – Consolidação de entidades de finalidade especial, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor da Caixa, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que a Caixa obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- A Caixa detém os poderes de tomada de decisão, conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- A Caixa tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando conseqüentemente exposta aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- A Caixa retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da Caixa, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Caixa nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não iniciem existência de imparidade.

1.3. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente, quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5. CRÉDITO A CLIENTES

A rubrica Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pela Caixa, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais da Caixa relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) a Caixa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a Caixa ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

De acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição de crédito, caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, a Caixa avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição de cada cliente junto da Caixa e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no rating do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas («IBNR») em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela Caixa de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite à Caixa o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

1.6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A Caixa classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Caixa designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a Caixa tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Caixa se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Caixa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Caixa tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por impa-

ridade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Caixa estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

De acordo com as exigências da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Caixa não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

v) Imparidade

A Caixa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.7. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A Caixa designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a Caixa estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso a Caixa recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.8 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.9 APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos, sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo valor de recuperação de crédito.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela Caixa.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

1.10 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da Caixa encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2004), a Caixa elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Caixa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Caixa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.12. LOCAÇÕES

A Caixa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela Caixa à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.10.

A Caixa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vindendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A Caixa financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na Caixa correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a Caixa aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuariais acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	7 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	5 anos
Aumento de responsabilidades	5 anos

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, o acréscimo de responsabilidades resultantes das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Caixa, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A Caixa determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 25 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, a Caixa reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor.

A Caixa efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a Caixa avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela Caixa a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da Caixa, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da Caixa com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.14. FISCALIDADE

A Caixa encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.15. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.16 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares, são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.17 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.18 RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.19 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a Caixa concentra-se num único segmento de negócio.

1.20 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.21. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Caixa são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Caixa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa é apresentada nas notas 1.1 a 1.20 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Caixa poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira da Caixa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Caixa determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Caixa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Caixa.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

A Caixa efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações

de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Caixa.

Investimentos detidos até à maturidade

A Caixa classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a Caixa avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a Caixa não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios da Caixa.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE's)

A Caixa utiliza Entidades de Finalidade Especial (SPE's) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

A Caixa não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se a Caixa está exposta aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pela Caixa requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da Caixa fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	NOTAS	2007	2006
Juros e rendimentos similares	3	850 702	674 447
Juros e encargos similares	3	522 085	368 352
Margem financeira		328 617	306 095
Rendimentos de instrumentos de capital	4	649	981
Resultados de serviços e comissões	5	68 130	60 824
Resultados em operações financeiras	6	(18 051)	(9 682)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	8 667	(236)
Resultados de reavaliação cambial	8	1 294	1 859
Outros resultados de exploração	9	10 859	8 234
Total de proveitos operacionais		71 548	61 980
Custos com o pessoal	10	147 616	140 790
Gastos gerais administrativos	11	80 900	77 518
Amortizações do exercício	12	15 678	12 884
Total de custos operacionais		244 194	231 192
Imparidade do crédito	13	85 341	74 905
Imparidade de outros activos	14	10 141	1 028
Outras provisões	15	(299)	(534)
Resultado operacional		60 788	61 484
Resultados por equivalência patrimonial	16	2 307	2 136
Resultado líquido do exercício		63 095	63 620

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(milhares de euros)

	NOTAS	2007	2006
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	269 201	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	90 830	106 564
Aplicações em instituições de crédito	19	663 021	670 440
Créditos a clientes	20	14 605 447	13 660 648
Activos financeiros detidos para negociação	21	11 427	6 214
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	35 718	20 380
Activos financeiros disponíveis para venda	23	902 934	887 977
Derivados de cobertura	24	9 536	14 220
Investimentos detidos até à maturidade	25	39 371	36 044
Investimentos em associadas e outras	26	20 188	20 417
Outros activos tangíveis	27	80 926	79 035
Activos intangíveis	28	13 619	11 258
Outros activos	29	156 511	142 671
TOTAL DO ACTIVO		16 898 729	15 898 640
PASSIVO			
Recursos de outras instituições de crédito	30	657 934	855 944
Recursos de clientes	31	8 373 164	8 305 197
Responsabilidades representadas por títulos	32	5 846 404	5 487 890
Passivos financeiros detidos para negociação	21	12 196	7 273
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	22	47 261	34 290
Derivados de cobertura	24	3 820	7 199
Provisões	33	1 737	4 978
Passivos subordinados	34	301 848	301 229
Outros passivos	35	818 632	132 030
TOTAL DO PASSIVO		16 062 996	15 136 030
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	36	635 000	585 000
Reservas de justo valor	38	(7 973)	7 586
Outras reservas e resultados transitados	37 e 38	145 611	106 404
Resultado líquido do exercício		63 095	63 620
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		835 733	762 610
		16 898 729	15 898 640

Contas extrapatrimoniais (Nota 39)

2. Margem financeira e resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e rendimentos similares, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	328 617	306 095
Resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda	(9 384)	(9 918)
	319 233	296 177

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	762 428	–	762 428	580 516	–	580 516
Juros de outras aplicações	19 319	–	19 319	21 653	–	21 653
Juros de depósitos	5 697	–	5 697	4 158	–	4 158
Juros de títulos disponíveis para venda	40 200	–	40 200	35 152	–	35 152
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 576	–	1 576	1 446	–	1 446
Juros de derivados de cobertura	13 069	–	13 069	23 737	–	23 737
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	213	213	–	84	84
Outros juros e rendimentos similares	8 200	–	8 200	7 701	–	7 701
	850 489	213	850 702	674 363	84	674 447
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	223 368	–	223 368	167 475	–	167 475
Juros de títulos emitidos	220 654	–	220 654	155 348	–	155 348
Juros de empréstimos	20 421	–	20 421	16 625	–	16 625
Juros de outros recursos	16 337	–	16 337	9 909	–	9 909
Juros de derivados de cobertura	14 799	–	14 799	18 950	–	18 950
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	17	17	–	18	18
Outros juros e encargos similares	26 489	–	26 489	27	–	27
	522 068	17	522 085	368 334	18	368 352
Margem Financeira	328 421	196	328 617	306 029	66	306 095

4. Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 649 000 (2006: Euros 981 000) refere-se a dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	53 718	45 384
Por garantias prestadas	5 266	4 800
Por operações realizadas com terceiros	–	1 063
Por operações realizadas por conta de terceiros	10 250	8 833
Outros proveitos de serviços e comissões	10 172	10 342
	<hr/> 79 406	<hr/> 70 422
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	10 337	8 811
Por operações realizadas com títulos	401	282
Outros custos com serviços e comissões	538	505
	<hr/> 11 276	<hr/> 9 598
Resultados líquidos de serviços e comissões	<hr/> 68 130	<hr/> 60 824

6. Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Acções	5	4	1	4	-	4
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	2 608	2 578	30	1 331	1 337	(6)
Contratos sobre taxas de juro	54 772	56 866	(2 094)	28 868	33 002	(4 134)
Contratos sobre créditos (CDS)	2 254	2 216	38	108	58	50
Outros	10 593	10 180	413	3 241	720	2 521
	70 227	71 840	(1 613)	33 548	35 117	(1 569)
	70 232	71 844	(1 612)	33 552	35 117	(1 565)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	240	(240)	19	-	19
Passivos financeiros (1)						
Recursos de clientes	6 314	7 967	(1 653)	8 481	6 763	1 718
Débitos representados por títulos	29 445	27 958	1 487	21 295	12 248	9 047
Passivos subordinados	98 557	114 821	(16 264)	45 104	63 823	(18 719)
	134 316	150 746	(16 430)	74 880	82 834	(7 954)
	134 316	150 986	(16 670)	74 899	82 834	(7 935)

(1) Inclui a valorização ao justo valor dos passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*.

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura						
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1 940	702	1 238	3 765	629	3 136
Recursos de clientes	2 602	1 657	945	3 025	1 219	1 806
Débitos representados por títulos	2 024	3 563	(1 539)	7 035	2 338	4 697
Passivos subordinados	28 088	28 142	(54)	9 299	18 812	(9 513)
	34 654	34 064	590	23 124	22 998	126
Investimentos detidos até à maturidade						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	40	399	(359)	31	339	(308)
	239 242	257 293	(18 051)	131 606	141 288	(9 682)

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	24	6	18	–	1	(1)
De outros emissores	203	87	116	209	661	(452)
Acções	7 711	14	7 697	–	–	–
Outros títulos de rendimento variável	897	61	836	217	–	217
	8 835	168	8 667	426	662	(236)

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2007			2006		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	10 259	8 965	1 294	7 306	5 447	1 859

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.3.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	3 496	3 203
Reembolso de despesas	2 194	2 291
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	8 316	5 763
Ganhos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	4 270	4 836
Outros	1 954	2 217
	20 230	18 310
Outros custos de exploração:		
Impostos	110	173
Donativos e quotizações	261	153
Prejuízos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	1 605	1 480
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 605	1 602
Perdas em operações de <i>leasing</i>	7	–
Outros	5 783	6 668
	9 371	10 076
Outros resultados líquidos de exploração	10 859	8 234

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Remunerações	104 453	99 173
Encargos sociais obrigatórios	39 971	34 868
Outros custos	3 192	6 749
	147 616	140 790

Conforme referido na nota 42, a rubrica Remunerações inclui em 31 de Dezembro de 2007 o montante de Euros 29 072 000 (2006: Euros 24 853 000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício.

O valor total de remunerações atribuídas a todos os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, registados na rubrica de Custos com o pessoal, foi de Euros 1 067 000 (2006: Euros 1 263 000).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da Caixa durante os exercícios de 2007 e 2006, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2007	2006
Direcção e coordenação	122	125
Chefia e gerência	663	679
Técnicos	418	338
Específicos	178	190
Administrativos	1 498	1 527
Auxiliares	88	90
	2 967	2 949

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Rendas e alugueres	22 383	20 342
Serviços especializados		
Informática	3 198	3 036
Trabalho independente	4 565	5 000
Outros serviços especializados	12 123	10 728
Publicidade e publicações	12 570	13 344
Comunicações e expedição	7 491	7 443
Água, energia e combustíveis	3 710	3 454
Conservação e reparação	3 056	3 304
Transportes	3 214	2 525
Seguros	2 148	1 996
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 707	1 665
Material de consumo corrente	1 803	1 424
Formação	602	1 002
Outros gastos administrativos	2 330	2 255
	80 900	77 518

12. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Activos intangíveis:		
<i>Software</i>	6 537	4 319
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 485	3 753
Equipamento:		
Mobiliário e material	588	603
Máquinas e ferramentas	128	159
Equipamento informático	2 973	2 128
Instalações interiores	1 778	1 721
Equipamento de transporte	25	63
Equipamento de segurança	121	138
Locação operacional – <i>Renting</i>	43	–
	9 141	8 565
	15 678	12 884

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito concedido a clientes:		
Dotação do exercício	303 939	282 910
Reversão do exercício	(217 086)	(206 751)
Recuperações de crédito e juros	(1 512)	(1 254)
	85 341	74 905

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	7 110	1 802
Reversão do exercício	(683)	(774)
	6 427	1 028
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	3 714	–
	10 141	1 028

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Provisões para risco-país:		
Dotação do exercício	124	501
Reversão do exercício	(655)	(860)
	(531)	(359)
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	548	335
Reversão do exercício	(316)	(510)
	232	(175)
	(299)	(534)

16. Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	531	712
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1 611	1 272
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	175	131
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(10)	21
	2 307	2 136

17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Caixa	86 799	73 312
Banco de Portugal	182 402	169 460
	269 201	242 772

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2007 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 3,89% (2006: 2,74%).

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Em instituições de crédito no país	28 176	31 255
Em instituições de crédito no estrangeiro	7 406	5 031
Valores a cobrar	55 248	70 278
	90 830	106 564

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	–	15 006
Depósitos	590	590
Aplicações de muito curto prazo	66 012	–
Outras aplicações	48 361	16 762
	114 963	32 358
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	105	118
Aplicações de muito curto prazo	350 000	638 540
Outras aplicações	197 998	–
	548 103	638 658
	663 066	671 016
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(45)	(576)
	663 021	670 440

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2007, vencem juros à taxa média anual de 3,92% (2006: 3,80%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a Caixa opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Até 3 meses	639 043	660 575
3 meses até 6 meses	21 955	9 732
6 meses até 1 ano	1 373	–
Mais de 5 anos	590	590
Duração indeterminada	105	119
	663 066	671 016

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são apresentados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	576	935
Dotação do exercício	124	501
Reversão do exercício	(655)	(860)
Saldo em 31 de Dezembro	45	576

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	12 998 381	12 527 599
Crédito com outras garantias	765 716	654 333
Crédito sem garantias	656 226	380 371
Crédito ao sector público	58 163	58 226
Crédito sobre o estrangeiro	–	333
Capital em locação	98 468	40 355
	14 576 954	13 661 217
Crédito e juros vencidos – menos de 90 dias	42 711	35 872
Crédito e juros vencidos – mais de 90 dias	283 829	260 560
	326 540	296 432
	14 903 494	13 957 649
Imparidade para riscos de crédito	(298 047)	(297 001)
	14 605 447	13 660 648

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Crédito com outras garantias incluía o montante de Euros 670 633 000 aproximadamente, relativo a créditos que foram objecto de securitização durante 2007, e que de acordo com a política contabilística 1.5 não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontrava-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 35.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 41.

A análise de Crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito interno:		
Crédito a curto prazo		
Crédito descontado titulado por efeito	174 822	150 692
Crédito em conta corrente	785 408	617 306
Descobertos em depósitos à ordem	20 914	24 271
Empréstimos	197 350	1 670
	1 178 494	793 939
Crédito a médio e longo prazo		
Empréstimos hipotecários		
Financiamento à habitação	9 480 318	8 605 625
Fomento à construção	2 213 857	2 096 327
Capital em locação	98 468	40 355
Outros créditos	1 605 817	2 124 635
	13 398 460	12 866 945
Crédito ao exterior:		
Crédito a curto prazo	–	333
	14 576 954	13 661 217
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	42 711	35 872
Mais de 90 dias	283 829	260 560
	326 540	296 432
	14 903 494	13 957 649
Imparidade para riscos de crédito	(298 047)	(297 001)
	14 605 447	13 660 648

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 6 375 000 (2006: Euros 6 806 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	481 204	2 388 936	10 128 241	276 082	13 274 463
Crédito com outras garantias	455 981	178 223	131 512	21 366	787 082
Crédito sem garantias	249 287	197 141	209 798	28 306	684 532
Crédito ao sector público	24	684	57 455	318	58 481
Capital em locação	9	37 994	60 465	468	98 936
	1 186 505	2 802 978	10 587 471	326 540	14 903 494

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	440 222	2 318 788	9 768 589	235 804	12 763 403
Crédito com outras garantias	367 272	168 362	118 699	45 025	699 358
Crédito sem garantias	160 417	119 345	100 609	14 979	395 350
Crédito ao sector público	–	1 047	57 179	118	58 344
Crédito sobre o estrangeiro	333	–	–	–	333
Capital em locação	–	20 614	19 741	506	40 861
	968 244	2 628 156	10 064 817	296 432	13 957 649

A rubrica Crédito a clientes inclui os montantes de créditos securitizados, relativos a securitizações tradicionais detidas por SPV's e que foram objecto de consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2. Em 31 de Dezembro de 2007, os referidos créditos incluídos nas demonstrações financeiras da Caixa ascendiam a Euros 592 629 000 (2006: Euros 799 745 000), cuja análise é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
<i>Pelican Mortgages No.1 PLC</i>	193 436	300 941
<i>Pelican Mortgages No. 2 PLC</i>	399 193	498 804
	592 629	799 745

As operações de securitização celebradas pela Caixa respeitam a créditos hipotecários. Para este efeito, as securitizações tradicionais e sintéticas celebradas são concretizadas através de entidades de finalidades especial (SPE's). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.2, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Caixa exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPE's são incluídas na consolidação da Caixa pelo método integral.

Em 31 de Dezembro de 2007, existem três operações de titularização celebradas entre a Caixa e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No. 1 PLC* e para o *Pelican Mortgages No. 2 PLC*.

À data de 31 de Dezembro de 2007, as operações de titularização efectuadas pela Caixa são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante
<i>Pelican Mortgages No. 1 PLC</i>	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 2 PLC</i>	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Março de 2007	Euros	Crédito imobiliário	750 000 000
				2 100 000 000

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2007, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	19 945	49 841	57 733	127 519
Juros vencidos	(5 655)	(14 598)	(17 279)	(37 532)
Valores residuais	188	2 893	5 400	8 481
	14 478	38 136	45 854	98 468

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2006, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	10 159	21 229	15 918	47 306
Juros vencidos	(2 533)	(4 106)	(3 981)	(10 620)
Valores residuais	121	1 392	2 156	3 669
	7 747	18 515	14 093	40 355

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	276 082	235 804
Crédito com outras garantias	21 366	45 025
Crédito sem garantias	28 306	14 979
Crédito ao sector público	318	118
Capital em locação	468	506
	326 540	296 432

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Empresas:		
Construção/Produção	70 341	63 804
Investimento	33 669	27 906
Tesouraria	21 334	21 487
Outras finalidades	254	35
Particulares:		
Habituação	169 345	121 973
Crédito ao consumo	3 668	14 282
Outras finalidades	27 611	46 827
Sector Público Administrativo	318	118
	326 540	296 432

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	297 001	369 816
Dotação do exercício	303 939	282 910
Reversão do exercício	(217 086)	(206 751)
Utilização de imparidade	(85 807)	(148 974)
Saldo em 31 de Dezembro	298 047	297 001

Em conformidade com a política da Caixa, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2007:

	Classes de incumprimento					Total Euros '000
	Até 3 meses Euros '000	3-6 meses Euros '000	6-12 meses Euros '000	1-3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	
Crédito vencido com garantia	32 948	8 056	29 680	141 896	85 654	298 234
Imparidade existente	352	857	7 563	83 212	50 180	142 164
Crédito vencido sem garantia	4 942	2 531	5 103	8 648	7 082	28 306
Imparidade existente	53	633	3 153	8 648	7 082	19 569
Total de crédito vencido	37 890	10 587	34 783	150 544	92 736	326 540
Total da imparidade para crédito vencido	405	1 490	10 716	91 860	57 262	161 733
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	97 085	694	1 853	30 147	6 535	136 314
Total da imparidade para riscos de crédito	97 490	2 184	12 569	122 007	63 797	298 047

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	267 311	254 391
Crédito com outras garantias	11 167	27 631
Crédito sem garantias	19 569	14 979
	298 047	297 001

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Crédito com garantias reais	77 198	133 601
Crédito com outras garantias	4 790	9 711
Crédito sem garantias	3 819	5 662
	85 807	148 974

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o exercício de 2007.

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2007 e durante o exercício de 2006, ascendeu ao montante de Euros 1 512 000 e Euros 1 254 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

21. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	-	20
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	11 427	6 194
	11 427	6 214
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	12 196	7 273
	(769)	(1 059)

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor de acordo com a política contabilística 1.6. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	2007			2006		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável						
Acções de empresas						
Nacionais	-	-	-	20	-	20

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

	2006				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	20	-	-	-	20

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Interest rate swaps	-	-	2 549 538	2 549 538	11 102	11 853
Contratos sobre taxas de cambio:						
Interest rate swaps	9 780	1 009	-	10 789	39	2
Contratos sobre índices:						
Fututos de índices	164	-	-	164	-	2
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	24 500	15 000	49 000	88 500	286	339
	34 444	16 009	2 598 538	2 648 991	11 427	12 196

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Interest rate swaps	–	–	1 623 626	1 623 626	5 656	6 971
Opções						
Contratos sobre taxas de cambio:						
Interest rate swaps	11 025	–	–	11 025	430	424
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	15 000	10 000	25 000	107	58
	11 025	15 000	1 633 626	1 659 651	6 194	7 273

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.4 no montante de Euros 5 333 000 (2006: Euros 3 179 000).

22. Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	3 897	3 096
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	31 821	17 284
	35 718	20 380
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	47 261	34 290
	(11 543)	(13 910)

A opção da Caixa em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco da Caixa, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	–	–	3 897	–	3 897

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	–	–	3 096	–	3 096

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é apresentada como segue:

	2007			2006		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	3 897	–	3 897	3 096	–	3 096

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2007, pode ser analisado como segue:

Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	2007						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nominal Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
<i>Interest rate swap</i>	Emissão de obrigações	460 000	(212)	(5 037)	(4 317)	1 478	230 000	230 000
<i>Interest rate swap</i>	Depósitos	651 532	(2 022)	(602)	(1 448)	(471)	367 647	367 647
<i>Interest rate swap</i>	Recursos	1 683 876	(14 671)	6 310	(13 790)	(3 825)	947 875	947 875
<i>Currency interest rate swap</i>	Emissão de dívida	53 488	1 424	530	1 536	(471)	26 000	26.000
Opções	Depósitos a prazo e recursos	119 994	41	(41)	–	–	–	–
		2 968 890	(15 440)	1 160	(18 019)	(3 289)	1 571 522	1 571 522

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2006, pode ser analisado como segue:

		2006						
Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
Swaps	Emissão de obrigações, recursos e depósitos	2 819 834	(17 006)	-	(16 722)	-	1 409 917	1 409 917
Opções	Depósitos a prazo e recursos	53 400	-	-	-	-	-	-
		2 873 234	(17 006)	-	(16 722)	-	1 409 917	1 409 917

A análise dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

		2007					
		Nocionais com prazo remanescente			Justo valor		
		Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:							
	<i>Interest rate swaps</i>	143 742	389 790	2 261 876	2 795 408	25 310	42 215
	Opções	468	65 650	53 876	119 994	3 289	3 248
Contratos sobre taxas de cambio:							
	<i>Interest rate swaps</i>	-	34 417	19 071	53 488	3 222	1 798
		144 210	489 857	2 334 823	2 968 890	31 821	47 261

A análise dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

		2006					
		Nocionais com prazo remanescente			Justo valor		
		Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:							
	<i>Interest rate swaps</i>	100 000	537 986	2 181 848	2 819 834	16 853	33 859
	Opções	-	-	53 400	53 400	431	431
		100 000	537 986	2 235 248	2 873 234	17 284	34 290

23. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	65	–	–	(1)	64
Estrangeiros	6 125	–	(64)	–	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	37 723	1	(174)	–	37 550
Estrangeiros	804 141	96	(8 620)	(3 712)	791 903
Papel comercial	17 355	–	–	(998)	16 357
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	6 176	–	–	(54)	6 122
Estrangeiros	2 173	–	(30)	(48)	2 095
Unidades de participação	41 964	1 218	(400)	–	42 782
	915 722	1 315	(9 288)	(4 813)	902 934

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2006				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	65	1	(1)	–	65
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	25 636	7	(3)	–	25 640
Estrangeiros	829 415	507	(323)	–	829 599
Papel comercial	4 551	–	–	(998)	3 553
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	6 845	–	–	(54)	6 791
Estrangeiros	4 733	8 314	–	(197)	12 849
Unidades de participação	10 396	567	(1 483)	–	9 480
	881 640	9 396	(1 810)	(1 249)	887 977

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 38.

Os movimentos por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 249	1 249
Dotação do exercício	3 714	–
Utilização de imparidade	(150)	–
Saldo em 31 de Dezembro	4 813	1 249

Durante o exercício de 2007 e conforme referido na nota 1.6, foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 3 714 000 (2006: Euros 88 000), associadas a títulos de rendimento fixo em resultado da queda prolongada do valor da sua cotação.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				Total Euros '000
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	60	–	4	64
Estrangeiros	–	–	6 061	–	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	5 590	31 960	–	37 550
Estrangeiros	26 080	31 352	715 958	18 513	791 903
Papel comercial	13 957	2 400	–	–	16 357
	40 037	39 402	753 979	18 517	851 935
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	3 820	2 302	6 122
Estrangeiras	–	312	–	1 783	2 095
Unidades de participação	–	1 852	–	40 930	42 782
	–	2 164	3 820	45 015	50 999
	40 037	41 566	757 799	63 532	902 934

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais:	–	–	61	4	65
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	5 631	20 009	–	25 640
Estrangeiros	5 021	32 149	774 263	18 166	829 599
Papel comercial	1 621	1 932	–	–	3 553
	6 642	39 712	794 333	18 170	858 857
Títulos de rendimento variável:					
Accções de empresas					
Nacionais	–	–	4 662	2 129	6 791
Estrangeiras	8 491	–	–	4 358	12 849
Unidades de participação	–	–	–	9 480	9 480
	8 491	–	4 662	15 967	29 120
	15 133	39 712	798 995	34 137	887 977

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 7 973 000 e de Euros 4 813 000 (2006: Euros 7 586 000 e de Euros 1 249 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2007			2006		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	64	–	64	65	–	65
Estrangeiros	6 061	–	6 061	–	–	–
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	17 826	19 724	37 550	11 745	13 895	25 640
Estrangeiros	781 413	10 490	791 903	729 698	99 901	829 599
Papel comercial	–	16 357	16 357	–	3 553	3 553
Títulos de rendimento variável:						
Accções de empresas						
Nacionais	–	6 122	6 122	–	6 791	6 791
Estrangeiros	182	1 913	2 095	11 247	1 602	12 849
Unidades de participação	42 782	–	42 782	9 480	–	9 480
	848 328	54 606	902 934	762 235	125 742	887 977

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Activo:		
<i>Interest rate swap</i>	6 326	13 544
<i>Currency interest rate swap</i>	3 210	–
Opções	–	676
	9 536	14 220
Passivo:		
<i>Interest rate swap</i>	3 612	6 523
<i>Currency interest rate swap</i>	208	–
Opções	–	676
	3 820	7 199

A Caixa contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a Caixa está exposta às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A Caixa registou em resultados do exercício as variações de justo valor de risco de taxa de juro associado aos activos e passivos anteriormente referidos.

A Caixa realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	1 237	3 307
Responsabilidades representadas por títulos	(1 556)	4 697
Recursos de clientes	180	1 414
	(139)	9 418

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007							
	<i>Nacionais por prazo remanescente</i>				<i>Justo valor</i>			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Interest rate swap</i>	–	230 000	204 000	434 000	–	2 368	346	2 714
<i>Currency interest rate swap</i>	–	–	34 577	34 577	–	–	3 002	3 002
	–	230 000	238 577	468 577	–	2 368	3 348	5 716

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	2006							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Interest rate swap</i>	74 000	257 000	507 992	838 992	434	783	5 804	7 021

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007, podem ser analisadas como segue:

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	2007				
			Nacional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
<i>Interest rate swaps</i>	Depósitos de clientes	Taxa de juro	114 000	(1 340)	(5 458)	(1 221)	181
<i>Interest rate swaps</i>	Recursos	Taxa de juro	120 000	1 602	(1 537)	607	(1 049)
<i>Interest rate swaps</i>	EMTN	Taxa de juro	200 000	2 452	1 509	(380)	1 253
<i>Currency interest rate swaps</i>	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 577	3 002	4 181	3 074	114
			468 577	5 716	(1 305)	2 080	499

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2006, podem ser analisadas como segue:

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	2006				
			Nacional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
<i>Interest rate swaps</i>	Depósitos de clientes	Taxa de juro	178 000	4 118	–	(1 401)	–
<i>Interest rate swaps</i>	Recursos	Taxa de juro	150 000	3 139	–	1 655	–
<i>Interest rate swaps</i>	EMTN	Taxa de juro	477 000	943	–	(1 633)	–
<i>Currency interest rate swaps</i>	Emissão de dívida	Taxa de juro	33 992	(1 179)	–	2 960	–
			838 992	7 021	–	1 581	–

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados de exercício na rubrica Resultados em operações financeiras.

25. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	36 424	36 044
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	2 947	–
	39 371	36 044

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 41.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2007, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT – Junho 98/2008	Fevereiro, 1998	Junho, 2008	Taxa fixa de 5,375%	6 701
OT – Setembro 98/2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	97
OT – Julho 99/2009	Janeiro, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,950%	6 326
OT – Junho 02/2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,000%	106
OT – Maio 00/2010	Janeiro, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,850%	6 674
OT – Julho 04/2008	Julho, 2004	Julho, 2008	Taxa fixa de 3,250%	13 499
OT – Junho 01/2011	Março, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 086
OT – Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	101
OT – Abril 05/2011	Novembro, 2005	Abril, 2011	Taxa fixa de 3,200%	1 834
Buoni Poliennali Del Tes.06/2011	Março, 2006	Março, 2011	Taxa fixa de 5,375%	2 947
				39 371

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6.

A análise dos investimentos detidos até a maturidade por maturidade, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
3 meses até 1 ano	20 200	–
1 ano até 5 anos	18 973	35 740
Mais de 5 anos	198	304
	39 371	36 044

26. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras:		
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	7 947	8 879
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 168	8 529
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2 675	2 684
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	398	325
	20 188	20 417
Não cotados	20 188	20 417
Equivalência patrimonial	20 188	20 417

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros '000	Passivo Euros '000	Capital Próprio Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2007						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (*)	290 448	259 785	30 663	133 160	2 049	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (*)	436 987	413 684	23 303	140 189	4 095	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	57 950	44 578	13 372	9 418	(50)	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	5 071	1 051	4 020	4 794	1 769	50
31 de Dezembro de 2006						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (*)	285 873	252 046	33 827	113 147	2 714	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (*)	366 832	345 154	21 678	153 109	3 233	7 169
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	59 415	45 993	13 422	9 045	105	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	4 117	831	3 286	3 810	1 323	50

Observações: (*) Demonstrações financeiras convertidas preparadas de acordo com as IFRS.

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associados atribuível à Caixa	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	100%	100%	7 001	7 001	244	341
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (*)	26,25%	26,25%	7 947	8 879	531	712
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (*)	39,34%	39,34%	9 168	8 529	1 611	1 272
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	2 675	2 684	(10)	21
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9,9%	9,9%	398	325	175	131

Observações: (*) Demonstrações financeiras convertidas preparadas de acordo com as IFRS.

O Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI) foi constituído em Agosto de 2005 e tem como objectivo a internacionalização da Caixa, permitindo a captação e respectiva domiciliação de fundos, assim como proporcionar aos clientes alternativas de aplicações fora do contexto doméstico. Tem um capital social de Escudos de Cabo Verde 772 000 000, integralmente subscrito e realizado pela Caixa.

Durante o exercício de 2005, a Caixa subscreveu integralmente o capital do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI) no montante de Euros 7 001 000.

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 6 de Junho de 1986 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para todos os ramos técnicos, com excepção do ramo vida, e tem um capital social de Euros 19 250 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania, o Montepio Geral – Associação Mutualista (65,71%) e a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (3,32%).

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 15 de Maio de 1987 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para as diversas modalidades do ramo vida e um capital social de Euros 14 000 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania Vida, S.A., o Montepio Geral – Associação Mutualista (39,22%) e a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (11,17%).

Durante o segundo semestre de 2007, na sequência do aumento de capital da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., a Caixa subscreveu 94 421 acções pelo montante de Euros 2 361 000, correspondente à participação de 39,34% no capital social da referida companhia.

Para além das suas dependências e de uma rede de mediadores, as Sociedades indicadas, contam com os balcões da Caixa para a angariação de negócio.

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo inicial	20 417	17 935
Aquisições	2 361	1 966
Resultado de associadas	2 307	2 136
Reservas de justo valor de associadas	(4 036)	(803)
Dividendos recebidos	(861)	(817)
Saldo final	20 188	20 417

27. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	63 413	63 413
Obras em imóveis arrendados	33 900	32 452
Imobilizado em curso	105	82
Equipamento:		
Mobiliário e material	9 361	8 258
Máquinas e ferramentas	2 358	2 531
Equipamento informático	36 575	32 556
Instalações interiores	25 175	23 008
Equipamento de transporte	1 133	1 153
Equipamento de segurança	2 835	2 720
Património artístico	474	422
Activos em locação operacional	775	–
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	1 373	554
	177 508	167 180
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(8 437)	(8 565)
Relativas a exercícios anteriores	(88 145)	(79 580)
	(96 582)	(88 145)
	80 926	79 035

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	–	–	–	63 413
Obras em imóveis arrendados	32 452	612	(14)	850	33 900
Imobilizado em curso	82	23	–	–	105
	95 947	635	(14)	850	97 418
Equipamento:					
Mobiliário e material	8 258	1 557	(454)	–	9 361
Máquinas e ferramentas	2 531	86	(259)	–	2 358
Equipamento informático	32 556	4 021	(2)	–	36 575
Instalações interiores	23 008	1 440	–	727	25 175
Equipamento de transporte	1 153	–	(20)	–	1 133
Equipamento de segurança	2 720	115	–	–	2 835
Activos em locação operacional	–	775	–	–	775
	70 226	7 994	(735)	727	78 212
Património artístico	422	52	–	–	474
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	554	2 396	–	(1 577)	1 373
	167 180	11 077	(749)	–	177 508
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	12 827	1 000	–	–	13 827
Obras em imóveis arrendados	22 796	2 485	(4)	–	25 277
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 783	586	(421)	–	6 948
Máquinas e ferramentas	2 254	128	(259)	–	2 123
Equipamento informático	25 276	2 970	–	–	28 246
Instalações interiores	14 751	1 779	–	–	16 530
Equipamento de transporte	1 098	29	(20)	–	1 107
Equipamento de segurança	2 360	121	–	–	2 481
Activos em locação operacional	–	43	–	–	43
	88 145	9 141	(704)	–	96 582

28. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Custo:		
Trespases	33	33
Software	36 667	29 596
Adiantamentos por conta de imobilizações	1 310	72
	38 010	29 701
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(5 948)	(4 319)
Relativas a exercícios anteriores	(18 443)	(14 124)
	(24 391)	(18 443)
	13 619	11 258

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespases	33	–	–	–	33
Software	29 596	7 744	(589)	(84)	36 667
Adiantamentos por conta de imobilizações	72	1 154	–	84	1 310
	29 701	8 898	(589)	–	38 010
Amortizações acumuladas:					
Software	18 443	6 537	(589)	–	24 391

29. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Aplicações por recuperação de crédito	116 230	103 964
Bonificações a receber do Estado Português	27 913	23 879
Outros devedores	9 771	7 549
Outros proveitos a receber	5 123	2 964
Despesas com custo diferido	2 390	2 158
Contas diversas	17 954	15 483
	179 381	155 997
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(19 397)	(13 326)
Imparidade para bonificações	(3 473)	–
	156 511	142 671

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 104 461 000 (2006: Euros 96 461 000) relativo aos imóveis recebidos pela Caixa por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.9.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 27 913 000 (2006: Euros 23 879 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	9 553	4 607
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	8 792	10 511
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	9 568	8 761
	27 913	23 879

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	13 326	13 382
Dotação do exercício	7 110	1 802
Reversão do exercício	(683)	(774)
Utilização de imparidade	(356)	(1 084)
Saldo em 31 de Dezembro	19 397	13 326

30. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	–	18 928	18 928	–	59 808	59 808
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	12 720	626 286	639 006	16 569	779 567	796 136
	12 720	645 214	657 934	16 569	839 375	855 944

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	80 429	158 052
3 meses até 6 meses	15 397	80 806
6 meses a 1 ano	15 331	78 708
1 ano até 5 anos	445 386	477 642
Mais de 5 anos	100 477	58 584
	657 020	853 792
Correcções de valor por operações de cobertura	914	2 152
	657 934	855 944

31. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007			2006		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	1 961 783	–	1 961 783	1 883 462	–	1 883 462
Depósitos a prazo (*)	–	5 419 485	5 419 485	–	4 920 433	4 920 433
Depósitos de poupança (*)	–	993 920	993 920	–	1 502 838	1 502 838
Outros débitos	650	–	650	3 141	–	3 141
Correcções de valor por operações de cobertura	(2 674)	–	(2 674)	(4 677)	–	(4 677)
	1 959 759	6 413 405	8 373 164	1 881 926	6 423 271	8 305 197

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 24 e na política contabilística 1.6.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui Euros 442 799 000 (2006: Euros 613 170 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Depósitos à ordem	1 961 783	1 883 462
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	2 967 412	3 779 154
3 meses até 6 meses	1 932 973	1 004 750
6 meses até 1 ano	975 899	793 802
1 ano até 5 anos	511 332	790 272
Mais de 5 anos	25 789	55 293
	<hr/> 6 413 405	<hr/> 6 423 271
Correcções de valor por operações de cobertura	(2 674)	(4 677)
	<hr/> 6 410 731	<hr/> 6 418 594
Outros débitos:		
Até 3 meses	650	3 141
	<hr/> 8 373 164	<hr/> 8 305 197

32. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i>	5 522 407	5 357 014
Obrigações de Caixa	323 997	130 876
	<hr/> 5 846 404	<hr/> 5 487 890

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Até 6 meses	120 201	401 658
6 meses até 1 ano	390 229	129 098
1 ano até 5 anos	3 754 323	3 355 816
Mais de 5 anos	1 596 496	1 616 232
	<hr/> 5 861 249	<hr/> 5 502 804
Correcções de valor por operações de cobertura	(14 845)	(14 914)
	<hr/> 5 846 404	<hr/> 5 487 890

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
<i>Pelican Mortgage No. 1</i>	Dez.2002	Dez.2037	W.A.I. – 1,33%	197 388
<i>Pelican Mortgage No. 2</i>	Set.2003	Set.2037	W.A.I. – 1,53%	402 245
Obr. CEMG / 03	Mar.2003	Mar.2008	Taxa fixa de 3,8%	100 000
Obr. CEMG / 03	Ago.2003	Ago.2009	Taxa fixa de 4,232%	100 000
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Pribor 6 meses + 0,18%	18 777
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30%	200 000
Obr. CEMG / 03	Jan.2004	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30%	100 000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2009	Hibor 3 meses + 0,26%	8 711
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31%	50 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31%	50 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2009	Taxa fixa de 4,6%	18 777
Obr. CEMG / 04	Nov.2004	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 04	Fev.2005	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 4,278%	125 000
Obr. CEMG / 05	Mar.2005	Mar.2015	Euribor 3 meses + 0,25% nos 5 primeiros anos (do 6.º ao 10.º ano taxa variável)	5 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro 1.ª Emissão	Ago.2005	Ago.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	19 000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	125 000
Obr. caixa MG Aforro 2.ª Emissão	Out.2005	Out.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	62 000
Obr. caixa MG Aforro 3.ª Emissão	Nov.2005	Nov.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	14 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º e 8.º semestre taxa fixa de 3%, 9.º semestre taxa fixa de 4% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	23 000
Obr. caixa MG Aforro 4.ª Emissão	Dez.2005	Dez.2009	Taxa fixa semestral de 2,5% (6.º semestre taxa fixa de 2,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3% e no 8.º semestre taxa fixa de 4%)	52 000
Obr. caixa MG <i>Business Invest</i>	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa de 3,85%	26 500
Obr. caixa MG Aforro Especial	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa de 3,5%	30 000
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 2,8% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,25%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5% e no 10.º semestre taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. caixa MG Aforro/06 1.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	40 000
Obr. caixa MG Aforro/06 2.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 2,75% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	17 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Fev.06	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 2,95% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,2%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,45%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	9 000
Obr. caixa MG Aforro/06 3.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	17.000
Obr. caixa MG Aforro/06 4.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	23 000
Obr. caixa MG <i>Business Invest</i> 2006	Mar.2006	Mar.2008	Taxa fixa de 3%	17 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa MG Aforro/06 5.ª Emissão	Abr.2006	Abr.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (8.º trimestre taxa fixa de 2,875%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	20 000
Obr. caixa MG Aforro/06 6.ª Emissão	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa trimestral de 2,875% (8.º trimestre taxa fixa de 2,875%, 9.º e 10.º trimestre taxa fixa 3%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	20 000
Obr. caixa MG Valor Imobiliário	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa anual de 1% + remuneração variável indexada ao Índice EPRA, paga na data de maturidade	2 000
Obr. caixa MG <i>Commodities</i>	Mai.2006	Mai.2009	Taxa variável indexada à cotação de 4 <i>Commodities</i>	4 700
Obr. caixa MG Aforro/06 7.ª Emissão	Jun.2006	Jun.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	25 000
Obr. caixa MG Aforro/06 8.ª Emissão	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	18 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Jul.06	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres de taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5,5%)	13 000
Obr. caixa MG Aforro/06 9.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,125% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,625%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	23 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (4.º semestre taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 6% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 10.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (4.º semestre taxa fixa de 3,375%, 5.º semestre taxa fixa de 3,5%, 6.º semestre taxa fixa de 3,625%, 7.º semestre taxa fixa de 3,875%, 8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 4,75% e 10.º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro/06 11.ª Emissão	Set.2006	Set.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 3,125% (4.º semestre taxa fixa de 3,25%, 5.º semestre taxa fixa de 3,375%, 6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3,625%, 8.º semestre taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 4%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 500

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa MG Aforro/06 12.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2009	Taxa fixa trimestral de 3,125% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	17 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,125% (4.º semestre taxa fixa de 3,125%, 5.º e 6.º semestre taxa fixa de 3,25%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,375%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (4.º semestre taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestre taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestre taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Aforro/06 13.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	6 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (4.º semestre taxa fixa de 3,375%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,625%, 9.º semestre taxa fixa de 3,75%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 3 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,375% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	7 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis Dez 2006/08	Dez.2006	Dez.2008	Taxa indexada à média da <i>performance</i> individual de um cabaz de 15 ações com um <i>floor</i> anual de 1,75%	5 000
Obr. caixa Cabaz Bric	Dez.2006	Dez.2008	Taxa indexada à média da <i>performance</i> individual de quatro índices com um <i>floor</i> anual de 2%	9 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 4,2%	100 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,125% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	5 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	9 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,125% (3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,375% (3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,5%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,125% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	7 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	11 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,375% (3.º e 4.º semestre taxa fixa de 3,5%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,125% (3.º e 4.º semestres taxa fixa de 3,25%, 5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	2 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	9 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (4.º ao 7.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 8.º e 9.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 10.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 11.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	6 500
Obr. CEMG / 07	Mar.2007	Mar.2014	Euribor 3 meses + 0,14%	50 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	6 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. caixa – Montepio Portugal Dinâmico	Abr.2007	Abr.2009	Taxa variável indexada ao Índice PSI 20 com um <i>floor</i> de 3,35%	10 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (4.º trimestre taxa fixa de 3,25%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	8 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (4.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	12 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (4.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa de 3,750%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (4.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 500
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (4.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4 % e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (4.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,750%, 9.º e 10.º trimestres de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,250 % e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é pago uma taxa variável sobre a variação do Índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	4 100
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 8.ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 3,625%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,75%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 8.ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,75% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,875%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 800
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos Julho 2007/2010	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é paga uma remuneração variável indexada ao índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	8 100
Obr. CEMG / 07	Jul.2007	Jul.2012	Euribor 6 meses + 0,12%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 4%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,375% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	10 700
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	9 300
Obr. Caixa – Montepio Planeta Terra – Agosto 2007/2010	Ago.2007	Ago.2010	Taxa variável indexada a um cabaz de 10 ações com <i>floor</i> de 3,75%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 10.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 4%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%).	15 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 11.ª Série	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (3.º e 4.º trimestres taxa fixa de 4%, 5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	15 000
Obr.caixa – Montepio Setembro 2010	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa de 4,6126%	1 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 1.ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,25% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º e 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,50%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e no 6.º semestre: Euribor a 6 meses + 0,25%)	22 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros '000
Obr. Caixa – Euro Range – Out 2007/2009	Out.2007	Out.2009	Taxa fixa no 1.º ano de 5,5% (2.º ano média da Euribor a 6 meses)	13 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 2.ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,125% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,40%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	11 599
Montepio <i>Standard Poor's</i> BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (2.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%. Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice <i>Standard & Poor's</i> BRIC40	2 038
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 3.ª série	Nov.2007	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 4,125% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,40%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	10 000
Obr. Caixa – Montepio Cap Ref – 3 anos – Nov 2009	Nov. 2007	Nov.2009	Taxa fixa de 4,665%	5 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 4.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 4,25% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 4.º semestre taxa Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	7 000
Montepio Cabaz Energia	Dez.2007	Dez.2009	1.º trimestre taxa fixa de 8% e os restantes trimestres taxa variável indexada à Euribor 3m.	5 950
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 5.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 4,25% (2.º semestre taxa fixa de 4,25%, 3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	13 488
				5 829 923
Correcções de valor por operações de cobertura				(14 845)
Periodificações, custos e proventos diferidos				31 326
				<u>5 846 404</u>

O justo valor das rubricas responsabilidades representadas por títulos apresenta-se na nota 41.

Esta rubrica inclui Euros 1 423 000 (2006: Euros 1 142 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 3,8% e 5,26%.

Os reembolsos ocorridos no decurso do ano de 2007 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante de reembolso Euros '000
Obrigações de caixa:				
MG Cabaz Top 2005 – 1.ª série	Out.2005	Out.2007	Taxa fixa anual de 2%	8 500
Empréstimos obrigacionistas:				
Obr. CEMG 2002	Jan.2002	Jan.2007	Euribor 6 meses + 1%	50 000
Obr. CEMG 2004	Fev.2004	Ago.2007	Taxa fixa de 3,25%	120 000
Obr. CEMG 2004	Mar.2004	Mar.2007	Euribor 3 meses + 0,2%	400 000
				570 000
				578 500

As responsabilidades representadas por títulos com vencimento no decurso do ano de 2008 ascendem a Euros 506 277 000.

33. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	898	969
Provisões para riscos diversos	839	4 009
	1 737	4 978

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	969	1 470
Dotação do exercício	235	–
Reversão do exercício	(306)	(501)
Saldo em 31 de Dezembro	898	969

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	4 009	3 683
Dotação do exercício	313	335
Reversão do exercício	(10)	(9)
Transferências	(3 473)	–
Saldo em 31 de Dezembro	839	4 009

34. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Obrigações de prazo determinado	200 740	200 347
Obrigações perpétuas	101 108	100 882
	301 848	301 229

Em 31 de Dezembro de 2007, os passivos subordinados são analisadas como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/03 1.ª emissão	Fev. 2003	Fev. 2013	100 000	Euribor 3 meses + 1,3%	100 095
CEMG/03 2.ª emissão	Mai. 2003	Fev. 2013	50 000	Euribor 3 meses + 1,3%	50 209
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 436
					200 740
Obrigações perpétuas:					
CEMG/01	Jul. 2001	Indeterminado	100 000	Euribor 3 meses + 1,1%	101 108
					301 848

O justo valor da carteira de passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 41.

No final do sétimo ano de vida das obrigações perpétuas CEMG/01, e posteriormente, em cada data de vencimento de juros, a Caixa poderá reembolsar o empréstimo na sua globalidade, ao par, após autorização do Banco de Portugal. Caso o empréstimo não seja reembolsado nesta data, o «*spread*» sobre a taxa de juro passará para 210 pontos base. Esta emissão foi submetida à cotação na Euronext.

As obrigações de caixa subordinadas CEMG/03 têm uma opção de reembolso antecipado a vencer em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2007, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 5,11% e 6,01%.

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Mais de 5 anos	301 848	301 229

35 . Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	9 090	9,344
Outros credores	38 383	18 065
Sector público administrativo	9 291	8,065
Passivos financeiros associados a activos transferidos	670 633	–
Férias e subsídio de férias a pagar	26 747	26,121
Outros custos a pagar	630	–
Receitas antecipadas	608	579
Operações sobre títulos a liquidar	–	1,502
Contas diversas	63 250	68 354
	818 632	132 030

Em 31 de Dezembro de 2007, as rubricas relativas às responsabilidades com pensões de reforma, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	548 265	506 395
Valor do Fundo	(442 901)	(374 401)
	105 364	131 994
Perdas actuariais		
Corredor	91 873	92 045
Acima do corredor	17 664	21 621
	109 537	113 666
	(4 173)	18 328

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.13.

36. Capital

Em 31 de Dezembro de 2007, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Caixa, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 50 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da Caixa, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 635 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

37. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

38. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Reservas de justo valor	(7 973)	7 586
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	143 247	131 198
Reserva especial	57 578	54 572
Outras reservas	5 506	8 007
Resultados transitados	(60 720)	(87 373)
	145 611	106 404

A variação da rubrica Reserva geral e especial é analisada na nota 37.

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.6.

A movimentação durante o ano de 2007 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(10)	(51)	10	(1)	(52)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	4	(112)	(65)	(1)	–	(174)
Estrangeiros	184	(3 640)	(1 244)	(122)	(3 713)	(8 535)
	188	(3 762)	(1 360)	(113)	(3 714)	(8 761)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Estrangeiras	8 313	(154)	(25)	(8 314)	150	(30)
Unidades de participação	(915)	650	619	464	–	818
	7 398	496	594	(7 850)	150	788
	7 586	(3 266)	(766)	(7 963)	(3 564)	(7 973)

A movimentação durante o ano de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	–	(18)	–	22	–	4
Estrangeiros	–	107	(54)	131	–	184
	–	89	(54)	153	–	188
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Estrangeiras	–	8 311	–	2	–	8 313
Unidades de participação	–	(865)	12	(62)	–	(915)
	–	7 446	12	(60)	–	7 398
	–	7 535	(42)	93	–	7 586

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	915 720	881 640
Imparidade acumulada reconhecida	(4 813)	(1 249)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	910 907	880 391
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	902 934	887 977
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(7 973)	7 586

39. Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Garantias e avales prestados	367 978	300 343
Garantias e avales recebidos	30 172 390	30 171 246
Compromissos perante terceiros	1 529 749	1 452 059
Compromissos assumidos por terceiros	24 800	50 665
Activos cedidos em operações de titularização	592 629	803 141
Valores recebidos em depósito	5 999 330	5 595 430

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	364 753	294 087
Créditos documentários abertos	3 225	6 256
	367 978	300 343

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da Caixa.

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	3 820	4 662
Linhas de crédito irrevogáveis	226 786	204 611
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19 425	19 142
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 790	2 200
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	1 276 928	1 221 444
	1 529 749	1 452 059

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da Caixa (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a Caixa requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, refere-se ao compromisso irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é relativo à obrigação irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

40. Distribuição de resultados

Em 28 de Março de 2007, de acordo com deliberação em Assembleia Geral, a Caixa distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 20 377 000 (2006: Euros 11 597 000).

41. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da Caixa.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da Caixa.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor dos activos e passivos financeiros.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela Caixa em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da Caixa para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da Caixa para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram refletidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a Caixa adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da Caixa contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2007								
	Designado ao Negociação	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	269 201	-	-	-	269 201	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	90 830	-	-	-	90 830	90 830
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	663 021	-	-	-	663 021	663 021
Crédito a clientes	-	-	-	14 605 447	-	-	-	14 605 447	14 706 694
Activos financeiros detidos para negociação	11 427	-	-	-	-	-	-	11 427	11 427
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	35 718	-	-	-	-	-	35 718	35 718
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	902 934	-	-	902 934	902 934
Derivados de cobertura	9 536	-	-	-	-	-	-	9 536	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39 371	-	-	-	-	39 371	39 371
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	20 188	20 188	20 188
	20 963	35 718	39 371	15 628 499	902 934	-	20 188	16 647 673	16 748 920
Passivos financeiros:									
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	657 934	-	657 934	657 934
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8 373 164	-	8 373 164	8 373 164
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	5 846 404	-	5 846 404	5 846 404
Passivos financeiros detidos para negociação	12 196	-	-	-	-	-	-	12 196	12 196
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	47 261	-	-	-	-	-	47 261	47 261
Derivados de cobertura	3 820	-	-	-	-	-	-	3 820	3 820
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	301 848	-	301 848	301 848
	16 016	47 261	-	-	-	15 179 350	-	15 242 627	15 242 627

2006

	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Negociação	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros:								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	242 772	-	-	-	242 772	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	106 564	-	-	-	106 564	106 564
Aplicações em instituições de crédito	-	-	670 440	-	-	-	670 440	670 440
Crédito a clientes	-	-	13 660 648	-	-	-	13 660 648	14 613 576
Activos financeiros detidos para negociação	6 214	-	-	-	-	-	6 214	6 214
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	20 380	-	-	-	-	20 380	20 380
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	887 977	-	-	887 977	887 977
Derivados de cobertura	14 220	-	-	-	-	-	14 220	14 220
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	36 044	-	-	-	36 044	36 044
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	20 417	20 417	20 417
	20 434	20 380	36 044	14 680 424	887 977	-	15 665 676	16 618 604
Passivos financeiros:								
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	855 944	-	855 944	855 944
Recursos de clientes	-	-	-	-	8 305 197	-	8 305 197	8 310 732
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	5 487 890	-	5 487 890	5 487 890
Passivos financeiros detidos para negociação	7 273	-	-	-	-	-	7 273	7 273
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	34 290	-	-	-	-	34 290	34 290
Derivados de cobertura	7 199	-	-	-	-	-	7 199	7 199
Passivos subordinados	-	-	-	-	301 229	-	301 229	301 229
	14 472	34 290	-	-	14 950 260	-	14 990 022	15 004 557

42. Pensões de reforma

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2007	2006
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	552	499
Pessoal no activo	2 908	2 932
	3 460	3 431

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.13, as responsabilidades da Caixa por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2007, 2006 e 2005, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000	2005 Euros '000
Responsabilidades por benefícios projectados			
Reformados e pensionistas	166.315	139 497	115 393
Pessoal no activo	381 950	366 898	352 743
	548 265	506 395	468 136
Valor do Fundo	(442 901)	(374 401)	(327 721)
Responsabilidades não financiadas	105 364	131 994	140 415
Responsabilidades dispensadas de financiamento	(105 364)	(131 994)	(140 415)
	-	-	-
Responsabilidades por serviços futuros	418 075	405 742	355 026

Em 31 de Dezembro de 2007 não existem imóveis utilizados pela Caixa ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2007 e 2006 é analisado conforme segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	506 395	468 136
Custo dos serviços correntes	20 117	18 797
Custo dos juros	24 054	20 689
(Ganhos) e perdas actuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos	9 583	4 029
Resultantes de alterações de pressupostos	(8 134)	3 841
Pagamentos	(10 728)	(9 097)
Outros	6 978	-
Valores em 31 de Dezembro	548 265	506 395

A evolução dos valores relativos a responsabilidade não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2007 e 2006, é analisada conforme segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	131 994	140 415
Custo dos serviços correntes	20 117	18 797
Custo dos juros	24 054	20 689
Rendimento esperado dos activos (Ganhos) e perdas actuariais	(17 784)	(15 508)
Não decorrentes de alterações de pressupostos	5 014	3 683
Resultantes de alterações de pressupostos	(8 134)	–
Contribuições para o Fundo	(57 035)	(36 195)
Encargos suportados pelo Fundo	160	113
Outros	6 978	–
Valores em 31 de Dezembro	105 364	131 994

Os activos do Fundo de pensões podem ser analisadas como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Acções	35 456	32 258
Outros títulos de rendimento variável	77 610	85 922
Obrigações	269 937	220 405
Outros	59 898	35 816
	442 901	374 401

A evolução do valor dos activos do Fundo durante o exercício de 2007 é analisada conforme segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	374 401	327 721
Rendimento esperado dos activos	17 784	15 508
Ganhos actuariais	4 569	4 187
Contribuições para o Fundo	57 035	36 195
Pagamentos	(10 728)	(9 097)
Outros	(160)	(113)
Valores em 31 de Dezembro	442 901	374 401

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 32 000 000, efectuada pela Caixa em Janeiro de 2008 com data-valor de 2007. As contribuições efectuadas ao Fundo pela Caixa durante o exercício de 2007 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Os títulos emitidos por empresas da Caixa existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Títulos de rendimento variável	6 732	5 800

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2007, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	Perdas Actuariais	
	Corredor Euros '000	Acima do Corredor Euros '000
Valores em 1 de Janeiro de 2007	92 045	21 621
Ganhos e perdas actuariais:		
Actuariais	–	1 449
Financeiros	–	(4 569)
Varição do corredor	(172)	172
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	–	(1 009)
Valores em 31 de Dezembro de 2007	91 873	17 664

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2007, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 91 873 000 (2006: Euros 92 045 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2007, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 17 664 000 (2006: Euros 21 621 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 25 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.13.

Em 2007, a Caixa reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 29 072 000 (2006: Euros 24 853 000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2007 Euros '000	2006 Euros '000
Custo dos serviços correntes	29 117	18 797
Custo dos juros	24 054	20 689
Rendimento esperado dos activos	(17 784)	(15 508)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1 009	875
Outros	1 676	–
Custo do exercício	29 072	24 853

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a Caixa alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2007. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2007		2006	
	Pressuposto	Verificado	Pressuposto	Verificado
Taxa de crescimento salarial	3,50%	4,5%	3,00%	5,18%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	3,10%	2,00%	2,73%
Taxa de rendimento do fundo	5,25%	5,97%	4,75%	6,01%
Taxa de desconto	4,75%	5,97%	4,75%	6,01%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	–	TV 88/90	–
Tábua de invalidez	SOA Trans Male	–	SOA Trans Male	–

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2007 de Euros 3 120 000 (2006: Euros 3 683 000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas actuariais	
	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Taxa de crescimento dos salários	3 696	4 944
Taxa de crescimento das pensões	3 993	2 926
Rendimento dos fundos	(4 569)	(4 187)
	3 120	3 683

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2008 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 53 754 000 (2006: Euros 53 133 000).

43. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2007, os débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	22 278	1 490	23 768
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	71 111	1 250	72 361
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	214	–	214
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	271	–	271
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	2 459	–	2 459
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	3 211	–	3 211
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	1 292	–	1 292
Bolsimo – Gest. Imobiliária, Lda.	57	–	57
	100 893	2 740	103 633

À data de 31 de Dezembro de 2007, os proveitos da Caixa sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	6	3 887	3 893
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	–	6 191	6 191
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	136	–	136
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	22 115	22 115
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	4 021	4 021
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	–	3 403	3 403
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	–	361	361
	142	39 978	40 120

À data de 31 de Dezembro de 2006, os proveitos da Caixa sobre empresas subsidiárias, incluídos na rubrica Comissões e proveitos são analisados como segue:

Empresa	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	4 163	4 163
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	5 878	5 878
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	18 428	18 428
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	2 720	2 720
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	1 896	1 896
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	312	312
Credint – Consultoria Financeira e Creditícia, S.A.	688	688
	34 085	34 085

44. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos geográficos

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a Caixa concentra-se num único segmento de negócio.

A Caixa desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a Caixa actua com especial enfoque nos mercados Português e Cabo Verdeano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral. O segmento Cabo Verde inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	853 012	11 489	(13 799)	850 702
Juros e encargos similares	524 874	11 010	(13 799)	522 085
Margem financeira	328 138	479	–	328 617
Comissões e outros proveitos	100 285	–	–	100 285
Comissões e outros custos	20 618	29	–	20 647
Comissões e outros proveitos líquidos	79 667	(29)	–	79 638
Resultados em operações financeiras e resultados de reavaliação cambial	(16 594)	(163)	–	(16 757)
Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos	228 475	41	–	228 516
Amortizações do exercício	15 676	2	–	15 678
Total de custos operacionais	244 151	43	–	244 194
Imparidade e provisões	95 183	–	–	95 183
Resultado antes de equivalência patrimonial	60 544	244	–	60 788
Resultados por equivalência patrimonial	2 307	–	–	2 307
Resultado consolidado do exercício	62 851	244	–	63 095

Indicadores de balanço	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	1 022 997	294 403	(294 348)	1 023 052
Crédito a clientes	14 605 447	–	–	14 605 447
Activos financeiros disponíveis para venda	909 935	–	(7 001)	902 934
Outros activos	366 678	618	–	367 296
Total do Activo	16 905 057	295 021	(301 349)	16 898 729
Recursos de outras instituições de crédito	952 282	–	(294 348)	657 934
Recursos de clientes	8 086 025	287 139	–	8 373 164
Responsabilidades representadas por títulos	5 846 404	–	–	5 846 404
Outros passivos	1 184 874	620	–	1 185 494
Total do Passivo	16 069 585	287 759	(294 348)	16 062 996
Total da Situação Líquida	835 472	7 262	(7 001)	835 733
Total do Passivo e Situação Líquida	16 905 057	295 021	(301 349)	16 898 729

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e proveitos equiparados	675 560	7 085	(8 198)	674 447
Juros e custos equiparados	369 719	6 831	(8 198)	368 352
Margem financeira	305 841	254	–	306 095
Comissões e outros proveitos	90 139	–	–	90 139
Comissões e outros custos	20 311	25	–	20 336
Comissões e outros proveitos líquidos	69 828	(25)	–	69 803
Resultados em operações financeiras e resultados de reavaliação cambial	(7 984)	161	–	(7 823)
Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos	218 258	50	–	218 308
Amortizações do exercício	12 884	–	–	12 884
Total de custos operacionais	231 142	50	–	231 192
Imparidade e provisões	75 399	–	–	75 399
Resultado antes de equivalência patrimonial	61 144	340	–	61 484
Resultados por equivalência patrimonial	2 136	–	–	2 136
Resultado consolidado do exercício	63 280	340	–	63 620

Indicadores de balanço	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	1 019 657	264 269	(264 150)	1 019 776
Crédito a clientes	13 660 648	–	–	13 660 648
Activos financeiros disponíveis para venda	894 978	–	(7 001)	887 977
Outros activos	330 028	211	–	330 239
Total do Activo	15 905 311	264 480	(271 151)	15 898 640
Recursos de outras instituições de crédito	1 119 856	238	(264 150)	855 944
Recursos de clientes	8 048 370	256 827	–	8 305 197
Responsabilidades representadas por títulos	5 487 890	–	–	5 487 890
Outros passivos	486 818	181	–	486 999
Total do Passivo	15 142 934	257 246	(264 150)	15 136 030
Total da Situação Líquida	762 377	7 234	(7 001)	762 610
Total do Passivo e Situação Líquida	15 905 311	264 480	(271 151)	15 898 640

45. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («Caixa») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da Caixa.

A análise e gestão dos riscos é efectuada de um modo integrado e numa óptica de Grupo, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que inclui quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado;
- Departamento de Risco Operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas.

O Departamento de Análise de Crédito a Empresas iniciou a sua actividade em Dezembro de 2007, integrando a função de análise de crédito a empresas, com o objectivo de segregar de forma mais objectiva a análise de risco nas principais operações ou exposições da função comercial, em linha com as melhores práticas e as recomendações do Comité de Basileia, procedendo-se igualmente à simplificação de processos e ao reforço do papel do risco no *pricing* das operações.

Em 2007, prosseguiram os diversos trabalhos no sentido do alinhamento com as melhores práticas internacionais e com o enquadramento do Acordo de Basileia II. Estes trabalhos têm envolvido a revisão de modelos internos de risco de crédito, a elaboração de modelos de *stress testing*, a instalação de soluções informáticas integradas e o desenvolvimento do *pricing* ajustado de risco nos principais produtos de crédito.

Foi igualmente prosseguido o projecto de gestão integrada de risco, contemplando as novas regras de cálculo de requisitos de fundos próprios e procedendo à integração da análise de gestão de activos e passivos e da imparidade do crédito, no contexto das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Neste âmbito, concluiu-se a integração informática dos cálculos de requisitos de capital, nos termos da nova regulamentação, para a carteira de crédito, assim como dos modelos de imparidade para crédito e activos financeiros e de diversos modelos no domínio da Gestão de Activos e Passivos («ALM»).

Adicionalmente, procedeu-se à integração informática dos novos modelos de *scoring* de crédito à habitação e de crédito individual e também à parametrização da informação e módulos de risco, na plataforma de apoio à actividade da Sala de Mercados.

Foi ainda concluído o desenvolvimento dos novos modelos de *rating* interno de empresas e de *scoring* de pequenos negócios, de novas metodologias de atribuição de limites de crédito a instituições financeiras e empresas não financeiras e de estimativas de severidade de perda («LGD») para as carteiras de crédito à habitação e de crédito individual.

No plano regulamentar, a DAGR tem assegurado os reportes de risco de taxa de juro, respondendo aos requisitos da instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, assim como o cálculo dos *gaps* estáticos de liquidez, no âmbito do novo reporte de risco de liquidez exigido pelo Banco de Portugal desde Outubro de 2007. Procedeu-se igualmente à candidatura, ao Banco de Portugal, para a adopção do método standard de cálculo de requisitos de capital para risco operacional.

A DAGR garantiu ainda o envio ao Banco de Portugal da informação solicitada no âmbito do Modelo de Avaliação de Riscos («MAR»), assim como a coordenação da transposição da Directiva de Mercados de Instrumentos Financeiros («DMIF»).

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da Caixa cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Activos e Passivos («ALCO»).

A Direcção de Auditoria Interna, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da Caixa.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria Interna avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. De modo a apoiar as estratégias comerciais, são também utilizados modelos de *scoring* comportamentais.

Em 2007, foram introduzidos nos sistemas de informação novos modelos de *scoring* reactivo para crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se igualmente em fase de operacionalização informática novos modelos de *rating* interno para empresas e de *scoring* para pequenos negócios.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2007, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2007										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	23 494	(276)	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Indústrias extractivas	5 263	(60)	-	-	-	-	-	-	-	-	956
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	45 658	(928)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 458
Têxteis e vestuário	21 700	(2 167)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 319
Curtumes e calçado	2 748	(144)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e cortiça	21 345	(321)	-	-	-	-	-	-	-	-	655
Papel e indústrias gráficas	14 391	(295)	-	-	-	-	-	-	-	-	319
Refinação de petróleo	34	-	-	-	-	-	1 972	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	16 577	(426)	-	-	-	-	1 056	-	-	-	765
Produtos minerais não metálicos	12 464	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	464
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	32 725	(551)	-	-	-	-	995	-	-	-	1 896
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	21 738	(374)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 708
Fabricação de Material de Transporte	4 980	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Outras indústrias transformadoras	17 197	(453)	-	-	-	-	8 049	-	-	-	380
Electricidade, gás e água	5 002	(146)	-	-	2 896	-	3 105	-	-	-	303
Construção e obras públicas	2 591 137	(64 908)	-	-	-	-	14 359	(998)	-	-	160 043
Comércio por grosso e a retalho	416 012	(12 244)	-	-	-	-	49	-	-	-	26 804
Turismo	159 069	(4 467)	-	-	-	-	3 910	(54)	-	-	17 891
Transportes e comunicações	49 635	(864)	-	-	-	-	13 088	-	-	-	4 286
Actividades financeiras	19 644	(561)	11 427	-	32 822	-	779 301	(3 761)	-	-	42 182
Actividades imobiliárias	946 312	(23 845)	-	-	-	-	32 744	-	-	-	68 227
Serviços prestados às empresas	310 922	(4 917)	-	-	-	-	-	-	-	-	62
Administração e serviços públicos	56 468	(45)	-	-	-	-	8 127	-	39 371	-	12 616
Outras actividades de serviços colectivos	97 804	(2 946)	-	-	-	-	700	-	-	-	4 005
Crédito à Habitação	9 649 663	(160 318)	-	-	-	-	48 082	-	-	-	11 146
Outros	361 512	(16 466)	-	-	-	-	210	-	-	-	9 689
TOTAL	14 903 494	(298 047)	11 427	-	35 718	-	907 747	(4 813)	39 371	-	367 978

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2006, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2006										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	13 722	(199)	-	-	-	-	-	-	-	-	673
Indústrias extractivas	2 007	(41)	-	-	-	-	-	-	-	-	493
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	32 244	(1 162)	-	-	-	-	-	-	-	-	774
Têxteis e vestuário	12 403	(1 642)	-	-	-	-	20	-	-	-	1 340
Curtumes e calçado	1 056	(52)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e cortiça	13 384	(733)	-	-	-	-	-	-	-	-	689
Papel e indústrias gráficas	10 589	(914)	-	-	-	-	1 621	-	-	-	293
Refinação de petróleo	12	(1)	-	-	-	-	55	-	-	-	39
Produtos químicos e de borracha	10 608	(161)	-	-	-	-	1 048	-	-	-	313
Produtos minerais não metálicos	9 894	(260)	-	-	-	-	-	-	-	-	353
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	17 715	(583)	-	-	-	-	-	-	-	-	950
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	9 136	(167)	-	-	-	-	-	-	-	-	808
Fabricação de Material de Transporte	3 697	(99)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	14 777	(667)	-	-	-	-	10 065	-	-	-	463
Electricidade, gás e água	8 559	(108)	-	-	-	-	2 166	-	-	-	201
Construção e obras públicas	2 369 826	(63 836)	-	-	-	-	2 939	(998)	-	-	145 013
Comércio por grosso e a retalho	297 898	(15 462)	-	-	-	-	-	-	-	-	19 589
Turismo	137 036	(3 572)	-	-	-	-	4 752	(53)	-	-	16 603
Transportes e comunicações	31 395	(563)	-	-	-	-	8 054	-	-	-	4 678
Actividades financeiras	12 976	(147)	6 214	-	20 380	-	818 590	(197)	-	-	3 117
Actividades imobiliárias	885 016	(22 299)	-	-	-	-	10	-	-	-	48 857
Serviços prestados às empresas	110 136	(3 839)	-	-	-	-	-	-	-	-	23 459
Administração e serviços públicos	56 185	(1)	-	-	-	-	4 905	-	36 044	-	55
Outras actividades de serviços colectivos	64 379	(2 153)	-	-	-	-	-	-	-	-	4 532
Crédito à Habitação	8 727 598	(158 260)	-	-	-	-	34 800	-	-	-	12 015
Outros	1 105 401	(20 080)	-	-	-	-	210	-	-	-	15 036
TOTAL	13 957 649	(297 001)	6 214	-	20 380	-	889 235	(1 248)	36 044	-	300 343

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2007, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emittentes *investment grade*, com o valor *nocional* das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 18 000 000 e Euros 25 000 000, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («*VaR*»).

As carteiras próprias encontram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável, exibindo por isso níveis de *VaR* muito reduzidos (o cálculo do *VaR* é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%). A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem genericamente em níveis de *investment grade*.

Em 2007, as carteiras próprias mantiveram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável. Assim sendo, o *Value at Risk* («*VaR*») para risco de mercado manteve-se em níveis muito reduzidos, embora tenha registado um aumento (para 0,1%, com um horizonte de 10 dias e grau de confiança de 99%), face à maior volatilidade observada nos principais mercados financeiros. Concomitantemente, a duração média da carteira manteve-se reduzida.

Considerando o elevado peso de obrigações de taxa variável na carteira de activos financeiros, o *VaR* diário tem observado valores reduzidos, tendo atingido cerca de Euros 430 000 no final de 2007.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2007 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 1 200 000 000 (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	2007				2006			
	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000
GAP de taxa de juro	1 219 632	865 630	1 219 632	511 628	–	–	–	–
<i>VaR</i>	430	319	492	117	86	88	189	51

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a Caixa calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	de 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
31 de Dezembro de 2007					
Activo	10 127 837	4 218 669	51 868	659 517	4 196
Fora de balanço	152 500	–	141 500	204 450	50 000
Total	10 280 337	4 218 669	193 368	863 967	54 196
Passivo	9 032 860	1 728 903	792 090	2 185 830	50 000
Fora de balanço	239 103	308 119	50 000	–	4 000
Total	9 271 963	2 037 022	842 090	2 185 830	54 000
31 de Dezembro de 2006					
Activo	9 585 777	4 347 756	48 920	746 505	201
Fora de balanço	25 000	86 750	293 655	–	–
Total	9 610 777	4 434 506	342 575	746 505	201
Passivo	9 048 006	1 973 276	809 730	2 225 837	10 000
Fora de balanço	609 385	211 070	–	–	–
Total	9 657 391	2 184 346	809 730	2 225 837	10 000

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Dezembro de 2007, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 25 412 900 (30 de Junho de 2007: Euros 18 791 500).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da Caixa, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

PRODUTOS	2007			2006		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	14 410 197	5,32	767 170	13 493 725	4,34	585 466
Disponibilidades	161 331	3,47	5 605	152 849	2,67	4 081
Carteira de Títulos	953 922	4,40	41 956	877 913	4,18	36 674
Aplicações interbancárias	511 154	3,80	19 411	676 937	3,21	21 730
Outras aplicações	4 804	4,07	196	4 804	2,92	140
<i>Swaps</i>	–	–	13 103	–	–	23 744
Total Aplicações	16 041 408		847 441	15 206 228		671 835
Recursos						
Depósitos de clientes	7 994 440	2,40	223 346	7 983 630	1,92	167 461
Recursos titulados	6 651 371	4,66	253 395	6 436 807	2,90	174 530
Recursos interbancários	34 231	2,29	784	163 875	2,91	4 768
Recursos de titularização	710 259	3,73	26 459	–	–	–
Outros recursos	983	2,29	23	780	1,88	15
<i>Swaps</i>	–	–	14 816	–	–	18 968
Total Recursos	15 391 284		518 823	14 585 092		365 742

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisado como segue:

	2007							Valor Total Euros '000
	Dólares Norte	Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras		
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	265 103	1 841	982	186	–	–	1 089	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88 330	649	466	73	–	–	1 311	62 664
Aplicações em instituições de crédito	633 878	29 023	–	–	–	–	120	663 021
Crédito a clientes	14 603 244	1 632	–	–	–	–	571	14 108 881
Activos financeiros detidos para negociação	11 427	–	–	–	–	–	–	11 596
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	35 591	2	–	–	13	112	–	35 718
Activos financeiros disponíveis para venda	900 899	2 035	–	–	–	–	–	905 195
Derivados de cobertura	9 312	–	–	–	–	224	–	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	39 371	–	–	–	–	–	–	39 371
Investimentos em associadas e outras	22 735	–	–	–	–	–	–	30 597
Outros activos tangíveis	80 926	–	–	–	–	–	–	80 921
Activos intangíveis	13 619	–	–	–	–	–	–	13 619
Outros activos	104 278	109	3 545	1 580	8 711	37 554	734	204 859
	16 808 713	35 291	4 993	1 839	8 724	37 890	3 825	16 435 179
Passivo por moeda								
Recursos de outras instituições de crédito	653 222	4 547	–	45	–	–	120	952 282
Recursos de clientes	8 348 048	22 851	766	1 393	–	–	106	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	5 798 101	2 038	–	–	37 554	8 711	–	5 246 771
Passivos financeiros detidos para negociação	12 196	–	–	–	–	–	–	12 809
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	47 249	12	–	–	–	–	–	47 261
Derivados de cobertura	3 820	–	–	–	–	–	–	3 820
Provisões	1 736	–	–	–	–	–	–	98 720
Passivos subordinados	301 848	–	–	–	–	–	–	301 848
Outros passivos	807 927	5 847	1 030	–	13	337	3 479	807 599
Total Passivo	15 974 147	35 295	1 796	1 438	37 567	9 048	3 705	15 557 135
Activo / (Passivo) líquido por moeda	834 566	(4)	3 197	401	(28 843)	28 842	120	878 044
Situação Líquida	838 279	–	–	–	–	–	–	878 044
Exposição Líquida	(3 713)	(4)	3 197	401	(28 843)	28 842	120	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2006, por moeda, é analisado como segue:

	2006							Valor Total Euros '000
	Dólares Norte		Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras	
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	238 493	2 006	497	263	–	–	1 513	242 772
Disponibilidades em outras instituições de crédito	104 397	914	391	341	–	–	521	75 321
Aplicações em instituições de crédito	640 803	27 217	–	–	–	–	2 420	670 440
Crédito a clientes	13 659 826	38	–	–	–	–	784	12 941 563
Activos financeiros detidos para negociação	6 214	–	–	–	–	–	–	6 349
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20 380	–	–	–	–	–	–	20 380
Activos financeiros disponíveis para venda	887 218	759	–	–	–	–	–	890 238
Derivados de cobertura	14 220	–	–	–	–	–	–	14 220
Investimentos detidos até à maturidade	36 044	–	–	–	–	–	–	36 044
Investimentos em associadas e outras	20 417	–	–	–	–	–	–	28 236
Outros activos tangíveis	79 035	–	–	–	–	–	–	79 028
Activos intangíveis	11 258	–	–	–	–	–	–	11 258
Outros activos	91 804	50	2 085	2 584	–	–	46 148	207 039
	15 810 109	30 984	2 973	3 188	–	–	51 386	15 222 888
Passivo por moeda								
Recursos de outras instituições de crédito	852 951	2 889	–	32	–	–	72	1 119 856
Recursos de clientes	8 280 638	22 298	780	1 395	–	–	86	8 048 370
Responsabilidades representadas por títulos	5 487 890	–	–	–	9 765	36 383	–	4 670 843
Passivos financeiros detidos para negociação	7 273	–	–	–	–	–	–	7 453
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	34 290	–	–	–	–	–	–	34 290
Derivados de cobertura	7 199	–	–	–	–	–	–	7 199
Provisões	4 978	–	–	–	–	–	–	92 772
Passivos subordinados	301 229	–	–	–	–	–	–	301 229
Outros passivos	120 647	5 483	582	238	–	–	5 080	118 701
Total Passivo	15 097 095	30 670	1 362	1 665	9 765	36 383	5 238	14 400 713
Activo / (Passivo) líquido por moeda	713 014	314	1 611	1 523	(9 765)	(36 383)	46 148	822 175
Situação Líquida	762 610	–	–	–	–	–	–	822 175
Exposição Líquida	(49 596)	314	1 611	1 523	(9 765)	(36 383)	46 148	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo a instrução n.º 1/2000 do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2007 o rácio de liquidez era de 102,02% (2006: 97,33%).

Risco Operacional

Relativamente ao risco operacional, após a conclusão do desenvolvimento do modelo de gestão de risco, abrangendo todas as unidades da estrutura orgânica, procedeu-se à candidatura ao método standard para cálculo de requisitos de fundos próprios associados a risco operacional.

Para a gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que tem como intuito assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a Caixa está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Em termos prudenciais, a Caixa está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital da Caixa dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis e os resultados retidos do período. São deduzidos pelo seu valor de balanço os montantes relativos a activos intangíveis, custos diferidos e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Em 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor;
- Deduções («D»): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos e eventuais excedentes de exposição aos limites de grandes riscos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. No caso das participações em instituições sujeitas à supervisão em base consolidada, nos termos do artigo 131.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou à supervisão complementar prevista no Decreto-Lei n.º 145/2006, a Caixa não procede à inclusão destas participações nestas deduções. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

O reconhecimento prudencial nos fundos próprios da Caixa do impacto da adopção das IFRS em Janeiro de 2005 está a ser efectuado de forma linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal):

- Até 2012 – na componente associada ao impacto da alteração de tábuas de mortalidade (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 37 milhões de euros);
- Até 2011 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de benefícios médicos pós-emprego (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 11 milhões de euros);
- Até 2009 – na componente associada ao impacto do reconhecimento de pensões de reforma e sobrevivência (em 31 de Dezembro de 2007 faltam incorporar 39 milhões de euros).

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da Caixa para 31 de Dezembro de 2007 e 2006 apresenta-se como segue:

	2007	2006
	Euros '000	Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	635 000	585 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	203 199	240 433
Outros ajustamentos regulamentares	(77 588)	(186 015)
Impacto na transição para as NIC/NCA	71 206	94 046
	<hr/> 831 817	<hr/> 733 464
Fundos Próprios Complementares		
<i>Upper Tier 2</i>	114 598	119 082
<i>Lower Tier 2</i>	200 000	200 000
	<hr/> 314 598	<hr/> 319 082
Deduções aos fundos próprios totais	(16 594)	(15 847)
<i>Fundos próprios totais</i>	<hr/> 1 129 821	<hr/> 1 036 699
Requisitos de Fundos Próprios		
Requisitos exigidos pelo Aviso n.º 1/93	940 122	841 824
Carteira de negociação	–	1 638
	<hr/> 940 122	<hr/> 843 462
Rácios Prudenciais		
Rácio Tier 1	7,08%	6,96%
Rácio de Solvabilidade	9,61%	9,83%

46. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Caixa ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação mandatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo *European Financial Reporting Advisory Group* – EFRAG (EFRAG).

Esta norma revista, introduz os seguintes novos aspectos:

- a) Conjunto completo de demonstrações financeiras:
 - Alteração da nomenclatura de dois dos elementos que fazem parte de um conjunto completo de demonstrações financeiras: 1) Demonstração da Posição Financeira, e 2) Demonstração de fluxos de caixa;
 - Apresentação obrigatória de informação comparativa em relação ao período mais recente, sempre que uma entidade aplique retrospectivamente uma política contabilística ou tenha efectuado um ajustamento ou reclassificação às demonstrações financeiras retrospectivamente;
- b) Reporte de alterações nos capitais próprios directamente detidos pelos accionistas e *comprehensive income*:
 - Alterações nos capitais próprios resultantes de transacções com accionistas devem ser apresentadas separadamente das alterações resultantes de outras transacções;
 - Custos e proveitos deverão ser apresentados separadamente numa única demonstração ou em duas demonstrações separadamente da Demonstração de alterações no capital próprio;
 - As componentes do resultado não apresentadas em resultados do exercício, ditas outras componentes do resultado (*other comprehensive income*), deverão ser apresentadas na demonstração de resultados completo (*comprehensive income*);
 - Apresentação nas demonstrações financeiras do resultado completo total;
- c) Outras componentes do resultado:
 - Apresentação dos resultados fiscais associados a cada componente das outras componentes de resultado;
 - Apresentação das reclassificações de outras componentes de resultados reconhecidas em períodos anteriores para resultados do exercício.
- d) Apresentação de dividendos:
 - Os dividendos são considerados distribuições aos detentores de capital (*owners*) e os montantes atribuídos por acção devem ser apresentados na Demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas às demonstrações financeiras.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (Alterada) – Custos de Empréstimos Obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS 23 – Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação mandatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo *Accounting Regulatory Committee* (ARC).

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Outros custos com empréstimos obtidos são reconhecidos em custos do exercício.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma, não esperando que daí resultem impactos significativos.

IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, com data efectiva de aplicação mandatória em 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

As principais alterações à IAS 27 prendem-se com:

- Alteração da denominação de interesses minoritários para interesses sem controlo (*noncontrolling interest*);
- Reconhecimento dos interesses sem controlo nos capitais próprios, contudo separadamente da parte atribuível aos interesses que detêm o controlo;
- O resultado completo total (*total comprehensive income*) é atribuído aos detentores do capital da casa-mãe assim como aos detentores de interesses sem controlo, mesmo que este resultado seja negativo;
- Alterações de controlo dos interesses da casa-mãe que não resultem na perda desse controlo, não geram quaisquer ganhos nem perdas reconhecidas em resultados. Da mesma forma, nenhuma alteração nos activos, incluindo *Goodwill*, e passivos é reconhecida;
- Sempre que uma entidade perca controlo sobre uma subsidiária, associada ou num investimento conjunto é reconhecida uma perda ou ganho em resultados do exercício. Qualquer investimento retido é mensurado ao justo valor na data da perda do controlo.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAG.

A IFRS 2 alterada visou apenas esclarecer a definição das condições de aquisição e de cancelamentos desses mesmos direitos.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades empresariais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontrase em análise pelo EFRAG.

A IFRS3 revista resulta da segunda fase do processo de convergência entre os IFRS e o US GAAP, cujas principais conclusões incluem o reconhecimento de uma concentração de actividades empresariais pelo método da compra (já introduzido na versão anterior da IFRS3) e estabelece qual o critério de identificação e reconhecimento de um activo intangível separadamente do *Goodwill*, nomeadamente pelo facto e existirem direitos contratuais ou outros legais e a possibilidade da sua separação, isto é, através da venda, transferência, licenciamento, aluguer, troca, entre outras.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação mandatária para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á a apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

A presente norma não terá qualquer impacto ao nível da Caixa.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo ARC.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 14 IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 14 IAS 19 – Limite de benefícios definidos e requisitos de financiamento mínimo e sua interacção, com data efectiva de aplicação mandatária em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A aprovação por parte da Comissão Europeia encontra-se em análise pelo EFRAC.

A mensuração de um activo por benefícios definidos está estipulada no parágrafo 58 da IAS 19. Esta interpretação visa esclarecer a) como uma entidade deverá reconhecer o efeito de requisitos estatutários ou contratuais de financiamento de benefícios definidos, e b) quando um superávit no plano de pensões poderá ser reconhecido. A existência de um requisito de financiamento mínimo poderá limitar a capacidade de uma entidade reduzir as suas contribuições futuras para esse plano. Adicionalmente, a existência de um limite de valorização de um activo por benefícios definidos poderá tornar o requisito de financiamento mínimo, oneroso. Geralmente, o requisito de serem efectuadas contribuições para um plano não afecta a mensuração de um activo ou passivo por benefícios definidos.

Contudo, um requisito de financiamento mínimo poderá dar origem ao reconhecimento de um passivo, se a contribuição requerida não tiver sido paga.

A Caixa encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal e o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 Dezembro de 2007 da **Caixa Económica Montepio Geral (Caixa)**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 16.898.729 milhares de euros e um total de situação líquida atribuível ao Grupo de 835.733 milhares de euros, incluindo um resultado do exercício de 63.095 milhares de euros) e nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações na situação líquida do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira consolidada adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação da informação financeira consolidada, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas pela União Europeia, que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira, que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto de empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria.

ÂMBITO

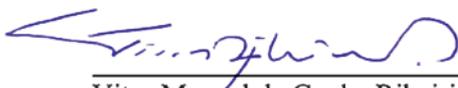
5. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se a informação financeira consolidada está isenta de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação e do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, a referida informação financeira consolidada, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Caixa Económica Montepio Geral**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) conforme adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 10 de Março de 2008

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n.º 1081)

Exmo. Conselho de Administração da
Caixa Económica Montepio Geral

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

287

CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea a) do n.º 1 do artº 52º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro e demais legislação aplicável.
2. Procedemos à revisão legal da **Caixa Económica Montepio Geral**, incluindo os exames das suas Contas tanto Individuais como Consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA’s”) tal como definidas pelo Banco de Portugal e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia, respectivamente. Os nossos exames foram realizados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência dos exames efectuados, emitimos nesta data as respectivas Certificações Legais de Contas, ambas sem reservas.
3. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

Relativamente às contas individuais:

- (1) Acompanhamento da gestão da Caixa, através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários.
- (2) Apreciação das políticas contabilísticas da Caixa quanto à sua adequação e consistência.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações na situação líquida do exercício então findo, bem como as Notas explicativas a estas demonstrações financeiras, com as (“NCA’s”).
- (4) Verificação da conformidade das Contas com os registos contabilísticos de suporte.
- (5) Ao nível do sistema de controlo interno foram efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados.

(6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- Revisão analítica da rubrica Créditos a clientes.
- Confirmação dos saldos das disponibilidades à vista e outros créditos sobre instituições de crédito.
- Análise dos movimentos ocorridos nos outros activos tangíveis e intangíveis bem como nas respectivas amortizações.
- Análise dos Outros activos e passivos.
- Análise das outras contas do Passivo, com realce para os Recursos de outras instituições de crédito, para os Recursos de clientes, e para as Responsabilidades representadas por títulos.
- Análise e revisão da adequação da imparidade do crédito registada no balanço, e da imparidade de outros activos financeiros, quer numa perspectiva económica quer tendo em consideração as regras aplicáveis do Banco de Portugal.
- Análise do inventário de derivados e do seu correcto registo contabilístico.
- Análise da situação fiscal da Caixa.
- Revisão analítica das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu reconhecimento.
- Apreciação da informação divulgada nas Notas explicativas às demonstrações financeiras.

Relativamente às contas consolidadas:

O trabalho efectuado compreendeu, entre outros procedimentos, a conferência dos critérios de consolidação contabilística, relativamente à sua adequação, a verificação da correcção dos mapas de consolidação, relativamente aos valores das sociedades afiliadas e associadas detidas pela Caixa, a verificação da correcção do balanço consolidado, das demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações na situação líquida consolidada e a apreciação da informação divulgada nas respectivas Notas explicativas.

4. Apreciamos ainda a conformidade do Relatório de gestão do Conselho de Administração com as contas examinadas, tanto individuais como consolidadas, e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5. Solicitámos a Declaração do Órgão de Gestão prevista nas Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
6. Nesta oportunidade agradecemos toda a colaboração obtida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 10 de Março de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Representada por



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n.º 1081)

9.10. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea f) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007 da Caixa Económica e das empresas participadas englobadas na consolidação, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Procedemos à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Contas consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios relativos ao exercício de 2007 e as respectivas Notas às demonstrações financeiras consolidadas;
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspectos essenciais, o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações financeiras consolidadas que são apresentadas, assim como satisfaz os requisitos legais e estatutários;
3. A Caixa Económica, dando cumprimento ao disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, aplicado às Instituições Financeiras pelos Avisos n.ºs 1 a 6/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, desde 1 de Janeiro de 2005 que adopta na elaboração das suas Demonstrações financeiras consolidadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia, pelo que, as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2007 e 2006 são comparáveis;
4. Na apreciação das Demonstrações financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas, sem reservas, e o Relatório anual sobre a fiscalização efectuada às contas consolidadas, elaborados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com cujos teores concordámos;
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, Demonstração dos resultados consolidados, Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício de 2007 e respectivas Notas explicativas) são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Caixa Económica e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2007, e à forma como se formaram os resultados consolidados de 2007.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Lisboa, 10 de Março de 2008

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – *Presidente*

Gabriel José dos Santos Fernandes – *Vogal*

José Moreira Venâncio – *Vogal*

9.11. DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE DO CONSELHO FISCAL

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

No cumprimento das competências definidas estatutariamente, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalizar a actividade da Instituição expressando uma opinião profissional baseada no exame efectuado ao relatório de gestão e às demonstrações financeiras.

Pela presente declaração, confirmamos todos os elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, nos foram facultados:

- A informação financeira individual e consolidada que dá uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.
- O relatório de gestão que expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, 10 de Março de 2008

O CONSELHO FISCAL
Manuel Jacinto Nunes – *Presidente*
Gabriel José dos Santos Fernandes – *Vogal*
José Moreira Venâncio – *Vogal*



10. Relatório do Governo Institucional

Em conformidade com o estabelecido no Regulamento n.º 7/2001 (alterado pelos Regulamentos n.ºs 11/2003, 10/2005 e 3/2006), o presente relatório visa divulgar, de forma transparente e clara, as práticas de Governação implementadas na Instituição, de acordo com a sua natureza jurídica, dando observância às recomendações da CMVM.

Em 2007, com o objectivo de maximizar o valor para o mercado em geral e para os associados em particular, prosseguiram-se os trabalhos de desenvolvimento do sistema de Governação.

CAPÍTULO 0

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Face às recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), indica-se o grau de adopção e de aplicabilidade das mesmas.

RECOMENDAÇÕES DA CMVM

I – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

RECOMENDAÇÃO 1

A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.

GRAU DE ADOÇÃO

Não aplicável.

Juridicamente, nem a Caixa Económica Montepio Geral nem a Associação Mutualista são sociedades. Não têm acções.

Não somos uma entidade que recorra ao mercado para constituição do seu capital.

II – EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

RECOMENDAÇÃO 2

Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em AG superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência.

Adoptada de acordo com o estipulado estatutariamente.

Admitimos o exercício do direito de voto por todos os associados em termos iguais.

O voto por correspondência é usado apenas na eleição dos titulares dos órgãos sociais.

III – REGRAS SOCIETÁRIAS

RECOMENDAÇÃO 3

A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.

Adoptada.

RECOMENDAÇÕES DA CMVM (continuação)

III – REGRAS SOCIETÁRIAS (continuação)

RECOMENDAÇÃO 4

As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

RECOMENDAÇÃO 5

O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.

RECOMENDAÇÃO 5-A

O órgão de administração deve incluir um número suficiente de administradores não executivos cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.

RECOMENDAÇÃO 6

De entre os membros não executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas exista um administrador não executivo este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.

RECOMENDAÇÃO 7

O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.

RECOMENDAÇÃO 8

A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.

RECOMENDAÇÃO 8-A

Deve ser submetida à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.

GRAU DE ADOPÇÃO

Não aplicável.

Adoptada.

É aplicado o disposto nos Estatutos.

Todos os membros do órgão de administração são executivos.

Não aplicável.

Todos os membros do órgão de administração são executivos. Constituído por cinco elementos, não há a possibilidade prática de criar as comissões a que se refere esta recomendação.

Internamente, a função destas comissões é, em boa parte, exercida pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Geral.

A remuneração dos membros do órgão de administração é divulgada nos termos constantes do Capítulo IV – Órgão de Administração.

Adoptada.

Nos termos estatutários, a Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral anual de Associados, é composta por associados com poderes para fixação das retribuições dos titulares dos órgãos sociais. Foi deliberado em Assembleia Geral que a Comissão de Vencimentos informe, no decurso de cada exercício económico, os critérios utilizados para determinar as remunerações dos órgãos sociais.

RECOMENDAÇÕES DA CMVM (continuação)

IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO (continuação)

RECOMENDAÇÃO 9

Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO 10

Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos e atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções ou com base nas variações de preço, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer.

RECOMENDAÇÃO 10-A

A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades.

RECOMENDAÇÃO 11

Os investidores institucionais devem tomar em consideração quanto a uma utilização diligente, eficiente e crítica dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que sejam titulares ou cuja gestão se lhes encontra confiada, nomeadamente quanto aos direitos de informação e de voto.

GRAU DE ADOPÇÃO

Adoptada.

Não aplicável.

Justificação idêntica à apresentada na recomendação 1.

Adoptada.

Não estando formalmente instituída uma política de comunicação de irregularidades, a Direcção de Auditoria Interna é o órgão responsável por este processo.

Adoptada.

CAPÍTULO I – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. ESTRUTURA, REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS

Os órgãos associativos e institucionais comuns ao Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) e à Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) são: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Geral. A sua composição encontra-se descrita no ponto 1 do Relatório de Gestão.

Assembleia Geral

Reúne todos os associados efectivos do Montepio Geral, maiores, admitidos há mais de 2 anos, tendo cada membro direito a um voto.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Eleger ou destituir os titulares dos órgãos sociais;
- deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
- deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, as contas do exercício e parecer do Conselho Fiscal e, ainda, apreciar o relatório do Conselho Geral;
- deliberar sobre o programa de acção e orçamento apresentados pelo Conselho de Administração, e sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre a aplicação dos resultados; e

O funcionamento das Assembleias Gerais é regido por um Regulamento próprio, em complemento dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, a quem compete convocar a Assembleia Geral e dirigir os trabalhos, e dois Secretários, a quem cabe, em especial, lavrar as actas das sessões e emitir as respectivas certidões.

A Assembleia Geral sob forma ordinária não poderá reunir, em primeira data da convocação, sem estarem presentes, pelo menos, metade dos membros. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar, decorrida uma hora, seja qual for o número de membros.

Todavia, as deliberações sobre a reforma ou alteração dos Estatutos, fusão, cisão, transformação e incorporação de ou na Caixa Económica, exige a presença de, pelo menos, dois terços de todos os seus membros, em primeira convocação, e com qualquer número de membros, em segunda convocação, dentro de vinte dias mas não antes de quinze.

Todos os documentos referentes à ordem de trabalhos do aviso convocatório são colocados à disposição dos membros, na sede, nos quinze dias antecedentes à sessão que devam ser apreciados, e enviados à CMVM e à EURONEXT quando dizem respeito a documentos de prestação de contas, dando cumprimento ao estipulado por lei ou regulamento.

De igual modo, a convocatória é publicada nos seguintes canais:

- nos *media*;
- no *website* do Montepio (www.montepio.pt);
- no domínio da extranet da CMVM;
- no portal interno *Intranet*.

Em 2007 procedeu-se, também, à publicação, no domínio da *extranet* da CMVM, de um sumário das deliberações tomadas em Assembleia Geral anual de aprovação de contas.

Ao longo do ano, realizaram-se duas Assembleias Gerais ordinárias e uma Assembleia Geral extraordinária.

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ASSOCIADOS REALIZADAS EM 2007

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA (1)	
<ul style="list-style-type: none"> • Suspensão de uma secção de um dos capítulos do Regulamento de Benefícios do Montepio Geral – Associação Mutualista, na versão em vigor até à Assembleia Geral extraordinária iniciada em 26 de Julho de 2006; • Aprovação da tabela técnica correspondente à invalidez absoluta e definitiva na Modalidade Capitais Temporários por Invalidez, objecto de aprovação na mesma Assembleia Geral; • Fixar o montante da comparticipação das Modalidades Capitais de Reforma /Complemento de Rendimento e Poupança Reforma para o Fundo de Administração, no exercício de 2007. 	<p>26 de Fevereiro (1.ª convocação) 14 de Março (2.ª convocação)</p>
ASSEMBLEIAS ORDINÁRIAS (2)	
<ul style="list-style-type: none"> • Deliberar sobre o Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2006, do Montepio Geral – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral e ainda sobre o Relatório e Contas Consolidadas desta última; • Deliberar sobre as propostas de aplicação de resultados do Montepio Geral – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral; • Apreciar o Relatório da Actividade do Conselho Geral, relativo ao exercício de 2006; • Deliberar sobre proposta de reforma dos Estatutos do Montepio Gera – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral, do Regulamento da Assembleia Geral e do Regulamento Eleitoral, apresentada pelo Conselho de Administração em conformidade com o Parecer do Conselho Geral e eleição de uma Comissão de cinco membros para elaborar os respectivos projectos; • Deliberar sobre proposta respeitante à regulamentação da actuação da Comissão com poderes para a fixação das retribuições dos Órgãos Associativos e Institucionais. • Deliberar sobre o Programa de Acção, Orçamento e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2008, do Montepio Geral – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral que lhe está anexa. 	<p>28 de Março (1.ª convocação) 28 de Março (2.ª convocação)</p> <p>20 de Dezembro (1.ª convocação) 20 de Dezembro (2.ª convocação)</p>

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão associativo e institucional responsável pela gestão do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) e da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG).

Compete-lhe, designadamente:

- a deliberação sobre o aumento de capital institucional e sobre a emissão de títulos representativos de unidades do fundo de participação;
- a deliberação sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- a deliberação sobre a abertura e encerramento de sucursais e de qualquer outra forma de representação;
- a elaboração, anual, do relatório e contas e a proposta de distribuição de resultados, bem como o programa de acção e orçamento para o ano seguinte.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, composto por um Presidente e dois Vogais, exerce o controlo e fiscaliza a actividade do MGAM e da CEMG.

O Conselho Fiscal só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

Em 2007, o Conselho Fiscal reuniu vinte e seis vezes.

Conselho Geral

O Conselho Geral é composto pelos titulares da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como por vogais eleitos entre os membros da Assembleia Geral. Compete-lhe, designadamente, a orientação estratégica do MGAM e da CEMG e, sob proposta do Conselho de Administração, a aprovação das linhas gerais de orientação dos planos plurianuais de acção e suas actualizações.

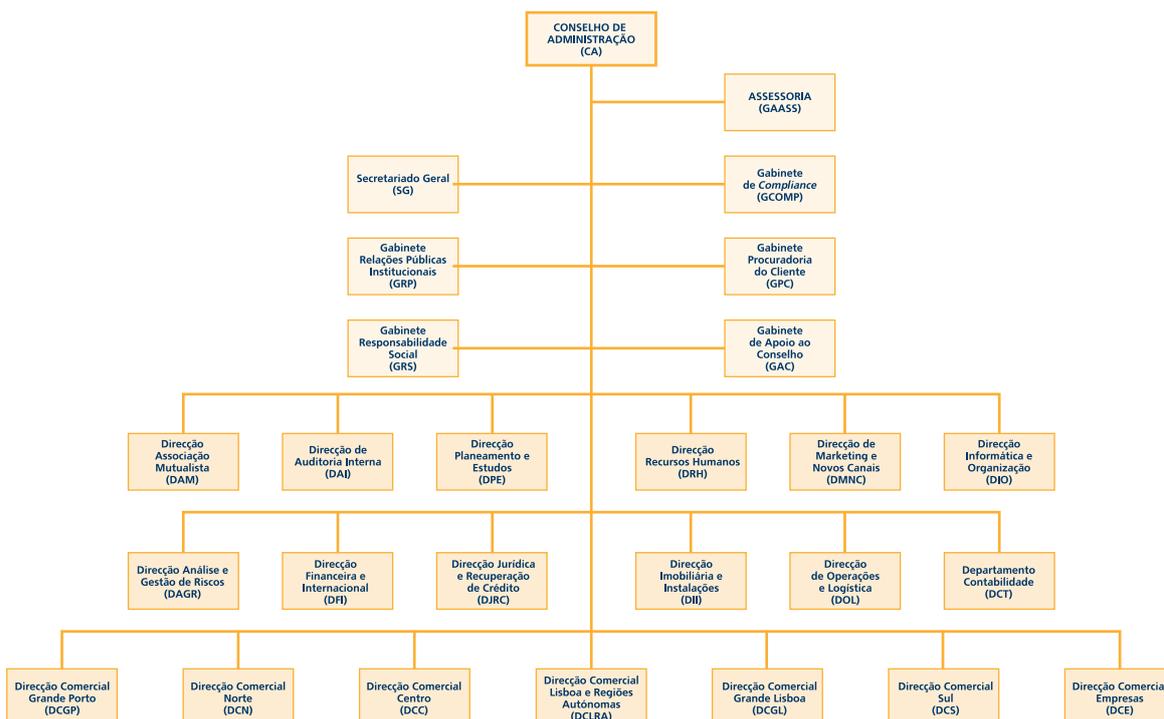
O Conselho Geral é convocado pelo Presidente, em regra, com a antecedência mínima de oito dias, e as deliberações são tomadas pela maioria dos seus titulares.

O Conselho Geral reuniu por cinco vezes em 2007.

Estrutura organizativa e funcional do Montepio Geral

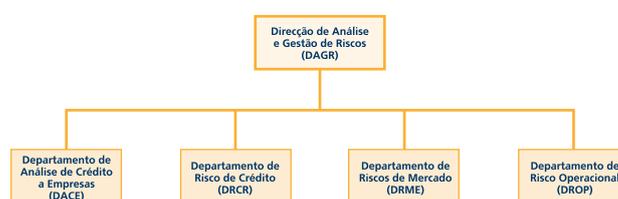
O Montepio Geral tem as suas actividades estruturadas de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pelo Conselho de Administração.

Em 2007 foram efectuados reajustamentos, com as adaptações e melhoramentos considerados necessários, a fim de dotar a Instituição de uma estrutura organizacional ainda mais flexível e permitir uma melhor conjugação de esforços potenciais de uma maior eficiência e rentabilidade.



Na actual estrutura destacam-se:

- a autonomia do Gabinete de *Compliance* que passou a estar na dependência directa do Conselho de Administração e que tem como missão zelar pelo cumprimento da lei, regras, códigos de conduta e normativos (internos e externos) que pautam a actividade da Instituição. Internamente organizado por dois núcleos: de *Compliance* e de Prevenção de Branqueamento de Capitais, estabelece, na sua estrutura, o recurso a «Representantes de *Compliance*» que dela dependem hierárquica e funcionalmente, ainda que possam estar afectos a uma ou várias unidades orgânicas, em função da identificação de maior exposição ao risco de *compliance*;
- a inserção, na Direcção de Análise e Gestão de Riscos, do Departamento de Análise de Crédito a Empresas.



Na sequência destes reajustamentos, a distribuição de pelouros do órgão de administração é a seguinte:

Presidente: José da Silva Lopes

Direcção de Planeamento e Estudos, Direcção de Análise e Gestão de Riscos, Gabinete de Relações Públicas Institucionais, Gabinete de Responsabilidade Social, Gabinete de *Compliance*.

Vogal: António Tomás Correia

Secretariado Geral, Direcções Comerciais, Direcção de Marketing e Novos Canais, Gabinete de Apoio ao Conselho, Gabinete de Procuradoria do Cliente.

Vogal: José de Almeida Serra

Direcção de Associação Mutualista e Direcção Financeira e Internacional.

Vogal: Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Direcção de Recursos Humanos, Direcção de Operações e Logística e Direcção de Informática e Organização.

Vogal: Eduardo José da Silva Farinha

Direcção de Auditoria Interna, Direcção Imobiliária e Instalações, Direcção Jurídica e Recuperação de Crédito e Departamento de Contabilidade.

2. SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DE RISCOS

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos, o órgão responsável pela análise e gestão dos riscos da Instituição e das empresas participadas, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O sistema de gestão e controlo de riscos é tratado de forma detalhada em capítulo próprio do Relatório de Gestão.

3. CAPITAL INSTITUCIONAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital institucional da CEMG, totalmente detido pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, era de 635 milhões de euros e estava integralmente realizado.

De acordo com o estipulado no artigo 7.º dos Estatutos da CEMG, o capital institucional é permanente, não é exigível e não dá origem ao pagamento de juros ou dividendos.

Os resultados dos exercícios da CEMG, instituição anexa ao Montepio Geral – Associação Mutualista, seu fundador, após as deduções estatutariamente previstas, são colocados à disposição da Associação Mutualista.

4. COMISSÃO DE VENCIMENTOS

A Comissão de Vencimentos, com poderes para a afixação das remunerações dos órgãos associativos, é composta por três Associados, um Presidente e dois Vogais.

Eleita em Assembleia Geral de Associados, nenhum dos membros dessa Comissão é membro do órgão de administração, seu cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao terceiro grau, inclusive.

5. REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA AO AUDITOR EXTERNO

Durante o ano de 2007, a remuneração auferida pela KPMG Associados – SROC, SA, referente aos diferentes tipos de serviços prestados à Caixa Económica Montepio Geral e ao Montepio Geral – Associação Mutualista, foram de 499 208 e 39 761 euros, respectivamente.

CAPÍTULO II – EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

1. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

De acordo com as disposições legais, estatutárias e regulamentares, só os associados efectivos, isto é, os indivíduos admitidos há mais de 2 anos e maiores podem participar na Assembleia Geral e exercer o direito de voto.

A cada associado corresponde um voto, quer seja presencial ou por correspondência.

No caso de eleição dos órgãos associativos e institucionais, pode ser adoptada a votação em voto secreto, presencial, ou por correspondência, de acordo com as condições estipuladas nos Estatutos.

CAPÍTULO III – REGRAS INSTITUCIONAIS

1. REGULAMENTOS E NORMAS INTERNAS

A Instituição rege-se pelo cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, para além das orientações dos órgãos Associativos, das normas internas, das regras de conduta e normas deontológicas.

No Normativo Interno, divulgado no portal interno Intranet, está consubstanciado todo um conjunto de directrizes, de cumprimento obrigatório para todos os trabalhadores e colaboradores da Instituição.

No âmbito de apoio funcional é disponibilizado um conjunto de suportes e de informações indispensáveis à realização das actividades dos diversos órgãos.

2. PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA O CONTROLO DOS RISCOS

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, aprova e revê anualmente os objectivos e linhas de orientação estratégica para o triénio seguinte e controla, permanentemente, os riscos inerentes à actividade da CEMG.

Cabe à Direcção de Análise e Gestão de Riscos apoiar o Conselho de Administração na tomada de decisões associadas à gestão dos diferentes tipos de risco inerentes à actividade. Contudo, esta matéria é objecto de tratamento mais exaustivo em capítulo próprio do Relatório e Contas, pelo que se remete para o capítulo «Gestão de Riscos».

3. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A Direcção de Auditoria Interna continuou a apoiar o Conselho de Administração, no quadro do Grupo Montepio Geral, na abordagem sistemática e disciplinada dos sistemas de controlo interno e de adequação dos procedimentos, de acordo com legislação em vigor e com as normas e critérios definidos, identificando as áreas de maior relevância e risco, visando a eficácia da governação.

A função de Auditoria Interna constitui, assim, parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno do MGAM e da CEMG, procedendo à verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas definidas e actuando como coadjuvante da gestão de topo.

A Direcção de Auditoria Interna, com a colaboração e em articulação com os Auditores Externos, coordenou a elaboração dos Relatórios anuais do Controlo Interno em base individual e consolidada remetidos ao Banco de Portugal, bem como elaborou o Relatório anual de Supervisão e Controlo sobre a Actividade de Intermediação Financeira enviado à CMVM.

Por seu turno, a função de Inspeção constitui um apoio ao Conselho de Administração no cumprimento do exercício do poder disciplinar, em consequência de processos de averiguações por violação de princípios éticos, deontológicos e de natureza laboral que possam constituir ilícito ou de investigação de situações irregulares.

As questões relacionadas com fraudes bancárias mereceram igualmente especial atenção, permitindo actuar de forma preventiva na sua detecção ou propondo medidas para a sua redução ou eliminação, quando justificável.

4. COMPLIANCE

O Gabinete de Compliance, que passou a reportar ao «*Head of Compliance*», na dependência do Conselho de Administração, na pessoa do Senhor Presidente, viu reforçada a sua autonomia e o seu contributo no controlo do risco de *Compliance*, visando prevenir que a Instituição possa incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, prejuízos financeiros, de imagem ou de reputação, em resultado do não cumprimento de leis, regulamentos, códigos de conduta, normas de «boas práticas» e outros normativos aplicáveis.

Foi aprovada a política de gestão do risco de *Compliance* definindo princípios que assegurem a identificação e avaliação de situações que possam concorrer para aquele tipo de risco, atribuindo à estrutura de *Compliance* competências na elaboração de normativos internos ou no conjunto da actividade, relacionados, nomeadamente, com a comercialização de novos produtos. Assumiu, também, especial relevo, a participação na actualização do Regulamento das Actividades de Intermediação Financeira e no ajustamento de procedimentos decorrentes da transposição da DMIF e, ainda, nos trabalhos preparatórios relacionados com a SEPA (*Single European Payment Area*).

No domínio do Branqueamento de Capitais, a Instituição passou a dispor duma aplicação informática para efeitos de monitorização de transacções e adjudicou outra aplicação que permitirá melhorias ao nível da filtragem de transacções e clientes.

Ainda no âmbito da prevenção e combate ao crime de branqueamento de capitais, para além da formação ministrada aos trabalhadores admitidos, que integraram as acções de formação de acolhimento e integração, foi desenvolvido e disponibilizado, em plataforma de *e-learning*, um módulo específico de formação sobre esta matéria.

CAPÍTULO IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1. CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, cujos titulares são comuns ao MGAM e à CEMG, é constituído por cinco membros (um Presidente e quatro Vogais) e todos os administradores são executivos. O mandato dos administradores é de três anos, não existindo qualquer restrição quanto à sua reeleição.

1.1. Cargos exercidos pelos membros do Órgão de Administração nas empresas participadas do Grupo Montepio Geral

Presidente: José da Silva Lopes

Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA
 Presidente do Conselho de Administração da MG Gestão de Activos Financeiros – SGFIM, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gestora de Fundos e Pensões, SA
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (CECV)

Vogal: António Tomás Correia

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, SA
 Vogal do Conselho de Administração do Montepio Gestão de Activos – SGFIM, SA
 Vogal do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gestora de Fundos e Pensões, SA

Vogal: José de Almeida Serra

Presidente do Conselho de Administração da MG Investimentos Imobiliários, SA
 Presidente do Conselho de Administração do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)
 Vogal do Conselho de Administração da MG Gestão de Activos Financeiros – SGFIM, SA
 Vogal do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gestora de Fundos e Pensões, SA

Vogal: Eduardo José da Silva Farinha

Presidente do Conselho de Gerência da Leacock, Corretora de Seguros, Lda.
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Montepio Gestão de Activos – SGFIM, SA
 Presidente do Conselho de Gerência da Bolsimo – Gestão Imobiliária, Lda.
 Presidente do Conselho de Administração da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (CECV)
 Vice-Presidente da Moçambique, Companhia de Seguros, SARL

1.2. Qualificações profissionais dos membros do Órgão de Administração

Órgão de Administração	Qualificação Profissional	Actividades profissionais nos últimos cinco anos
José da Silva Lopes	Licenciado em Finanças pelo ISCEF Doutor «Honoris Causa» pelo ISEG da UTL	Entre 1996 e 2003 Presidente do Conselho Económico e Social Desde 2004 Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral
António Tomás Correia	Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa	Entre 1995 e 2003 Administrador da CGD Desde 2004 Administrador do Montepio Geral
José de Almeida Serra	Licenciado em Finanças pelo ISCEF e pós-graduação pelo <i>Massachusetts Institute of Technology</i>	Entre 1999 e 2003 Administrador da SOGRUPO (Grupo CGD) Desde 2004 Administrador do Montepio Geral
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral	Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia	Entre 2000 e 2006 Administrador do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, e de um conjunto de empresas deste grupo financeiro. Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio Geral
Eduardo José da Silva Farinha	Licenciado em Finanças pelo ISCEF	Entre 1996 e 2006 Presidente do Conselho de Administração da Credivalor – Soc. Parabancária de Valorização de Créditos Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio Geral

2. REMUNERAÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro, a remuneração total atribuída ao órgão de administração foi de 1 842 221 euros, tendo o seu Presidente auferido mais 11% em relação aos restantes membros.

CAPÍTULO V – INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

Como resulta do que anteriormente se disse, não existe uma perfeita coincidência entre o que ocorre no âmbito do que funcionalmente podemos designar por grupo Montepio Geral e um grupo de sociedades, constituído de acordo com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

O Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) tem base associativa e nele podem filiar-se pessoas individuais, cujas posições relativas se traduzem numa equiparação de direitos associativos. E instituiu uma entidade de natureza fundacional, a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), detendo, ambas, participações no capital de diversas sociedades.

No âmbito destas participações salientamos o Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, e a Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que são entidades do Grupo Montepio Geral, actuam no mercado como investidores institucionais e, quer o MGAM quer a CEMG são detentores de uma participação dominante no capital social das referidas entidades.

Quanto ao exercício dos direitos de voto inerentes, quer às acções integrantes do fundo de investimento, quer às acções integrantes do fundo de pensões, a orientação é de não interferência, quer directa ou indirectamente, e de não participar nas Assembleias Gerais das respectivas entidades emitentes, aplicável quer estas entidades sejam sediadas em Portugal ou no estrangeiro, uma vez que as posições accionistas são entendidas como meras participações financeiras, não interferindo, assim, na gestão e orientação das mesmas.

Em suma, caracteriza-se, por uma situação de domínio ou de grupo, mas, juridicamente, como o MGAM e a CEMG não são sociedades, não coincidem com o conceito jurídico do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

11. Declaração em conformidade

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM). É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- Toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha



12. Responsabilidade Social

O ano de 2007 constitui uma etapa importante na afirmação da Política de Responsabilidade Social do Montepio, permitindo cimentar as prioridades definidas, nas dimensões económica, ambiental e social.

A realização do primeiro diagnóstico de RSE (Relatório Sustentabilidade Económica), fase preparatória da elaboração do Relatório de Sustentabilidade, facilitou a identificação das boas práticas disseminadas por toda a instituição e a abertura de horizontes de desenvolvimento interno e externo, numa óptica de crescimento em harmonia.

A ética empresarial esteve presente em toda a cadeia de negócio, influenciando os produtos, a gestão de recursos humanos e a relação com os Associados e Clientes, assente na promoção do associativismo e mutualismo como factor diferenciador e socialmente sustentável.

Salienta-se o alargamento da experiência de micro-crédito, que em 2007 abrangeu 16 pessoas, com um total de valor financiado de 179 150€, permitindo a criação de 25 postos de trabalho. Merece igualmente destaque, o crescimento do Cartão + Vida, que, ao longo de 2007, beneficiou sete instituições, em cerca de 33 mil euros.

No domínio da actividade de marketing e em articulação com a Fundação Montepio, foram muitas as acções que apoiaram públicos desfavorecidos, contribuindo para a divulgação de causas sociais através de eventos mediáticos, dos quais se salienta a primeira feira da mulher *FEEL WOMAN*, o *Market Place*, mercado de soluções de Responsabilidade Social e a entrega de donativos de Natal, no valor de 200 mil euros a oito IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), por ocasião da cerimónia «Reis por um Dia».

FUNDAÇÃO MONTEPIO

No que respeita à acção da Fundação Montepio e em cumprimento da sua missão estatutária, foram concedidos 600 mil euros a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, contribuindo para o lançamento de projectos inovadores, melhoria da qualidade de vida dos mais vulneráveis e divulgação de boas práticas e ideias, nas vertentes da solidariedade, saúde, educação e formação.

Em 2007, foi privilegiado o grupo-alvo das crianças e jovens e, sob a égide do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos, mereceram, também, ajudas significativas, as instituições ligadas à deficiência.

Entidades como a Comissão Nacional das Crianças e Jovens em Risco e instituições como o Lar Bom Samaritano, a Associação de Solidariedade da Cova da Moura, a Causa da Criança e a Casa da Criança de Tires, são exemplos de estruturas beneficiadas, em reconhecimento pela excelência do trabalho desenvolvido com crianças e jovens.

Instituições da área da Saúde, que actuam com outros grupos de risco, como a Liga Portuguesa Contra a Sida, Liga Portuguesa Contra o Cancro, SOS Hepatites, Associação Portuguesa de Neurofibromatose e União Humanitária dos Doentes com Cancro, mereceram igualmente apoio significativo, em ordem a facilitar a sua intervenção sensibilizadora.

Em cumprimento do seu objectivo de promoção do mutualismo e da economia, a Fundação apoiou diversas iniciativas promovidas por estabelecimentos de ensino superior, destacando-se a atribuição de prémios a alunos do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) e da Faculdade de Economia da Universidade Católica e a adesão ao Fórum para a Competitividade.

No domínio da educação e da promoção da cidadania, o Montepio fomentou o desenvolvimento do Projecto A PAR, uma experiência de educação parental lançado pela Escola Superior de Educação, apoiou uma acção piloto de prevenção da violência numa escola e promoveu a entrega dos Prémios D. Dinis e Álvaro Machado.

Alargando a sua intervenção a apoios não pecuniários, a Fundação dinamizou o protocolo, celebrado em 2006, com a Associação para o Ensino dos Cegos, assegurando a tradução em Braille de informação sobre os produtos do Montepio,

no âmbito do Projecto Acessibilidades para Todos e promovendo campanhas de sensibilização ambiental como o Movimento ECO, patrocinando a revista da Sociedade Portuguesa para a Protecção das Aves e o Projecto EQUAL, lançado pela Associação Parques Com Vida e que visa a defesa dos parques naturais e a sua certificação.

Em cooperação com a Associação Mutualista, a Fundação lançou o Projecto Incluirte, que consistiu na rentabilização das instalações do Espaço Mutualista para divulgação do trabalho realizado pelas IPSS.

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

O ano transacto foi ainda importante, pela afirmação de uma estratégia de comunicação de Responsabilidade Social, levada a cabo pelo Gabinete de Relações Públicas Institucionais e que mereceu o prémio de melhor prática de RSE, instituído por ocasião do *Market Place*.

Através dos diversos suportes de informação (Intranet, *em Directo*, Revista Montepio, Revista Montepio Jovem), as acções de Responsabilidade Social tiveram uma visibilidade reforçada, numa lógica de informação sistemática e de envolvimento de Associados, colaboradores e outros *stakeholders*.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Por outro lado e sob o lema «Solidariamente consigo», foram dados passos importantes na vertente do Voluntariado Empresarial, iniciativa que abrangeu 78 colaboradores, 37% do total de inscritos, em 11 acções concretas de voluntariado, em prol do ambiente e da melhoria das condições de vida de populações desfavorecidas, beneficiando mais de 750 pessoas.

A verba despendida nestas acções e que orçou em 5 mil euros, constituiu um poderoso instrumento, não só ao nível da coesão e motivação interna dos recursos humanos envolvidos, mas também ao nível da ligação do Montepio à comunidade onde se insere.

Esta iniciativa, que se alargou também aos reformados do Montepio, contribuiu para uma imagem mais solidária do Montepio e dos seus quadros, trazendo até nós novos *stakeholders* institucionais e individuais, conscientes do nosso posicionamento socialmente comprometido.

O investimento total em acções de Responsabilidade Social ultrapassou um milhão de euros e envolveu vários sectores do Grupo, numa perspectiva de concertação de esforços e de convergência de princípios, para que sejamos, cada vez mais, uma entidade sustentável e eticamente responsável, consciente da multiplicidade e riqueza da sua natureza jurídica.

13. Participações financeiras do Grupo Montepio Geral

LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Objecto e historial

Fundada em 1986, a Lusitania, companhia de seguros dedicada ao segmento Não Vida do Grupo Montepio, distingue-se por assentar a sua estratégia na flexibilidade e inovação da oferta, na qualidade do serviço prestado aos seus clientes e nos valores e imagem do grupo financeiro em que se integra.

O ano de 2007 foi marcado pelo lançamento de uma nova imagem corporativa, em cores verde e laranja, mais ligada à nova imagem do Montepio, e que se pretende venha a contribuir para a revitalização da posição de mercado da empresa, através do reforço da sua notoriedade.

Adicionalmente, foram implementados um conjunto importante de projectos de desenvolvimento da empresa, alguns iniciados em 2006, como sejam a reestruturação do *contact center*, a reorganização das dependências e a gestão de informação.

De referir, ainda, que pelo segundo ano consecutivo, a Lusitania foi considerada uma das 20 melhores empresas para trabalhar em Portugal, numa iniciativa lançada pelo Jornal Público e pela Consultora *Great Place to Work*.

Indicadores Financeiros

De acordo com os dados publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal, relativos à evolução dos Prémios de Seguro Directo, a Lusitania terá reforçado, mais uma vez, a posição de mercado em 2007, com a sua quota de mercado a fixar-se no final do ano em 3,5%, o que correspondeu a um aumento no ano de 15 pontos base. Os Prémios de Seguro Directo alcançaram um valor de cerca de 155 milhões de euros, em Dezembro de 2007, mais 5,1%, do que em igual período do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu o crescimento significativo dos ramos Acidentes Pessoais e Automóvel, de 53,6% e de 9,9%, respectivamente, que reflectem o desenvolvimento da actividade de *Bancassurance*, em ligação com o Montepio, e a aposta na renovação do produto seguro automóvel.

Em 2007, o Resultado Antes de Impostos ascendeu a 3 516 milhares de euros e o Resultado Líquido do Exercício fixou-se em 2 517 milhares de euros, valores superiores em 12,3% e 7,5%, respectivamente, aos atingidos em 2006. Este desempenho é explicado, por um lado, pelo assinalável crescimento dos proveitos financeiros, que beneficiaram do comportamento positivo do mercado de capitais, da subida das taxas de juro e da alienação da participação no Banco de Desenvolvimento e Comércio em Moçambique e, por outro, pela diminuição expressiva da taxa de sinistralidade, de 77,2% para 66,2%, reflectindo o aumento do volume de prémios e, em especial, a redução dos custos com sinistros no ramo Incêndio e Outros Danos.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activo Líquido	292 468	286 841	5 627	2,0
Recursos Próprios	32 683	34 795	-2 112	-6,1
Prémios Brutos Emitidos	154 897	147 350	7 547	5,1
Custos com Sinistros	102 583	113 744	-11 161	-9,8
Resultado do Exercício	2 517	2 342	175	7,5
Taxa de sinistralidade	66,2%	77,2%	-11,0 p.p.	-
ROA	0,87%	0,89%	-0,02 p.p.	-
ROE	7,23%	7,02%	0,21 p.p.	-
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	353	348	5	1,4

Perspectivas

Em 2008, a actividade da Lusitania continuará a ser fortemente condicionada pelas alterações ao seu quadro legal e regulamentar, que previsivelmente irão transformar significativamente esta actividade nos próximos anos, das quais se destacam as novas exigências nos domínios dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e o projecto de Solvência II.

Constituirão, ainda, áreas prioritárias de actuação da Lusitania em 2008, a melhoria do desempenho da sua rede de distribuição, a racionalização e automatização de processos e o desenvolvimento do sistema de Governação da Companhia.

LUSITANIA VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Objecto e historial

Com 20 anos completos de actividade, a Lusitania Vida, seguradora pertencente ao Grupo Montepio, está, hoje, presente em todos os segmentos do mercado em que opera, disponibilizando aos seus clientes seguros de vida, individuais e de grupo, com coberturas para os riscos de morte, invalidez e acidente, produtos para a protecção da velhice, de poupança e investimento e, ainda, operações de capitalização de pequenas poupanças ou grandes fortunas.

Em linha com a estratégia definida, o canal *Bancassurance* manteve-se como a principal canal de distribuição da companhia no ano de 2007. Nos últimos anos, a relevância deste canal no total de produção da Companhia fixou-se em cerca de 90%, reflectindo o lançamento de novas emissões de seguros de capitalização (11, em 2006 e 6, em 2007) e, ainda, a crescente integração da oferta na oferta global do Grupo Montepio, seja com os produtos bancários da Caixa Económica, seja com os seguros Não Vida da Lusitana, Companhia de Seguros, também comercializados na rede bancária.

No ano de 2007, a Lusitania Vida beneficiou da alteração da imagem corporativa do Grupo Lusitania e melhorou o *site* institucional, enriquecendo os seus conteúdos. Neste ano foi, também, dedicado especial esforço ao desenvolvimento interno dos sistemas de informação de gestão e de gestão de risco, com vista a responder às novas exigências regulamentares, no âmbito do projecto Solvência II.

Indicadores Financeiros

No ano de 2007, a Lusitania Vida registou um montante de Prémios de Seguro Directo de 129,4 milhões de euros, evidenciando uma diminuição de -12,6% face ao exercício anterior. Contudo é importante salientar que estamos a comparar com a produção obtida no ano de 2006, ano em que a companhia obteve a melhor produção de sempre. De facto, nos últimos cinco anos o volume de produção da Lusitania Vida registou um acréscimo, em termos médios anuais, de 52,3%, o que compara com um crescimento do mercado de 14,9%.

Operando num mercado fortemente concorrencial e concentrado nos cinco maiores grupos financeiros nacionais, a Lusitania Vida aumentou a sua quota de mercado em cerca de 1 ponto percentual nos últimos 5 anos, de 0,4% para 1,4%, no final do ano de 2007.

Reflectindo o forte crescimento do Activo líquido e em particular das provisões matemáticas atingido pela Companhia nos últimos anos, a empresa registou uma melhoria da sua performance, apresentando um aumento do resultado líquido de 39,8%, de 2006 para 2007, com impacto positivo nos níveis de rendibilidade do Activo e dos Capitais Próprios, que atingiram, respectivamente os valores de 1,07% (0,99%, em 2006) e 19,22% (14,80%, em 2006), no final do ano em análise.

Na sequência do aumento de actividade, a Lusitania Vida tem vindo, nos últimos dois anos, a reforçar os seus capitais próprios, visando o cumprimento dos rácios prudenciais requeridos pelo ISP, e mantendo assim os níveis de solvência acima dos mínimos obrigatórios.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activo Líquido	446 022	367 805	78 217	21,3
Recursos Próprios	32 338	22 652	9 686	42,8
Prémios Brutos Emitidos	129 433	148 164	-18 731	-12,6
Resultado do Exercício	4 354	3 114	1 240	39,8
Cash Flow	60 155	106 523	-46 368	-43,5
ROA	1,07%	0,99%	0,08 p.p.	–
ROE	19,22%	14,80%	4,42 p.p.	–
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	30	28	2	7,1

Perspectivas

Para o ano de 2008 prevê-se a continuidade do processo de adaptação da organização aos requisitos prudenciais, o prosseguimento da racionalização, automatização e melhoria de processos e o desenvolvimento das práticas de Governo e acções de responsabilidade social.

FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Objecto e historial

A Futuro é uma instituição especializada na gestão de Fundos de Pensões Fechados e Abertos, dirigidos a empresas e particulares, com 20 anos de actividade e cujo capital social é detido maioritariamente pelo Grupo Montepio.

A Futuro é uma das oito maiores entidades gestoras de Fundos de Pensões do mercado português, que no seu conjunto concentravam, no final do ano de 2007, cerca de 95% do valor total sob gestão dos fundos de pensões, dos quais a Futuro representava 5,2%.

No mercado de fundos de pensões nacional, a Futuro assume responsabilidades acrescidas, materializadas pela sua participação na Direcção da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e de Patrimónios, associação representativa do sector e, ainda, pela certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade interno pela Associação Portuguesa de Certificação.

No final de 2007, os montantes sob gestão da Futuro fixaram-se em 1 151 milhões de euros, o que representou uma estagnação face a Dezembro de 2006. Esta evolução ficou-se a dever, em exclusivo, ao segmento dos Fundos Fechados e, em particular, à saída de um cliente de grande dimensão, ainda não totalmente compensada pela captação de um novo cliente.

O destaque vai para os segmentos de Fundos Abertos, que registaram assinaláveis ganhos de quota de mercado, com o segmento de Fundos Abertos dirigidos a particulares a alcançar uma quota de 58,7% e o de Fundos Abertos dirigidos a empresas a atingir uma quota de 4,0%, em Dezembro de 2007, o que representou acréscimos de +1,9 pontos percentuais e de +0,6 pontos percentuais, respectivamente, face ao final do ano anterior. Incluindo os fundos PPR e PPA geridos por fundos de investimento no total do mercado concorrente dos Fundos Abertos dirigidos a particulares da Futuro, a evolução foi igualmente positiva, com a Futuro a obter uma quota de 9,0%, em Dezembro de 2007, o que compara com 8,5%, no período homólogo.

Em 2007, o Fundo de Pensões Montepio, gerido pela Futuro, alcançou um nível de rentabilidade de 6,5%, claramente superior à rentabilidade mediana estimada do mercado, de cerca de 3%, de acordo com os dados da consultora internacional *Mercer*.

Indicadores Financeiros

No ano de 2007, o desempenho da Futuro foi fortemente influenciado pela concretização e conseqüente entrada em produção de um conjunto de importantes projectos geradores de sinergias no seio do Grupo Montepio, como sejam os projectos de transferência da gestão de participantes para o sistema transaccional do Montepio, bem como de responsabilidades no domínio da informação aos participantes.

Em conseqüência, assistiu-se a um aumento das comissões de comercialização pagas pela Futuro à Caixa Económica que explicam a acentuada redução dos resultados desta sociedade gestora no ano de 2007, em -81,5%, bem como dos seus indicadores de rentabilidade.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão	1 150 958	1 158 598	-7 640	-0,7
Activo Líquido	7 461	7 588	-127	-1,7
Recursos Próprios	4 939	6 108	-1 169	-19,1
Proveitos de Exploração	7 970	7 247	723	10,0
Resultado do Exercício	277	1 496	-1 219	-81,5
Cash Flow	670	1 570	-901	-57,3
ROA	3,68%	19,97%	-16,3 p.p.	-
ROE	4,54%	25,38%	-20,8 p.p.	-
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	31	35	-4	-11,4

Os Proveitos de Exploração reflectiram o crescimento dos Fundos de Pensões Abertos, geradores de comissões mais elevadas por unidade de activo gerido, crescendo 10%, entre Dezembro de 2006 e Dezembro de 2007, de 7,2 para cerca de 8 milhões de euros.

Do lado dos custos, assistiu-se a redução do quadro de pessoal, de 35 para 31 empregados e, também, dos custos de funcionamento, em cerca de 1,1 milhão de euros, o que representou uma redução de 29,1%, entre o final do ano de 2006 e do ano de 2007.

Perspectivas

Em 2008 continuarão a constituir áreas prioritárias de intervenção da Futuro, os projectos de aproveitamento de sinergias no Grupo, de que são exemplo a optimização da gestão de recursos e canais de distribuição e a maior interligação com o Montepio na gestão de processos.

Em paralelo, será dedicada especial atenção às novas exigências legais e regulamentares que têm vindo a ser introduzidas, nos últimos anos, das quais se destaca, pelo seu impacto, o projecto de Solvência II e de gestão de riscos, as recomendações relativas aos sistemas de Governança das Sociedades e a reforma do Sistema de Segurança Social, que abre novas perspectivas aos planos complementares de reforma.

MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS – SGFIM

Objecto e historial

Em 2007, a MG Gestão de Activos Financeiros alterou a sua denominação para Montepio Gestão de Activos e, em paralelo, a imagem da sociedade, em linha com a nova imagem corporativa do Grupo Montepio, adoptada em 2006.

A Montepio Gestão de Activos é a entidade especializada na gestão de patrimónios financeiros do Grupo Montepio, concentrando as actividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

O volume de negócios total da Montepio Gestão de Activos cresceu 9,6% em 2007, atingindo 1 436,7 milhões de euros no final do ano. Para esta evolução contribuiu, em exclusivo, o forte acréscimo da carteira de fundos de investimento mobiliário no ano, de 26,5%, para 563,7 milhões de euros, em contraste com a actividade de gestão discricionária de carteiras cujos montantes sob gestão se mantiveram praticamente inalterados face ao final do ano de 2006, fixando-se em 873,1 milhões de euros, em Dezembro de 2007.

Num ano em que o mercado português de fundos de investimento mobiliário registou uma contracção de -11,6%, afectado pela forte instabilidade e incerteza nos mercados financeiros internacionais, provocada pelo alastramento da crise do crédito hipotecário norte-americano de alto risco (*subprime*) ao sector financeiro europeu, a Montepio Gestão de Activos registou um aumento considerável da sua quota de mercado de +66 pontos base, para 2,2%, no final do ano de 2007. Como resultado subiu dois lugares no *ranking* das sociedades gestoras, de 10.º para 8.º lugar, entre 2006 e 2007.

No decorrer do ano, a Montepio Gestão de Activos alargou a sua oferta de fundos de 13 para 17, lançando 3 novos fundos de acções sectoriais e um fundo especial de investimento, que no seu conjunto contribuíram para o crescimento global com 95,6 milhões de euros. Destaca-se, ainda, os contributos dos restantes fundos de acções e dos fundos de fundos, em especial dos fundos Montepio Euro Utilities e Montepio Mercados Emergentes, que têm vindo a aumentar o seu peso relativo na carteira, em detrimento dos fundos de tesouraria e de obrigações.

Também quanto à rentabilidade anual dos fundos de investimento, o ano de 2007 foi muito positivo, com 11 dos 13 fundos, com mais de 12 meses de actividade, a alcançarem um desempenho acima da média do mercado, tendo quatro destes fundos sido, mesmo, os mais rentáveis nas suas categorias.

Indicadores Financeiros

A Montepio Gestão de Activos obteve, em 2007, um resultado líquido do exercício de 1.032 milhares de euros, que corresponde a um aumento de 150,5%, face ao exercício de 2006.

O crescimento dos resultados líquidos beneficiou, não só, do forte incremento dos montantes sob gestão, mas também, da alteração da composição da carteira de fundos, com o aumento da relevância dos fundos geradores de comissões mais elevadas por unidade de activo sob gestão, designadamente os fundos de valorização e diversificação, de 30,7%, em 2006, para 45,5%, em 2007.

Os indicadores de rentabilidade da Montepio Gestão de Activos reflectem o bom desempenho alcançado no ano, com a rentabilidade do activo médio a ascender a 30,1% e a rentabilidade dos capitais próprios médios a atingir 45,1%, mais 15,2 pontos percentuais e 26,2 pontos percentuais do que no final do ano de 2006, respectivamente.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão*	563 684	445 509	118 176	26,5
Activo Líquido	3 878	2 984	894	30,0
Recursos Próprios	2 947	2 286	661	28,9
Proveitos de Exploração	6 386	3 654	2 732	74,8
Resultado do Exercício	1 032	412	620	150,5
Cash Flow	1 048	439	609	138,8
ROA	30,07%	14,83%	15,2 p.p.	–
ROE	45,13%	18,97%	26,2 p.p.	–
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	13	13	0	0,0

(*) apenas FIM

Perspectivas

Em 2008, a Montepio Gestão de Activos deverá dar prioridade ao alargamento da base de clientes de fundos entre os clientes da CEMG, ao incremento dos montantes sob gestão dos fundos com maior perfil de risco e ao lançamento de novos fundos dirigidos a segmentos e mercados específicos.

Como principais desafios à gestão da sociedade gestora em 2008, destacam-se a instabilidade nos mercados financeiros, associada à crise no mercado hipotecário nos Estados Unidos, e a adaptação aos novos requisitos de Governo das Sociedades, designadamente quanto aos sistemas de *compliance*, de gestão de riscos e de auditoria interna.



14. Reconhecimento

Finalizado o primeiro exercício do mandato 2007/2009, temos consciência de tudo haveremos diligenciado para que o Montepio Geral continue a projectar a sua dimensão humana e a nortear-se pelos princípios da solidariedade, valores que os seus Fundadores elegeram como pedra angular da nossa Instituição.

Apesar da conjuntura desfavorável, que quebrou a confiança de consumidores e de investidores, sobretudo, no último trimestre do ano, o desempenho de 2007 foi globalmente positivo.

Assim sendo, o Conselho de Administração não pode deixar de expressar o seu agradecimento a todos os que têm contribuído para a realização dos objectivos, designadamente aos Associados e Clientes pela confiança e preferência com que nos vêm distinguindo.

Também são devidas palavras de apreço aos restantes membros dos Órgãos Institucionais (Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Geral), pela sua colaboração na construção do nosso presente e na perspectiva do nosso futuro.

O Conselho reitera ainda o seu reconhecimento a todos os que trabalham no Montepio Geral, pelo empenho, dinamismo e dedicação evidenciados, contribuindo para o prestígio e engrandecimento e para uma crescente eficiência da Instituição.

De igual modo, é grato dever do Conselho de Administração expressar todo o seu reconhecimento às várias entidades que nos prestaram colaboração e apoio:

Aos membros do Governo Central, designadamente aos Senhores Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social, e aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, pela contínua colaboração prestada;

Ao Senhor Governador do Banco de Portugal, bem como ao seu Conselho de Administração e Direcções, pelo apoio, compreensão e forma atenta como têm acompanhado a expansão e desenvolvimento da CEMG;

À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pelo apoio proporcionado e pelos esclarecimentos prestados;

À Associação Portuguesa de Bancos, ao Agrupamento Europeu das Caixas Económicas e às Instituições de Crédito em geral, pela colaboração prestada;

À União das Mutualidades Portuguesas, Associação Internacional das Mutualidades e às Associações Mutualistas em geral, pela forma empenhada e colaborante como têm agido na defesa dos ideais mutualistas.

Ao terminar este Relatório, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia Geral o acompanhe, quer no voto de agradecimento às entidades e pessoas referidas, quer no voto de pesar por todos os Associados e Trabalhadores falecidos no decorrer do ano findo.

Lisboa, 6 de Março de 2008

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José da Silva Lopes – *Presidente*

António Tomás Correia

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha



15. Direcção

315

Secretariado Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário Geral

Direcção de Recursos Humanos

Rui Sérgio Carvalho Santos Calheiros Gama
Director

Direcção da Associação Mutualista

Pedro Maria Bleck da Silva
Director

José Alberto Pereira Pitacas
Director

Direcção de Planeamento e Estudos

Virgílio Manuel Boavista Lima
Director

José Jesus Martins
Director

Direcção de Análise e Gestão de Riscos

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís
Director

Departamento de Gestão e Formação

Maria Isabel Marques Nunes
Directora Adjunta

Departamento de Gestão Mutualista

Fernanda Gue Young
Directora

Departamento de Gestão Administrativa

Luís Artur Estevão Bravo
Director Adjunto

Departamento de Promoção Mutualista

Maria Catarina Roque Coroa Santinho Pereira
Directora Adjunta

Departamento de Desenvolvimento Mutualista

Rita Maria Machado Silva Pereira Costa Pimentel
Directora Adjunta

Departamento de Estratégia e Plano

Maria Lúcia Ramos Bica
Directora

Departamento de Estudos

Rui Duarte Bernardes Serra
Subdirector

Departamento de Orçamento e Controlo

Armando Jorge Pereira Oliveira Lopes
Subdirector

Departamento de Risco de Crédito

João Eduardo Dias Fernandes
Director

Departamento de Riscos de Mercado

Pedro Maria Corte Real Alarcão Júdice
Director

Departamento de Análise de Crédito a Empresas

João Carlos Martins Cunha Neves
Director

Departamento de Risco Operacional

Maria Fernanda Infante Melo Costa Correia
Subdirectora

Direcção de Auditoria InternaFrancisco José Gaveta Alhandra Duarte
*Director*Augusto Pinheiro Ferreira
*Director***Gabinete de Auditoria Operacional**Alexandra Paula Xavier Serras Pereira
*Directora Adjunta*Gonçalo José Cardoso Resende
*Subdirector***Gabinete de Inspeção e Fraudes Bancárias**Albino Santos Pereira
*Director Adjunto***Direcção Financeira e Internacional**António Augusto Almeida
*Director***Departamento Financeiro**Artur Jorge Correia Gama
*Director***Departamento Internacional**Luís Manuel Lourenço
*Director***Departamento de Mercados e Cobertura de Risco**Miguel Alexandre Teixeira Coelho
*Director***Direcção de Marketing e Novos Canais**Pedro Jorge Gouveia Alves
*Director***Departamento de Marketing, Imagem e Publicidade**Filomena Maria Cambraia Santos Moita Macedo
*Subdirectora***Departamento de Novos Canais de Distribuição**Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
*Director***Departamento de Cartões e Meios de Pagamento**Vasco Francisco Coelho Almeida
*Subdirector***Direcção de Informática e Organização**Mário José Esteves Rodrigues
*Director***Departamento de Desenvolvimento Informático**José João Garção Cabeças
*Director***Departamento de Organização e Qualidade**Maria Alexandra Gomes Campino
*Directora***Departamento de Sistemas de Informação e Gestão**José Manuel Simões Freitas
*Director***Departamento de Exploração, Sistemas e Canais de Distribuição**Mário José Esteves Rodrigues
*Director***Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito**Armando Augusto Pinto Silva
*Director***Departamento de Assessoria Jurídica**Carla Cristina Teixeira Morgado
*Directora Adjunta***Departamento de Contencioso**Maria do Carmo Martins Ventura Calvão
*Directora Adjunta***Departamento de Gestão e Controlo**Palmira Gue Gom
*Directora Adjunta***Departamento de Recuperação de Crédito**Vitor Guilherme Matos Filipe
Director Adjunto

Direcção Imobiliária e Instalações

Vítor Louro Branco
Director

Direcção de Operações e Logística

José Agostinho Rodrigues Viveiros
Director

Direcção Comercial Norte

António Guimarães Pimenta
Director

Vítor Fernando Santos Cunha
Director Adjunto

Direcção Comercial Grande Porto

António Santos Correia
Director

Manuel Luís da Costa Leite
Director Adjunto

Direcção Comercial Centro

Manuel Duarte Cardoso Martins
Director

António Manuel Monteiro Tarrafa
Director Adjunto

Departamento de Instalações

Carlos Alberto Correia Braz
Director

Departamento Imobiliário

António José Fortunato Braz
Director Adjunto

Departamento de Operações

José Manuel Rodrigues Simões
Director

Departamento Regional de Braga

Isabel Cristina Pereira da Silva
Subdirectora

Departamento Regional de Guimarães

Francisco Martins Marques Silva
Subdirector

Departamento Regional de Vila Real

Agostinho José Vaz Afonso
Gerente Zona

Departamento Regional de Paredes

Ernesto Jorge Monteiro Silva
Gerente Zona

Departamento Regional de Vila Nova de Famalicão

Pedro Miguel Furtado Figueiredo
Gerente Zona

Departamento Regional de Porto – Aliados

Domingos Teixeira Cerqueira
Subdirector

Departamento Regional de Gaia

Fernando Joaquim Dias Soares
Director Adjunto

Departamento Regional da Maia

Jorge Manuel Fernandes Reis Lopes
Subdirector

Departamento Regional de Porto – Costa Cabral

Manuel Delfim Correia Sousa
Subdirector

Departamento Regional de Aveiro

Alberto Marques Crisóstomo
Director Adjunto

Departamento Regional S. João da Madeira

António Manuel Valério Batista
Subdirector

Departamento Regional de Coimbra

Sandra Paula Sousa Vindeirinho
Gerente Zona

Departamento Regional de Viseu

António José Tadeu Gonçalves Esteves
Subdirector

Departamento Regional de Castelo Branco

Eduardo Alberto Godinho Calado
Gerente Zona

Direcção Comercial Centro (cont.)**Direcção Comercial Lisboa e Regiões Autónomas**

Manuel Quelhas Gomes

Director

António Mendes Almeida

*Director Adjunto***Direcção Comercial Grande Lisboa**

Horácio Marques Pissarra

Director

João Filipe Milhinhos Roque

*Director Adjunto***Direcção Comercial Sul**

José Plácido Mendonça Murtinha

Director

José Santos Nogueira Serra

*Director Adjunto***Departamento Regional de Leiria**

Américo Mendes

*Subdirector***Departamento Regional de Santarém**

Alfredo Luís Fernandes Caldeira

*Subdirector***Departamento Regional Lisboa – Baixa**

Ernesto Assunção Louro Saraiva

*Director Adjunto***Departamento Regional Lisboa – Centro**

Rui Jorge Ramos Matos

*Gerente Zona***Departamento Regional Lisboa – Ocidental**

Pedro Miguel Rodrigues Crespo

*Subdirector***Departamento Regional Lisboa – Norte**

Fernando Manuel Alves Ribeiro

*Gerente Zona***Departamento Regional da Madeira**

Luís Coelho Mota Dias Pinheiro

*Gerente Zona***Departamento Regional dos Açores**

George Manuel Moniz Gaspar

*Subdirector***Departamento Regional da Parede**

António José Silva Leandro

*Gerente Zona***Departamento Regional da Amadora**

Maria Guilhermina Martins Trindade Pereira Melo

*Subdirectora***Departamento Regional de Sintra**

Paulo Jorge Cunha Rainho

*Subdirector***Departamento Regional Odivelas/Vila Franca de Xira**

Pedro Manuel Gaspar Vasconcelos Carrasco

*Subdirector***Departamento Regional do Oeste**

Carlos Alberto Encarnação Bento Marques

*Subdirector***Departamento Regional de Almada**

Duarte Manuel Rodrigues Teixeira

*Subdirector***Departamento Regional do Barreiro**

José Henrique Jesus Silva

*Subdirector***Departamento Regional de Setúbal**

Ramiro Almeida Figueiredo

Subdirector

Direcção Comercial Sul (cont.)**Departamento Regional de Évora**

Pedro Jorge Ponte Araújo

*Gerente Zona***Departamento Regional do Algarve**

João Manuel Rocha Palma

*Subdirector***Direcção Comercial de Empresas**

Manuel Lopes da Silva

*Director***Departamento Regional de Empresas – Norte**

José Magalhães Moreira

*Director Adjunto***Departamento Regional de Empresas – Centro**

Mário Jorge Costa Freitas Almeida

*Director Adjunto***Departamento Regional de Empresas – Lisboa**

Luís Miguel Reis Branco Pardal

*Director Adjunto***Departamento Regional de Empresas – Sul e Regiões Autónomas**

António João Silva Alves

*Subdirector***Departamento de Contabilidade**

Armindo Marques Matias

Director

José Manuel Jesus Martins

*Director Adjunto***Gabinete de Procuradoria do Cliente**

Miguel Nunes Sales

*Director***Gabinete de Apoio ao Conselho**

Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro

*Director***Gabinete de Relações Públicas Institucionais**

Ana Rita Pimentel Dias Pinho Branco

*Técnica Grau II***Gabinete de Responsabilidade Social**

Paula Alexandra Gonçalves Oliveira Guimarães

*Técnica Grau II***Gabinete Compliance**

Daniel João Silva Cabaço

*Director Adjunto***Head of Compliance**

Francisco José Gaveta Alhandra Duarte



ANEXOS



I. Relatório Actuarial das Modalidades Associativas

1. NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES

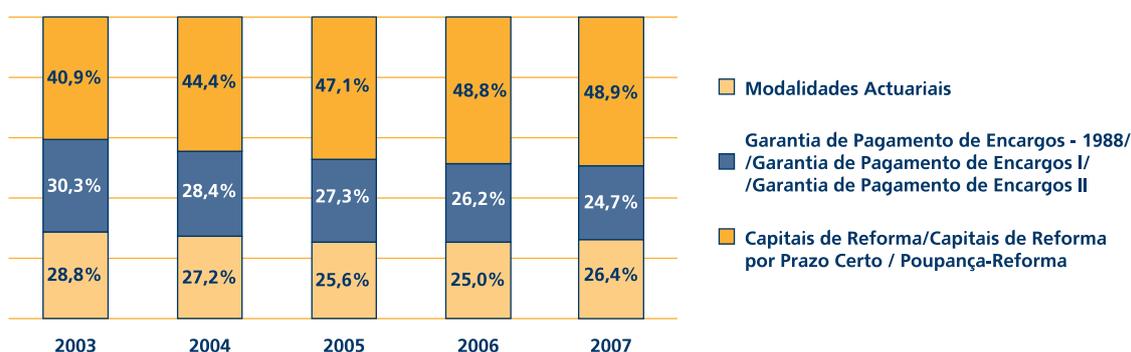
Em 31 de Dezembro de 2007, o número de subscrições nas modalidades associativas do MONTEPIO era de 689 391. Comparando este valor com o de 31 de Dezembro de 2006, verifica-se um aumento de 13,8%. Este número, inclui 7 561 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico que se segue, pode apreciar-se a evolução das subscrições nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades actuariais, às quais correspondem reservas matemáticas;
- Garantia de Pagamento de Encargos – 1988¹, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II²;
- Capitais de Reforma, Capitais de Reforma por Prazo Certo e Poupança Reforma.

Foram excluídas desta análise 489 subscrições em modalidades com pouca expressão, às quais não correspondem reservas matemáticas.

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



Contrariando a tendência dos últimos anos, o peso das modalidades actuariais registou um crescimento, ainda que ligeiro, representando, actualmente, 26,4% do total de subscrições, contra 25,0% em 2006. Quanto ao número de subscrições em Capitais de Reforma, Capitais de Reforma por Prazo Certo e Poupança Reforma, o seu peso no total (48,9%) manteve-se praticamente idêntico ao de 2006 (48,8%).

2. MODALIDADES ASSOCIATIVAS COM RESERVAS MATEMÁTICAS

Uma vez que o Montepio, no decorrer de 2007, criou novas modalidades actuariais, importa analisar as subscrições do ano, em dois períodos distintos: de 1 de Janeiro a 30 de Junho (modalidades encerradas a novas subscrições) e de 1 de Julho a 31 de Dezembro (modalidades de subscrição aberta).

¹ Esta modalidade está encerrada a novas subscrições desde 1 de Julho de 2007.

² As modalidades Garantia de Pagamento de Encargos I e II estão em vigor desde 1 de Julho de 2007.

No primeiro semestre do ano, as modalidades actuariais mais subscritas pelos associados foram, à semelhança do ano anterior, os Capitais de Previdência Diferidos com Opção, os Capitais para Jovens e as Pensões de Reforma. As modalidades que, no segundo semestre, substituíram estas três – Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), Capitais para Jovens (3%) e Pensões de Reforma (3%) – continuaram a ser as mais subscritas pelos associados.

O quadro seguinte, ilustra o atrás dito, evidenciando as modalidades cujo número de subscrições tem maior peso no total das subscrições do ano. Destaca-se a modalidade Capitais Diferidos com Opção, que representa cerca de 95% das subscrições de 2007.

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES (EM %)

01/01/2007 a 30/06/2007		01/07/2007 a 31/12/2007	
Capitais Previdência Diferidos com Opção	(94,5%)	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	(95,4%)
Capitais para Jovens	(3,5%)	Capitais para Jovens – 3%	(4,0%)
Pensões de Reforma	(1,4%)	Pensões de Reforma – 3%	(0,3%)

Em termos de capital subscrito, continua a destacar-se a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção, representando mais de 90% do total de capital subscrito nas modalidades actuariais.

CAPITAIS SUBSCRITOS (EM %)

01/01/2007 a 30/06/2007		01/07/2007 a 31/12/2007	
Capitais Previdência Diferidos com Opção	(92,5%)	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	(93,0%)
Capitais para Jovens	(5,8%)	Capitais para Jovens – 3%	(6,7%)
Capitais de Previdência	(0,8%)	Capitais Temporários por Invalidez – 3%	(0,1%)

3. RENDAS VITALÍCIAS

Em 31 de Dezembro de 2007, o número de rendas vitalícias era de 856 e o de rendistas de 471. Estes valores incluem duas rendas vitalícias diferidas e os respectivos rendistas, cujo pagamento ainda não se iniciou.

O capital entregue para constituição de rendas vitalícias, durante o ano de 2007, foi de 1 443 954,89 €.

4. RESERVAS MATEMÁTICAS

Em 31 de Dezembro de 2007, o total das reservas matemáticas era de 339.700.467,49 €, um valor superior em 4,2% ao do ano anterior. O quadro seguinte mostra a forma como estão divididas.

RESERVAS MATEMÁTICAS

(euros)

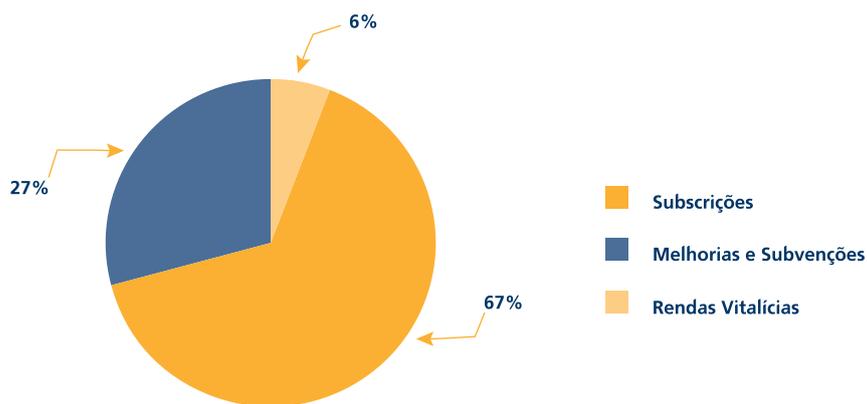
Benefícios	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Formação	202 001 693	64 041 521	
Curso	25 756 278	27 524 961	27 333
Rendas Vitalícias	20 348 681		

No ponto 5 deste Relatório, estão discriminadas as reservas matemáticas por modalidade.

Os próximos dois gráficos ilustram a composição das reservas matemáticas. Em ambos, dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas das Melhorias e Subvenções.

O primeiro gráfico mostra a distribuição percentual das reservas matemáticas totais em Subscrições, em Melhorias e Subvenções e em Rendas Vitalícias.

RESERVAS MATEMÁTICAS (DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL)

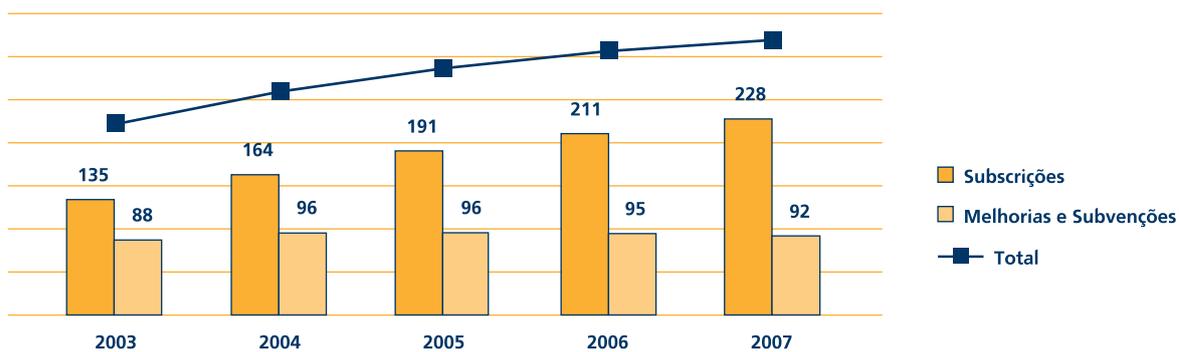


Comparando com o ano 2006, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 2%, em contraposição com a diminuição, de igual valor, das Melhorias e Subvenções. O peso das reservas matemáticas das Rendas Vitalícias no total manteve-se.

O segundo gráfico representa a evolução das reservas matemáticas das modalidades associativas nos últimos cinco anos.

RESERVAS MATEMÁTICAS

(milhões de euros)



Em 2007, manteve-se a tendência de crescimento do total das reservas matemáticas, tendo-se verificado um aumento de 43% no quinquénio representado.

À semelhança do que se verificou em 2006, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma pequena descida.

5. MAPAS ESTATÍSTICOS

Apresentam-se, de seguida, alguns elementos estatísticos de interesse, relativamente às Subscrições, às Pensões e às Rendas Vitalícias existentes em 31 de Dezembro de 2007.

Indicam-se também, as reservas matemáticas por modalidade e a variação anual total do valor das reservas matemáticas.

5.1. SUBSCRIÇÕES

No quadro seguinte identifica-se o número de subscrições existentes, em 31 de Dezembro de 2007, nas modalidades actuariais, bem como os valores subscritos e a respectiva quotização anual.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO ABERTA	N.º subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência – 3%	5	27 778	5 556	1 214	243
Pensões de Reforma – 3%	59	35 493	602	32 131	545
Restituição de Quotas – 3%	57	72 435	1 271	4 504	79
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	18 274	30 463 454	1 667	2 182 825	119
Capitais para Jovens – 3%	770	2 201 308	2 859	142 333	185
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	40	44 804	1 120	231	6

(euros)

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO FECHADA	N.º subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	8 388	22 608 939	2 695	681 306	81
Subsídio por Morte	1 685	1 401 342	832	20 952	12
Pensões de Reforma					
6%	1 972	3 458 661	1 754	1 580 427	801
4%	2 558	3 007 828	1 176	1 830 947	716
4% TV 88/90	2 479	2 497 007	1 007	1 645 813	664
Restituição de Quotas					
6%	2 018	18 155 363	8 997	137 943	68
4%	4 823	21 005 285	4 355	335 806	70
Adicional de Invalidez					
6%	165	1 140 128	6 910	8 615	52
4%	144	265 244	1 842	2 678	19
Cap. Previdência Diferidos com Opção	121 756	437 149 589	3 590	25 186 359	207
Capitais de Previdência a Prazo	259	2 535 030	9 788	94 900	366
Capitais para Jovens	12 210	53 122 491	4 351	3 194 687	262
Pensões para Deficientes	26	55 119	2 120	29 454	1 133
Cap. Temporários por Invalidez ou Morte	4	73 335	18 334	648	162
Capitais Temporários de Invalidez	283	1 828 470	6 461	11 348	40
Rendas de Sobrevivência	33	69 913	2 119	51 042	1 547
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	37	176 502	4 770	10 734	290
Capitais para Estudos	1 567	663 526	423	530 459	339
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 160	37 362	17	10 800	5
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369	1 228	174	29
Garantia de Pagamento de Encargos – 1983	4	3 891	973		
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	96	24	35	9
Subsídio de Funeral e Luto – L. Nacional	58	5 314	92		

5.2. PENSÕES

No quadro abaixo, apresenta-se o número de pensões existentes e os correspondentes valores anuais, em 31 de Dezembro de 2007. Apresenta-se, também, o encargo médio por pensão e a relação existente entre as Subvenções e Melhorias e as Pensões.

Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes, as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

PENSÕES

(euros)

MODALIDADES	N.º de Pensões	Encargo anual (a)		Encargo Médio por Pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias (b)		
Capitais de Previdência	1 194	99 347	441 274	453	4,44
Pensões de Reforma					
6%	1 291	1 785 721	1 541 952	2 578	0,86
4%	159	173 525	32 513	1 296	0,19
Capitais para Jovens	206	287 148	147 291	2 109	0,51
Rendas de Sobrevivência	3	9 401	392	3 264	0,04
Capitais para Estudos	192	66 085	19 871	448	0,30
Capitais de Reforma					
6%	3	2 102	1 060	1 054	0,50
4%	177	384 997	49 183	2 453	0,13
3%	44	106 490	14	2 421	0,00
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 681	39 355	1 630 497	623	41,43
Rend. Vital. Favor Pessoas Certas	47	893	8 904	208	9,97
Reforma – 1922	1	18	214	232	11,93

(a) O valor da pensão de Capitais para Estudos refere-se a uma semestralidade.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

Analisando a relação entre as Subvenções e Melhorias e as Pensões, constata-se que continua a ser nas modalidades mais antigas que esta relação é mais elevada, atingindo 41,43 nas Pensões de Sobrevivência e Dotes.

5.3. RENDAS VITALÍCIAS

O próximo quadro, mostra o número de Rendas Vitalícias, o número de Rendistas e o valor anual das rendas constituídas, em 31 de Dezembro de 2007.

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
856		471	2 826 266	3 302

5.4. RESERVAS MATEMÁTICAS

Nos quadros seguintes, identificam-se as reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar, discriminadas por modalidade. O valor subscrito na modalidade Capitais para Estudos refere-se a semestralidades.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	5	27 778	289	
Pensões de Reforma – 3%	59	35 493	56 448	
Restituição de Quotas – 3%	57	72 435	8 946	
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	18 274	30 463 454	1 010 000	
Capitais para Jovens – 3%	770	2 201 308	259 601	
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	40	44 804	57	
Capitais de Previdência	8 388	22 608 939	9 080 538	
Subsídio por Morte	1 685	1 401 342	890 466	
Pensões de Reforma				
6%	1 972	3 458 661	24 620 783	
4%	2 558	3 007 828	14 855 528	
4% TV 88/90	2 479	2 497 007	9 720 742	
Restituição de Quotas				
6%	2 018	18 155 363	924 523	
4%	4 823	21 005 285	1 831 547	
Adicional de Invalidez				
6%	165	1 140 128	58 824	
4%	144	265 244	9 356	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	121 756	437 149 589	101 274 542	
Capitais de Previdência a Prazo	259	2 535 030	1 612 384	
Capitais para Jovens	12 210	53 122 491	30 875 068	
Pensões para Deficientes	26	55 119	281 893	
Capitais Temp. por Invalidez ou Morte	4	73 335	1 158	
Capitais Temporários de Invalidez	283	1 828 470	44 182	
Rendas de Sobrevivência	33	69 913	278 670	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	37	176 502	67 579	
Capitais para Estudos	1 567	663 526	3 858 367	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 160	37 362	371 244	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,	3 285	
Garantia de Pagam. Encargos – 1983	4	3 891	52	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	96	699	
Subsídio de Funeral e Luto – L. Nacional	58	5 314	4 922	202 001 693

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES (cont.)

(euros)

BENEFÍCIOS EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 159	99 347	866 627	
Pensões de Reforma				
6%	1 291	1 785 721	15 972 323	
4%	159	173 525	1 904 242	
Capitais para Jovens	206	287 148	601 166	
Rendas de Sobrevivência	3	9 401	172 174	
Capitais para Estudos	192	66 085	505 517	
Capitais de Reforma				
6%	3	2 102	12 700	
4%	1 77	384 997	3 687 377	
3%	44	106 490	1 766 796	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 681	39 355	261 477	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	47	893	5 859	
Reforma – 1922	1	18	21	25 756 278

RENDAS VITALÍCIAS

RENDAS VITALÍCIAS	Quantidade	Valor anual	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Rendas constituídas				
6%	214	344 281	1 640 285	
4%	590	2 344 098	16 861 814	
3%	52	137 887	1 846 582	20 348 681
TOTAL				248 106 652

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO	N.º de subscrições	Capitais e pensões anuais	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	8 347	39 768 010	21 623 954	
Subsídio por Morte	1 678	1 139 917	772 989	
Pensões de Reforma				
6%	1 972	1 767 935	11 603 612	
4%	2 558	130 388	970 563	
4% TV 88/90	209	881	8 462	
Adicional de Invalidez				
6%	165	371 009	25 526	
4%	121	3 700	444	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	79 349	26 272 738	10 028 967	
Capitais de Previdência a Prazo	230	578 389	522 962	
Capitais para Jovens	10 255	6 935 808	5 965 644	
Pensões para Deficientes	25	14 873	116 469	
Capitais Temporários por Invalidez ou Morte	4	5 953	319	
Capitais Temporários de Invalidez	239	366 816	16 277	
Rendas de Sobrevivência	29	5884	56 651	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	28	7 290	4 272	
Capitais para Estudos	1 352	48 262	433 733	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 160	1 042 231	11 858 210	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	22 192	13 147	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	911	7 644	
Subsídio de Funeral e Luto – L. Nacional	58	12 606	11 675	64 041 521
<hr/>				
BENEFÍCIOS EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 194	440 799	3 270 540	
Pensões de Reforma				
6%	1 291	1 541 952	12 796 417	
4%	159	32 513	348 808	
Capitais para Jovens	206	147 291	287 811	
Rendas de Sobrevivência	3	392	7 109	
Capitais para Estudos	192	19 871	123 323	
Capitais de Reforma				
6%	3	1 060	6 407	
4%	152	49 183	414 670	
3%	8	14	222	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 681	1 625 259	10 210 747	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	47	8 904	58 654	
Reforma – 1922	1	214	253	27 524 961
TOTAL			91 566 482	

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

PENSÕES EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	34	475	5 112	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	458	5 238	22 221	27 333
TOTAL			27 333	

5.5. VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS RELATIVAMENTE A 31/12/06

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 248 106 652 €, tendo-se registado um aumento de 16 879 433 € em relação a 2006.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2007	31/12/2006	Varição anual
Benefícios em formação	202 001 693	189 861 629	12 140 064
Benefícios em curso	25 756 278	20 972 986	4 783 293
Rendas Vitalícias	20 348 681	20 392 604	-43 923
TOTAL	248 106 652	231 227 219	16 879 433

Quanto às reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções, o seu valor, em 31 de Dezembro de 2007, era de 91 566 482 €, tendo diminuído 3 107 153 € comparativamente ao período homólogo.

MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2007	31/12/2006	Varição anual
Benefícios em formação	64 041 521	67 882 974	-3 841 453
Benefícios em curso	27 524 961	26 790 661	734 301
TOTAL	91 566 482	94 673 635	-3 107 153

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 mantêm a tendência decrescente dos últimos anos, registando uma diminuição de 3 214 €.

SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2007	31/12/2006	Varição anual
Benefícios em curso	27 333	30 547	-3 214
TOTAL	27 333	30 547	-3 214

Em 31 de Dezembro de 2007, o total de reservas matemáticas ascendia a 339 700 468 €, tendo aumentado 13 769 066 €, durante o ano de 2007.

6. SITUAÇÃO TÉCNICO-ACTUARIAL DO MONTEPIO

As reservas matemáticas foram verificadas e validadas no Gabinete de Actuariado, estando integralmente cobertas pelo activo líquido da Associação. O Montepio continua a apresentar uma boa situação técnico-actuarial.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 2008

A Actuária,

Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Actuária Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses

II. Demonstração dos Resultados das Modalidades Associativas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES 2007

(milhares de euros)

	Pensões de Reforma				P. R. – Restituição de Quotas				P. R. – Adicional de Invalidez			Pensões p/ Deficientes
	6%	4% PM	4% TV	3%	6%	4% PM	4% TV	3%	6%	4% PM	4% TV	
1. PROVEITOS												
1.1. Proveitos Inerentes a Associados	4 861	2 608	2 056	55	125	200	172	9	16	2	1	29
Jóias												
Quotizações	1 581	1 874	2 055	55	105	200	172	9	9	2	1	29
Capitais Recebidos												
Rendas Vitalícias												
Redução Provisões Matemáticas	3 275	733			20				7			
Outros Prov. Inerentes a Associados	5	1	1									
1.2. Proveitos Suplementares		1										
1.3. Resultados Transferidos da CEMG	2 115	382	179	1	33	42	22		5			10
1.4. Proveitos e Ganhos Financeiros	3 460	626	294	1	54	68	37		7	1		17
Subtotal (1)	10 437	3 616	2 529	57	212	310	231	9	28	3	1	56
2. CUSTOS												
2.1. Custos Inerentes a Associados	5 797	2 654	2 414	57	0	114	81	9	0	1	1	30
Custos de Modalidades	3 183	324	97				1					
Aumento das Provisões Matemáticas	2 614	2 330	2 317	57		113	81	9		1	1	30
2.2. Outros Custos Operacionais	663	120	56		10	13	7		2			3
2.3. Custos e Perdas Financeiras	1 120	203	95		18	22	12		2			5
Subtotal (2)	7 580	2 977	2 565	57	28	149	100	9	4	1	1	38
3. RESULTADOS CORRENTES (1)-(2)	2 857	639	-36	0	184	161	131	0	24	2	0	18
4. Proveitos e Ganhos Extraordinários	143	26	12		2	3	1					1
5. Custos e Perdas Extraordinárias	133	24	11		2	3	1					1
6. RESULT. EXTRAORDINÁRIOS(4)-(5)	10	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7. RESULTADO LÍQUIDO(3)+(6)	2 867	641	-35	0	184	161	131	0	24	2	0	18

Sobrevivência e Dotes	R. Vitalícias F. Pessoas Certas	Rendas Sobre-vivência	Capitais Previd. a Prazo	Capitais Previdência		C. P. Diferidos c/ Opção		Capitais Previd. F. Pessoas Certas	Capitais p/ Jovens		Cap. Dif. c/ Cobertura Adicional	Capitais p/ Estudos	Capitais Temp. Invalidez		C.P. Temp. Invalidez /Morte	Subs. por Morte
				4%	3%	4%	3%		4%	3%			4%	3%		
2 574	17	52	172	807	0	33 915	1 020	0	4 569	259	10	609	19	0	1	36
11		52	103	680		30 789	1 020		3 587	259	10	576	12		1	21
2 562	17		69	125		3 120			980			33	7			15
1				2		6			2							
				1		2			1							
626	3	11	61	957		2 818	11		981	3	2	115	5			47
1 023	42	19	100	1 566		4 611	17	1	1 606	4	3	188	8		12	77
4 223	62	82	333	3 331	0	41 346	1 048	1	7 157	266	15	912	32	0	13	160
1 692	9	42	241	1 600	0	37 463	1 010	0	5 819	260	11	745	0	0	0	70
1 692	9	10	197	1 060		33 299			4 301		9	225				65
		32	44	540		4 164	1 010		1 518	260	2	520				5
196	1	4	19	300		883	3		308	1		36	1			15
331	2	6	32	507		1 493	6		520	1	1	61	3			25
2 219	12	52	292	2 407	0	39 839	1 019	0	6 647	262	12	842	4	0	0	110
2 004	50	30	41	924	0	1 507	29	1	510	4	3	70	28	0	13	50
43		1	4	65		191	1		72			8				3
39		1	4	60		177	1		62			7				3
4	0	0	0	5	0	14	0	0	10	0	0	1	0	0	0	0
2 008	50	30	41	929	0	1 521	29	1	520	4	3	71	28	0	13	50

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES 2007 (continuação)

(milhares de euros)

	Pensões Reforma 1922	Pensões Invalidez Reforma Nacional	Subs. Morte Lutuosa	Pensões Capitais de Reforma			Encargos c/ Médico Administ.	Rendas Vitalícias			Garantia de Pagamento de Encargos				
				6%	4%	3%		6%	4%	3%	1983	1988	I	II	
1. PROVEITOS															
1.1. Proveitos Inerentes a Associados	0	2	0	4	534	1 654	3	182	1 779	1 444	0	18 530	430	4	
Jóias															
Quotizações							3					18 530	430	4	
Capitais Recebidos						1 654									
Rendas Vitalícias										1 444					
Redução Provisões Matemáticas		2		4	534			182	1 779						
Outros Prov. Inerentes a Associados															
1.2. Proveitos Suplementares													1		
1.3. Resultados Transferidos da CEMG			1	1	133	20	9	54	494	24		768			
1.4. Proveitos e Ganhos Financeiros			1	1	218	39	14	88	809	56	1	1 257			
Subtotal (1)	0	2	2	6	885	1 713	26	324	3 082	1 524	1	20 556	430	4	
2. CUSTOS															
2.1. Custos Inerentes a Associados	0	0	0	3	434	1 682	0	344	2 328	1 499	0	11 529	0	0	
Custos de Modalidades				3	434	62		344	2 328	92		11 529			
Aumento das Provisões Matemáticas						1 620				1 407					
2.2. Outros Custos Operacionais					42	7	3	17	155	7		1 126			
2.3. Custos e Perdas Financeiras			1	1	71	11	4	28	262	13		407			
Subtotal (2)	0	0	1	4	547	1 700	7	389	2 745	1 519	0	13 062	0	0	
3. RESULTADOS CORRENTES (1)-(2)	0	2	1	2	338	13	19	-65	337	5	1	7 494	430	4	
4. Proveitos e Ganhos Extraordinários					9	1	1	4	34	2		52			
5. Custos e Perdas Extraordinárias					8	1	1	3	31	2		48			
6. RESULT. EXTRAORDINÁRIOS(4)-(5)	0	0	0	0	1	0	0	1	3	0	0	4	0	0	
7. RESULTADO LÍQUIDO(3)+(6)	0	2	1	2	339	13	19	-64	340	5	1	7 498	430	4	

Liberação / Inscrição Pr. Resolúvel	Capitais de Poupança-Reforma		Capitais de Garantia	Modalidades Colectivas	Benef. Sol. Associativa	Q. Invalidez Modalid. Colectivas	Capitais Reforma a Prazo Certo			Modalidades Colectivas			Sub-total	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	TOTAL
	Reforma	Reforma					1.ª Série	2.ª Série	3.ª Série	Renda 4%	Renda 3%	Pensão 3%				
0	273 690	7 275	121	1 846	4 749	0	17 044	29 921	23 926	5	11	77	437 425	519		437 944
													0	519		519
			121		4 748								67 049			67 049
	139 625	6 628		665			16 978	29 820	23 873		11	77	219 331			219 331
													1 444			1 444
	132 387	633		1 180			66	101	53	5			147 889			147 889
	1 678	14		1	1								1 712			1 712
													6		2	8
1	6 494	205	37	540									1	17 211	3 041	20 252
1	54 630	1 727		311	884		593	470	147				1	75 090	4 905	79 995
2	334 814	9 207	121	2 194	6 173	0	17 637	30 391	24 073	5	11	79	529 732	519	7 948	538 199
0	317 207	8 609	4	2 069	67	0	17 473	30 305	24 049	5	11	77	477 815	0		477 815
	134 719	638	4	1 190	67		66	101	52	5	3	1	196 110			196 110
	182 488	7 971		879			17 407	30 204	23 997		8	76	281 705			281 705
	5 140	161	2	29	1 060		32	31	10				10 463	493	80	11 036
	10 653	372		69	286		81						16 724		1 611	18 335
0	333 000	9 142	6	2 167	1 413	0	17 586	30 336	24 059	5	11	77	505 002	493	1 691	507 186
2	1 814	65	115	27	4 760	0	51	55	14	0	0	2	24 730	26	6 257	31 013
	7 075	224		40	37		4						8 059		4 189	12 248
	944	30		5	64								1 666		191	1 857
0	6 131	194	0	35	-27	0	4	0	0	0	0	0	6 393	0	3 998	10 391
2	7 945	259	115	62	4 733	0	55	55	14	0	0	2	31 123	26	10 255	41 404

III. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
1. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero r/c, Loja B	341	55	286	34
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 r/c	347	42	305	35
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	380	72	308	38
ALFRAGIDE – Rua A Lote 11, Corpos A/B - C/D	5 129	339	4 790	333
ALGÉS – Rua João Chagas, 53/53 G	3 941	733	3 208	395
ALHANDRA – Armazéns Antigos	178	94	84	8
– Armazéns Novos	178	71	107	1
ALMADA – Rua Galileu Saúde Correia, 11-B r/c e 16-A, Loja	742	153	589	86
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	444	55	389	41
ALPENDURADA – Av. Dr. F. Sá Carneiro – Ed. Memorial Center, Bl. A, r/c	301	48	253	30
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B r/c Dto. – Venda Nova	658	152	506	60
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	7	1	6	0
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R Nunes Azevedo	351	55	296	35
AVEIRO – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16/18 «G»	338	41	297	31
– Rua Angola, 22, 1.º	471	54	417	44
– R. Cónego Maia, 196, r/c Esq.	285	55	230	28
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, r/c Dto., c/v	399	65	334	40
BARREIRO – Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste, 7-B	202	3	199	9
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	401	89	312	37
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	359	59	300	36
– Rua do Caires, 291/309	7	1	6	2
– Rua S.Vicente, 174/176	351	53	298	35
– Rua do Souto, 65/71	1 278	419	859	126
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	706	312	394	58
CACÉM – Rua Elias Garcia, 153/155, r/c Esq.	457	80	377	46
CÂMARA DE LOBOS – MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	369	59	310	36
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 r/c	531	57	474	46
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186 - A	477	38	439	41
CASTELO BRANCO – Alam. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	805	331	474	56
– Praça Rainha D. Leonor, 4 - Loja	539	108	431	58
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2A – Palhais	676	79	597	62
CHAVES – Rua do Olival, C. Com. Charlot, r/c - Loja 6	23	3	20	2
COIMBRA – Rua João Machado, 100	95	23	72	10
– Av. Sá da Bandeira, 81, r/c	644	52	592	56
– Lg. Miguel Bombarda, 39/53 – Couraça Estrela, 5	3 086	805	2 281	173
– Urbanização Adriano Lucas, Lt 3, r/c, Estrada da Beira	491	65	426	48
COSTA DA CAPARICA – Rua Gil Eanes, 2/2B	529	67	462	49
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3 - Lj. 1-2	535	10	525	32
– Rua União Piedense, 7	667	87	580	65
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	482	57	425	45
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B – Rua Jose Estêvão, 11, Loja	489	87	402	67
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	543	63	480	50
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park, Loja	410	53	357	38
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	155	14	141	13
ESTREMOZ – Praça Luis de Camões, 61, r/c	461	54	407	42
ÉVORA – Rua das Alcaçarias, 42/50	155	143	12	2
– Rua Alcarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	752	378	374	37
– Rua Fernando Seno, 28	614	52	562	53
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	670	18	652	41

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	576	75	501	54
FARO – Rua Alportel, 20/22	659	290	369	112
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	398	77	321	40
– Rua Jornal Correio do Sul, 22, cv.-Dto.	482	38	444	42
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14, 1.º E	60	5	55	0
– Rua Sol, 16/18	208	137	71	1
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	701	118	583	71
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 r/c	486	89	397	48
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 – Rua 5 de Outubro, 91-A/D	748	171	577	80
– Rua das Aranhas, 24, Frac. «E» e «H»	814	66	748	70
– Rua Dr. João Brito Câmara, Frac. «A» e «B»	814	106	708	74
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	485	59	426	45
– Jardins Forum Plaza II, Piso 0, Bloco 3	578	19	559	46
– Rua do Carmo, 86-90/R – Rua Anadia, 38/39	665	17	648	42
GANDARA – Rua 25 de Abril, 438/438-A	311	5	306	12
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	408	59	349	40
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35	1 097	99	998	-1
– Rua Vasco da Gama, 37	225	27	198	14
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	175	21	154	5
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	250	30	220	15
GUIMARÃES – Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro, Loja 1	625	81	544	73
– Lugar da Igreja, Lote 1, r/c Esq. e Dto.	312	34	278	27
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	496	95	401	50
LAGOS – Urbanização Porta da Vila, Lote 1, r/c	362	77	285	375
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	576	105	471	58
– Rua Vasco da Gama, 5/15	1 698	444	1 254	196
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz, Lote 1, Piso 1	690	82	608	69
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	715	90	625	72
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	804	536	268	53
– Av António Augusto Aguiar, 124/124-B – R. Carlos Testa	2 425	1 473	952	186
– Av. do Brasil, Blocos «A» e «B»	6 493	3 415	3 078	380
– Av. do Brasil, Lojas	329	168	161	49
– Av. Defensores de Chaves, 40	857	565	292	43
– Av. João Crisóstomo, 26/28	2 241	1 155	1 086	95
– Av. D. João II – Ed. Gil Eanes – Parque Expo (Est. Oriente)	1 596	194	1 402	139
– Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	550	33	517	46
– Av. de Roma, 51/51-C	1 044	465	579	78
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	773	489	284	101
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	873	450	423	45
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Dom. Benfica)	815	103	712	75
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	867	97	770	85
– Praça João Rio, 7/7-A	905	629	276	25
– Rua 4 Infanteria, 85/85-H	1 628	741	887	42
– Rua Alexandre Braga, 19	297	205	92	35
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	1 448	529	919	106
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edifício Grandella	14 785	3 134	11 651	1 713
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	1 722	389	1 333	214
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	72	21	51	8
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	285	79	206	84
– Rua Garrett, 37/51 – Rua Ivens, 66/76	2 159	949	1 210	87

III. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(Continuação)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 159	924	3 235	397
– Rua da Graça, 2-F, Loja	202	32	170	20
– Rua Inácio Sousa, 19/23	940	412	528	24
– Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	629	85	544	58
– Rua Latino Coelho, 85/85-A	341	84	257	56
– Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	413	363	50	2
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2-A – Av. Rio de Janeiro	185	69	116	13
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2/12	1 873	1 025	848	166
– Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	3 790	110	3 680	277
– Rua Padre Américo, 27 – Carnide	595	78	517	57
– Rua da Prata, 76/86	1 675	848	827	74
– Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	220	168	52	19
– Rua Sousa Loureiro, 10 cave	75	7	68	8
– Travessa das Verduras, 6, cv Dto./Esq.	50	10	40	4
LOURINHÃ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B, r/c	326	39	287	36
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3, Piso 1	512	84	428	47
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 - 13 D, r/c (Fracção B e C)	462	69	393	45
– Av. da Liberdade, 3-A, Loja 3	122	4	118	10
MAIA – Rua Nova dos Altos, 13, Parqueamento – Vermoim	25	3	22	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5, r/c – Alagoa Pequena	486	52	434	44
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, Bl 2, r/c	456	66	390	44
MARCO DE CANAVEZES – Ed.Triunfo, lote 6, Lojas14 e 16	526	64	462	49
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13 r/c e cave	385	81	304	41
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	373	59	314	37
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	389	87	302	41
NAZARÉ – Av. Manuel Remígio, Bloco A, Lj. r/c	521	8	513	18
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	362	83	279	45
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavandeira, 36, r/c	280	56	224	28
OLIVEIRA DO DOURO – Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282, r/c	51	5	46	0
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	610	79	531	60
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2, r/c	576	112	464	58
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N, r/c	480	82	398	48
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2, Loja 4	572	125	447	61
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	38	8	30	0
– Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	70	14	56	0
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	412	66	346	41
PORTIMAO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21, Lojas 1,2,3	460	62	398	45
PORTO – Av. dos Aliados, 90	4 294	1 679	2 615	191
– Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	352	74	278	37
– Rua de Ceuta, 38/44/48	844	464	380	-8
– Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	888	232	656	19
– Rua Fernandes Tomás, 424/438	63	14	49	5
– Rua Júlio Dinis, 656	2 466	1 355	1 111	122
– Rua Júlio Dinis, 674/678	553	116	437	75
– Rua Magalhães Lemos, 111/113	907	203	704	133
– Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	90	22	68	-3
– Rua Mártires da Liberdade, 142	75	18	57	0
– Travessa do Covelo, 99 cave	26	3	23	1
– Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	501	58	443	49

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
PORTO DE MÓS – Av. Santo António, Bloco 5, r/c Esq.	354	49	305	33
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8, r/c, Lojas 3/4	647	117	530	66
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	540	63	477	22
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	413	81	332	42
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	625	38	587	51
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	532	62	470	49
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	135	10	125	11
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	519	69	450	50
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 cv	289	57	232	29
S. JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 357-F	444	53	391	43
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	441	59	382	40
SANTARÉM – Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 214	389	825	85
SANTO TIRSO – R. D. Nuno A.Pereira – Pr.Camilo C.Branco, Lojas 8/9	324	60	264	33
SEIA – Av. 1.º Maio, 18, Loja	486	82	404	49
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B, Loja – Torre da Marinha	478	94	384	48
SETÚBAL – Av. Luísa Todi, 294/308 – Praça do Bocage, 135/145	4 864	1 366	3 498	281
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	49	12	37	1
– Vale do Cobro, Lote 34, r/c Dto.	28	5	23	0
SINES – Av.Gen.Humberto Delgado, 59/59A	223	26	197	21
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três, Lote 1A, Lojas 1/2	507	90	417	51
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	386	53	333	37
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 r/c	645	144	501	96
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	80	8	72	8
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 r/c	362	50	312	35
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	393	52	341	37
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	481	65	416	47
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	521	77	444	50
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	617	127	490	66
– Av. da República, 2531	487	99	388	56
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 r/c	311	49	262	31
WISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	4 377	1 501	2 876	290
– Rua Dr.Alvaro Monteiro, Lote 11 r/c – Marzovelos	432	59	373	42
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	347	55	292	35
TOTAL (1)	148 282	39 021	109 261	12 223
2. TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
LISBOA – Rua Áurea – EDIFÍCIO SEDE	574		574	
PORTO – Terreno na Pasteleira	47		47	
– Terreno Rua Mártires da Liberdade, 122/124	69		69	
ANGRA DO HEROÍSMO – S. Mateus – Terreno (Prédio rústico)	2		2	
– S. Bartolomeu – Terreno (Prédio rústico)	14		14	
CALDAS DA RAINHA – «Vinha das Coxas»	2 383		2 383	
TOTAL (2)	3 089	0	3 089	
3. EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
LISBOA – Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	17 827	5 883	11 944	1 539
– Mausoléu a Francisco M. Álvares Botelho	1	1	0	
TOTAL (3)	17 828	5 884	11 944	1 539
TOTAIS	169 199	44 905	124 294	13 762

IV. Contas das Fundações

FUNDAÇÕES – CONTAS CORRENTES

Ano: 2007
(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
Saldo a 31/12/2006	5 387	55 006	2 738	933	2 854	66 918
CRÉDITO						
Reembolso de Títulos de Crédito	159	7 030	40			7 229
Rendimento de Títulos de Crédito	383	12 499	1		505	13 388
Rendimento de Unidades de Participação	1 055	5 438	86	174	96	6 849
Rendimento de Depósitos	0	471	0			471
Total do Crédito	1 597	25 438	127	174	601	27 937
DÉBITO						
Aplicações Financeiras	229	1 329				1 558
Bolsa Estudos					1 746	1 746
Prémios				250	525	775
Despesas de Expediente		40			43	83
Total do Débito	229	1 369	0	250	2 314	4 162
Saldo a 31/12/2007	6 755	79 075	2 865	857	1 141	90 693

FUNDAÇÕES – CONTAS PATRIMÓNIOAno: 2007
(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
ACTIVO						
Depósito à Ordem	6 755	79 075	2 865	857	1 141	90 693
Títulos de Crédito	7 953	228 967	0		12 765	249 685
Unidades de Participação em FII – Custo	22 396	109 371	4 438	4 423	7 544	148 172
Unidades de Participação em FII – Valorização	4 455	8 723	1 560	1 416	1 864	18 018
Propriedades Rústicas		1 728				1 728
Acréscimos de Proveitos		16 979				16 979
Total do Activo	41 559	444 843	8 863	6 696	23 314	525 275
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA						
Capital	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458	35 095
Reservas	30 080	408 073	5 720	3 780	5 706	453 359
Reservas de Reavaliação – Unid. Participação	4 455	8 723	1 560	1 416	1 864	18 018
Rendimento Líquido	1 437	19 069	87	-76	-1 714	18 803
Total do Passivo e Situação Líquida	41 559	444 843	8 863	6 696	23 314	525 275

Nota:

As variações na rubrica Reservas, devem-se à alteração na forma de registar as Valorizações das Unidades de Participação, as quais vinham a afectar o Rendimento Líquido, e, no ano seguinte a ser transferido para Reservas.

IV. CONTAS DA FUNDAÇÃO

(Continuação)

PRÉMIOS – CONTAS CORRENTES

Ano: 2007
(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Herminia Tassarã	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
Saldo a 31/12/2006	1 661	1 863	19 785	6 604	12 865	15 866	7 273	380	14	66 311
CRÉDITO										
Liquidação de Depósito a Prazo								750	500	1 250
Reembolso de Títulos	4 534		60		34 019					38 613
Rendimento de Títulos	1 120		1 121	503	2 496	1 224	2 113			8 577
Rendimento de Unidades de Participação	262	86	224		635	648	1 267			3 122
Rendimento de Depósitos			58	410	254	54	26	194	95	1 091
Mais Valias Títulos										0
Total do Crédito	5 916	86	1 463	913	37 404	1 926	3 406	944	595	52 653
DÉBITO										
Aplicações Financeiras					137	138	275			550
Bolsa de Estudo				950				740		1 690
Donativos	3 750					1 479	3 000		500	8 729
Despesas de Expediente	44		56	44		12				156
Menos Valias Títulos										0
Total do Débito	3 794		56	994	137	1 629	3 275	740	500	11 125
Saldo a 31/12/2007	3 783	1 949	21 192	6 523	50 132	16 163	7 404	584	109	107 839

PRÉMIOS – CONTAS PATRIMÓNIOAno: 2007
(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Hermínia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
ACTIVO										
Depósito à Ordem	3 783	1 949	21 192	6 523	50 132	16 163	7 404	584	109	107 839
Depósito a Prazo				24 940				13 220	6 832	44 992
Títulos de Crédito	11 807		29 121	11 323	40 727	22 019	40 322			155 319
Unidades de Participação em FII – Custo	9 801	5 558	13 574	3 021	28 102	13 556	26 529			100 141
Unidades de Participação em FII – Valorização	1 961	1 916	2 862	1 115	3 379	501	982			12 716
Total do Activo	27 352	9 423	66 749	46 922	122 340	52 239	75 237	13 804	6 941	421 007
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA										
Capital	12 470	1 995	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	12 470	7 482	237 329
Reservas	15 405	5 426	47 774	20 894	40 756	13 241	23 969	1 880	-76	169 269
Reservas de Reavaliação – Unid. Participação	1 961	1 916	2 862	1 115	3 379	501	982	0	0	12 716
Rendimento Líquido	-2 484	86	1 149	-27	3 385	189	406	-546	-465	1 693
Total do Passivo e Situação Líquida	27 352	9 423	66 749	46 922	122 340	52 239	75 237	13 804	6 941	421 007

Nota:

As variações na rubrica Reservas, devem-se à alteração na forma de registar as Valorizações das Unidades de Participação, as quais vinham a afectar o Rendimento Líquido, e, no ano seguinte a ser transferido para Reservas.

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2007
do

MONTEPIO GERAL

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Quinta Dimensão – *Artes Gráficas, Lda.*